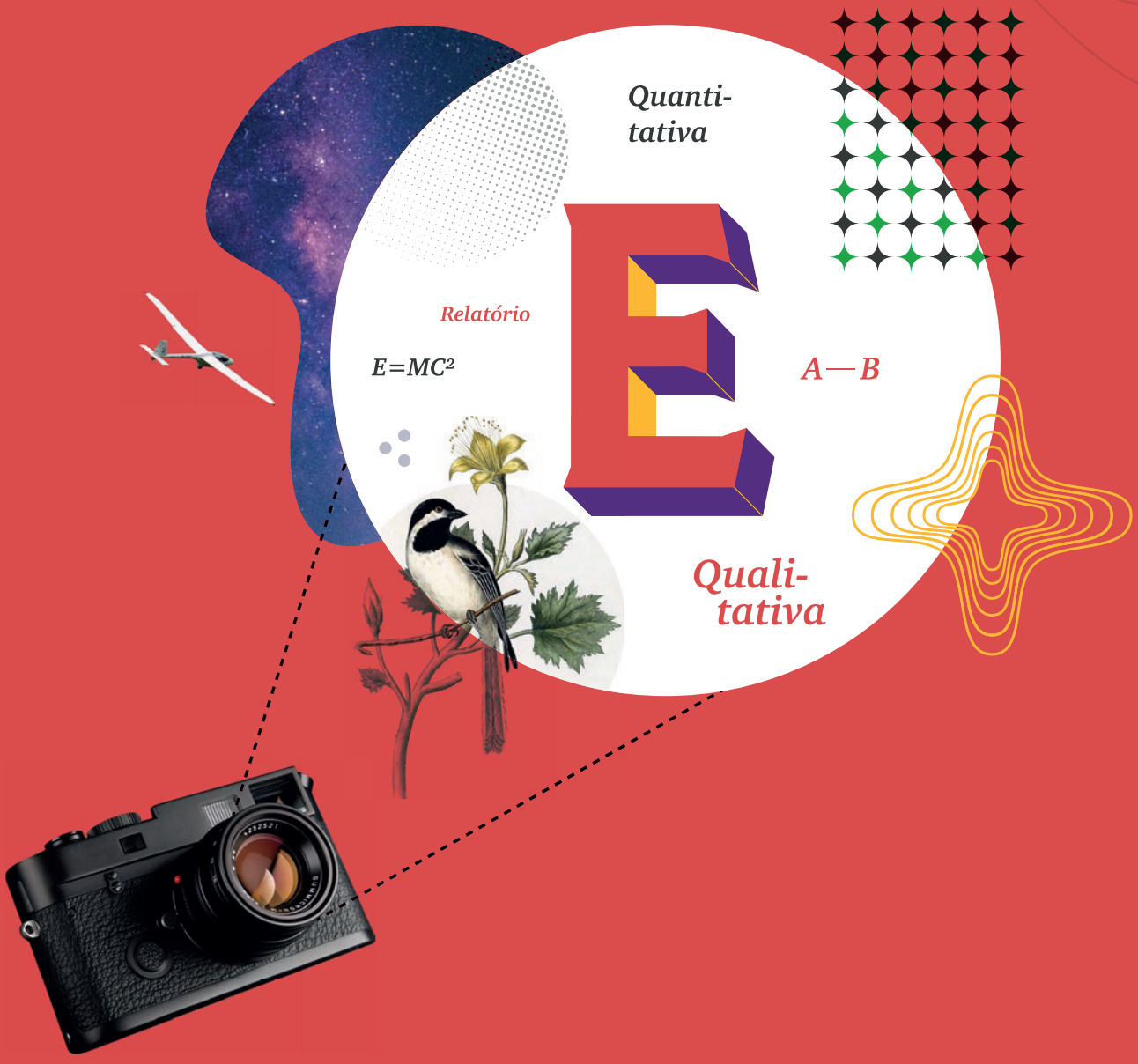
ISBN: 978-65-87823-35-5

DOI: 10.5102/978-65-87823-35-5



Anais do I EnCUCA

I Simpósio Internacional de Pesquisa e
XVI Encontro de Iniciação Científica do UniCEUB

3 a 5 de outubro de 2018

CNPq fapdf UniCEUB 50 ANOS CEUB

APRESENTAÇÃO

O I EnCUCA, que reúne o I Simpósio Internacional de Pesquisa e o XVI Encontro de Iniciação Científica do UniCEUB, foi promovido pela Pró-Reitoria Acadêmica e pela Diretoria Acadêmica do UniCEUB com apoio financeiro da Fundação de Apoio à Pesquisa - FAP/DF.

As atividades foram realizadas nos dias 4, 5 e 6 de outubro de 2018, nos três turnos, em auditórios e espaços do *campus* da Asa Norte e do *campus* II de Taguatinga, do UniCEUB, no Distrito Federal.

SUMÁRIO

GRUPOS DE PESQUISA **4**
MESAS-REDONDAS **33**
MINICURSOS **37**
PALESTRAS **40**
MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO **46**
MESTRADO EM DIREITO **60**
DOUTORADO EM DIREITO **117**
MESTRADO EM PSICOLOGIA **175**
PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIC 2017/2018 ..... **178**

GRUPOS
DE PESQUISA

ATIVIDADE FÍSICA, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

Renata Aparecida Elias Dantas – UniCEUB, professora líder do grupo
renata.dantas@ceub.edu.br
Marcio Rabelo Mota – UniCEUB, professor líder do grupo
marcio.mota@ceub.edu.br

Participaram do grupo durante o ano de 2017 alunos e professores de graduação e pós-graduação do curso de Educação Física do UniCEUB. O objetivo do grupo é proporcionar aos alunos o aprofundamento de estudos e a prática da pesquisa científica na área de atividades físicas, qualidade de vida e saúde. Os temas abordados são diversos nessas áreas de atuação. As reuniões ocorrem às quartas-feiras, das 11h30 às 12h30. No ano de 2017, foram finalizadas e publicadas as pesquisas intituladas *Fatores antropométricos associados à hipertensão arterial infantil* (v. 15, p. 21-26) e *Respostas da pressão arterial de futebolistas adolescentes ao exercício em escada coordenativa* (v. 15, p. 45-50) na revista *Universitas: Ciências da Saúde* (UniCEUB, 2017).

Palavras-Chave: Qualidade de vida. Educação física. Saúde.

BRASIL GLOBAL

Paulo Roberto de Almeida – UniCEUB, professor líder do grupo
paulo.almeida@ceub.edu.br
Adrieno Reginaldo Silva – UniCEUB, mestrando segundo líder do grupo
adrieno@gmail.com

A globalização é fenômeno bem conhecido, praticamente secular ou mesmo milenar, tendo-se acelerado em diversas ondas, desde os grandes descobrimentos e as aventuras marítimas do século XVI, que unificaram o mundo pela primeira vez. Trata-se de um processo impessoal, objetivo, independente de quaisquer outras forças políticas e sociais, pois é conduzido essencialmente ao micronível, ou seja, por iniciativa de indivíduos e empresas, inventores, inovadores, empresários, aventureiros, missionários, intelectuais ou quaisquer outros atores de quaisquer países e origens sociais que transcendem suas circunstâncias locais ou nacionais, para projetar-se além das fronteiras, mundialmente e universalmente, graças a instrumentos, ferramentas de informação e de comunicação, processos e mecanismos criados, deliberadamente ou não, para ultrapassar barreiras nacionais, limites fronteiriços, transmitindo, transferindo, vendendo, oferecendo diferentes tipos de bens e serviços, mas, sobretudo, ideias, conceitos, propostas para maior integração entre pessoas, empresas, instituições públicas e privadas. O grupo de pesquisa Brasil Global estuda o conjunto das relações econômicas internacionais do Brasil no plano histórico e em perspectiva comparada, analisando todos os processos e políticas que envolvem o país em uma teia de fluxos materiais e imateriais de bens, serviços, capitais, tecnologia, capital humano, no contexto da interdependência global.

Palavras-Chave: Brasil. Economia mundial. Globalização. Relações econômicas internacionais.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS

Carlos Ayres Britto – UniCEUB, professor líder do grupo
mestrado@uniceub.br
Lilian Rose Lemos Soares Nunes – UniCEUB, professora líder do grupo
lilian.rocha@ceub.edu.br
Pesquisadores: Marcelo Dias Varella, Carlos Bastide, José Levi do Amaral Júnior

O Centro Brasileiro de Estudos Constitucionais consiste em um grupo de pesquisa com periodicidade mensal que analisa temas específicos a cada ano. Mensalmente, um palestrante convidado apresenta um artigo que é discutido entre todos os demais. O tema deste ano discorre sobre a democracia e o processo democrático eleitoral. Autores de renome foram convidados. Os encontros são gravados e editados. Em seguida, os vídeos são disponibilizados na Internet.

Palavras-Chave: CBEC. Democracia. Processo eleitoral.

CENTRO DE ESTUDOS SOBRE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA - CEDP

Larissa Maria Melo Ambrozio de Assis – UniCEUB, professora líder do grupo
larissa.assis@ceub.edu.br
Martin Adamec – UniCEUB, professor líder do grupo
martin.adamec@ceub.edu.br

O Centro de Estudos sobre Democracia Participativa (CEDP) visa ao debate e à produção de material sobre democracia, especialmente em sua forma participativa. O CEDP, atualmente, promove debates a partir de referenciais teóricos, tais como Robert Dahl, John Rawls, Alasdair MacIntiry, Alexis Tocqueville e Robert Putnam. A produção do grupo de pesquisa inclui orientação de projetos de iniciação científica, orientação de monografias, participação em congressos nacionais e internacionais, livros e artigos relativos às linhas de pesquisa do grupo.

Palavras-Chave: Democracia. Participação popular. Processo de tomada de decisão.

CITOGENÉTICA APLICADA

Fernanda Vinhaes de Lima – UniCEUB, professora líder do grupo
fernanda.lima@ceub.edu.br

A citogenética é compreendida como o enfoque citológico da genética, a qual consiste, principalmente, no estudo microscópico dos cromossomos e de suas anomalias. Os cromossomos foram descritos no século XIX como corpos nucleoproteicos de coloração escura observados durante a divisão celular, no estágio de metáfase, no qual os cromossomos atingem seu maior grau de condensação. Cada cromossomo leva uma disposição linear de genes. Em 1956, estabeleceu-se o número diploide correto dos cromossomos do cariótipo humano, como sendo 46, dispostos em 23 pares de cromossomos homólogos. Mudanças na estrutura dos cromossomos humanos são as principais causas de retardo mental, malformações múltiplas, câncer, infertilidade e abortos espontâneos. O grupo de pesquisa apresenta três linhas de pesquisa que se resumem, principalmente, a estudos citogenéticos sobre casais com histórico de infertilidade e abortos de repetição, diagnóstico citogenético de doenças genéticas e avaliação genética da presença do cromossomo Philadelphia em pacientes com leucemia mieloide crônica, após o uso de inibidores de tirosinocinase. O grupo de pesquisa concluiu estudo com participantes provenientes da rede pública de saúde do Distrito Federal que apresentavam histórico de infertilidade e abortos de repetição. Esses distúrbios abrangem conflitos diversos e envolvem não somente questões médicas complexas e urgentes, como também problemas psicológicos extremamente sérios. Novos projetos de pesquisa foram aprovados, baseados no estudo e no diagnóstico citogenético de pacientes com leucemia mieloide crônica portadores do cromossomo Philadelphia, sob o efeito de inibidores de tirosinocinase. Além da relevância do diagnóstico para essas famílias, os projetos citados servem como material de estudo para estudantes do UniCEUB que se interessam por este campo de trabalho.

Palavras-Chave: Leucemia. Infertilidade. Abortamento.

CONVIVÊNCIA E SAÚDE MENTAL

Tania Inessa Martins de Resende – UniCEUB, professora líder do grupo
tania.resende@ceub.edu.br

O objetivo deste grupo de pesquisa é compreender as características que tornam a convivência uma estratégia de cuidado no campo da saúde mental. Orientado pelo modelo da atenção psicossocial, o estudo visa compreender e construir, nos serviços de saúde mental, uma convivência igualitária que articule as dimensões clínica, ética e política. O Centro de Atenção Psicossocial foi escolhido como principal contexto porque seus serviços assumem, na política nacional de saúde mental, um papel estratégico na organização da rede comunitária de cuidados, ao fazer o direcionamento local de políticas e programas de saúde mental, desenvolver projetos terapêuticos e comunitários, dispensar medicamentos, encaminhar e acompanhar usuários que moram em residências terapêuticas, assessorar o trabalho dos agentes comunitários de saúde e das equipes de saúde da família no cuidado domiciliar. Após a produção de doutoramento sobre a convivência pela professora líder, o grupo de pesquisa tem estudado, em diferentes projetos e atividades em Centros de Atenção Psicossocial e em um Centro de Convivência, como a convivência pode transformar-se em uma estratégia de cuidado no campo da saúde. A relevância social deste projeto comparece tanto no objeto e nos objetivos da pesquisa como na escolha metodológica que, condizente com as diretrizes da política nacional que sustentam a assistência em saúde mental, prioriza a participação e o protagonismo dos atores sociais, profissionais e usuários de saúde mental, envolvidos na construção de novas práticas de cuidado. Além do impacto das ações de pesquisa nos Centros de Atenção Psicossocial e no Centro de Convivência em Saúde Mental, destaca-se a produção dos integrantes do grupo de pesquisa: monografias de conclusão de curso de Psicologia e de Direito, projetos de monografia, projetos interdisciplinares de iniciação científica, artigos enviados para publicação e apresentações de trabalho em congresso. Realiza-se o esforço para articular, por meio do grupo, pesquisa, ensino e extensão de forma interdisciplinar, no campo da saúde mental.

Palavras-Chave: Convivência. Saúde mental. Interdisciplinaridade.

CRIMINOLOGIAS CRÍTICAS BRASILEIRAS: TRAÇAR OS CAMINHOS PARA CONTINUAR SEGUINDO

Carolina Costa Ferreira – UniCEUB, professora líder do grupo
carolina.ferreira@ceub.edu.br

A Criminologia Crítica brasileira é plural, por isso deve ser apresentada como *Criminologias Críticas*. Nunca é singular, pois seus caminhos são variados. Há inícios na América do Sul, há traçados europeus, mas todos tentam encontrar-se para discutir a realidade brasileira. É no Planalto Central, no Distrito Federal, que o grupo de pesquisa *Criminologia do enfrentamento* quer discutir seus rumos. Após a realização do projeto *(Re)Leituras criminológicas*, em que o grupo de pesquisa reviu autoras e autores que são referências para o debate criminológico moderno, a fim de refletir se o mesmo autor desenvolvia as mesmas ideias ou se tinha mudado de objetos de pesquisa, as atuais pesquisas do grupo posicionam-se no debate que as Criminologias Críticas brasileiras têm feito: a necessidade de se usar raça como dispositivo, como indica Sueli Carneiro, e gênero, raça e classe como estruturas que definem o controle penal, para citar Angela Davis. As recentes pesquisas concluídas trabalharam com marcos teóricos interseccionais, e o desafio para o próximo ciclo é estudar e aplicar o pensamento decolonial, cada vez mais utilizado para desvendar o aumento do populismo penal punitivo no Brasil e na América Latina.

Palavras-Chave: Criminologias críticas. Pesquisa empírica em Direito. Interseccionalidades. Decolonialidades.

DIREITO, LINGUAGEM E PODER

Rodrigo Augusto Lima de Medeiros – UniCEUB, professor líder do grupo
rodrigo.medeiros@ceub.edu.br

Este Grupo de Pesquisa tem dedicado encontros mensais a leituras coletivas de obras clássicas das ciências humanas, a fim de estabelecer uma gramática analítica comum aos seus membros. As leituras são seguidas de reflexões específicas de casos concretos apresentados ordenadamente por seus membros. A bibliografia básica do grupo discute autores, tais como Alexy, Althusser, Benedict Anderson, Austin, Bourdieu, Castells, Canotilho, Durkheim, Dworkin, Foucault, Geertz, Habermas, Hart, Lefébvre, Lévi-Strauss, Merleau-Ponty, Raffestin, Ulrich Beck, Wittgenstein, entre outros. As linhas de pesquisa têm suas independências operacionais, contudo, mantêm-se todos assíduos aos encontros mensais. São elas: Administração da diferença – direito ambiental e políticas públicas; Direito e teologia; Fundamentos do pragmatismo jurídico; A seletividade do Direito e a administração da diferença. O grupo de pesquisa trabalha, conceitualmente, categorias analíticas e analisa, coletivamente, casos empíricos. Assim, relaciona-se método de pesquisa empírica com análise conceitual no que tange a dimensão teórica e analítica da linguagem e dos sistemas simbólicos, na análise do campo jurídico e de suas consequências práticas.

Palavras-Chave: Gramática. Categorias. Empiria.

DRINE - DIREITO E REGULAÇÃO INTERNACIONAL: DIREITO DIGITAL

Gustavo Ferreira Ribeiro – UniCEUB, professor líder do grupo
gustavo.ribeiro@ceub.edu.br

A Internet tornou real, sem precedentes, a possibilidade de entabulamento de relações jurídicas por meio de aplicativos de mensagens, pagamentos, interações sociais, entre outros aspectos. Basta observar que, se, em 1995, havia cerca de 16 milhões de pessoas usando a Internet no mundo, em 2017, a estimativa é de cerca de 4 bilhões de usuários. No Brasil, especificamente, estima-se que 52% dos domicílios têm acesso à Internet, percentual similar à média mundial. Além disso, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística aponta o mês de outubro de 2017 como importante ponto de inflexão: o número de *smartphones* atingiu 208 milhões, igualando-se à população do país. Nesse contexto, o grupo DRINE, com trabalho iniciado em 2017, com foco na temática do direito digital, delimitou três categorias de problemas a ser trabalhados: privacidade e plataforma de dados; remoção de conteúdo e responsabilidades; acesso a dados. Assim, primeiramente, por meio de bibliografia especializada, para cada categoria de problema, destacou-se: o contexto específico; os conceitos envolvidos; as áreas do direito afetadas; os instrumentos legais correspondentes. No segundo momento, estimularam-se os pesquisadores a especificar os problemas jurídicos a ser respondidos para que, em último momento, sejam publicados os resultados do grupo em periódicos especializados. Operando, atualmente, no que toca a comunicação, sob a plataforma *Google Classroom,* o grupo conta, atualmente, com 10 pesquisadores que se encontram mensalmente, no UniCEUB, para as discussões.

Palavras-Chave: Direito digital. Internet. Extraterritorialidade. Jurisdição.

EDUCAÇÃO SUPERIOR E COMUNICAÇÃO - EDUCACOM

Renata Innecco Bittencourt de Carvalho – UniCEUB, professora líder do grupo
renata.carvalho@ceub.edu.br
Manoel Henrique Tavares Moreira – UniCEUB, professor líder do grupo
henrique.moreira@ceub.edu.br
Pesquisadores: André Luís César Ramos, Bruno Assunção Nalon, Carlos Potiara Ramos de Castro, Carolina Assunção e Alves, Cláudia Maria Busato, Délcia Silva Francischetti, Elizangela Monteiro Gonçalves, Flor Marlene Enriquez López, Frederico Castilho Tomé, Isa Coelho Stacciarini, Joana d'Arc Bicalho Félix, Lourenço Lima Cardoso, Luiz Claudio Ferreira, Noemia Colonna dos Santos, Roberto da Silveira Lemos, Sandra Araújo de Lima, Tatyanna Castro da Silva Braga, Ursula Betina Diesel, Vivaldo Reinalto de Sousa.

As linhas de pesquisa do grupo EDUCACOM, que compõem os eixos programáticos dos trabalhos desenvolvidos pelos professores e pelos alunos dos cursos Jornalismo e de Publicidade e Propaganda do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, têm sofrido transformações significativas, assim como os Projetos Pedagógicos dos cursos mencionados. De 2017 a 2018, as modificações dos perfis dos egressos têm exigido reorientação das linhas de pesquisa que se encontram em constante aperfeiçoamento. Permanecem as linhas Gestão da Comunicação, Linguagens Contemporâneas, Novas Tecnologias na Comunicação, Educação Superior e Comunicação com resultados significativos na participação de professores e alunos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão institucionais. Como resultado, são desenvolvidos projetos de iniciação científica e projetos de extensão que resultaram na publicação de artigos, participação em eventos e desenvolvimento de Trabalhos de Conclusão de Curso relacionados às linhas atuais.

Palavras-Chave: Educação superior. Gestão da Comunicação. Linguagens contemporâneas. Novas tecnologias.

GESTÃO DE TECNOLOGIA

Paulo Rogério Foina – UniCEUB, professor líder do grupo
paulo.foina@ceub.edu.br

O grupo de pesquisa em Gestão de Tecnologia focaliza suas atividades nas questões de como gerenciar os recursos tecnológicos, visando ao melhor proveito das organizações. Nesse sentido, desenvolvem-se estudos e pesquisa em metodologias de gerenciamento de projetos e práticas gerenciais de governança de tecnologia, notadamente de Tecnologia da Informação e Comunicação. No ano de 2018, produziram-se quatro monografias de pós-graduação, 3 palestras acadêmicas, participou-se de quatro simpósios e seminários. Colabora-se com o Observatório de Negócios Digitais na Agropecuária, coordenado pela EMBRAPA, no papel de evangelizadores tecnológicos. Participa-se das atividades desenvolvidas pelo Instituto Illuminante de Inovação na forma de mentoria para *startups* de base tecnológica. Além disso, participa-se, como pesquisadores, do projeto Brasília 2060 (que usa metodologia RIS3), que prospectou as vocações da cidade para a elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico da região. Ministram-se 6 disciplinas de pós-graduação, e atende-se a 35 alunos.

Palavras-Chave: Gestão de tecnologia. Inovação. Políticas públicas. Gerência de projetos. Governança de TI.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Antonio Henrique Graciano Suxberger – UniCEUB, professor líder do grupo
antonio.suxberger@ceub.edu.br
Priscila Aurora Landim de Castro – UniCEUB, professora líder do grupo
priscila.castro@ceub.edu.br

O grupo de pesquisa *Políticas públicas* vincula-se ao programa de Mestrado e Doutorado em Direito do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Insere-se nas linhas de pesquisa do mencionado programa, com especial ênfase à área 1, Políticas Públicas, Estado e Desenvolvimento. Reúne discentes de Mestrado e Doutorado em Direito e graduandos. Os temas de pesquisa abrangem quatro linhas de pesquisa. A primeira, intitulada *Análise, avaliação e processos de políticas públicas*, refere-se à crescente judicialização dos ciclos das políticas públicas e à necessidade de aprimoramento dos arranjos institucionais responsáveis pela implementação das opções políticas do Estado e ocupa-se do papel do Direito como retradutor dessas demandas e de construção de respostas compatíveis com o Estado de Direito. A segunda, intitulada *Direito nas políticas públicas*, busca suprir a necessidade de revisão bibliográfica e de construção de um referencial teórico sobre políticas públicas dirigido ao Direito. A terceira linha de pesquisa é nominada *Arranjos institucionais, superencarceramento, política criminal e penitenciária* e centra-se na questão prisional e na projeção de políticas públicas que tocam o sistema de justiça criminal. A quarta e mais recente linha de pesquisa é intitulada *Políticas públicas de gênero e estudos feministas*, identificada com o *Grupo de estudos feministas Rose Muraro*, que nasce da inquietação de mulheres em busca de conhecimento, a fim de alcançar a igualdade de gênero e romper com a opressão do patriarcado. Os direitos das mulheres são projeções dos direitos humanos porque se situam em processos de luta em prol de igualdade material. Buscam-se, na epistemologia feminista, fundamentos para a construção de uma sociedade menos desigual, respeitadas as escolhas e as responsabilidades individuais, em suas diferenças. Atualmente, o grupo dedica-se à elaboração de uma base comum de leituras em políticas públicas, com ênfase nas distintas abordagens de avaliação e análise de ações estatais e de tecnologia jurídica. Além disso, o grupo realiza debates com convidados relevantes. As teses, as dissertações, as monografias e os artigos científicos produzidos no âmbito do grupo de pesquisa enfatizam o papel do Direito, suas dimensões instrumental, substantiva, participativa e estruturante e sua relação com as políticas públicas. Por fim, o grupo insere-se no esforço de interlocução em rede com outros grupos de pesquisa, para contribuir, junto ao Governo Federal, na formulação normativa de projetos de lei e decretos.

Palavras-Chave: Políticas públicas. Análise institucional. Desenvolvimento. Gênero. Feminismos.

AUTOMAÇÃO DO AGRONEGÓCIO

Luciano Henrique Duque – UniCEUB, professor líder do grupo
luciano.duque@ceub.edu.br

Este grupo foi criado para desenvolver projetos no *campus* II do UniCEUB, na área de automação, com foco no agronegócio. Implementa-se um sistema de irrigação automática para aplicação em hortaliças e plantação de morangos, com automação para a agricultura familiar. No *campus* da Asa Norte, implanta-se um sistema de monitoramento aplicado a residências rurais e de baixa renda para maior controle, automação e melhoria da qualidade do consumo de energia elétrica.

Palavras-Chave: Eficiência energética. Automação. Agronegócio.

GRUPO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Luciano Henrique Duque – UniCEUB, professor líder do grupo
luciano.duque@ceub.edu.br

O projeto foi desenvolvido no *campus* da Asa Norte, do UniCEUB, com medições feitas pelo analisador de energia. Mapeou-se o gasto de cada bloco da instituição, e elaboraram-se medidas para redução do consumo de energia. Finalizam-se o levantamento de cargas elétricas, os cálculos para mudança das cargas e a instalação de painéis fotovoltaicos. O projeto foi aprovado na concessionária CEB e está em andamento. Concluíram-se as seguintes etapas: instalação da usina fotovoltaica, em 21/11/2016; instalação do aquecimento solar, em 18/11/2016; instalação de 80% das lâmpadas de *led*. Instalou-se uma usina fotovoltaica com capacidade de 40KW, localizada nos blocos 5 e 8, com 152 painéis e dois inversores de 20KVA cada um. Efetuam-se medições de radiação solar e de termografia, para avaliar a eficiência do sistema.

Palavras-Chave: Eficiência energética. Painéis fotovoltaicos. Termografia.

ENGENHARIA DE REABILITAÇÃO - GER

Luciano Henrique Duque – UniCEUB, professor líder do grupo
luciano.duque@ceub.edu.br

O grupo desenvolve um sistema de captação de sinais mioelétricos e, recentemente, apresentou uma fase do projeto à coordenadora do curso de Fisioterapia do UniCEUB, que demonstrou interesse em utilizar o sistema com evolução de tratativas conjuntas, junto à sua equipe de professores. Vários *games* foram desenvolvidos, com o objetivo de auxiliar as atividades de fisioterapeutas e a reabilitação de crianças. O sinal eletromiográfico é medido pela atividade elétrica presente no músculo, durante a contração e tem aplicações em áreas, como medicina, fisioterapia e educação física. Sua utilização como mecanismo de controle das próteses mioelétricas é o foco deste trabalho. Para tanto, foi desenvolvida uma prótese em teste em um paciente amputado. Além disso, uma prótese de membro superior com impressão em 3D está em fase de produção, e está em modelagem um *software* específico.

Palavras-Chave: Impressora 3D. Prótese. Sinais mioelétricos.

GRUPO DE ESTUDOS DO MERCOSUL

Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha – UniCEUB, professora líder do grupo
maria.rocha@ceub.edu.br
Elisa de Sousa Ribeiro Pinchemel – UniCEUB, professora líder do grupo
elisa.pinchemel@ceub.edu.br

Criado em 2003, o Grupo de Estudos do MERCOSUL é vinculado ao curso de pós-graduação em Direito do Centro Universitário de Brasília. Tem por objetivos a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão e de promoção de um debate qualificado sobre os diversos temas relacionados à integração regional. É coordenado pela professora doutora Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha e pela professora doutora Elisa de Sousa Ribeiro Pinchemel e tem a participação de professores, doutorandos, mestrandos e graduandos do curso de Direito, de Ciência Política e de Relações Internacionais do UniCEUB e de renomadas universidades brasileiras e estrangeiras. Ao todo, são dezenove doutores e dezessete mestres que atuam em suas respectivas áreas de pesquisa. O grupo conta com quatro grandes linhas: Direito Constitucional, Direito Privado, Direito Público e Política Internacional e Ciências Sociais. O endereço do grupo no CNPq, com dados atualizados, é dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9526236793165398.

Palavras-Chave: MERCOSUL. Integração regional. Direito Internacional. Direito Comparado.

INFRAESTRUTURA EM ENGENHARIA GEOTÉCNICA

Sandra Patricia Echeverria Fernandez – UniCEUB, professora líder do grupo
sandra.fernandez@ceub.edu.br
Jairo Furtado Nogueira – UniCEUB, professor pesquisador
jairo.nogueira@ceub.edu.br

O Grupo de Pesquisa em Infraestrutura Geotécnica – GPIG tem como objetivo desenvolver projetos e pesquisas com destaque para a área de Geotecnia, fazer análises e estudos de casos, visitas técnicas, produzir artigos, participar de feiras e congressos de Engenharia e ser referência em estudos geotécnicos no Brasil, além de realizar atividades que promovam o desenvolvimento da engenharia civil dentro e fora do UniCEUB. Atua na área de infraestrutura e engenharia geotécnica e abrange conteúdos referentes a fundações, mecânica dos solos, geotecnia, obras subterrâneas, hidrologia, barragens, pavimentação e obras de arte. Formado em 2015, já realizou atividades, como: palestras com a participação de professionais nacionais e internacionais de alta qualidade; artigos aceitos em congressos nacionais e internacionais, como o COBRAMSEG 2016 e o Congresso Ibero-latino-americano do Asfalto CILA 2017; participação em eventos, como a 45ª Reunião Anual de Pavimentação; visitas técnicas a diferentes obras; participação dos estudantes em PIC ou PIBIC. As atividades futuras são: minicurso de Excel, curso do *software* Geofine, curso de extensão em cálculo estrutural de fundações e organização de palestras em diferentes temas de interesse. Atualmente, o grupo conta com 8 professores entre mestres e doutores e 18 estudantes de diferentes semestres de Engenharia Civil do *campus* da Asa Norte e do de Taguatinga.

Palavras-Chave: Infraestrutura. Geotécnica. Engenharia Civil.

JUSTIÇA POLÍTICA, JUSPOSITIVISMO E JUSMORALISMO

Luís Carlos Martins Alves Júnior – UniCEUB, professor líder do grupo
luis.alves@ceub.edu.br
Ana Terra Teles de Carvalho – professora líder do grupo
anaterrateles@gmail.com

O grupo de pesquisa visa analisar a concretização normativa das prescrições constitucionais mediante a atividade jurisdicional, sob a perspectiva das teorias antagônicas do juspositivismo e do jusmoralismo. Com efeito, o objeto de estudo será a análise das decisões judiciais constitucionais e a sua compatibilidade com o texto constitucional. Serão dois os grandes marcos teóricos: os doutrinadores juspositivistas e os jusmoralistas. A finalidade da pesquisa é a verificação da concretização normativa do texto constitucional a partir das decisões judiciais emanadas dos órgãos do Poder Judiciário, especialmente as oriundas do Supremo Tribunal Federal, com a feitura de um juízo de adequação entre o enunciado constitucional e a norma. Neste ano de 2018, o grupo tem analisado os votos do ministro Moreira Alves proferidos na época em que judicava no Supremo Tribunal Federal, de sorte a analisar se esses votos eram coerentes, consistentes e convincentes à luz do texto da Constituição, das circunstâncias fáticas e dos valores sociais intersubjetivamente compartilhados.

Palavras-Chave: Direito Constitucional. Jurisdição constitucional. Direitos fundamentais. Política moral.

LEI E SOCIEDADE

Frederico Augusto Barbosa da Silva – UniCEUB, professor líder do grupo
frederico.silva@ceub.edu.br
Larissa Maria Melo Ambrozio de Assis – UniCEUB, professora líder do grupo
larissa.assis@ceub.edu.br

O grupo *Lei e sociedade* tem como finalidade o debate e a produção de material sobre a relação entre a lei e a sociedade, especialmente a estabelecida pelo Estado. As linhas de pesquisa atuais são Corrupção e Democracia e Direito e Linguagem a partir do debate de referenciais teóricos, tais como Ronald Dworkin, Pierre Bourdieu e Bruno Latour. A produção inclui trabalhos de iniciação científica, orientação de monografias de graduação, dissertações de mestrado, participação em congressos nacionais e internacionais, livros e artigos publicados referentes às linhas de pesquisa.

Palavras-Chave: Estado. Democracia. Processo de tomada de decisão. Teoria da argumentação jurídica. Políticas públicas.

NÚCLEO DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS (NEC): TEORIA FEMININA DA CONSTITUIÇÃO

Christine Oliveira Peter da Silva – UniCEUB, professora líder do grupo
christine.silva@ceub.edu.br

Apresenta-se à comunidade acadêmica uma teoria feminina da Constituição para o Brasil, justificada pela constatação de que o direito constitucional brasileiro ainda não assimilou os pressupostos e as exigências do movimento feminista, especialmente quanto ao compromisso pela efetividade dos direitos fundamentais das mulheres, motivo pelo qual se torna necessária e desejável a análise mediante o paradigma crítico-normativo e por meio da metodologia das ondas de manifestação. Para atingir tal desiderato, foram estudadas as diferenças semânticas entre as concepções *feminista* e *feminina*, com a finalidade de propor a tradução feminina dos conceitos de Hermenêutica Constitucional e da Teoria da Constituição, além de propor a crítica feminina à jurisprudência constitucional da Suprema Corte brasileira. Uma teoria feminina da Constituição vincula-se, epistemologicamente, no plano semiótico, a uma abordagem pragmática, e, no plano ideológico-filosófico, ao feminismo cultural. A pergunta epistemológica central que moveu a pesquisa, cujos resultados foram apresentados em trabalhos científicos, artigos, monografias de conclusão de curso, projetos de iniciação científica, seminários, palestras, cursos de curta duração, entre outros, pode ser resumida em qual seria a diferença, se é que existe, entre a abordagem feminista e a feminina. A resposta é a chave de compreensão mais relevante da teoria feminina da Constituição, de modo que deve ser objeto de intenso e incansável debate. A contribuição almejada não poderia ser outra senão registrar o estado da arte das reflexões, com o intuito de instigar o pensamento crítico de todas e todos que queiram dele tomar parte, pois um dos pressupostos da hermenêutica feminina, forjada na terceira onda do movimento feminista, é a força do diálogo e da intersubjetividade em um ambiente de pluralidade e interseccionalidade. Toda pessoa feminina, não importando o sexo ou a tendência sexual, deveria ser também feminista, pois o feminismo é tão abrangente e tem tantas e tão múltiplas formas de manifestação que é uma ideologia acolhedora a todos os seres humanos e não humanos que vivem no planeta Terra. Sobre os espaços geográficos da luta feminista, as respostas serão mais convergentes, pois, embora algumas feministas, realmente, acreditem que somente a luta na esfera pública pode ter resultados mais efetivos para o movimento, as experiências feministas de mais de um século e o avanço da sua terceira onda estão a exigir uma transformação da própria abordagem feminista e um deslocamento tanto para ambientes geográficos privados e íntimos dos indivíduos quanto para os institucionais, abrangendo todos os espaços possíveis, os quais passam a ser equiparados, em importância e necessidade, aos âmbitos públicos e quase públicos. A relação entre humanismo e feminismo é radical. Ambos os movimentos são abastecidos pelas mesmas fontes históricas e culturais e são desafiados pelos mesmos interlocutores oponentes. Muito embora a pauta humanista possa ser considerada mais abrangente do que a feminista, em termos mais estreitos de pontuação histórica, a luta de ambos os movimentos, nos últimos dois séculos, atesta mais interseções do que oposições, mais perpendiculares do que paralelos. Há múltiplas possibilidades de pesquisa de um tema tão vasto, mas é importante ressaltar que a abordagem teorética-constitucional, pela perspectiva do gênero feminino e na consciente abordagem feminista, foi o caminho escolhido para a pesquisa.

Palavras-Chave: Direito Constitucional. Teoria feminina da Constituição. Gerações de direitos fundamentais. Ondas do movimento feminista.

POLÍTICA CRIMINAL
CRIMINOLOGIA E ARTE
CINEMA & CRIMINOLOGIA: SEMÂNTICAS DO CASTIGO

Bruno Amaral Machado – UniCEUB, professor líder do grupo
bruno.machado@ceub.edu.br
Cristina Maria Zackseski – UnB, professora líder do grupo
cristinazbr@gmail.com

O livro *Cinema e criminologia: semânticas do castigo*, coordenado por Bruno Amaral Machado, Cristina Zackseski e Evandro Piza e editado em parceria com Marcial Pons e FESMPDFT, integra o projeto editorial *Direito, transdisciplinaridade & Pesquisas sociojurícias*, na linha Criminologia e Arte, do grupo de pesquisa Política Criminal. O eixo central é a punição, mais especificamente, as distintas semânticas de *castigo*. Os discursos criminológicos contemporâneos não se ocupam, exclusivamente, da punição institucionalizada, mas, sim, do sofrimento de todos os dias, dos castigos autoimpostos, de suas peculiaridades, consequências e formas de constituir os mundos reais ou ficcionais. Em uma leitura fenomenológica, deve-se considerar que a experiência do castigo recomenda ir além do visível e explicitado. Pensar as semânticas do castigo supõe levar em conta extenso repertório de práticas e atitudes construídas por atribuição e compartilhamento de sentidos a rituais, contextos sociais e instituições. Supõe-se considerar uma categoria plural com variações locais relevantes, nem sempre de fácil cognição ou descrição. Na primeira parte, intitulada *Experiências do castigo*, reúnem-se os artigos que abordam múltiplas vivências da punição e as circunstâncias que orientam a aplicação das penas ou a exclusão de determinados setores sociais do controle punitivo. Na segunda parte, intitulada *O castigo entre gênero, raça e classe social*, há as contribuições que exploram diferentes significados sobre o castigo, sob perspectivas de gênero, raça ou classe social. Na terceira parte**,** *Para além do castigo: tradição, distopias e globalização do castigo*, os autores recuperam diferentes visões sobre o castigo que permitem confrontar tanto os resquícios do debate na modernidade quanto os efeitos da globalização sobre as novas tecnologias do castigo.

Palavras-Chave: Cinema. Criminologia. Castigos. Raça. Gênero.

POLÍTICA CRIMINAL
CONTROLE PENAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: HORIZONTES TEÓRICOS E EXPERIÊNCIAS COMPARADAS

Bruno Amaral Machado – UniCEUB, professor líder do grupo
bruno.machado@ceub.edu.br
Cristina Maria Zackseski – UnB, professora líder do grupo
cristinazbr@gmail.com

A partir de projetos de cooperação internacional do programa de mestrado e de doutorado em Direito e Políticas Públicas do UniCEUB com distintas universidades, o grupo *Política criminal* promoveu seminários e eventos com estudiosos e lideranças acadêmicas no campo de estudos da justiça criminal e da criminologia. O objetivo é debater temas centrais relacionados à intervenção penal como forma de política pública e fomentar o intercâmbio entre alunos do programa e pesquisadores do grupo com professores e pesquisadores de distintas universidades na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina. Assim, consolida-se a rede pesquisas com impactos na produção do grupo, dos mestrandos e dos doutorandos que pesquisam a temática. Os seminários foram oferecidos aos alunos do programa de pós-graduação do UniCEUB, e os *workshops*, aos pesquisadores do grupo. O projeto integra a linha de pesquisa do grupo Política Criminal. Foram estes os seminários e os *workshops* realizados com os seguintes pesquisadores: Máximo Sozzo (Universidade de Santa Fé, Argentina), em novembro de 2017, sobre a temática *Metamorfoses do castigo*; Marcela Aedo Rivera (Universidade de Valparaíso, Chile), em fevereiro de 2018, sobre a temática *Gênero, justiça juvenil e políticas públicas*; Roger Matthews (Universidade de Kent, Reino Unido), em abril de 2018, sobre a temática *O realismo crítico britânico*; Paul Hathazy (Universidade de Córdoba), em setembro de 2018, sobre a temática *Circulação internacional de políticas e transformação do Estado penal na América Latina*.

Palavras-Chave: Política. Justiça criminal. Experiências. Comparadas.

PRÁTICA PEDAGÓGICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Maria Eleusa Montenegro – UniCEUB, professora líder do grupo
maria.montenegro@ceub.edu.br
Eliete de Pinho Araújo – UniCEUB, professora líder do grupo
eliete.araujo@ceub.edu.br
Pesquisadores: Altair Stemler da Veiga; Ana Regina Melo Salviano; Celeida Belchior Garcia Cintra Pinto; Diego Borges de Carvalho; Jean Carmo Barbosa; Leilane Cristina de Melo Silva; Luciana Vitor Dias; Antônio Gomes Leitão; Daniel Alves da Silva
Estudantes: Ana Lis Rangel dos Santos; Gustavo Caséca Ruffo; Mariana Andrade Furtado

Este grupo de pesquisa é cadastrado no CNPq, desde 2004 e apresenta três linhas: *Profissão docente e práxis educativa*; *Psicologia da educação e prática pedagógica*; *Prática pedagógica e ensino de língua portuguesa*; *Arquitetura e educação*. Atualmente, em parceria com o curso de Arquitetura e Urbanismo, visa contribuir com a melhoria do ambiente escolar salutar e conta com catorze participantes, professores e alunos do UniCEUB e de outras instituições de ensino, sendo dois doutores, quatro mestres, dois com especialização, três graduados e três estudantes. O grupo já realizou a pesquisa *A relação entre a teoria e a prática no curso de Pedagogia*, que evidencia a relação entre a teoria e a prática pedagógica. Outra pesquisa *A formação do educador infantil: expectativas e necessidades das escolas* tem o objetivo de verificar a percepção de gestores, pais e professores quanto aos anseios desse nível de ensino, relacionando-a à formação do profissional. Os resultados demonstram que esse nível de ensino oferece profissionais qualificados; os pais consideram ser importante a formação continuada dos profissionais, tarefa do poder público; os professores afirmam estar satisfeitos com a profissão escolhida e capacitados para o trabalho. Um dos últimos trabalhos concluídos pelo grupo intitula-se *A subjetividade do estudante de licenciatura*, e um dos objetivos é verificar a preparação para a docência. Para isso, foram entrevistados concluintes, ingressantes, professores dos cursos de licenciaturas e da rede pública e particular de ensino. Os resultados apresentam que os alunos ingressaram no curso por vontade própria; afirmam gostar de ler, mas fazem, principalmente, as leituras obrigatórias; que não têm rotina de estudo, fazendo-o apenas nas horas vagas e, especialmente, no final do curso. A grade curricular é considerada inadequada e necessita de reformulação. Os resultados sugerem que os estudantes estão satisfeitos com o curso e que acreditam tornar-se bons profissionais. Os professores da educação básica encontram-se também satisfeitos com a profissão e, apesar dos desafios na prática pedagógica, consideram que o atual quadro da educação pode ser revertido com formulação de políticas públicas, aumento de investimentos na formação de professores e estabelecimento da relação entre a teoria e a prática nos cursos de licenciatura. Além disso, foi concluída a pesquisa *A sociedade e a violência nas escolas*, cujos principais resultados indicam que as pessoas diretamente envolvidas com o problema, ou seja, diretor da escola, professores, coordenadores pedagógicos, membro do Conselho Tutelar, ONG e representante da comunidade, disseram acreditar que há, na escola, vários tipos de violência, inclusive o *bullying*; a falta de estrutura familiar é considerada a principal causa da violência, o que tem gerado a evasão escolar e o baixo rendimento; foram indicados os projetos socioeducativos como forma de intervenção. Essas pesquisas são divulgadas em eventos científicos locais, nacionais e internacionais e publicadas em revistas científicas. O grupo lança o livro *A subjetividade do estudante de licenciatura*, resultado de quatro de suas pesquisas e dá continuidade ao trabalho sobre violência escolar, em um processo de intervenção no Colégio GISNO, da rede pública de ensino do Distrito Federal. Acredita-se que, dessa forma, o grupo presta contribuições para a reflexão sobre o papel do educador.

Palavras-Chave: Formação do professor. Prática pedagógica. Docência em Letras. Violência escolar. Arquitetura e Educação.

SAÚDE MENTAL, EDUCAÇÃO E SUBJETIVIDADE: DA PATOLOGIZAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUBJETIVO

Daniel Magalhães Goulart – UniCEUB, professor líder do grupo
daniel.goulart@ceub.edu.br

O grupo desenvolve trabalhos de pesquisa que relacionam os campos da saúde mental, da educação e do desenvolvimento humano, inserindo-se na discussão de alcances e desafios do processo da reforma psiquiátrica brasileira. As pesquisas realizadas partem de um posicionamento voltado à despatologização da vida e à superação da fragmentação dos processos humanos. Os referenciais da teoria da subjetividade, da epistemologia qualitativa e da metodologia construtivo-interpretativa, de González Rey, são utilizados como plataforma de pensamento. Pesquisa e ações profissionais têm sido articuladas em diferentes dispositivos institucionais da Rede de Atenção Psicossocial do Distrito Federal, tais como centros de atenção psicossocial e unidades de atenção primária em saúde. O grupo está envolvido em publicações científicas, tem participado de eventos nacionais e internacionais e organizado diferentes ações comunitárias com os serviços de saúde citados.

Palavras-Chave: Saúde mental. Educação. Subjetividade. Desenvolvimento subjetivo.

SAÚDE, EDUCAÇÃO E SUBJETIVIDADE NA FORMAÇÃO ACADÊMICA

Valéria Deusdará Mori – UniCEUB, professora líder do grupo
valeria.mori@ceub.edu.br
Luciana de Oliveira Campolina – UnB, professora líder do grupo
campolina.luciana@gmail.com

Os trabalhos de pesquisa do grupo problematizam a visão hegemônica da formação acadêmica, como técnica e instrumental, que dissocia a prática da teoria. Busca-se investigar a formação profissional articulada à formação integral da pessoa e aos processos do desenvolvimento humano. Os processos educativos que participam da formação também são problematizados, pois restringem-se à transmissão de conteúdos que pouco promovem a reflexão dos estudantes em relação ao seu campo de conhecimento e à realidade social e cultural. Em 2017, o grupo iniciou rodas de conversa com estudantes de graduação em Psicologia, para conhecer suas diferentes representações sobre sua formação. Além disso, foram realizadas duas atividades que promoveram a discussão sobre a dialogicidade nos espaços de ensino superior com alunos de diferentes semestres do curso de Psicologia. Como resultado das reflexões, dois capítulos foram produzidos com os alunos de graduação que participam do grupo de pesquisa, a ser publicados, em 2019, no livro do grupo de pesquisa *Subjetividade e educação*, da ANPEPP, do qual as duas coordenadoras fazem parte.

Palavras-Chave: Subjetividade. Educação. Formação. Ensino superior.

situ-AÇÕES

Sávio Tadeu Guimarães – UniCEUB, professor líder do grupo
savio.guimaraes@ceub.edu.br

O grupo de pesquisa *situ-AÇÕES* apresenta-se como suporte fundamental para aglutinar pesquisadores, docentes e alunos por meio da concentração em campos de investigação específicos. O objetivo é estimular a organização de atividades de debate e seminários, em que é possível discutir as questões correlatas ao campo temático, ampliando e atualizando as abordagens. Atuando entre as linhas de pesquisa *Cidade, infraestrutura urbana, tecnologia e projeto* e *Teoria, história e projeto da habitação*, o grupo desenvolve trabalhos mediante dois projetos de pesquisa, *Interações e intervenções espaciais contemporâneas: entre dogmas e insurgências* e *Espaços públicos plurais contemporâneos: entre formas e interações*, nos quais, a partir de campos, como as cidades de Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Lisboa, é possível uma abordagem em regiões de fronteira entre a arquitetura e o urbanismo, como suas dimensões socioespaciais e socioculturais. Entre as atividades específicas, destacam-se três projetos de iniciação científica apoiados e financiados pelo UniCEUB e pelo CNPq, elaborados com alunos do UniCEUB e em fase de finalização, um projeto de iniciação científica vinculado ao mestrado em Arquitetura e Urbanismo do UniCEUB e em fase de inicialização, com a participação de alunos da Instituição, além de um projeto de iniciação científica apoiado e financiado pela FAP-DF e em desenvolvimento, com a participação de alunos do UniCEUB e professores da PUC – Minas, de Belo Horizonte, e da Universidade Nova de Lisboa, sediada em Portugal. Além disso, o grupo realiza, entre suas atividades, encontros semanais com alunos e professores vinculados, voltados à discussão de temas relacionados às duas linhas de pesquisa.

Palavras-Chave: Arquitetura. Urbanismo. Intervenções arquitetônicas. Intervenções urbanas.

SUSTENTABILIDADE NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Maruska Tatiana Nascimento da Silva Bueno – UniCEUB, professora líder do grupo
maruska.silva@ceub.edu.br
Jairo Furtado Nogueira – UniCEUB, professor líder do grupo
jairo.nogueira@ceub.edu.br

A temática *sustentabilidade* envolve diversas áreas de conhecimento, é de suma importância para todos os profissionais compreenderem onde este conceito pode ser realmente inserido. Percebe-se a facilidade na qual diversos profissionais atribuem como sustentáveis soluções que são, muitas vezes, economicamente viáveis e socialmente justas, porém não são aceitáveis tecnicamente ou vice-versa. Partindo desse pressuposto, o grupo visa esclarecer quais soluções são realmente sustentáveis, ou seja, se atendem aos requisitos técnicos, econômicos e financeiros. As últimas pesquisas realizadas foram estudos que utilizaram fibras de garrafa PET misturadas a solo e asfalto, tendo em vista melhorar as condições de capacidade de suporte para pavimentos. Percebeu-se, claramente, o quanto essas misturas são promissoras, pois atendem a diversos requisitos para o uso desses materiais em obras rodoviárias. Os ensaios realizados no UniCEUB e na NOVACAP mostraram que as normas exigidas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte atenderam, com sucesso, aos requisitos exigidos. Além disso, essas obras necessitam de grande quantidade de solo, então a utilização de fibras de garrafas PET nessas misturas proporcionaria imensa redução de resíduos no meio ambiente, especialmente nos aterros sanitários, que devem receber, em sua maior carga, resíduos sólidos urbanos; ademais, corroboram para a notória melhora nos valores do Índice de Suporte Califórnia - ISC, no desgaste do asfalto, entre outros fatores. Os membros do grupo buscam entender quais soluções são realmente indicadas para o enquadramento no conceito apropriado de *sustentabilidade* para a construção civil e não somente em um ou dois aspectos. Todos os pesquisadores têm a certeza de que o equilíbrio deve existir.

Palavras-Chave: Construção civil. Sustentabilidade. Pesquisa.

TEORIA E PRÁTICA PSICANALÍTICA

Marcos Chedid Abel – UniCEUB, professor líder do grupo
marcos.abel@ceub.edu.br

O grupo *Teoria e prática psicanalítica* está em funcionamento desde 2012. As reuniões são semanais, e os temas, semestrais. Atualmente, a pesquisa em vigência é *Sexualidade e Psicanálise*. O grupo faz apresentações e publicações de trabalhos e participa de seminários nacionais e internacionais, além de intercâmbios. Também atua no curso de pós-graduação *lato sensu* em Teoria Psicanalítica, iniciado em 2004, com a 21ª turma, coordenado por Marcos Abel, também participante como docente, assim como Ciomara Schneider e Leonor Bicalho. O grupo fez a leitura de Lacan, de 2015 a 2016, com reuniões semanais, e dedicou-se ao Seminário 4 sobre *A relação de objeto*, dirigido por Gustavo Ribeiro. Foi continuado por Marinês Popovic, Meiri Magalhães e Silene Lozzi e finalizado em 2016. O curso de extensão Psicanálise e Literatura foi ministrado, em 2016, por Vera Ribeiro, e Introdução à Psicanálise, em 2014, 2015, por Marcos Abel.

Palavras-Chave: Psicanálise. Cultura. Epistemologia. Tratamento psíquico.

MESAS-REDONDAS

AS INTERFACES DO *COACHING*: EDUCAÇÃO E INCLUSÃO SUPERIOR

Ana Regina Melo Salviano – UniCEUB/ICPD
ana.salviano@ceub.edu.br
Elina Dalva de Souza Barbosa Paes Landim – UniCEUB/ICPD
elinadalva@gmail.com
Clarisse Siqueira Evaristo Boschini – UniCEUB/ICPD
clarisseseb@gmail.com

Este trabalho trata da análise e da compreensão dos fundamentos e das interfaces do *coaching*, da educação e da inclusão de pessoas com deficiência, do mundo do trabalho, da inserção do pedagogo na gestão de pessoas e da sua atuação nos processos de treinamento e desenvolvimento por meio do debate sobre os desafios de educadores, profissionais e empresários. A educação é fundamental no desenvolvimento do ser humano e é entendida como um bem social que transforma a sociedade. Ocorre em diversos ambientes e vai além dos conteúdos ministrados. Cada indivíduo traz consigo os conhecimentos adquiridos ao longo da vida, a partir de suas próprias experiências aliadas aos estudos e às demais oportunidades de aprendizado. As interfaces com outras áreas do conhecimento favorecem a construção e a mediação do saber e do fazer articulado com o princípio do ato de educar e ensinar, pois propiciam uma visão integradora para que se possam maximizar seus resultados com base na otimização de seus próprios recursos, tanto nos aspectos técnicos e emocionais e nos relativos às abordagens para apoiar os profissionais de qualquer área de atuação, visando ao desenvolvimento da carreira, ao fornecimento da informação, ao interesse nos pontos da resolução de problema, do mundo do trabalho, da inclusão de pessoas com deficiência e, além disso, desenvolver a competência por meio da inserção do pedagogo na gestão de pessoas, no treinamento e no desenvolvimento. Assim, considera-se o universo sistêmico do *coaching*, que inspira avançar, entre outros recursos, mediante a abordagem por competências. A pedagogia e o *coaching* comungam na perspectiva construtivista, quando se considera que o conhecimento se faz progressivamente, por meio das interações entre os sujeitos e o meio. Desta forma, visa-se estabelecer a direção, as metas, as tarefas e os obstáculos para o resultado que se pretende alcançar. Observa-se que este contexto que será confrontado, e, sobretudo, propício a reflexões, utiliza-se da maiêutica socrática, com o fim de instigar o sujeito a dar sentido a ações que não eram significativas a partir da tomada de consciência do que é importante e do mundo do trabalho. As empresas ainda não estão preparadas para receber pessoas portadoras de deficiência, portanto esse é um dos desafios, pois lida-se com o preconceito dos gestores e dos demais funcionários. A metodologia empregada é de caráter qualitativo-quantitativo, com entrevistas, questionários e consultas ao sítio LinkedIn. Os resultados indicam que os critérios para o encaminhamento nas empresas serviram para conscientizar gestores e funcionários a respeito da inclusão de pessoas com deficiências. Os dados analisados corroboram que se tenha novo olhar para a inserção do pedagogo nas empresas e nas organizações gerais para que, efetivamente, possam atender, com qualidade, seus colaboradores.

Palavras-Chave: ***Coaching*. Educação. Inclusão superior.**

O ENCONTRO DO BRASIL COM O HAITI: RECONSTRUÇÃO, MIGRAÇÃO E NEGRITUDE NAS AMÉRICAS

Renata de Melo Rosa – UniCEUB/FAJS
renata.rosa@ceub.edu.br
Marília Lima Pimentel Cotinguiba – UNIR
marhil@unir.br

Este projeto de cooperação e mobilidade internacional tem como objetivo realizar intercâmbio de graduandos e doutorandos ao Haiti, com a finalidade de qualificá-los em suas pesquisas e trabalhos de conclusão de curso, a respeito da história do negro nas Américas, da migração haitiana ao Brasil e da presença do Brasil no Haiti, por meio de sua participação na MINUSTAH, ocorrida entre 2004 e 2017. Para tanto, formou-se uma rede de professores e universidades associadas no Brasil, no Haiti e em Portugal, representada pelas professoras Marília Pimentel, da Universidade Federal de Rondônia, e Daniela Nascimento, da Universidade de Coimbra, e pelos coordenadores associados no Haiti, professores Jean Casimir e Obrillant Damus, da Université D´État D'Haiti, e professora Mirlande Manigat, da Université Quisqueya, tutores de todos os estudantes que, até o momento foram ao Haiti, às cidades de Port-au-Prince e Port-de-Paix. Além disso, o projeto integra as missões de trabalho da equipe brasileira ao Haiti e da equipe haitiana ao Brasil sobre: construção de política bilateral sólida entre o Brasil e o Haiti a partir da participação ativa da academia tanto no que se refere à reconstrução do Haiti quanto no que diz respeito ao aprimoramento das leis migratórias no Brasil e aos problemas comuns à população negra dos dois países; intercâmbio entre graduandos do Brasil ao Haiti, com vistas a compartilhar os desafios comuns à diáspora negra das Américas e propor soluções conjuntas de superação dos principais problemas de desenvolvimento detectados; mapeamento da situação migratória haitiana no Brasil de maneira eficaz para a melhoria das condições de vida da diáspora haitiana no Brasil; elaboração de um plano de ação para o desenvolvimento econômico e social do Haiti, em especial para as cidades de Port-au-Prince e Port-de-Paix, indicando as áreas prioritárias e os principais fundos de apoio. O intercâmbio com o Haiti envolve uma abordagem multidisciplinar e diferenciada, a qual inclui não apenas a convergência intelectual e metodológica a respeito da história da diáspora negra nas Américas, mas também a busca de uma cooperação bilateral concreta que contribua para o desenvolvimento do Haiti e que gere impacto social na população dos dois países. Portanto, a proposta não está atrelada apenas ao intercâmbio de docentes e discentes, mas também ao compromisso de graduandos e pesquisadores em colaborar para o desenvolvimento econômico do Haiti por meio da habilitação com qualidade aos recursos da comunidade internacional doados ao Haiti, após o terremoto de 2010. A compreensão é que as academias brasileira, portuguesa e haitiana tenham meios efetivos de contribuir, concretamente, para o desenvolvimento do Haiti.

Palavras-Chave: Haiti. MINUSTAH. Mobilidade acadêmica. Cooperação internacional.

PESQUISA E SUSTENTABILIDADE: SOLUÇÕES PRÁTICAS NA ENGENHARIA E NA ARQUITETURA ALIADAS ÀS MUDANÇAS DE PARADIGMAS

Maruska Tatiana N. S. Bueno – UniCEUB/FATECS
maruska.silva@ceub.edu.br

O desenvolvimento de qualquer tecnologia depende, diretamente, da pesquisa, pois é por meio da descoberta de novos caminhos que o conhecimento pode ser disseminado e novas técnicas podem ser criadas, assim como as antigas podem ser aprimoradas. A sustentabilidade corresponde a um conceito que tende a ser inserido em todas as áreas de estudo e, aliada à pesquisa, torna-se fundamental, no entanto ainda existem muitas ideias dispersas, vinculadas ao que se diz como soluções sustentáveis ou não. Os profissionais que se encontram no mercado de trabalho e que têm experiência em projetos e obras de engenharia e arquitetura podem contribuir para a melhoria das pesquisas nas instituições de ensino. Baseado nesse pressuposto, o grupo de pesquisa em sustentabilidade na construção civil busca, por meio de estudo e prática, com alunos, empresas parceiras e profissionais habilitados, gerar soluções sustentáveis para projetos e obras. No entanto, percebe-se a real necessidade de mudança de paradigma para que tais soluções sejam inseridas no mercado de trabalho. Esta mesa-redonda tem como objetivo principal proporcionar discussões entre profissionais que já se encontram na ativa e com jovens pesquisadores que apresentem sobre o que realmente é sustentável ou não no contexto da engenharia civil e da arquitetura.

Palavras-Chave: Sustentabilidade. Engenharia Civil. Arquitetura.

MINICURSOS

INTRODUÇÃO À ANÁLISE DE DADOS USANDO A BIBLIOTECA PANDAS DO PYTHON: INVESTIGANDO CONTAS PÚBLICAS

Pedro Henrique Rodrigues Mendes– UniCEUB/FATECS
pedro.mendes@sempreceub.br

O mundo passa por uma revolução profunda em que as decisões são baseadas por dados tantos históricos (Business Intelligence) quanto futuros (Data Science), então cabe aos profissionais já estabelecidos e aos novos nas diversas áreas do conhecimento basear suas decisões por meio de dados a fim de que se tornem *data scientist*, ou seja, um profissional que é a mistura de desenvolvedor de *software* e estatístico e que correlaciona seu conhecimento com outras áreas. Com auxílio da linguagem de programação Python, aliada à biblioteca Pandas, analisa-se e manipula-se extensa base de dados que uma planilha de Excel faria com dificuldade. Mediante o contexto atual de eleições e a grande desconfiança voltada à classe política, é possível guiar os votos por dados, ou seja, realizar uma análise exploratória dos dados abertos sobre as Cotas para Exercício da Atividade Parlamentar dos Senadores, disponíveis no *web site* de transparência do Senado.

Palavras-Chave: Python. Data Science. Dados abertos. Biblioteca Pandas. Business Intelligence.

INTRODUÇÃO À ANÁLISE DE DADOS COM PYTHON E PANDAS

João Alexandre Vaz Ferreira – UniCEUB/FATECS
joao.avf@gmail.com

Trata-se de oficina para iniciantes em Pandas, inclusive para não programadores, que ensinará as competências fundamentais a fim de que os alunos sejam capazes de manipular dados e gerar suas próprias visualizações e análises. O material da oficina será na linha do exposto nos *links*:
https://www.kaggle.com/joaoavf/iesb-hands-on-machine-learning-aula-01
https://www.kaggle.com/joaoavf/introducao-a-analise-de-dados

Palavras-Chave: Pandas. Python. Análise de dados. Visualização de dados.

PALESTRAS

COMPUTAÇÃO FUZZY

William Roberto Malvezzi – UniCEUB/FATECS
william.malvezzi@ceub.edu.br

A terminologia *lógica fuzzy* ou *teoria fuzzy* foi apresentada em um artigo em que foram introduzidos os conceitos concernentes aos conjuntos *fuzzy* por Lotfy Zadeh, em 1965. A partir daí, tem-se observado um incremento em sua aplicação nas mais variadas áreas, tais como inteligência artificial, medicina, economia, engenharia, entre outras. A Teoria *fuzzy*, contudo, é explorada, desde os anos 1920, por Lukasiewicz e Tarski, como lógicas infinitamente valoradas. Um conceito *fuzzy*, em regra, expressa que o conceito seja vago, sem uma precisão em sua significância, sem, entretanto, ser inteiramente sem sentido. Contrapondo-se à tradicional, a lógica *fuzzy* pode ter um valor de verdade que varia em grau de pertinência entre 0 e 1. Nessa palestra, será apresentada uma introdução sobre a teoria dos conjuntos *fuzzy* e suas principais aplicações na atualidade e em potenciais áreas de aplicação no futuro. Finalmente, serão apresentados alguns resultados concernentes a esses conceitos, e demonstrados exemplos de sua aplicação para resolução de problemas cotidianos.

Palavras-Chave: Inteligência computacional. Teoria *fuzzy*. Lógica *fuzzy*.

PALESTRA: DESMISTIFICANDO O DEEP LEARNING

Erick Muzart Fonseca dos Santos – UniCEUB/FATECS
erickmf@tcu.gov.br

Apresenta-se o estado da arte em aplicações de Deep Learning (redes neurais artificiais de múltiplas camadas), com foco em exemplos de visão computacional. Serão analisadas fontes para aprender a utilizar as técnicas mais avançadas do aprendizado automático, como MOOC (Coursera, Udacity, etc.) e o grupo de estudo em Brasília, que acompanha os cursos da fast.ai. Realiza-se em conjunto uma demonstração de construção de um classificador de imagens, para distinguir fotos de cães e de gatos, utilizando exemplos de treinamento por meio de *transfer learning* de redes neurais pré-treinadas, oriundas de competições, como ImageNet. O *walk through* do código Python que utiliza o *framework* pytorch será realizado em cadernos Jupyter executados na plataforma Kaggle, de forma a ser facilmente reutilizável pelos estudantes, ainda que não disponham de GPU própria. A parte conceitual será exposta de forma intuitiva, sem embasamento matemático, utilizando experimentos computacionais. O participante poderá, ao final da oficina, treinar seu próprio classificador binário de imagens, utilizando fotos de seu interesse como dados de treinamento.

Palavras-Chave: Deep Learning. Aprendizado automático. Visão computacional.

DEVOPS

Pedro Henrique Vitoria Kuramoto – UniCEUB/FATECS
pedro.kuramoto.tit@caixaseguradora.com.br

Quantas vezes, ao utilizar-se um serviço inovador, um aplicativo de celular, um sistema de banco ou outra tecnologia, imagina-se: “Isso poderia fazer isso ou aquilo também! ”. O mercado não para, é ansioso e necessita, intensamente, de mudanças e inovações em quantidade de tempo cada vez menor. A transformação digital cria a sensação de atraso de forma constante e duradoura. A adoção de metodologia ágil beneficia entregas mais palpáveis e em menor tempo. Porém, o atrito comum entre a área de desenvolvimento e a de infraestrutura permanece. Nesse ponto, entra o DEVOPS, que é a junção das palavras “desenvolvimento” e “operação”. As práticas para implantação de uma cultura DEVOPS beneficiam a segurança, as entregas contínuas e, principalmente, o *faster mean time to recovery* (rápido tempo médio de recuperação). A adoção da cultura DEVOPS é fundamental para aumentar a qualidade, a segurança e a disponibilidade das aplicações.

Palavras-Chave: DEVOPS. Cultura. Engenharia de Software. Deployment. Qualidade.

ENGENHARIA DE DADOS

Vinicius Martins Leal – UniCEUB/FATECS
vinicius.leal@gmail.com

Os dados tornaram-se essenciais para a tomada de decisões nas empresas. Antigamente, vinham de fontes, como, pesquisas de *marketing*, análise de *feedback* de clientes, entre outros. Atualmente, o mundo gera dados dos *apps* dos dispositivos móveis, os experimentos gerados no *Large Hadron Collider* – LHC, com a colisão de partículas. Com isso, as organizações precisam de ferramentas, arquiteturas e profissionais capazes de tratar de grandes quantidades de dados e explorá-los de forma rápida e interativa. A Engenharia de Dados é um ramo do conceito de *big data*, que permite o processamento de dados, antes impossíveis de ser processados pelo fato de haver grande volume e variedade. Fazendo comparação entre o engenheiro de dados e o cientista e dados, o primeiro seria o construtor do carro de corrida, e o segundo, o piloto. Assim, serão apresentados conceitos sobre engenharia de dados, principais *frameworks* para processamento de dados massivo e paralelo, o que é *Data Ops*, além de demonstração da parte prática do processamento de dados em um ambiente *clusterizado*.

Palavras-Chave: Engenharia. Dados. Tomada de decisões.

PROCESSOS DECISÓRIOS NO MERCOSUL E SEUS EFEITOS NA APLICAÇÃO DO PROTOCOLO DE USHUAIA

Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha – UniCEUB/FAJS
maria.rocha@ceub.edu.br
Elisa de Sousa Ribeiro Pinchemel – UniCEUB/FAJS
elisa.pinchemel@ceub.edu.br

Sob a coordenação da professora doutora Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, a professora doutora Elisa de Sousa Ribeiro Pinchemel, a professora doutora Larissa Maria Melo Ambrozio de Assis, o professor doutor André Pires Gontijo e o professor mestre Júlio Edstron Santos tratam, de forma sistemática e analítica, do processo de tomada de decisões no âmbito do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e da sua influência na aplicação do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático. O estudo será aplicado aos casos da suspensão do Paraguai, em 2012, e da Venezuela, em 2017, mediante a declaração, por parte do organismo interacional, da quebra do regime democrático em suas soberanias e a consequente aplicação das limitações aos direitos dos referidos Estados no âmbito dos acordos de integração regional.

Palavras-Chave: MERCOSUL. Processo decisório. Democracia. Protocolo de Ushuaia.

MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

HABITAÇÃO EFÊMERA E DIREITO À MORADIA

Adriana Nunes de Alencar Souza – UniCEUB, mestranda em Arquitetura e Urbanismo
adriana.alencares@gmail.com
Leonardo Pinto de Oliveira – UniCEUB, professor orientador
leonardo.oliveira@ceub.edu.br
Maria Eleusa Montenegro – UniCEUB, professora coorientadora
maria.montenegro@ceub.edu.br

Trata-se, neste projeto, da habitação efêmera vinculada ao direito à moradia, de modo a servir de parâmetro a operadores do direito, arquitetos e urbanistas e demais profissionais afins ligados a esse tema, a fim de fomentar discussões enriquecedoras a respeito de questões relativas à cidade de Brasília enquanto bem tombado como patrimônio mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Os métodos utilizados são as pesquisas bibliográficas e documentais. O objetivo geral da análise de caso é saber por que a população de baixa renda opta por morar em áreas centrais de Brasília-DF, em habitações inadequadas e, a partir dessa investigação, relacioná-la com o direito à moradia no contexto da regularização fundiária. Por fim, examina-se como aplicá-la à investigação proposta. Utilizam-se entrevistas realizadas no local do estudo de caso, ou seja, em Brasília, Plano Piloto.

Palavras-Chave: Habitação social. Habitação efêmera. Direito à moradia.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM HABITAÇÃO SOCIAL NO SOL NASCENTE, TRECHO 2, DISTRITO FEDERAL

Ana Luiza Novais de Melo – UniCEUB, mestranda em Arquitetura e Urbanismo
ananovais.arq@gmail.com
José Galbinski – UniCEUB, professor orientador
Jose.galbinski@ceub.edu.br

A função original da moradia era proporcionar proteção, segurança e privacidade, mas, atualmente, para que seja realizada, como direito fundamental que é, deve ser constituída em local adequado e com qualidade ambiental. A pesquisa apresenta estudo sobre avaliações de desempenho de habitações de interesse social que passaram pelo programa de melhoria habitacional de assistência técnica, com estudos de caso destacados no Trecho 2 do Sol Nascente, Ceilândia, Distrito Federal. O desempenho da habitação é analisado por meio de medições para descrever o conforto ambiental na moradia, antes e depois dos projetos de melhorias, considerando as relações entre a arquitetura, as tipologias das habitações e os usuários. O trabalho apresenta conceitos e diretrizes relacionados ao direito à moradia na Constituição brasileira, junto com a arquitetura da habitação, em que a igualdade exigida nos direitos fundamentais e sociais é colocada à prova da singularidade de cada família e moradores de determinada residência. O direito à moradia está ligado diretamente à dignidade da pessoa humana, e a exigência de moradia digna acentua o déficit habitacional, cuja solução são as políticas públicas que devem visar ao bem social. A moradia será considerada adequada a partir do momento que respeitar a diversidade cultural, os padrões habitacionais próprios dos usos e dos costumes de comunidades, grupos sociais e época em que é construída, pois não pode ser dissociada dos aspectos econômico, social, cultural e ambiental. A pesquisa em andamento faz o levantamento de dados e a análise dos resultados.

Palavras-Chave: Assistência técnica. Melhoria habitacional. Avaliação de desempenho. Conforto ambiental.

OBTENÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA POR MEIO DE PAINÉIS FOTOVOLTAICOS EM ESCALA URBANA NO DISTRITO FEDERAL

André Luiz Primo Bertoletti – UniCEUB, mestrando em Arquitetura e Urbanismo
andbertoletti@gmail.com
Eliete de Pinho Araújo – UniCEUB, professor orientador
eliete.araujo@ceub.edu.br

Com a atual crise hídrica que assola o Distrito Federal, buscam-se alternativas que possam amenizar a recorrente situação. Com o período de seca cada vez mais duradouro e com os dias mais quentes, uma alternativa que poderia ajudar a reduzir custos a longo prazo é a instalação de painéis fotovoltaicos nas fachadas das edificações dos centros urbanos do DF, para a obtenção de eletricidade. O Distrito Federal tem período de chuvas curto, e, na maior parte do ano, a capital recebe intensa radiação solar. Essa característica, aliada ao fato de que a cidade tem centros urbanos majoritariamente compostos por grandes edificações com fachadas espelhadas, inutilizadas e com amplos terraços, justifica a pesquisa. Além disso, a instalação desses painéis reduziria o fenômeno das ilhas de calor causado pelo reflexo do sol nas fachadas espelhadas das edificações, amenizando a temperatura do local e melhorando a qualidade ambiental para os frequentadores das regiões próximas aos prédios. Para o enriquecimento do trabalho, estudam-se casos bem-sucedidos no mundo, relacionados ao tema proposto, e como a cidade poderia utilizar tais exemplos em sua realidade.

Palavras-Chave: Fotovoltaica. Energia. Fachadas. Brasília.

CASAS MODERNISTAS EM MONTES CLAROS (MG): DUAS FASES DA OBRA DE ANTÔNIO AUGUSTO BARBOSA MOURA

Dayodara Teixeira Reis – UniCEUB, mestranda em Arquitetura e Urbanismo
dayodara@hotmail.com
Sávio Tadeu Guimarães – UniCEUB, professor orientador
savio.guimaraes@ceub.edu.br

A arquitetura moderna é reconhecida como patrimônio cultural mesmo sem uma posição unânime sobre as formas de proteção e de ação para esses bens, já que, em alguns países, a legislação de patrimônio apresenta diversos entendimentos no que diz respeito ao tema. No Brasil, os movimentos de proteção foram iniciados na década de 1940, quando tiveram início os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. No que diz respeito ao patrimônio, a moradia traz consigo uma série de implicações sobre a vida e as pessoas que nela habitam, sendo considerada como elemento da organização social que, ao longo do tempo, incorpora significados diversos. Um desafio é o reconhecimento das edificações residenciais enquanto patrimônio, o que, antes, era atribuído apenas a monumentos. Para discutir a educação patrimonial na promoção de reconhecimento e valorização do patrimônio cultural na cidade de Montes Claros, MG, fazendo da arquitetura presença indispensável na construção permanente da identidade nacional, será aplicada a pesquisa bibliográfica, documental e o estudo de caso. A análise terá como enfoque seis casas com linguagem modernista do arquiteto Antônio Augusto Barbosa Moura em duas fases pré-definidas pelo seu filho, também arquiteto, Antônio Augusto Pereira Moura. A partir dos resultados encontrados, o trabalho apresenta uma discussão de como aplicar não apenas uma metodologia, mas também uma ferramenta de identificação e análise do estado de conservação de elementos característicos da linguagem modernista nas obras, ou seja, uma análise material do bem cultural.

Palavras-Chave: Modernismo. Conservação. Patrimônio.

ATERRO SANITÁRIO, CONFIGURAÇÃO URBANA E DEPOSIÇÃO IRREGULAR: O CASO DE BRASÍLIA-DF

Eveline dos Santos Guimarães – UniCEUB, mestranda em Arquitetura e Urbanismo
ineguimaraes@hotmail.com
Ana Paula Borba Gonçalves de Barros – UniCEUB, professor orientador
ana.barros@ceub.edu.br

A indústria da construção civil é geradora significativa de resíduos sólidos e tem um papel considerável na construção do futuro, pela necessidade do uso racional dos recursos naturais. Apesar do seu impacto socioeconômico, como a alta geração de empregos, renda, viabilização de moradias, infraestrutura, estradas e outros, carece de firme política para a destinação dos resíduos sólidos. A necessidade de garantir o destino apropriado desses resíduos produzidos nas obras aumenta a complexidade e a responsabilidade dos profissionais. Além disso, verifica-se que há dificuldade de atuação dos gestores com a carência de locais apropriados para a destinação final. Aponta-se também a questão da forma urbana que afeta a dinâmica das cidades tanto nos deslocamentos quanto na deposição final de resíduos. Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa é verificar em que medida a forma urbana interfere na localização das deposições irregulares de entulho, levando em consideração a distância geográfica dos subcentros da cidade de Brasília, DF, em relação aos aterros sanitários. Para tanto, serão mapeadas tais localizações por meio dos dados coletados nos órgãos públicos responsáveis e inseridas no Coogle Maps, para que, posteriormente, com base no mapa axial, sejam realizadas as análises destes pontos em relação aos índices gerados pelos mapas, tais como integração, conectividade. A pesquisa está na fase de coleta de dados, junto aos órgãos competentes, e o mapa axial a ser utilizado será o do grupo de pesquisa da UnB, Dimensões Morfológicas do Processo de Urbanização – DIMPU.

Palavras-Chave: Configuração urbana. Aterro sanitário. Deposição irregular. Resíduos. Brasília.

**PROPOSIÇÃO DE METODOLOGIA AVALIATIVA DE CALÇADAS:
UM ESTUDO DAS CALÇADAS DA ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS E DA QUADRA 107 SUL DE BRASÍLIA**

Hugo Oliveira Costa – UniCEUB, mestrando em Arquitetura e Urbanismo
eng.hugooc@gmail.com
Neusa Maria Bezerra Mota – UniCEUB, professora orientadora
neusa.mota@ceub.edu.br

O presente trabalho trata dos aspectos de acessibilidade e mobilidade urbana voltados a pedestres, de maneira a abranger as calçadas, os espaços e os recursos públicos disponíveis para a população que, em algum momento do seu dia, opta por não utilizar o transporte motorizado privado. Reconhecendo-se que os espaços disponíveis para a locomoção do pedestre são deficientes e que, dependendo das dificuldades individuais do usuário, isso se agrava, a hipótese do trabalho considera que tais problemas possam ser minorados com o interesse prévio e o investimento na fase de projeto das estruturas que oferecerão o livre caminhar pela cidade. A pessquisa tem como objetivo a proposição de avaliação de calçadas baseada em metodologias científicas, na normatização e na legislção vigente e em estudos urbanísticos com foco nos espaços urbanos para pedestres. Para alcançar este objetivo, foi realizado um estudo das calçadas da Esplanada dos Ministérios em Brasília, datadas da concepção da cidade, e das calçadas da quadra 107 Sul, reformadas no início de 2018. A escolha das áreas deveu-se a sua importância histórica e arquitetônica para a cidade e para o país, já que Brasília é considerada patrimônio histórico pela UNESCO. O estudo compara a realidade da cidade e das instalações de mobilidade pública das áreas selecionadas com o que é previsto na normatização e na legislação brasileira. A metodologia procura avaliar, de forma quantitativa, a qualidade do espaço, correlacionando sua utilização às várias características imprescindíveis dos espaços públicos. Os resultados dos levantamentos iniciais das calçadas apontam para critérios técnicos desatualizados, tomando como referência a data de sua concepção em relação à normatização e ao estado da arte atuais, demonstrando a necessidade de atualização das referidas instalações, de maneira a adequá-las às tecnologias disponíveis com prolongamento da sua vida útil e aumento da receptividade dos espaços aos usuários. Os estudos realizados em outras regiões do Brasil acrescentam boa base de comparação para o desenvolvimento deste trabalho, inclusive oferecem características a ser implementadas nos projetos de calçadas, de maneira a torná-las “adequadas” do ponto de vista da acessibilidade.

Palavras-Chave: Mobilidade. Metodologia. Planejamento.

METODOLOGIA PARA DIMENSIONAMENTO DE PAVIMENTO PERMEÁVEL

Luana Moreira – UniCEUB, mestranda em Arquitetura e Urbanismo
luanamoreira9@hotmail.com
Neusa Maria Bezerra Mota – UniCEUB, professora orientadora
neusa.mota@ceub.edu.br

Alguns desastres naturais, como alterações climáticas, enchentes e alagamentos, são consequências e reflexos da grande urbanização e ocupação desenfreada das cidades. Em razão disso, as áreas de infiltração ou áreas permeáveis em centros urbanos diminuem gradualmente, e o solo fica cada vez mais impermeável. Uma das soluções empregadas pelos órgãos públicos para solucionar este problema está na instalação de sistemas de drenagem com a execução sarjetas nos lados adjacentes das rodovias, que têm a função de conduzir a água para áreas permeáveis. Contudo, esta prática apenas faz que a enchente se direcione para outro lugar, mudando a localização do problema. Nos dias atuais, para evitar mais desastres causados pelo escoamento superficial das águas pluviais, é indispensável a busca por alternativas que sejam sustentáveis e que otimizem o espaço urbano. Assim, a presente pesquisa sugere a construção de pavimentos permeáveis como meio para reduzir ou solucionar os problemas causados por escoamento superficial da água da chuva em edificações, além de apresentar uma metodologia para dimensionar o pavimento permeável de acordo com as características dos materiais utilizados. O pavimento permeável atende às solicitações de esforços mecânicos de carga de rolamento de veículos e pedestres e, ao mesmo tempo, permite a infiltração da água no solo, evitando o escoamento superficial, sem causar dano à sua estrutura. Este tipo de pavimento é ideal para ser executado em estacionamentos e calçadas, onde, geralmente, a carga gerada pela circulação de veículos e pessoas não é elevada.

Palavras-Chave: Pavimento permeável. Drenagem urbana. Dimensionamento.

A QUESTÃO URBANA E O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: REFLEXÕES SOBRE O PLANO PILOTO DE BRASÍLIA

Maria Eduarda Vasconcelos de Almeida – UniCEUB, mestranda em Arquitetura e Urbanismo
maria.eduarda@reis.arq.br
Ana Paula Borba Gonçalves Barros – UniCEUB, professora orientadora
ana.barros@ceub.edu.br

A pesquisa tem como objetivo estabelecer parâmetros para avaliar a relação da qualidade de vida dos idosos com o espaço urbano público existente – como é percebida a interferência do espaço urbano na superquadra com as demandas e as particularidades da terceira idade, em termos sociais, psicológicos e comportamentais. Será feita a análise da relação da população idosa em crescimento nas quadras tradicionais do Plano Piloto com o espaço urbano para que se possa, posteriormente, traçar um paralelo entre o planejamento urbano da cidade, as condições e o momento histórico e social nos quais esse planejamento foi pensado, as projeções, os conceitos do urbanismo contemporâneo aplicados à melhoria da qualidade de vida dos idosos e a realidade que vivemos em Brasília. O estudo será desenvolvido a partir de pesquisas com idosos de ambos os sexos, acima de 60 anos e independentes. Será apresentado um questionário sociodemográfico, impresso, para avaliação analítico-descritiva, quantitativa e qualitativa, a ser preenchido e entregue na quadra residencial, com cerca de 30 idosos moradores da mesma superquadra. A pesquisa encontra-se em fase de organização de referências e de bibliografia, leitura de livros, artigos e textos e coleta de informações, de maneira a melhor definir e restringir a área de abrangência.

Palavras-Chave: Configuração urbana. Envelhecimento populacional. Plano Piloto. Brasília.

CONTRIBUIÇÕES PARA A PERCEPÇÃO DO PROJETO ARQUITETÔNICO RESIDENCIAL

Maria Fernanda de Siqueira Del'Isola – UniCEUB, mestranda em Arquitetura e Urbanismo
contato@mfdelisola.com.br
Leonardo Pinto de Oliveira – UniCEUB, professor orientador
leonardo.oliveira@ceub.edu.br

Este trabalho trata dos problemas que ocorrem durante as fases do processo de projetação do edifício e a posterior execução da obra, em que se distancia o desejo do real. Os equívocos na perspectiva do cliente leigo se pautam, principalmente, pela não compreensão do projeto do objeto a ser construído e, na perspectiva do arquiteto projetista, pelo não entendimento das demandas do cliente, principalmente na questão de o leigo não ter compreendido algo como um ambiente ou serviço e solicitar a retirada ou a demolição. O problema é que, independentemente do avanço tecnológico da representação, mantém-se o distanciamento entre as demandas de projeto e a realização do objeto, observadas pela insatisfação. Esse distanciamento pode ocorrer pela diferença de custo, estética, dimensão, espacialidade e funcionalidade dos ambientes. Outro objetivo do presente trabalho é criar um recorte nas análises de como é realizado o processo de comunicação entre arquiteto e cliente leigo. Além disso, o estudo analisa quais ferramentas e técnicas são utilizadas nas representações do projeto arquitetônico residencial, em relação à sua melhor compreensão pelo cliente e pelo arquiteto. Com o melhor entendimento pelas partes das dimensões e dos processos, haverá um incremento do entendimento do projeto, o que se fará pela elaboração de uma cartilha.

Palavras-Chave: Processo de projetação. Avanço tecnológico. Projeto arquitetônico.

A INFLUÊNCIA DA CONFIGURAÇÃO URBANA NO CAMINHAR NOS COMÉRCIOS LOCAIS DO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA

Natália Costa Araujo – UniCEUB, mestranda em Arquitetura e Urbanismo
natalia.a.arquiteta@gmail.com
Ana Paula Borba Gonçalves Barros – UniCEUB, professora orientadora
ana.barros@ceub.edu.br

Esta dissertação tem como objetivo verificar em que medida o desenho dos comércios locais das superquadras da Asa Sul e da Asa Norte do Plano Piloto de Brasília, cuja característica se delineia mediante as premissas modernistas, são convidativos ou não aos deslocamentos a pé. Para tanto, serão realizados os seguintes levantamentos: uso e ocupação do solo; número de portas; contagem de pedestres; aplicação de questionários. A pesquisa está na fase de levantamento de dados.

Palavras-Chave: Forma urbana. Mobilidade ativa. Comércio local. Pedestres. Brasília.

EXISTE RELAÇÃO ENTRE A VIOLÊNCIA E O SISTEMA VIÁRIO?

Paulo Cesar Galante Siqueira – UniCEUB, mestrando em Arquitetura e Urbanismo
pcgalante@gmail.com
Paulo Afonso Cavichioli Carmona – UniCEUB, professor orientador
paulo.carmona@ceub.edu.br

Um dos grandes desafios das cidades é torná-las acessíveis, promovendo a integração entre os bairros. Isso passa pelo sistema viário, que permite o trânsito de pessoas entre diversas partes. Por outro lado, favorece o aumento da violência, proporcionando ao meliante rotas de acesso e fuga. O sistema viário não é usado apenas pelos cidadãos de bem, mas também para o crime. O nível de integração de uma via, que avalia a facilidade com que pode ser acessada, está correlacionado à violência. Ao projetar-se um bairro ou uma cidade, são estabelecidas hierarquias das vias, que podem ser invertidas em função do uso. Um estudo pós-ocupação de uma residência mostra que o conceito do projeto não foi atendido pelos usuários; da mesma forma, isso ocorre nas cidades. A hierarquia das cidades é mudada em função da facilidade com que os caminhos são estabelecidos. Para compreender essa hierarquia, é necessário o estudo do nível de integração dos espaços. Ao estabelecer-se a relação entre o nível de integração do sistema viário e a ocorrência de crimes, deve-se atentar para, pelo menos, duas formas de crime: o de oportunidade, em que a vítima quase sempre é o pedestre, e o que ocorre em centros mais integrados. No primeiro tipo, o meliante, geralmente, escolhe a vítima ao acaso, e são necessárias grandes concentrações, pois o criminoso usa o mesmo sistema de transporte que a vítima. No segundo tipo, há os homicídios, em que o marginal possui seu meio de transporte e deseja evitar grandes concentrações. Assim, pode-se estabelecer que os crimes de oportunidade ocorrem em lugares onde as vias são mais integradas, enquanto os homicídios ocorrem em vias menos integradas. Esse fato fica claro, ao comparar-se a ocorrência dos crimes em áreas mais urbanizadas, em relação a outras pouco urbanizadas. Em 2009, houve 124 homicídios em Ceilândia, área pouco urbanizada do Distrito Federal, contra 22 no Plano Piloto. Essa comparação torna-se possível, porque os boletins de ocorrência no Distrito Federal são georreferenciados, o que permite a comparação entre a criminalidade e a via. Assim, avalia-se a proposta de forma analítica, evitando especulações sem fundamento. Além disso, define-se o raio de atuação de cada via para que a ocorrência seja associada a ela. Então, determina-se a influência do sistema viário e não apenas a da via. Em seguida, estabelece-se o mapa de ocorrências, graduando as vias em um sistema de cores, tomando o mapa de axialidade como exemplo. Os mapas podem ser comparados, mostrando-se a relação da integração da via com a criminalidade. Este processo é feito tanto para os crimes de oportunidade quanto para os homicídios. O planejamento da cidade deve preocupar-se não apenas com o impacto imediato, mas também com a dinâmica da cidade ao longo dos anos. Estas questões permitem a análise comportamental da cidade e propiciam a previsão de tendências no que diz respeito à segurança pública.

Palavras-Chave: Sistema viário. Violência. Crime. Urbanismo. Sintaxe espacial.

ESTUDO DE VIABILIDADE NA UTILIZAÇÃO DA FIBRA DE COCO PARA SOLUÇÕES DE TRATAMENTO ACÚSTICO EM EDIFICAÇÕES

Paulo Fernando Lisbôa de Vasconcelos – UniCEUB, mestrando em Arquitetura e Urbanismo
pauloflvasc@gmail.com
Neusa Maria Bezerra Mota – UniCEUB, professora orientadora
neusa.mota@ceub.edu.br

Esta dissertação refere-se ao estudo sobre viabilidade de utilização de fibras vegetais na construção civil como solução acústica para piso, parede e teto, além de alternativa a soluções convencionais, como a lã de rocha e a lã de vidro. Matérias-primas renováveis, como fibras da casca do coco verde, apresentam propriedades acústicas e encontram-se em grande abundância no território nacional, em razão das condições propícias para o seu cultivo, em especial na área litorânea da região nordeste do país. Apesar de suas possibilidades de reaproveitamento, pela falta de incentivo e interesse, são desperdiçadas, tendo como seu destino final o descarte em lixões, agravando problemas de gerenciamento de resíduos das cidades e, consequentemente, ambientais e de saúde pública já existentes. Para atestar a eficiência deste material, serão produzidos protótipos, tendo a fibra de coco verde como base, que serão submetidos a experimentos laboratoriais de acordo com a metodologia descrita na NBR15575. Os protótipos servirão para atestar o comportamento do material com base em sua configuração de superfície e possíveis associações a diferentes compósitos, visando obter a melhor eficiência técnica, sustentável e socioeconômica. Com os resultados obtidos durante a fase laboratorial, serão produzidas simulações de ambientes em *software* especializado, com objetivo de estabelecer um comparativo entre diferentes soluções acústicas, aproximando a área experimental com a realidade, abrindo a possibilidade da aplicação do estudo produzido em edificações físicas, para que seus usuários disfrutem dos benefícios advindos do conforto acústico e possam exercer o seu direito à privacidade nos centros urbanos.

Palavras-Chave: Fibra de coco. Acústica. Sustentabilidade.

UNIVER-CIDADE
ENSINO DO DESENHO E SISTEMA CONSTRUTIVO
DA HABITAÇÃO POPULAR POR MEIO DE VIDEOAULAS

Ricardo César Machado – UniCEUB, mestrando em Arquitetura e Urbanismo
ricardo.machado@ceub.edu.br
Eliete de Pinho Araújo – UniCEUB, professora orientadora
eliete.araujo@ceub.edu.br
Maria Eleusa Montenegro – UniCEUB, professora coorientadora
maria.montenegro@ceub.edu.br

O presente estudo pretende mesclar arquitetura, educação e recurso audiovisual em um "sobrevoo" divertido e educativo acerca dos meandros da habitação popular. Ambiciona-se, por meio do planejamento de "UniverCIDade", uma série audiovisual direcionada ao estudante de arquitetura e engenharia, destacar valores de planejamento, construção, desenho, sistemas construtivos, especificidades culturais, ambientais, tecnológicas e regionais da casa humilde. A questão que leva à pesquisa é a pretensa omissão do reconhecimento acadêmico sobre as características que atendam à habitação popular e suas especificidades, além da suposta ausência da sistematização de instrução do morar humilde por meio audiovisual. Os objetivos são: planejar a série "UniverCIDade"; pesquisar desenhos da vivenda do povo; investigar sistemas construtivos da casa humilde; sistematizar a cessão de conteúdos de arquitetura em imagens, sons e dramaticidade; propor uma forma de educação com entretenimento; obter maior conhecimento em habitação popular. Para atingir esses propósitos, a metodologia é a pesquisa filosófica de casas do século XX, o **RASTREIO HISTÓRICO DE HABITAÇÕES POPULARES** e sistemas construtivos populares regionais brasileiros, a utilização de experiência profissional arquitetônica, educativa, audiovisual e a referência em projeto universitário similar à proposta desta dissertação.

Palavras-Chave: Habitação popular. Educação. Videoaula

MESTRADO EM DIREITO

BANCO DE DADOS POSITIVO E RESTRITIVO DE CRÉDITO AO CONSUMIDOR: A POTENCIAL DUALIDADE DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO BANCO CENTRAL

Acelma Cristina Silva – UniCEUB, mestranda em Direito
acelmacs@gmail.com
Leonardo Roscoe Bessa – UniCEUB, professor orientador
leoroscoe@globo.com

A pesquisa objetiva analisar e sintetizar os direitos fundamentais dos consumidores que devem ser respeitados pelo Banco Central e pelas instituições financeiras cadastradas no Sistema de Informações do Banco Central – SCR, banco de dados que auxilia o monitoramento dos limites operacionais e o risco de liquidez e de crédito das instituições bancárias mediante controle eletrônico da situação econômico-financeira das instituições financeiras supervisionadas. Com base nas informações que são compartilhadas entre as instituições bancárias, as duas turmas que integram a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça equipararam o SCR aos bancos de dados que visam à proteção dos interesses privados de ordem econômica, a exemplo do SERASA e do SPC, na gestão das carteiras de créditos dos bancos ou na análise positiva e negativa do histórico do mutuário, pelo fato de os dados serem utilizados para a atribuição de risco ao cliente. O estudo da natureza jurídica do SCR e dos efeitos dos dados na análise de crédito do consumidor fundamenta a inquietação motivadora da pesquisa, que questiona se o SCR se submete à limitação do direito à honra e à privacidade, expresso no artigo 5º, X, da Constituição Federal, às regras do Código de Defesa do Consumidor e aos princípios da Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, que disciplina a elaboração e a consulta a banco de dados com informações de adimplemento de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para a criação de histórico de crédito. A análise considerará a repercussão do SCR no desenvolvimento econômico e financeiro do país, com enfoque no controle do risco sistêmico e na garantia da proteção ao consumidor.

Palavras-Chave: Banco de dados. Privacidade. Desenvolvimento econômico.

A EXPANSÃO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: A DERROCADA DA CLÁUSULA DA SEPARAÇÃO DE PODERES? UMA DISCUSSÃO JURISPRUDENCIAL E CONCRETA DOS LIMITES INTERPRETATIVOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO CASO PARADIGMÁTICO DO *HABEAS CORPUS* 124.306 RJ, QUE ENTENDE NÃO SER CRIME A INTERRUPÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ ATÉ O TERCEIRO MÊS DA GESTAÇÃO

Adriano Mendes Shulc – UniCEUB, mestrando em Direito
adriano.mendes@tjdft.jus.br
Patrícia Perrone Campos Mello – UniCEUB, professora orientadora
patricia.mello@ceub.edu.br

Pretende-se no projeto de pesquisa averiguar os limites do expansionismo da criatividade judicial no Brasil, mormente, a partir da decisão paradigmática proferida pelo Supremo Tribunal Federal no *Habeas Corpus* 124.306 RJ, que pôs em xeque a tipificação penal do crime de aborto voluntário nos artigos 124 a 126 do Código Penal e a sua consequente intervenção nas escolhas políticas tomadas pelo Parlamento brasileiro. Tenta-se encontrar respostas aos questionamentos acerca da legitimidade democrática da atual modelagem da nossa jurisdição constitucional e compreender o instituto alicerçado nos fundamentos do Estado de Direito como um instrumento da existência e da perpetuação do secular e basilar princípio constitucional da separação de poderes ínsito em toda sociedade plural e evoluída.

Palavras-Chave: Expansionismo da jurisdição constitucional. Limites. Separação de Poderes. (Im)possibilidade de convivência. Estado democratico constitucional brasileiro.

O DIREITO NATURAL EM SÃO TOMÁS DE AQUINO E SUA RECEPÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Aguinaldo Coelho Espíndola – UniCEUB, mestrando em Direito
aguinaldo.coelho45@gmail.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – UniCEUB, professor orientador
asmgodoy@gmail.com

A presente pesquisa almeja empreender uma análise acerca de que modo se deu a recepção à teoria do direito natural de São Tomás de Aquino no pensamento jurídico brasileiro e seus reflexos no pensamento jusfilosófico pátrio. Os principais pontos de indagação são sobre como sucedeu a referida recepção e se ela se operou de modo fiel à obra do pensador em questão ou se ocorreram equívocos no processo de transposição de suas ideias à realidade do pensamento jurídico brasileiro. Para tanto, empreende-se o estudo dos aspectos jurídicos da obra do Aquinate, para melhor compreendê-la, passando, então, a perscrutar os escritos da tradição tomista brasileira e seus efeitos na produção jusfilosófica. O resultado da pesquisa demonstra que a recepção à teoria tomista do direito natural se deu de maneira equivocada, no pensamento jurídico pátrio, pois os tomistas brasileiros herdaram o erro de interpretação na neoescolástica espanhola, que torna sinônimos os conceitos de *lei natural* e *direito natural*, e esta leitura é infiel aos escritos do *doutor comum*.

Palavras-Chave: São Tomás de Aquino. Direito natural. Pensamento jurídico brasileiro.

O PRECEDENTE À LUZ DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO: FORMAS DE MAXIMIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Alexandre Freire Ribeiro – UniCEUB, mestrando em Direito
freireribeiroadv@gmail.com
Gustavo Ferreira Ribeiro – UniCEUB, professor orientador
gustavo.ribeiro@ceub.edu.br

Percebe-se que o posicionamento do Judiciário na solução de um conflito pode assumir, para o mesmo caso, destinos diferentes. Em certa medida, a divergência é saudável para a evolução do direito, todavia não é bem-vinda quando não se sabe, ao tratar de mesmo objeto, o resultado jurídico que pode ocorrer, gerando ineficiência e insegurança para dirimir um processo já solucionado, havendo necessidade de outra decisão. Assim, para verificar a condição desse sistema, tomam-se emprestados conceitos da ciência econômica do direito, com o objetivo de tornar, ainda que teoricamente, o Judiciário capaz de trabalhar com eficiência. Analisam-se casos que motivaram o presente estudo, cujo objetivo é apontar a ineficiência do método adotado para solução de determinado conflito. É característica de uma sociedade complexa a existência de conflitos, e o Estado é quem possibilita os instrumentos para restabelecer a ordem, porém contém estrutura limitada para atuar e, ao inserir decisões "indiscriminadamente", sobre o mesmo tema, evitando a universalização do direito, carece de mais instrumentos, juízes e servidores para colocar, no trilho, o pensamento sobre dada matéria. O resultado é que o Estado, saturado, deixa de prestar reposta a uma situação em tempo hábil. O tema deste estudo localiza-se na identificação das diversas decisões, por meio da análise econômica do direito, para que o Estado preste, com agilidade, resposta às ações pelos métodos que a pesquisa pretende demonstrar. Assim, buscam-se fundamentos para que componha a decisão uma possibilidade jurídica viável no que diz respeito à eficiência. Assim, expõe-se o papel que as decisões repercutem no Judiciário e quanto o ocupam financeiramente, e observa-se que, para apreciar e unificar decisões, deixa de prestar-se, a contento, resposta ao jurisdicionado. O gasto financeiro do Judiciário é parte da motivação que inspira o trabalho. Assim, pretende-se responder a questões sobre como o Estado pode instrumentalizar-se, valendo-se dos conceitos da AED de eficiência, por exemplo, para melhor prestação jurisdicional e quais são os mecanismos jurídicos disponíveis a ser utilizados.

Palavras-Chave: Análise econômica do direito. Otimização do processo judicial. Novo Código de Processo Civil.

CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS: A INEFICIÊNCIA INSTITUCIONAL NO COMBATE À GUERRA FISCAL ENTRE OS ESTADOS-MEMBROS

Aline Teixeira Leal Nunes – UniCEUB, mestranda em Direito
alinelealnunes@gmail.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – UniCEUB, professor orientador
asmgodoy@gmail.com

O objeto do trabalho é a análise da ineficiência administrativa, jurisdicional e legislativa no combate à guerra fiscal. O primeiro aspecto é a questão inicial do problema: a previsão legal de quórum de unanimidade para autorização, por meio de convênio, a fim de que os Estados concedam benefícios fiscais no ICMS. Para demonstrar isso, será examinada a ADF 198, submetida ao Supremo Tribunal Federal, quanto à não recepção do artigo 2º, §2º da LC 24/75, que trata da exigência de unanimidade entre os estados da Federação para que se autorize, por meio de convênio, que os estados-membros concedam benefícios fiscais internamente. A ADPF 198/DF, apesar de todos os indícios de incompatibilidade do preceito fundamental, encontra-se parada no Supremo, desde agosto de 2015. No entanto, há uma Proposta de Lei Complementar em trâmite no Congresso Nacional (PLP nº 54/2015) que visa alterar o quórum do convênio a ser celebrado pelos estados da federação para concessão de benefícios e incentivos fiscais para dois terços das unidades federadas e um terço das unidades federadas integrantes de cada uma das cinco regiões do país. Dessa forma, os convênios seriam aprovados, considerando-se as desigualdades regionais, a democracia e o pacto federativo, de forma a compatibilizar os convênios realizados no Conselho Fazendário (CONFAZ) com a Constituição de 1988. Em seguida, o trabalho visa à análise do controle repressivo pelo Supremo Tribunal Federal de atos normativos concessivos de benefícios fiscais sem convênio. O STF tem competência para combater a guerra fiscal. Isso ocorre, porque cabe ao Supremo processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual que conceda o benefício sem a observância do artigo 155, §2º, XII, "g" da Constituição. Além disso, cabe ao Supremo processar e julgar causas e conflitos entre os entes federativos. Para demonstrar que o Supremo também não apresenta efetividade no seu papel de combate à guerra fiscal, apesar de jurisprudência pacificada, há atos normativos novos e vigentes e mais de 150 ações diretas de inconstitucionalidade sobre o mesmo objeto. Diante da jurisprudência reiterada da Corte, a concessão de medida cautelar nos termos do artigo 10 da Lei 9868/99 seria importante mecanismo processual para minimizar os efeitos gerados pela demora no julgamento das ADI propostas. No entanto, o que se verifica é não ser concedida medida cautelar nessas ADI, de forma que a demora do Judiciário promove mais a guerra. Ademais, a partir de 2015, o Supremo passou a modular os efeitos temporais da decisão, o que estimula, apostando-se na morosidade da Justiça, mais a guerra fiscal. Além disso, foi proposta, pela ministra presidente do STF Carmem Lucia, sem qualquer viabilidade constitucional, a promoção de Justiça restaurativa como forma de solução da guerra fiscal. Por fim, diante da problemática, analisam-se propostas viáveis para o combate efetivo à guerra fiscal. Não basta uma medida isolada; deve haver um conjunto de reformas para que se possa verificar alguma mudança. Dessa forma, algumas sugestões são apresentadas: alteração do quórum de autorização de concessão de benefício fiscal no CONFAZ; responsabilização do estado concessor de benefício sem acordo entre os estados; revisão da jurisprudência do Supremo quanto à modulação de efeitos das ADI propostas em matéria de concessão de benefício fiscal; mudança na composição do Conselho como órgão mediador entre os estados.

Palavras-Chave: Benefícios fiscais. Ineficiência administrativa, jurisdicional e legislativa. Guerra fiscal.

UMA CONVERSA SOBRE OS DIREITOS SOCIAIS: DA DIALÓGICA ÀS LIDES ESTRUTURAIS

Ana Borges Coelho Santos – UniCEUB, mestranda em Direito
anabcs1@gmail.com
Jefferson Carlos Carús Guedes – UniCEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

A inclusão dos direitos sociais no catálogo dos direitos fundamentais, na Constituição brasileira de 1988, significa o ingresso do Brasil no constitucionalismo social contemporâneo, com as promessas de uma sociedade mais justa e mais igualitária, diante da percepção de um homem social. O desrespeito a direito social é violação a direito fundamental e enseja reparação judicial como condição de preservação da dignidade humana, manutenção da higidez de todo o sistema constitucional e preservação da democracia, intrinsicamente vinculada ao respeito aos direitos fundamentais. As deficiências das ações dos Poderes Legislativo e Executivo, tradicionalmente encarregados das iniciativas promotoras da proteção e da concretização dos direitos sociais, abriram espaço a que o Poder Judiciário assumisse a sua salvaguarda em cumprimento do seu papel de guardião da Constituição. A intensificação da intervenção do Poder Judiciário para a realização dos direitos sociais é potencialmente desorganizadora de políticas públicas, interferindo em opções políticas e gestão de escassos recursos. A inclusão de direitos sociais nos catálogos de direitos fundamentais é característica do novo constitucionalismo latino-americano, assim como sua implementação pelo Poder Judiciário. O presente trabalho analisa e discute a realização dos direitos sociais pelo Poder Judiciário brasileiro, com o estudo da jurisdição constitucional e das ações constitucionais mais apropriadas à sua defesa, na intenção de buscar o aprimoramento de instrumentos e técnicas, inclusive a possiblidade da sua importação jurisprudencial e legislativa, notadamente do ambiente latino-americano, em valorização à integração regional, a despeito das dificuldades de enfrentamento comum vinculadas às assimetrias, econômicas, políticas e ideológicas entre os países. Foram estudados precedentes nacionais e estrangeiros, sobressaindo a criação colombiana da técnica do "Estado de Coisas Inconstitucional", em práticas dialógicas que prometem enfrentar as objeções democráticas ao controle judicial de constitucionalidade. Conclui-se ser possível o enfrentamento de violações massivas de direitos sociais diante de falhas, ineficiência ou omissão sistêmicas dos demais Poderes, mediante lides estruturais, com a produção de decisões estruturantes em políticas públicas e o uso de técnicas que possibilitem a maior participação da sociedade e dos demais Poderes, como as audiências e as consultas públicas, na construção das decisões judiciais e na etapa do acompanhamento das medidas adotadas, com o envolvimento na elaboração e no monitoramento de políticas públicas delas decorrentes. Ademais, mediante estudo da doutrina e da legislação nacional e estrangeira, diante da multiplicação de ações, do largo contingente de pessoas abrangidas, da violação massiva dos direitos sociais e dos potenciais efeitos desorganizadores da intervenção judicial sobre políticas públicas, a formação de lides estruturais pode ser feita com instrumento e técnicas já presentes no ordenamento nacional, especialmente diante da disciplina da ação de descumprimento de preceito fundamental e da ação civil pública, consideradas as normas do microssistema da tutela coletiva e do atual Código de Processo Civil. Além disso, as lides estruturais não excluem as individuais na realização dos direitos sociais, e ambas encontram destinação diversa no ordenamento nacional.

Palavras-Chave: Direitos sociais. Direitos fundamentais. Judicialização. Políticas públicas. Lides estruturais.

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR NEGOCIAL: OS EFEITOS EXTRAPENAIS DOS ACORDOS PREMIADOS SOBRE AS DECISÕES DO TCU

Ana Carolina Tingo de Lima – UniCEUB, mestranda em Direito
tingocarol@gmail.com
Antonio Henrique Graciano Suxberger – UniCEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

O presente trabalho tem por objetivo discorrer sobre os efeitos extrapenais dos acordos premiais, tendo como foco a atuação do Tribunal de Contas da União. Para isso, inicialmente, explanam-se as características principais do acordo de colaboração premiada e de leniência, esclarecem-se os motivos pelos quais são importantes no combate à corrupção e demonstra-se a necessidade de haver diálogo interinstitucional para proporcionar segurança jurídica sob pena de sua completa ineficácia. Em seguida, revelam-se os benefícios que tais acordos propiciam à sociedade já que permitem a resolução de delitos, sua prevenção e a recuperação do produto ou do proveito ilícito, tornando a repressão ao crime mais rápida e eficaz. Nesse sentido, observa-se, nos crimes que, por própria natureza, têm o condão de gerar, além da criminal, a responsabilização cível e administrativa, que é possível, existindo acordo de colaboração premiada ou de leniência, transportar-se os prêmios legais também à instância cível-administrativa. Por fim, atesta-se, à luz da Análise Econômica do Direito, que os acordos premiados são eficientes, tendo em vista que, para a sociedade, os benefícios são superiores aos custos e, para o colaborador, há mais ganhos do que perdas. Conclui-se que o TCU deve deixar de imputar o débito remanescente e aplicar outras sanções àqueles que celebrarem acordos premiados com o Estado.

Palavras-Chave: Acordo de colaboração premiada. Acordo de leniência. Tribunal de Contas da União. Corrupção.

A RESPONSABILIZAÇÃO PENAL JUVENIL NO DF: UM NÃO LUGAR PARA OS INTERNOS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Ana Cláudia de Souza Valente – UniCEUB, mestranda em Direito
ana.valente@sempreceub.com
Antônio Henrique Graciano Suxberger – UniCEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br
Liziane Paixão Silva Oliveira – UniCEUB, professora coorientadora
liziane.oliveira@ceub.edu.br

A pesquisa busca identificar quais seriam as premissas ou bases para um sistema socioeducativo adequado à concretização das garantias estabelecidas na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, no âmbito do Distrito Federal, uma vez que a construção jurídica da responsabilidade penal para adolescentes, a partir da evolução legislativa, não se mostrou suficiente para orientar a práxis. Os adolescentes em conflito com a lei são inseridos em um "não lugar", que não pode ser enquadrado na justiça criminal comum e tampouco recebe política social do Estado, ou seja, trata-se de um limbo político-jurídico que eleva o nível de vulnerabilidade desses indivíduos. Nessa perspectiva, a pesquisa será guiada por três eixos ou hipóteses: o primeiro fará a abordagem do sistema de justiça criminal juvenil, suspeitando de falhas que impedem a sua efetividade; o segundo centralizará esforços na gestão deficiente do sistema de responsabilização; o terceiro trabalhará a capacitação humana desajustada aos parâmetros socioeducativos, reproduzindo as mazelas do sistema penal adulto, isto é, um isomorfismo que impede a intersetorialidade e, consequentemente, a proteção dos adolescentes infratores. A justificativa do tema advém do paradoxo que evidencia a má governança do Distrito Federal, pois, mesmo se tratando da unidade da Federação que mais detém recursos para a estruturação do sistema, reproduzem-se os mesmos equívocos de outras unidades detentoras de menos recursos. O objetivo geral é contribuir para a reflexão sobre o modo como o sistema penal juvenil funciona, dissociado silenciosamente da proteção constitucional conferida aos adolescentes infratores. O objetivo específico é fomentar mudanças em direção à utopia positiva de um sistema socioeducativo efetivo. A metodologia é baseada em análise documental, achados empíricos dos órgãos inseridos no sistema e pesquisa bibliográfica, cujos marcos teóricos são Emílio Garcia Méndez e Mary Bellof no campo da responsabilização penal dos adolescentes, em diálogo com Pierre Bourdieu, sobre campo, *habitus*, retradução, doxa, a fim de compreender o modo de funcionamento do sistema.

Palavras-Chave: Sistema socioeducativo. Governança. Intersetorialidade.

LOBBY NO BRASIL: INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA DEMOCRACIA

Ana Paula de Araújo Lima Rodrigues – UniCEUB, mestranda em Direito
ana.apalr@sempreceub.br
Jefferson Carlos Carús Guedes – UniCEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

A pesquisa tem o intuito de investigar o *lobby* como instrumento de aprimoramento de participação democrática, os seus limites e possibilidades, ao aproximar governo e sociedade, e a participação destes grupos de interesse no processo legislativo e na implementação de políticas públicas. Para isso, aliadas à pesquisa teórica, as técnicas de coleta de dados são pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas. Assim, organiza-se a base bibliográfica, e investigam-se em livros, manuais, artigos, teses, dissertações e textos da literatura especializada temas, como democracia participativa, políticas públicas, *lobby* e outros. Além disso, elege-se a pesquisa documental com base em documentos legislativos vinculados à temática e à regulamentação do *lobby*. Com o objetivo de ampliar a compreensão sobre determinado grupo social, observando as distintas posições assumidas por seus membros, realizam-se entrevistas semiestruturadas com os profissionais que atuam nas diversas áreas do mercado de *lobby*, com intuito de conhecer sua trajetória.

Palavras-Chave: *Lobby*. Democracia participativa. Políticas públicas.

COMBATE À DESERTIFICAÇÃO NO BRASIL: IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE PROGRAMAS NACIONAIS E DE PROJETOS

Ana Paula Henriques da Silva – UniCEUB, mestranda em Direito
grody17@hotmail.com
Márcia Dieguez Leuzinger – UniCEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

A ação humana sobre a Terra, somada a processos climáticos, apresenta a desertificação para o debate e a agenda internacionais, suscitando a cooperação dos povos. No entanto, pela sua complexidade e transdisciplinaridade, a desertificação desempenha um papel de coadjuvante no direito ambiental. Junto ao seu papel marginalizado, há vários óbices ao seu combate em relação ao desrespeito dos ditames acordados na Conferência das Partes, tais como o não lançamento dos programas e o não alinhamento de vários países. O Brasil, como protagonista tardio na luta contra a desertificação, esforçou-se em lançar o seu Programa de Ação Nacional e a lei 13.153/2015, que estabelece a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, ainda carente de regulamentação, o que bloqueia as ações governamentais. No intuito de complementar o trabalho, será feita uma análise pormenorizada dos Planos Plurianuais de 2012 a 2018, que demonstram heterogeneidade política e econômica pela qual o Brasil tem passado, o que atinge, diretamente, o financiamento de áreas que não são consideradas como prioridade. A governança ambiental mal direcionada e carente de recursos gera uma perspectiva pessimista à temática, qual seja, o avanço do deserto continua a passos largos, em todo o globo. A chave do problema está no desenvolvimento sustentável, conjugado à cooperação internacional e à governança global sólida e livre de amarras.

Palavras-Chave: Desertificação. Políticas públicas. Direito ambiental. Orçamentos.

AS INTERVENÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO EM CONTRATOS BANCÁRIOS E O IMPACTO SOBRE AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM OPERAÇÃO NO MERCADO BRASILEIRO

André Augusto Baracat Gomes – UniCEUB, mestrando em Direito
andre.augusto@sempreceub.com
Paulo Roberto de Almeida – UniCEUB, professor orientador
paulo.almeida@ceub.edu.br

A presente pesquisa verifica o controle judicial exercido sobre os contratos bancários, no período de 2008 a 2018, no Brasil e sua influência no comportamento das instituições financeiras que atuam no mercado brasileiro. O objetivo principal é identificar em que medida o equilíbrio do mercado bancário brasileiro é impactado pelo comportamento das instituições financeiras a partir de decisões do Poder Judiciário. Para atingir o proposto, a Análise Econômica do Direito é a teoria de base desta pesquisa, a partir da qual se examinam as decisões judiciais, suas externalidades e custos de transação que sucedem, além de permitir ponderações acerca dos movimentos das instituições financeiras na proteção do resultado com suas operações. A metodologia caracteriza-se pela utilização do método de abordagem qualitativo e de técnicas descritivas e exploratórias. Os resultados esperados são o deslocamento de curva de oferta de serviços bancários com menos operações no mercado e preços mais altos ao consumidor, em razão do aumento do risco dos negócios e, consequentemente, dos custos de transação.

Palavras-Chave: Análise Econômica do Direito. Equilíbrio de mercado. Judicialização de contratos bancários. Instituições financeiras.

O REGIME DE RESPONSABILIDADE POR DANOS CAUSADOS PELOS CONTAMINANTES EMERGENTES COMO RISCOS DO DESENVOLVIMENTO

Anne Caroline Bruno Laurentino Maia – UniCEUB, mestranda em Direito
anne_laurentino@yahoo.com.br
Héctor Valverde Santana – UniCEUB, professor orientador
hector.santana@ceub.edu.br

A pesquisa analisa a responsabilidade do fornecedor por danos causados pelos contaminantes emergentes, entendidos como manifestação dos riscos do desenvolvimento. Contaminantes emergentes são substâncias químicas não regulamentadas, presentes em água tratada e mananciais decorrentes de produtos de higiene pessoal, cosméticos, farmacêuticos, drogas ilícitas, agrotóxicos, entre outros, e compreendem compostos químicos, como cafeína, estrona, estriol, progesterona, testosterona, mestranol, levonorgestrel, dietilestilbestrol, triclosan, bisfenol A, fenolftaleína e atrazina. Têm ação crônica no organismo humano, e qualquer alteração manifesta-se após longo período de exposição às substâncias. Comprovadamente, causam imunodeficiências e interferências endócrinas que podem ser transmitidas aos descendentes. Estudos sugerem que a presença de hormônios naturais e sintéticos na água causa antecipação da menarca, diminuição da qualidade do sêmen, esterilidade e alguns tipos de câncer. Na fase pré-natal, a exposição aos interferentes endócrinos pode gerar o desenvolvimento precoce do cérebro. O descarte de esgoto bruto e de efluentes de estações de tratamento de esgoto, somado à ineficiência do processo de tratamento, é a principal razão para a presença dos contaminantes emergentes no sistema aquático, o que prejudica a reprodução dos animais, “feminiza” peixes e altera o desenvolvimento de anfíbios e moluscos. O estudo da legislação, especialmente o Código de Defesa do Consumidor, constrói fundamentação jurídica que demonstra a responsabilidade do fornecedor de produtos com substâncias químicas capazes de contaminar mananciais de água, alterando o meio ambiente e a saúde humana. Nesse sentido, cabe definir a forma de indenização a ser realizada, pois os danos causados pelos contaminantes emergentes atingem a coletividade, quando contaminam o meio ambiente, e consumidores individuais, quando alteram sua saúde e de seus descendentes. Os contaminantes emergentes serão entendidos como manifestação dos riscos do desenvolvimento não conhecidos pelo fornecedor no momento da circulação do produto ou do serviço, pela impossibilidade técnica e científica. Os danos só serão detectados no futuro, com a utilização do produto e a evolução dos estudos científicos. Assim, discute-se se é ou não responsabilidade do fornecedor indenizar danos decorrentes da insegurança desses produtos potencialmente prejudiciais. Para isso, são analisados institutos aparentemente conflitantes entre si, tais como a intervenção do Estado na atividade econômica, a defesa da concorrência e a livre iniciativa diante da proteção do consumidor vulnerável.

Palavras-Chave: Contaminantes emergentes. Meio ambiente. Responsabilidade civil. Direito do consumidor. Riscos do desenvolvimento.

A INVERSÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS EM FAVOR DO CONSUMIDOR NOS CONTRATOS DE ADESÃO

Antônio Eduardo Benradt Ostrowski – UniCEUB, mestrando em Direito
antonio.ostrowski@gmail.com
Héctor Valverde Santana – UniCEUB, professor orientador
hector.santana@ceub.edu.br

A premissa da inversão da cláusula em referência decorre da interpretação lógica da legislação brasileira, principalmente, diante do princípio da isonomia das partes, ou seja, se a cláusula pode ser imputada ao "devedor" consumidor, também deve ser imposta à "devedora" estipulante. Havendo conflito na interpretação das cláusulas, mister faz-se apresentar em juízo seus termos para que o magistrado, figura neutra ao instrumento, possa interpretar à luz da legalidade e do objeto do contrato. O consumidor sabe que uma cláusula penal em contrato de compra e venda de imóvel, por exemplo, existe e será aplicada se rescindir o contrato sem motivo justo e, igualmente, espera que tal cláusula seja prontamente cabível se a rescisão se der de maneira forçada, pelo inadimplemento de quem oferece o contrato. A inversão, portanto, pode garantir o equilíbrio entre as partes, tanto no âmbito civil, relativo à capacidade de contratação e o seu perfeito cumprimento, quanto no âmbito judicial, sem extremos nas decisões.

Palavras-Chave: Contrato. Adesão. Inversão. Cláusula contratual.

A FLEXIBILIZAÇÃO DAS GARANTIAS DO CONTRIBUINTE COMO FATOR AGRAVANTE DO CONTEXTO SOCIOECONÔMICO BRASILEIRO

Artur Silva de Aguiar – UniCEUB, mestrando em Direito
artursaguiar1@gmail.com
Paulo Roberto de Almeida – UniCEUB, professor orientador
paulo.almeida@ceub.edu.br

Com o aumento crescente da carga tributária brasileira, verifica-se um movimento de flexibilização dos direitos fundamentais dos contribuintes. Tal contexto decorre, em grande medida, em razão da complacência por parte das Cortes Superiores diante da sede arrecadatória do Estado. Garantias previstas na Constituição Federal, tais como a vedação ao confisco, a anterioridade e a legalidade, são cada vez mais relativizadas. Isso ocorre sob o argumento de que a crise socioeconômica por que, historicamente, passa o país implica a ampliação de receitas fiscais, a fim de cobrir os enormes gastos acumulados pela máquina pública. Entretanto, como é amplamente conhecido, o Brasil é um dos países com os piores índices em termos de conversão dos tributos pagos em serviços públicos efetivamente prestados à sociedade. Esse quadro advém da ineficiência na gestão dos recursos públicos, dos frequentes casos de corrupção na Administração Pública e da centralização do poder nas mãos de agentes públicos tecnicamente despreparados. Em vez de preocupar-se com a redução da carga tributária e a contenção de despesas públicas, o Estado, ao revés, busca formas de criar novos tributos e ampliar a alíquota e a base de cálculo dos já existentes. Tem-se, assim, com base na curva de Laffer, que o efeito criado será o oposto do esperado, havendo diminuição na arrecadação. Desse modo, inconsequentemente, o Estado atua no sentido de agravar o caótico contexto socioeconômico do Brasil.

Palavras-Chave: Carga tributária. Direitos fundamentais. Flexibilização. Crise socioeconômica.

A ARTICULAÇÃO DOS DISCURSOS MORAL E JURÍDICO NA DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA

Cláudio Fontes Faria e Silva – UniCEUB, mestrando em Direito
claudioff.silva@gmail.com
Patrícia Perrone Campos Mello – UniCEUB, professora orientadora
patricia.mello@ceub.edu.br

O estudo dos modos pelos quais os discursos moral e jurídico se articulam na democracia contemporânea exige compreensão mais profunda da ideia de democracia e de seus aspectos centrais na contemporaneidade. Para construir tal fundamento, encontram-se exemplos e razões para crer que a complexidade dos conflitos, tanto morais quanto jurídicos, constitui marca essencial das democracias contemporâneas; localiza-se o argumento da dupla dimensão da democracia, ou seja, a noção de que as imperfeições desse regime são igualmente o produto de sua historicidade e de sua idealização; acham-se descritos e relacionados os dois principais valores da democracia contemporânea: a liberdade e o pluralismo. Em seguida, investigam-se as dificuldades de articulação dos discursos moral e jurídico; expõe-se como a Teoria e a Filosofia do Direito mais recentes têm tratado o tema da interação entre argumentos morais e jurídicos e se o consideram ou não sob a perspectiva democrática atual; o mesmo exercício tem sequência mediante o novo debate da Teoria Política, que dá prosseguimento às investigações comunitaristas, com seu auge na década de 1980; faz-se uma guinada para o campo da *praxis*, com exame de como a jurisdição constitucional tem articulado argumentos morais e jurídicos, especialmente em relação ao que tem feito o Supremo Tribunal Federal no julgamento dos casos de grande repercussão; desenvolve-se reflexão acerca de como essas dificuldades de articulação afetam, negativamente, a normatividade jurídica na democracia contemporânea. Além disso, formula-se a crítica das dificuldades de articulação dos discursos moral e jurídico, tendo em vista, especialmente, os problemas para a normatividade jurídica. A nova articulação pressupõe que os conceitos fundamentais da democracia contemporânea sejam reinterpretados com a adição de outras camadas de sentido, mas sem o abandono às que se tornaram o alicerce das sociedades democráticas atuais. Assim, encontra-se a proposta de nova articulação no plano da produção-aplicação legislativa do Direito, com seguimento no âmbito da produção-aplicação judicial do Direito. Por fim, são expostos os limites da tese mediante a compreensão de que a teoria normativa alinhavada depende de certos fatores externos para obter a adesão de mentes e espíritos.

Palavras-Chave: Moral. Direito. Articulação. Democracia. Contemporânea.

A TIPIFICAÇÃO PENAL DO CRIME DE TERRORISMO E A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE

Dalbertom Caselato Júnior – UniCEUB, mestrando em Direito
dalbertom.caselato@sempreceub.com
Antonio Henrique Graciano Suxberger – UniCEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

A presente dissertação versa acerca da lei n°. 13.260/2016, a qual tem por finalidade a inserção de novo tipo penal incriminador previsto em lei específica, qual seja, o crime de terrorismo, preenchendo, enfim, uma lacuna legislativa no sistema penal brasileiro, ao regulamentar o comando disposto no artigo 5º, inciso XLIII da atual Constituição Federal de 1988 (CF/88). É de indagar-se, com a vigência desta nova lei, sua repercussão no que concerne à observância dos critérios de proporcionalidade e razoabilidade na aplicação penal. Para tanto, desenvolver-se-á, em primeiro momento, um estudo histórico acerca da concepção germânica do princípio da proporcionalidade e da anglo-saxônica do princípio da razoabilidade, traçando um paralelo entre tais comandos principiológicos, discutindo posições doutrinárias que os consideram semelhantes, distintos ou interdependentes, passando pela sua aplicação no direito penal brasileiro como instrumento de garantia limitador da atuação do Estado. O segundo ponto a ser alcançado consistirá em apresentar um histórico acerca do conceito de *terrorismo*, buscando amparo em doutrina nacional e internacional, explicitar o tratamento legislativo que era dado antes da publicação da lei antiterror no ordenamento jurídico brasileiro e pesquisar quais possíveis medidas adotadas no campo das políticas públicas o Estado brasileiro estabeleceu para coibir atos terroristas e atender às obrigações assumidas no plano internacional. Ademais, apresentar-se-á um histórico da tramitação da Lei n°. 13.260/2016 no Congresso Nacional – aprovada por meio do Projeto de Lei n°. 2.016-F/2015 – apontando, por meio de acesso aos *sites* oficiais e pesquisa de campo no Congresso Nacional, os principais pareceres dos parlamentares por ocasião de sua elaboração legislativa, observando se critérios de proporcionalidade e razoabilidade foram atendidos na construção dos tipos penais da lei. Além disso, explicitar-se-ão as implicações advindas desta nova lei no que atine à penalização anterior da conduta delituosa, apontando as diversas posições doutrinárias a respeito da hediondez do delito. Em última análise, buscar-se-á perquirir se a Lei n°. 13.260/2016 apresenta normas penais e processuais que vão de encontro ao princípio da proporcionalidade, entre outros fundamentais, pugnando pela constitucionalidade ou não da vigência da sanção penal apresentada. Será realizada, para tanto, uma investigação jurídico-comparativa em âmbito nacional e internacional. Por fim, será demonstrado um panorama geral no Brasil, acerca do tratamento jurisprudencial do tema ainda recente e pouco explorado.

Palavras-Chave: Terrorismo. Lei nº. 13.260/2016. Proporcionalidade na construção de normas penais. Direitos fundamentais. Inconstitucionalidade material.

AS FRAGILIDADES DO FEDERALISMO FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: UMA ANÁLISE DE CASO DE ANÁPOLIS

Daniel Gonçalves Mendes da Costa – UniCEUB, mestrando em Direito
danielgmc@gmail.com
José Levi Mello do Amaral Júnior – UniCEUB, professor orientador
jose.junior@ceub.edu.br

A federação brasileira, tomando como base o modelo norte-americano, surgiu como forma de partilhar o poder, rompendo com a ideia de um Estado nacional centralizado. Assim, as administrações federal, estadual e municipal respondem por esse poder partilhado, e o pacto federativo traduz-se na distribuição de recursos e receitas, a fim de poder governar cada ente. No entanto, muitos são os impasses especialmente nos municípios, em razão do federalismo fiscal às avessas, previsto na Constituição Federal de 1988. O modelo atual fere a autonomia administrativa dos entes, dependendo de repasses dos superiores e, especialmente, de articulação política de deputados e senadores para obter verbas e convênios que permitiria a realização de maiores investimentos. Assim, resta claro que, para atingir a real federação, torna-se necessário, por meio de uma reforma tributária, descentralizar os recursos especialmente da União, a fim de possibilitar que os municípios alcancem voos maiores e independentes, deixando de lado a realidade de que as prefeituras no Brasil são as primas pobres do pacto federativo.

Palavras-Chave: Federalismo fiscal. Municípios. Fragilidade. Tributação no Brasil.

A REALIZAÇÃO DE JUSTIÇA PÚBLICA PELA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Danuta Rafaela Nogueira de Souza Calazans – UniCEUB, mestranda em Direito
danuta_rns@hotmail.com
Marcelo Dias Varella – UniCEUB, professor orientador
marcelo.varella@ceub.edu.br

O objeto a ser examinado no trabalho é a possibilidade de concessão de justiça pública pela Advocacia Pública, mais especificamente, pela Advocacia-Geral da União (AGU), mediante a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF). O objetivo geral é, em primeira análise, identificar em quais perspectivas é possível estabelecer a adequada relação entre os principais subsistemas de efetivação e de realização de justiça, quais sejam, o Poder Judiciário e as instituições que formam as funções essenciais à Justiça, tendo como ponto de observação as irritações sistêmicas provocadas pela atuação da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração, órgão integrante da AGU. O objetivo específico é descobrir, após um mergulho nas teorias clássicas e modernas sobre a separação dos Poderes, se a justiça pública pode ser prestada não apenas pelo Judiciário, mas também pela Advocacia Pública e, sendo possível, se a construção de nova política pública de acesso à justiça perpassa o fortalecimento da Advocacia Pública e, de maneira mais específica, o da AGU. A Advocacia-Geral da União surgiu com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Trata-se de é uma instituição pública cujo objetivo é a representação da União, de suas autarquias e fundações públicas no campo judicial e extrajudicial, sendo-lhe reservadas as atividades de consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo. Um dos objetivos principais da AGU é a busca da justiça, o que inclui a efetiva prestação da justiça. Partindo-se de dois pressupostos fundamentais, quais sejam, a prestação da justiça pública é monopólio estatal e o conceito de justiça não se confunde com o de Poder Judiciário, porque aquele é mais amplo que este, havendo uma relação de continência, investigar-se-á qual é o papel da Advocacia Pública em um subsistema complementar e ampliativo de acesso à justiça. A AGU é instituição pública, pertencente ao Estado brasileiro, e o conceito de *justiça* não se confunde com o de *Poder Judiciário*. Assim, o legislador prevê instrumentos concretos que permitam à AGU a entrega de justiça, utilizando-se de meios típicos da justiça privada, àqueles que, cumprindo os requisitos impostos pela lei, procurarem-na. É o que ocorre com a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, incialmente instituída pelo Ato Regimental nº 5, de setembro de 2007. Sua estrutura e competência estão definidas pelo Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, cuja redação foi alterada pelo Decreto nº 7.526, de 15 de julho de 2011.

Palavras-Chave: Advocacia-Geral da União. Justiça. Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal.

A RESPONSABILIZAÇÃO OBJETIVA POR DANOS DECORRENTES DO CULTIVO DE ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS SEGUNDO A TEORIA DO RISCO INTEGRAL COMO RESPOSTA À NÃO REPARTIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES PELO RISCO AMBIENTAL CRIADO

Davi Beltrão de Rossiter Corrêa – UniCEUB, mestrando em Direito
davi.rossiter@hotmail.com
Márcia Dieguez Leuzinger – UniCEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

A decisão de permitir o plantio e a comercialização de sementes transgênicas, para além da mera discussão concernente à falta de certeza científica quanto à (in)segurança do consumo dos alimentos produzidos com essas sementes, implica a assunção de riscos por toda a sociedade e a necessidade de elaboração de política pública correspondente. A adequada gestão dos riscos advindos do cultivo de transgênicos deveria ser realizada sob a perspectiva dos princípios ambientais – especialmente o da precaução e o da solidariedade com as gerações futuras, o que não ocorreu no Brasil. Como será demonstrado, as regras legais vigentes acerca da responsabilização por dano ambiental apontam para a solidariedade de todos os agentes que participam da cadeia produtiva, indo desde o inventor das sementes até os produtores rurais que lesionem o meio ambiente. Também sob a perspectiva da aplicação da teoria do risco integral pelo dano ambiental, prevalente na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é devida a inclusão do inventor da semente no polo passivo da obrigação de reparar danos ambientais, pois é responsável pelas consequências lesivas do produto criado artificialmente. Conclui-se pela possibilidade de aprimoramento da legislação brasileira sobre o tema e pela construção de uma política pública voltada à proteção do meio ambiente que considere a dispersão do pólen contendo transgênico um evento de contaminação – dano privado e não hipótese de quebra de patente – com a atribuição da responsabilidade pela reparação ao dano ambiental de forma solidária aos proprietários das terras cultivadas, aos produtores e à empresa responsável pela criação de seres vivos geneticamente alterados e sua inserção no ambiente natural.

Palavras-Chave: Dano ambiental. Responsabilidade. Transgênico.

TEORIA DOS PRECEDENTES NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: UMA AVALIAÇÃO EMPÍRICA

Davidson Galhano Scofield – UniCEUB, mestrando em Direito
davidson.galhano.scofield@gmail.com
Jefferson Carlos Carús Guedes – UniCEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

O objetivo do trabalho é avaliar empiricamente se a teoria dos precedentes adotada pela lei brasileira é aplicada pelos tribunais mediante o exemplo da prática do Superior Tribunal de Justiça. A pesquisa é inovadora, porque as teorias do precedente adotadas na doutrina brasileira são normativas, e há, portanto, espaço para uma análise descritiva da realidade com o uso de novas ferramentas antes pouco utilizadas pelos juristas. Analisam-se todos os julgados colegiados proferidos pelo Superior Tribunal de Justiça no segundo semestre judiciário de 2015 (agosto a dezembro) e no segundo semestre judiciário de 2016. O marco temporal justifica-se pela entrada em vigor do novo Código de Processo Civil, em março de 2016. Com base na análise do uso de casos anteriores nos acórdãos, é possível quantificar quais casos foram mais recorrentemente identificados como precedentes. Assim, é possível comparar como o argumento do precedente é utilizado em diversos votos e observar como é o seu uso. O Código de Processo Civil de 2015 elencou três critérios para a correta aplicação dos precedentes: a necessidade de identificação de seus fundamentos determinantes, a demonstração do ajuste do caso julgado a estes fundamentos e a necessidade de que os precedentes invocados pela parte sejam aplicados, exceto se demonstrada a existência de distinção ou superação do entendimento. Levando em consideração a representatividade estatística e partindo dos casos de maior centralidade, avalia-se se, no Superior Tribunal de Justiça, é adotada a teoria dos precedentes descrita no Código de Processo Civil de 2015, pelo contraste entre os julgamentos anteriores e posteriores à entrada em vigência do Código. A avaliação será feita por meio de formulário que identificará a presença ou não do uso dos critérios legais. Com o resultado da análise, confirma-se ou não a necessidade de reconstrução da teoria dos precedentes no Brasil. Assim, com base nos resultados encontrados, serão detalhados outros elementos presentes no uso do argumento do precedente, tendo-se como principal hipótese de que há prevalência do seu uso na forma de argumento de autoridade, o que obscurece uma escolha não justificada. Com esta articulação, reconstrói-se a teoria dos precedentes brasileira com base em um teste empírico.

Palavras-Chave: Precedentes. Teoria da decisão judicial. Teoria dos grafos.

DOGMÁTICA PENAL: FUNDAMENTO E LIMITE À CONSTRUÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA PENAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Dermeval Farias Gomes Filho – UniCEUB, mestrando em Direito e Políticas Públicas
dermevalfarias@yahoo.com.br
Antonio Henrique Graciano Suxberger – UniCEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

A forma de construção das decisões penais no âmbito do Supremo Tribunal Federal, com o uso de princípios, distancia-se dos conceitos dogmáticos, produz decisões voluntaristas e subjetivistas, gera distorções na política criminal brasileira e provoca insegurança jurídica na interpretação dos institutos que cercam a estrutura analítica do delito e que dirigem a resposta penal. A pesquisa demonstra, na revisão bibliográfica, que os enunciados dogmáticos, desenvolvidos nas teorias do crime, precisam ser observados na construção das decisões penais, com a compreensão da opção do legislador brasileiro pelo sistema finalista, assumida na reforma da Parte Geral do Código Penal, ocorrida no ano de 1984. No exame das decisões penais do Supremo Tribunal Federal, a ferramenta metodológica de análise de decisões judiciais (MAD) possibilita o confronto crítico dos argumentos utilizados mediante a dogmática penal presente no sistema legal brasileiro. No campo das classes processuais, a análise empírica aponta a primeira forma de decidir com o uso de princípios penais, sem argumentação dogmática; a segunda forma, com argumentos dogmáticos equivocados; a terceira forma, com tentativas inovadoras na política criminal do sistema carcerário, com subjetivismo e voluntarismo na interpretação penal, sem arranjo institucional e planejamento adequado inerente ao campo da política pública. A abertura interpretativa revela uma aproximação entre o modelo neoconstitucionalista e a teoria teleológico-funcional, com a solução de casos fundamentada em princípios penais. O atual modelo da Corte para decidir questões penais, sem limites dogmáticos, representa grande risco ao Direito Penal, que se ancora no princípio estruturante da legalidade. A ausência de dogmática penal na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal significa insegurança jurídica no campo da liberdade das pessoas, com impactos negativos no desenho político criminal brasileiro, ao refletir as decisões imprecisas da Corte nas demais instâncias do Poder Judiciário. O Direito Penal dogmático, com os ajustes necessários, tem condições de atender às demandas clássicas e modernas, referidas à tutela de bens jurídicos individuais, como vida, liberdade, integridade física, e à dos bens jurídicos coletivos, como ordem econômica, meio ambiente, saúde, relações de consumo. Com destaque para as funções da dogmática penal e dos princípios penais, a pesquisa indica uma alternativa para a construção das decisões penais com a defesa da convivência entre os princípios e a dogmática penal, com a tentativa de compatibilizar os métodos ontológico e normativista no exame dos institutos penais.

Palavras-Chave: Dogmática penal. Princípios penais. Jurisprudência penal. Supremo Tribunal Federal. Metodologia de Análise de Decisões (MAD).

COMPLEXO PENAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES, MG: PRIMEIRA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NO SISTEMA PRISIONAL

Elvis da Cunha Pereira – UniCEUB, mestrando em Direito
elvisdacunha@hotmail.com
Paulo Afonso Cavichioli Carmona – UniCEUB, professor orientador
paulo.carmona@ceub.edu.br

Este trabalho objetiva analisar a primeira experiência brasileira de Parceria Público- Privada (PPP) no Brasil, o Complexo Penal de Ribeirão das Neves, localizado em Minas Gerais, comparando o modelo brasileiro com o de outros países, a exemplo da África do Sul, dos Estados Unidos e da França. Defende-se que, apesar de moderno, o modelo de Ribeirão das Neves, sozinho, não é capaz de modificar os indicadores de reincidência, portanto não é a solução para o caótico sistema penitenciário brasileiro, sendo necessário novo modelo de gestão que não vise somente à redução dos custos, mas também que seja capaz de melhorar os aspectos de ressocialização dos apenados, de modo a garantir o cumprimento da pena de forma mais humana. Para tanto, será examinada a compatibilidade do modelo alternativo de gestão prisional proposto pela PPP em Ribeirão das Neves, MG, como estado democrático de direito brasileiro; a realidade do complexo Ribeirão das Neves após a privatização; os reflexos da gestão prisional que o Complexo Ribeirão das Neves promoveu após a implantação do modelo da PPP.

Palavras-Chave: Parceria público-privada. Sistema penitenciário. Complexo penal. Presídio Ribeirão das Neves.

A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DE USUCAPIÃO DE BENS PÚBLICOS

Fábio Bragança Zago– UniCEUB, mestrando em Direito
zago96@gmail.com
Paulo Afonso Cavichioli Carmona– UniCEUB, professor orientador
paulo.carmona@ceub.edu.br

A pesquisa versa sobre a (in)constitucionalidade de usucapião de bens públicos à luz da perspectiva civil-constitucional, inserida sob o ditame constitucional da função social, diante da realidade brasileira de ocupações irregulares. Descrevem-se os posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais atinentes ao tema sob a metodologia descritiva, bibliográfica e dedutiva, coletados por acessibilidade. Primeiramente, discorre-se sobre os bens públicos, suas espécies e o regime jurídico a eles aplicável, para analisar a existência do cumprimento da função social de bens públicos. Em seguida, serão cotejados os ensinamentos doutrinários e jurisprudenciais, favoráveis e contrários à usucapião de bens públicos, dialogando-se com os direitos fundamentais, notadamente a moradia, e os princípios constitucionais, especialmente a legalidade, envolvidos na celeuma. Observa-se odiosa insegurança jurídica sobre o tema, pretensamente solucionada com a recente Lei nº 13.465/2017. A conclusão imprescinde do regular andamento das pesquisas, com o fito de aferir, ao final, se é constitucional ou não a usucapião de bens públicos e sob quais circunstâncias ou critérios o particular pode exercer esse potencial direito em face do Poder Público.

Palavras-Chave: Usucapião. Bens públicos. Função social.

O ESTADO DE FILIAÇÃO COMO REQUISITO DA PARENTALIDADE BIOLÓGICA E SOCIOAFETIVA – DISTINÇÃO NECESSÁRIA AO DIREITO DA PERSONALIDADE À INVESTIGAÇÃO DE ORIGEM GENÉTICA: UMA ANÁLISE SOBRE A MULTIPARENTALIDADE EM CONFRONTO COM INTERESSES PATRIMONIAIS

Flávio Gonçalves Louzada – UniCEUB, mestrando em Direito
prof.flaviolouzada@gmail.com
Patrícia Perrone Campos Mello – UniCEUB, professora orientadora
patrícia.mello@ceub.edu.br

O Direito de Família brasileiro enfrenta, nas últimas décadas, modificações conceituais, rompendo com barreiras e apresentando novos paradigmas para a sociedade. Passou-se da ideia centrada no matrimônio para a plúrima, evidenciando-se uma família multifacetada, estruturada por diversas entidades. Será demonstrado como o novo paradigma da socioafetividade chegou ao conceito que se encontra hoje, rompendo-se com a biologização da paternidade, até alcançar a multiparentalidade. Os princípios constitucionais, as relações entre pais e filhos e as uniões homoafetivas contribuíram, sobremaneira, para formar o vínculo entre o afeto e a multiparentalidade. O núcleo familiar multiparental, formado por mais de uma mãe e um pai ou por mais de um pai e uma mãe, merece a proteção do direito. As revoluções trazidas pelos rompimentos de paradigmas ensejaram que o Direito de Família contemporâneo deparasse com a necessidade de repensar posicionamentos para que pudesse adequar-se às novas formas de família que surgiram a partir da promulgação da Constituição Federal brasileira de 1988. Nesse contexto, chega-se à multiparentalidade como mais uma forma de proteção familiar, e o Direito brasileiro é desafiado a superar conceitos anteriormente tidos como verdadeiros, absolutos e imutáveis. A questão sucessória é ponto de discussão no que tange à decisão do STF, em RE nº 898.060, quando se equiparou a paternidade biológica e a socioafetiva nos casos de multiparentalidade. Importante diferenciação entre investigatória de paternidade e investigatória de origem genética apresentou-se como necessária para a verdadeira identificação da parentalidade. Com a decisão do STF, questiona-se se o fato de haver vinculação biológica possibilitaria o direito hereditário e se não ensejariam interesses unicamente patrimoniais, deixando-se de lado a posse de estado de filho com fundamento no princípio da afetividade. Como se pode notar, o tema é polêmico e necessita da análise tanto jurisprudencial como doutrinária para o esclarecimento de tantas inquietações que são levadas ao Judiciário acerca da multiparentalidade e de seus efeitos jurídicos.

Palavras-Chave: Multiparentalidade. Estado de filiação. Afetividade. Interesse patrimonial.

TIPOS PENAIS ABERTOS PARA ABUSOS DE AUTORIDADE E INVASÃO DA DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA

Frederico Skora Lieberenz – UniCEUB, mestrando em Direito
flieberenz@gmail.com
Bruno Amaral Machado – UniCEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

A Lei 4898/65, que cuida dos crimes de abuso de autoridade, está defasada. Alguns projetos de lei, buscando adequá-la ao sistema de garantias inaugurado pela Constituição Federal de 1988, já foram apresentados em ambas as casas do Poder Legislativo, nas últimas décadas, porém, somente recentemente, passou-se a tratar do assunto com prioridade. Neste sentido, torna-se relevante voltar a discutir-se a questão do controle judicial dos atos dos agentes públicos encarregados da administração do sistema de justiça criminal, como policiais, servidores do sistema penitenciário, membros do ministério público ou juízes. Com efeito, em primeiro momento, observa-se a ocorrência de tipos abertos tanto na atual lei como nos principais projetos em curso, o que poderia levar à violação do princípio da legalidade pela falta de certeza quanto à conduta apenada. Além disso, os tipos abertos permitem ampla margem de discricionariedade aos juízes que julgarão os casos de supostos abusos de autoridade, em especial os dos tribunais superiores, que serão os responsáveis por definir a jurisprudência e, por consequência, o alcance dos elementos normativos. O presente estudo sistematiza os entendimentos acerca dos tipos abertos e sua relação com o princípio da legalidade no direito penal, identifica os tipos penais dos crimes de abuso de autoridade na lei atual e nos principais projetos, descreve os elementos normativos passíveis de levar insegurança jurídica à atuação dos agentes públicos, compara a população de tais termos em outros normativos, analisa suas interpretações pela doutrina e pela jurisprudência e relaciona abuso de autoridade e abuso de poder, de modo a introduzir a questão da discricionariedade no contexto da divisão de poderes na democracia.

Palavras-Chave: Abuso de autoridade. Tipos penais abertos. Princípio da certeza. Discricionariedade da Administração pública.

O CONTROLE EXTERNO NO SISTEMA DE FREIOS E CONTRAPESOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988: FUNDAMENTOS E EFICÁCIA JURÍDICA DAS RECOMENDAÇÕES E DAS DETERMINAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS

Gabriel Heller – UniCEUB, mestrando em Direito
hellergabriel@hotmail.com
Carlos Bastide Horbach – UniCEUB, professor orientador
carlos.horbach@ceub.edu.br

Os mecanismos de freios e contrapesos previstos na Constituição Federal de 1988 não se encerram no clássico esquema da tripartição dos poderes, assim como as funções do Estado previstas são mais vastas do que as tradicionais administrativa, legislativa e jurisdicional. A função de controle externo, atribuída conjuntamente ao Parlamento e ao Tribunal de Contas, deve ser considerada no esquema constitucional de *checks and balances*, em especial em razão do reconhecimento de que a Corte de Contas tem competência para a exaração de decisões programadas, isto é, voltadas para o futuro, e não apenas retrospectivas. Dessa forma, o trabalho analisa de que forma o Tribunal de Contas se insere no mecanismo de freios e contrapesos da CF, destacadamente, por meio das decisões proferidas com determinações e recomendações aos demais órgãos constitucionais.

Palavras-Chave: Tribunal de Contas. Controle externo. Separação de Poderes. Recomendações. Determinações.

A EXISTÊNCIA E A EVENTUAL VINCULAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS ENTIDADES DE EDUCAÇÃO PRIVADA NO DISTRITO FEDERAL

Gladson Rogério de Oliveira Miranda – UniCEUB, mestrando em Direito
gladsonrogerio@uol.com.br
Alice Rocha da Silva – UniCEUB, professora orientadora
alice.silva@ceub.edu.br

Analisa-se a existência e as consequências da responsabilidade social de empresas, alardeada em *sites* com mero caráter de *marketing*. O objetivo é verificar, nas instituições privadas do ramo educacional do DF, as que apresentam, em seus *sites*, informativos sobre a previsão de existência da responsabilidade social; se houver, deve-se verificar nos estatutos constitutivos das pessoas jurídicas se há a materialização de previsão de responsabilidade social e, em havendo, qual é o grau de vinculação concreta da existência de previsão nos estatutos sociais. Desta forma, busca-se a materialização de identificação do marco teórico da responsabilidade social e a verificação de uso por pessoas jurídicas que atuam em área social. Além disso, verifica-se se o apregoado nos *sites* informativos guarda relação com o estatuto social e o seu potencial para gerar obrigações.

Palavras-Chave: Responsabilidade social. Registro. Vinculação contratual.

A RELAÇÃO ENTRE OBJETO DO PROCESSO E JULGAMENTO PARCIAL: AS CONSEQUÊNCIAS DO JULGAMENTO ANTECIPADO PARCIAL NO CPC/2015

Guilherme Machado de Oliveira – UniCEUB, mestrando em Direito
guimachado.adv@gmail.com
Jefferson Carlos Carús Guedes – UniCEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br
José Henrique Mouta Araújo – UFPA, professor coorientador
henriquemouta@uol.com.br

O presente trabalho analisa a relação entre o objeto do processo civil e a técnica do julgamento antecipado parcial do mérito e estuda as consequências procedimentais da regulamentação feita pelo novo Código de Processo Civil. Este tema demanda atenção, por estar relacionado a vários institutos processuais, como cumulação de ações, litispendência, coisa julgada e modificação da demanda. A possibilidade de fragmentação do julgamento de mérito já era muito discutida no sistema processual civil anterior, mas foi introduzida, expressamente, pelo novo Código de Processo Civil como meio de acelerar a prestação jurisdicional e garantir o resultado útil do processo. Assim, apresenta-se um panorama teórico sobre o objeto litigioso, até chegar-se à concepção de que consubstancia o mérito da causa, correspondendo às afirmações de direitos e contradireitos formuladas pelas partes, que estão materializados nos pedidos e causa de pedir. Desse modo, o julgamento antecipado parcial é meio para resolução de um ou mais pedidos que se mostrem aptos a julgamento de mérito, evidenciando a íntima relação entre o objeto e a técnica processual. Entretanto, apesar de ser forma de resolução do mérito da demanda, como se fosse uma sentença, o legislador dispensou tratamento procedimental diverso ao de uma sentença meritória, o que cria algumas incoerências no procedimento, inclusive com possível violação a princípios processuais. Desse modo, define-se o que consiste o objeto do processo civil e como interage com a técnica do julgamento antecipado parcial, de modo que possam ser analisadas as consequências positivas e negativas da regulamentação procedimental mediante a análise bibliográfica pertinente e o estudo sistemático dos dispositivos do novo Código.

Palavras-Chave: Objeto do processo. Julgamento antecipado parcial. Consequências procedimentais. Incoerências. Princípios processuais.

O IMPACTO DO TERRORISMO NA PROTEÇÃO CONFERIDA AOS REFUGIADOS NA UNIÃO EUROPEIA

Harley Enoque Viana de Oliveira – UniCEUB, mestrando em Direito
harleyoliveira@gmail.com
Nitish Monebhurrun – UniCEUB, professor orientador
nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

A presente pesquisa trata de limites que o direito internacional impõe às decisões que, no âmbito da União Europeia, denegam o *status* de refugiado. Nesse contexto, realizou-se em decisões fundamentadas nos artigos 1-F (c) e 33 da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, na Alemanha, na França, no Reino Unido e na Hungria, assim como as provenientes do Tribunal de Justiça da União Europeia e da Corte Europeia dos Direitos Humanos. Trata-se de tentativa de verificar o impacto do terrorismo na proteção conferida aos refugiados na União Europeia. A metodologia parte da identificação de casos em que houve o uso do argumento de proteção contra o terrorismo ou das listas de suspeitas de terrorismo para denegar o *status* de refugiado, no intuito de demonstrar a insegurança jurídica decorrente dessa justificativa. Nesse mister, demonstra-se que o respeito aos direitos humanos dos refugiados é essencial na luta contra o terrorismo e não mero obstáculo a ser superado.

Palavras-Chave: **Terrorismo. Refúgio. União Europeia. Direito Internacional. Lista de suspeitos.**

DA IMPOSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO POR PARTE DO INPI NOS CONTRATOS DE *CORPORATE JOINT VENTURE* QUE VERSEM SOBRE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

Henrique Luiz Ferreira Coelho – UniCEUB, mestrando em Direito
henrique.coelho@afcadvogados.adv.br
Daniel Amin Ferraz – UniCEUB, professor orientador
daniel.ferraz@ceub.edu.br

Visando diminuir o hiato existente entre países detentores de tecnologia de ponta e países menos desenvolvidos, estes tendem a acessar tecnologias já maduras e testadas. No Brasil, a questão da transferência de tecnologia é regulada pela lei 9.279/96 (LPI), competindo ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), por força da lei 5.648/70, averbar as modalidades de transferência de tecnologia. Nesse contexto, o artigo 240 da LPI alterou o artigo 2º da aludida lei 5.648/70, suprimindo parte das competências relativas ao INPI, notadamente, quanto à possibilidade de adotar "medidas capazes de acelerar e regular a transferência de tecnologia". Mediante essa alteração, grande parte da doutrina especializada passou a entender que o INPI deixou de deter competência para adentrar no mérito dos contratos de transferência de tecnologia firmados e, consequentemente, de alterar seus termos, cabendo, apenas, registrá-los. Contudo, esta tese foi afastada quando do julgamento do REsp nº 1.200.528-RJ, em fevereiro de 2017, pela 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça. Ficou assentado, naquela oportunidade, que o INPI, a despeito da referida supressão legislativa, ainda detém poderes discricionários para intervir nos contratos. Nesse contexto, a presente pesquisa, ao apresentar o contrato de *corporate joint venture* e suas principais estruturas analíticas que favorecem o processo de apropriação de conhecimentos técnicos, demonstra que tal contrato, ao ser utilizado para fins de transferência de tecnologia, não poderia ser objeto de imiscuição por parte do INPI, visto tratar-se, a depender da forma societária adotada, de negócio jurídico de natureza plurissubjetiva ou estatutária, devendo ser estruturado segundo os ditames do direito societário, detentor de princípios norteadores próprios e regidos, precipuamente, pela Lei das Sociedades por Ações ou pelo Título II da lei 10.406/02, as quais não definem previsão quanto a esta possibilidade de intervenção.

Palavras-Chave: Transferência de tecnologia. ***Corporate joint venture*. INPI. Intervenção estatal.**

A JUDICIALIZAÇÃO OU A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA MEDIAÇÃO PELO JUDICIÁRIO NO BRASIL: ANÁLISE DA MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Isabela Maia Mesquita Martins – UniCEUB, mestranda em Direito
isammmartins@gmail.com
Patrícia Perrone Campos Melo – UniCEUB, professora orientadora
patricia.mello@ceub.edu.br

Pretende-se desenvolver a dissertação de mestrado sobre a mediação como mecanismo oficial ou oficializado de resolução de conflitos a partir da regulação da matéria pelos Estados ou por órgãos oficiais, da promoção e da difusão da mediação pelo Poder Judiciário. Propõe-se o estudo da institucionalização, mais especificamente a judicialização, da mediação no Brasil como instrumento da política pública de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito extrajudicial e judicial, de acordo com cinco aspectos – mediação comunitária penal, mediação civil, mediação empresarial, mediação de família e mediação em direitos sociais indisponíveis – analisados cada um mediante três fundamentos: como auxiliar no combate à crise do Judiciário, como ferramenta de acesso à justiça e como instrumento de pacificação social e prevenção à violência ou à criminalidade. O objetivo geral da pesquisa é saber como o instituto da mediação é regulamentado, judicializado e institucionalizado no contexto brasileiro, de modo a analisar, a partir do estudo da lei, da doutrina e da jurisprudência, se a mediação judicial cumpre o suposto triplo caráter ou fundamento atribuído pela doutrina majoritária. Ademais, a fim de aprimorar os parâmetros de avaliação da incipiente mediação nacional, será realizada, baseada nos parâmetros de estudo em bloco de centros de pesquisas internacionais, a análise do contexto da mediação judicial no Brasil, comparada à sua institucionalização e judicialização em três diferentes âmbitos: EUA, União Europeia e América Latina.

Palavras-Chave: Mediação. Políticas públicas. Direitos sociais. Judiciário.

A INEFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS DESTINADAS À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Isabella Viegas Moraes Sarmento – UniCEUB, mestranda em Direito
isabellaviegas@gmail.com
Marcelo Dias Varella – UniCEUB, professor orientador
marcerlo.varella@ceub.edu.br

A cada dia, cresce o número da população em situação de rua no Brasil, que se abriga sob árvores, viadutos, marquises, em terrenos abandonados e nas proximidades de prédios residenciais. Apesar de notável, esse contingente não é percebido pelos olhos da sociedade por mais do que poucos segundos, menos ainda pelas autoridades públicas e, sequer, é considerado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na realização do censo. Ser visto como um lixo da sociedade, estar à margem do convívio social é uma realidade. O fato de não ser percebida e estar associada a enfermidades, como alcoolismo, HIV, dependência química, faz acelerar o processo de exclusão dessa população que vive em acentuada miséria e inutilidade social. É necessário fazer uma avaliação profunda de características, histórias, valores, saúde física e mental, táticas de sobrevivência, entre outras condições que fundamentem a compreensão dos motivos que levaram essa população a procurar, na rua, seu refúgio. O presente estudo demonstra como as políticas púbicas existentes foram tardias, são ínfimas, descontínuas e ineficazes para solucionar essa questão. A importância da presente dissertação resta, destarte, evidente, haja vista que a universalidade dos direitos humanos impõe o alcance da sua proteção a todas as pessoas indistintamente. Outrossim, deve-se considerar o exponencial grupo de pessoas que, atualmente, encontram-se em situação de desamparo e desabrigo, sem qualquer perspectiva de voltar a integrar a vida civil e usufruir dos direitos sociais básicos, garantidos pela Constituição Federal. Para tanto, considera-se a seguinte hipótese: as políticas púbicas existentes para sanear o crescente cenário da população em situação de rua no Brasil são ínfimas, descontínuas e ineficazes. Emprega-se o método dialético e os auxiliares da pesquisa bibliográfica, legislativa e de campo.

Palavras-Chave: População em situação de rua. Políticas públicas. Vulnerabilidade. Exclusão social.

A VULNERABILIDADE AGRAVADA DA CRIANÇA VENEZUELANA EM BUSCA DE REFÚGIO NO BRASIL: FATALIDADE OU POSSIBILIDADE DE MITIGAÇÃO?

Jacqueline Salmen Raffoul Costa – UniCEUB, mestranda em Direito
jsalmenraffoul@gmail.com
Nitish Monebhurrun – UniCEUB, professor orientador
nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

Trata-se de dissertação sobre a situação de vulnerabilidade agravada da criança refugiada venezuelana no Brasil. Os dados demonstram a nítida dimensão do movimento migratório no país. Enquanto apenas quatro venezuelanos buscaram refúgio em 2010, quase 18.000 pedidos surgiram em 2017, e a maior parte dos requerimentos teve origem em Boa Vista, Roraima, em razão da fronteira entre os países. Quanto às crianças, estima-se que, diariamente, 180 cruzem a fronteira para Roraima. Em pesquisa *in loco* realizada em Boa Vista, Roraima, em maio de 2018, percebeu-se que as dificuldades enfrentadas começaram na Venezuela, mas não foram imediatamente sanadas com o acolhimento nos abrigos brasileiros. Ademais, os desafios vividos pelos pais incidem, diretamente, na criança venezuelana. Quando questionados sobre a razão pela qual deixaram o seu país de origem, a resposta quase unânime é: "por la falta de todo". A escassez de suprimentos e medicamentos, aliada aos índices exorbitantes de inflação, e outras violações de direitos humanos tornaram a mudança de país opção de sobrevivência. O mencionado contexto tem impacto maior na criança venezuelana. Em razão da característica de pessoa em desenvolvimento, há o reconhecimento jurídico da condição peculiar da criança por sua vulnerabilidade. Desse modo, ela necessita de proteção especial para que possa desenvolver-se de forma apropriada. Ocorre que, no caso da criança refugiada, há o agravamento da vulnerabilidade, pois há maior suscetibilidade a situações aptas a violar direitos e, consequentemente, prejudicar o seu desenvolvimento apropriado. Desse modo, questiona-se se a vulnerabilidade agravada da criança refugiada venezuelana é fatalidade ou se é possível sugerir formas de mitigação que estariam ligadas ao princípio da proteção integral e a padrões jurídicos mínimos, que serão apresentados na dissertação.

Palavras-Chave: Criança venezuelana. Refúgio. Vulnerabilidade. Proteção integral.

A LEITURA MORAL DA CONSTITUIÇÃO NAS FUNÇÕES REPRESENTATIVA E ILUMINISTA DO SUPREMO

Jean Claude O'Donnell Braz Pereira – UniCEUB, mestrando em Direito
jeanclaudeod@gmail.com; jeanclaudeod@tcu.gov.br
Jefferson Carlos Carús Guedes – UniCEUB, professor orientador
jefferson.guedes@uniceub.br

As tensões causadas pela rápida transformação social, econômica e cultural e a perda de legitimidade popular do Poder Legislativo colocaram o STF como protagonista de um processo de transformação do sentido próprio da Constituição, fazendo que a Corte adentre em áreas cinzentas de atuação dos demais Poderes. Esse processo de transformação é feito, entre outros caminhos, consoante a leitura moral da Constituição, utilizando-se a dicção de Ronald Dworkin. Assim, é necessário aferir em que medida a Suprema Corte goza de legitimidade social e jurídica para exercer o papel de guardião moral da inação e de certa condescendência dos poderes eleitos; da correta aplicação de institutos, como o *distinguishing* e do *overruling*; de um mandato não explícito conferido pelos jurisdicionados; do discurso racional jurídico; da possibilidade de utilização de critérios morais e éticos tidos como universais. De outra borda, impõe-se a instituição de limites à leitura moral em questões relevantes em que se discutam desacordos morais razoáveis; nas hipóteses em que se observem assimetria ou ausência de informação e no conflito agente-principal subjacente; nos princípios constitucionais e de Direito Internacional; na lógica e na coerência do sistema jurídico; no diálogo e na deferência aos poderes eleitos.

Palavras-Chave: *Overruling*.*Distinguishing*. Leitura moral. *Bachlash*. *Override*.

DA COMUNICAÇÃO SOCIAL: UM ENSAIO INTERPRETATIVO DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA COM FOCO NA INTERNET

Jean Marcel da Silva Campos – UniCEUB, mestrado em Direito
jeanncampos@gmail.com
Frederico Augusto Barbosa da Silva – UniCEUB, professor orientador
frederico.silva@ceub.edu.br

A presente dissertação investiga os mecanismos disponíveis na Constituição de 1988 para assegurar, no ambiente digital, dois princípios constitucionais na democracia: a liberdade de expressão e a igualdade. Para tanto, examina-se o capítulo "Da Comunicação Social", do texto constitucional, visando à construção de novo olhar interpretativo que possa ampliar os efeitos do princípio da isonomia nas ações de reparação por danos morais e materiais cometidos na internet, especificamente, na rede social Facebook. Em seguida, delineia-se – para afastar eventuais equívocos – uma definição uniforme dos elementos presentes no campo da comunicação e que são discutidos no campo jurídico. A hipótese levantada é a de que o Facebook tem características de um veículo de comunicação social, no entanto não está submetido à mesma disciplina constitucional. Na prática, constata-se que não há direito de resposta nesta rede social, situação que ainda causa insegurança jurídica. Além disso, os processos são tão complexos que o Estado não tem capacidade de auditar o impacto de *fake News* no ambiente digital. Consequentemente, a verdade ainda seguirá longo caminho, até sobrepor-se ou, pelo menos, equiparar-se à mentira nas redes sociais. A conclusão da presente pesquisa revela novo desafio: identificar e compreender os meios que poderão reverter esse quadro.

Palavras-Chave: *Fake News*. Ambiente digital. Liberdade de expressão. Princípio da igualdade.

CONTRATAÇÃO INTEGRADA: UMA VERIFICAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO DNIT

João Paulo Gualberto Forni – UniCEUB, mestrando em Direito
joao.forni@gmail.com
Marcelo Dias Varella – UniCEUB, professor orientador
marcelo.varella@ceub.edu.br

A contratação integrada é o novo regime de execução de obras e serviços de engenharia que integra as responsabilidades pela elaboração do projeto básico e pela execução da obra em oposição ao modelo tradicional, presente na Lei n. 8.666/1993, que separa essas duas atribuições. A utilização desse regime expande-se com base em certos pressupostos, como o alinhamento a boas práticas internacionais e a redução de prazos, de custos e de aditivos. O presente trabalho, por meio de revisão bibliográfica, pesquisa em atos normativos e análise de estudos empíricos, objetiva testar esses pressupostos à luz da experiência do DNIT, autarquia que está na vanguarda da utilização do regime e que apresenta o maior número de certames sob contratação integrada. A verificação empreendida evidencia o único pressuposto que se verifica na realidade ser a redução do número de aditivos contratuais, mesmo assim com certas ressalvas, em vista do estágio inicial das obras analisadas. Demonstra-se que a alusão à experiência internacional, especialmente ao *design-build* norte-americano padece de fragilidades tanto conceituais quanto relacionadas a requisitos de utilização. Além disso, os estudos empíricos analisados – empreendidos por órgãos de controle, pela Câmara dos Deputados e por entidades privadas – elucidam que houve aumento de custos e de prazo quando utilizada a contratação integrada. Contudo, essas conclusões merecem contrapontos que recomendam não a extirpação do instituto explorado, mas o refinamento dos estudos e maior número de verificações empíricas, para que sua eventual ampliação se dê com base em dados reais e não em pressupostos intuitivos.

Palavras-Chave: Direito Administrativo. Licitações e contratos. Regime diferenciado de contratações públicas. Contratação integrada.

A (IN)VIABILIDADE DO DIREITO À FELICIDADE NO PLANEJAMENTO DO ESPAÇO URBANO

José Gustavo Melo Andrade – UniCEUB, mestrando em Direito
gustavomelo1206@gmail.com
Paulo Afonso Cavichioli Carmona – UniCEUB, professor orientador
paulo.carmona@ceub.edu.br

A tese tem como um dos objetos a análise da sustentabilidade no planejamento do espaço urbano, informada por diversas variáveis, as quais têm o potencial de produzir impacto positivo ou negativo nas presentes e futuras gerações. As intervenções municipais que agregam valor a determinada política urbana devem servir de lastro para garantir não só a moradia, mas também o transporte, o saneamento ambiental, a infraestrutura urbana, os serviços públicos, o trabalho e o lazer. O Estatuto da Cidade é o marco de toda engrenagem que movimenta o planejamento dos municípios brasileiros, os quais deveriam, no plano ideal, como corpos portadores de vida, ser o habitat natural do cidadão. Há expressiva quantidade de leis e regulamentos urbanísticos, mas dura realidade de caos urbano. As coordenadas geográficas de uma cidade não são suficientes na definição adequada dos rumos de uma política urbana, pois a função social da cidade tem como meta o interesse coletivo, visando dialogar com o indivíduo que habita o espaço concebido pelo urbanista. Assim, questiona-se se a concepção de uma cidade que espelhe a felicidade é possível se aferida por números ou se é uma temática inerente à estrutura psíquica de cada munícipe. Tal indagação é de fundamental importância para concluir pela viabilidade ou pela inviabilidade existencial de um povo (in)feliz na edificação de espaços urbanos que espelhem menos ou mais o utilitarismo (in)adequado. O tema é multidisciplinar e tem como eixo de indagação duas vertentes: se é possível viabilizar o direito à felicidade no planejamento do espaço urbano e se é possível o diálogo entre felicidade e planejamento urbanístico. O escopo da tese é analisar a realidade das cidades brasileiras, além de tomar exemplos, mundo a fora, de cidades sustentáveis, pontuando-se a denominada “síndrome de Brasília”, expressão utilizada pelo arquiteto e ex-professor da Real Academia Dinamarquesa de Belas Artes Jan Gehl, por conta de a capital federal ter sido paradigma de estudo da arquitetura moderna.

Palavras-Chave: Planejamento urbanístico. Direito à felicidade. Síndrome de Brasília.

BENS JURÍDICOS COLETIVOS E CRIMES DE PERIGO ABSTRATO

Júlio Gonçalves Melo – UniCEUB, mestrando em Direito
juliogmelo@yahoo.com.br
Patrícia Perrone Campos Mello – UniCEUB, professora orientadora
patricia.mello@ceub.edu.br

A missão do direito penal é a proteção de bens jurídicos, inclusive coletivos, mediante a adoção de determinadas técnicas, entre as quais se destaca a previsão legal de crimes de perigo abstrato. No marco da ordem constitucional democrática, fundada na dignidade da pessoa humana, o direito penal deve ser visto como meio para a proteção adequada de determinados elementos fundamentais ao desenvolvimento do indivíduo e à subsistência do sistema social, tais como os bens de titularidade individual – a vida, o patrimônio e a autodeterminação sexual – e os de titularidade difusa, insuscetíveis de apropriação pelo particular, usufruídos em sua totalidade pelo conjunto da sociedade, como o meio ambiente e a ordem tributária. Em relação a esses últimos, o direito penal deve eleger meios adequados de proteção, entre os quais se destaca a previsão legal dos chamados crimes de perigo abstrato, cuja validade, apesar de questionada por uma parte da doutrina nacional, será reconhecida nesta pesquisa.

Palavras-Chave: Funcionalismo. Bens jurídicos coletivos. Crimes de perigo abstrato.

OS DESAFIOS À UTILIZAÇÃO DO PLANO DE MANEJO COMO FERRAMENTA PARA UMA GESTÃO EFETIVA E EQUITATIVA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MARINHAS BRASILEIRAS

Larissa Suassuna Carvalho Barros – UniCEUB, mestranda em Direito
larissa_suassuna@hotmail.com
Márcia Dieguez Leuzinger – UniCEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

A meta internacional de conservação de áreas marinhas e costeiras enfatiza a necessidade de aliar, na conservação, a qualidade à quantidade de área protegida. Em termos quantitativos, o Brasil encontra-se em uma condição positiva. Atualmente, 26,4% das áreas marinhas e costeiras do país, distribuídas em 177 Unidades de Conservação – UC, estão preservadas por meio do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Em termos qualitativos, o nível de sucesso do país é baixo. O índice de efetividade da gestão das UC federais marinhas em 2017 foi de apenas 52,45% segundo o Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão. Em tese, o plano de manejo, concebido pelo legislador brasileiro como principal ferramenta de gestão de áreas protegidas, deveria ser capaz de viabilizar a sua gestão efetiva e equitativa, aliada a outras ferramentas. Trata-se de um documento técnico que toda UC deve ter, por meio do qual o órgão ambiental, com fundamento nos objetivos gerais da categoria, estabelece o seu zoneamento e as normas de uso e manejo da área e de seus recursos. É um autêntico plano de gestão que direciona a UC para o efetivo alcance dos objetivos que justificaram a sua criação. No entanto, verifica-se que determinadas questões jurídicas impedem a plena utilização dos planos de manejo como ferramentas de gestão. Por isso, é preciso provocar o debate para fomentar interpretações jurídicas que possam ajudar a superação dos desafios identificados e contribuir para o aumento da qualidade da gestão das áreas marinhas protegidas do país. Somente a gestão de qualidade – livre de óbices jurídicos – é capaz de tutelar, adequadamente, esses espaços, cuja incolumidade pode ser ameaçada pelo crescente interesse que a biodiversidade marinha desperta, especialmente, em virtude de seu valor econômico, evidenciado pela evolução da biotecnologia. Assim, a presente pesquisa tem como objeto principal a análise desse instrumento e os desafios jurídicos que impedem a sua plena utilização como ferramenta para uma gestão efetiva e equitativa das unidades de conservação marinhas.

Palavras-Chave: Unidades de conservação. Áreas marinhas protegidas. Gestão. Planos de manejo.

A GOVERNANÇA AMBIENTAL MILITAR NAS ÁREAS DA UNIÃO ADMINISTRADAS PELO EXÉRCITO BRASILEIRO

Leonardo Aragão Craveiro – UniCEUB, mestrando em Direito
leocraveiroo@gmail.com.br
Márcia Dieguez Leuzinger – UniCEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

A proteção ambiental é uma preocupação crescente nos tempos atuais. Em razão disso, a proteção ao meio ambiente foi constitucionalizada, e, sobretudo, no artigo 225, pode-se perceber a relevância do direito fundamental ao meio ambiente sadio na Constituição Brasileira de 1988. Mesmo cientes de que o Brasil já caminha para tornar-se um Estado socioambiental, o bem ambiental, assim como os demais direitos fundamentais, não pode ser absoluto em toda e qualquer situação. Assim é que outros bens igualmente constitucionais devem ser considerados e harmonizados em caso de choque, a fim de manter-se a unidade do sistema, indispensável à ordem constitucional. Nesse ponto, é de suma importância considerar a governança ambiental, que, especificamente, diz respeito a políticas públicas sobre a preservação e a conservação do ambiente natural, compreendendo o uso sustentável de recursos naturais, tendo os olhos voltados, especialmente, à proteção dos recursos advindos da biodiversidade. Diante dessas questões, o presente trabalho demonstra que as peculiaridades das Forças Armadas, em especial o Exército Brasileiro, não impedem a boa governança ambiental nas terras públicas que tais instituições administram. Para isso, esclarece-se como o Exército protege seus imóveis, os quais se relacionam a empreendimentos e atividades voltadas ao preparo e ao emprego das tropas. Serão igualmente apresentadas as peculiaridades das atividades militares referentes às Forças Armadas e a sua forma de tratamento na legislação pátria. Na sequência, demonstram-se casos em que as atividades militares promovem a preservação e a proteção ambiental em harmonia com os interesses da Defesa Nacional, assim como a ausência de prejuízos ao bem ambiental, para, ao final, elucidar que a atividade militar além, de promover a Defesa Nacional, de indiscutível importância para o Estado brasileiro, favorece, em grande medida, a proteção e a preservação ambiental, propiciando, desse modo, a boa governança ambiental das terras públicas militares.

Palavras-Chave: Governança ambiental. Defesa nacional. Imóveis públicos militares. Meio ambiente.

CONSTITUCIONALISMO CANÔNICO REVOLUCIONÁRIO: A LIDERANÇA DO CLERO NA CONSTRUÇÃO JURÍDICO-FILOSÓFICA DO PROJETO EMANCIPADOR PERNAMBUCANO ENTRE 1817 E 1824

Leonardo Morais de Araújo Pinheiro – UniCEUB, mestrando em Direito
leo_pinheiro@hotmail.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – UniCEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

A passagem do século XVIII para o XIX, no Brasil, foi marcada por movimentos revolucionários independentistas e de matiz liberal e iluminista. Dois eventos ocorridos em Pernambuco, entre 1817 e 1824, representam bem o acúmulo ideológico da modernidade à época. São eles a Revolução Pernambucana, também conhecida como "Revolução dos Padres", e a Confederação do Equador. Esses episódios guardam, entre si, elementos em comum, como a expressão revolucionária, o veículo político de implementação das doutrinas liberal e iluminista no Brasil, a liderança e a inteligência de membros do clero formado em Coimbra, reformada por Pombal, como meio de difusão de tais ideologias e a crença no direito positivo e codificado como elemento de pacificação das relações entre Estado e sociedade, por meio da elaboração de uma Constituição. Destaque-se que a referida liderança clerical, no interstício entre os mencionados eventos revolucionários, participou de dois outros importantes movimentos constitucionalistas de abrangência nacional na condição de parlamentares eleitos por suas províncias outrora rebeladas, como as Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, em 1821 e 1822, e a Primeira Assembleia Nacional Constituinte do Brasil, de 1823. Esses fatos sugerem que, de acordo com o plano teórico e o prático, essas lideranças revolucionárias concorreram para a construção de um movimento constitucionalista brasileiro, revelando-se, a partir da análise da sua inteligência, numa espécie de "constitucionalismo canônico revolucionário". Da leitura da farta obra desses agentes, visualiza-se a defesa de definições bastante próprias acerca de concepções caras ao constitucionalismo moderno, como a origem do poder, a soberania popular, o conceito de *nação*, a (não) laicidade do Estado, o debate sobre liberdades individuais, a crença na supremacia da Constituição, o Estado de Direito, entre outros. Assim, questionam-se quais são as especificidades fundantes do movimento constitucionalista protagonizado pelo clero revolucionário pernambucano nos eventos ocorridos entre 1817 e 1824. A partir da análise da obra de personagens, como Frei Caneca e Muniz Tavares, almeja-se discorrer como os elementos conceituais basilares do constitucionalismo moderno se manifestaram na atuação e na inteligência desses membros revolucionários do clero, entre 1817 e 1824.

Palavras-Chave: Constitucionalismo. Modernidade. Revoluções oitocentistas. Clero ilustrado.

CLÁUSULAS EQUIPARÁVEIS AO TRATAMENTO JUSTO E EQUITATIVO (TJE) NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: UM FUNDAMENTO VALIDADOR DA RESERVA BRASILEIRA AO TJE

Leonardo Vieira Arruda Achtschin – UniCEUB, mestrando em Direito
leovarruda@gmail.com
Nitish Monebhurrun – UniCEUB, professor orientador
nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

O trabalho analisa se o ordenamento jurídico brasileiro tem nível de proteção aos interesses do investidor estrangeiro equiparável ao outorgado pela Cláusula do Tratamento Justo e Equitativo (TJE), um *standard* muito utilizado no Direito Internacional dos Investimentos, que busca salvaguardar os interesses dos investidores de atos arbitrários perpetrados pelos Estados receptores dos investimentos. A importância da pesquisa reside no fato de que, embora a Cláusula TJE seja comum nos textos dos acordos de proteção de investimentos, o Brasil sempre apresentou reservas à negociação desta cláusula, inclusive nos seus atuais Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos. Assim, inicialmente, analisam-se os laudos arbitrais que tratam da Cláusula TJE, buscando o alcance da expressão dado pelos tribunais arbitrais. Em seguida, passa-se ao exame do ordenamento jurídico nacional para saber se há nele dispositivos que tenham nível de salvaguarda similar ao da Cláusula TJE. Ao final, conclui-se pela existência ou não de tal nível de proteção, o que servirá de argumentação para o caso do Brasil, por sua reticência em assinar acordos de investimentos sem a previsão de tal cláusula.

Palavras-Chave: Direito Internacional Público. Direito dos Investimentos. Tratamento justo e equitativo.

A REPERCUSSÃO DO CONTRATO DE CRÉDITO BANCÁRIO NA ATIVIDADE EMPRESARIAL

Luana Lima Freitas Ferreira – UniCEUB, mestranda em Direito
luanalimafreitas@gmail.com
Alice Rocha da Silva – UniCEUB, professora orientadora
alice.silva@ceub.edu.br

O crédito bancário ofertado para a grande maioria das empresas ocorre por intermédio do contrato de adesão, cujas condições, geralmente, apresentam cláusulas abusivas, como cláusulas leoninas de vencimento antecipado de dívidas, cumulação de comissão de permanência com outros encargos moratórios, capitalização de juros moratórios diários que ultrapassam o limite de 12% ao ano, em desconformidade com a Lei 10.931/04, que trata da Cédula de Crédito Bancário, e com o entendimento dos tribunais no que concerne ao tema, além da cobrança de juros excessivos que extrapolam as praxes do mercado saudável, principalmente quando renegociações são realizadas. Tais disposições contratuais bancárias revelam-se não somente abusivas em dada interpretação, mas também eivadas de ilegalidade quando vigoram à margem do direito positivado e da jurisprudência consolidada. Igualmente, são cobrados encargos além do pactuado no contrato ou de maneira camuflada, em detrimento da falta de conhecimento técnico-específico do contratante sujeito comum, o que pode ser claramente constatado na análise de grande parte dos contratos de crédito bancário empresarial firmados pelos bancos brasileiros. É importante destacar que as características dos contratos bancários explicitam a atitude dominante dos bancos, pois oferecem certas peculiaridades que os distinguem de outras figuras contratuais, como, por exemplo, a sua adesão. Quem contrata com um banco só tem a possibilidade de aceitar, em bloco, as condições impostas ou recusá-las em sua totalidade, deixando de celebrar o contrato. Não há a possibilidade de discussão ou modificação. Nesses casos, percebe-se que a repercussão do crédito bancário na atividade empresarial pode ser extremamente danosa às pretensões de crescimento e desenvolvimento, pois deflagra-se um desequilíbrio entre tomador e fornecedor do crédito, cujo reflexo não é percebido apenas entre as partes, mas, sobretudo, na comunidade em que os contratantes estão inseridos, havendo um prejuízo econômico sistêmico. A inadequação desses contratos de crédito bancário pode gerar consequências às empresas, como a sustentabilidade precária, o atraso de pagamentos a fornecedores, empregados ou obrigações assumidas e a falência. Como resultado, pode haver a extinção da atividade com a consequente perda da sua função social. O crédito, que deveria ser um elemento positivo, passa a assumir uma posição oposta, tornando-se um elemento negativo, inviabilizando a manutenção da atividade empresarial. Essa problemática pode levar ao superendividamento, que, por sua vez, não deve ser confundido com o espaço deixado pelo mau gestor e não deve servir como justificativa a ser utilizada pelo inadimplente. Assim, diante das peculiaridades inerentes a esses contratos e as suas consequências, tem-se o entendimento de haver um problema jurídico instaurado.

Palavras-Chave: Contratos bancários. Cláusulas abusivas. Superendividamento empresarial. Judicialização contratual bancária. Extinção da atividade.

ANÁLISE ECÔNOMICA DO DIREITO CONSTITUCIONAL: SEPARAÇÃO DE PODERES E FEDERALISMO

Lucas Schwinden Dallamico – UniCEUB, mestrando em Direito
lucas.s.dallamico@gmail.com
Ivo Gico Teixeira Júnior – UniCEUB, professor orientador
ivo.junior@ceub.edu.br

A análise econômica do direito constitui método que objetiva analisar o direito à luz dos instrumentos da economia, notadamente da microeconomia. Conquanto haja relevante aumento de sua utilização no Brasil, verifica-se que, praticamente, não há pesquisa em relação à sua aplicação direta ao direito constitucional. Nessa senda, o objetivo do tema proposto é analisar institutos tradicionais do constitucionalismo, notadamente a separação dos poderes e o federalismo, à luz da análise econômica do direito. Afere-se se a separação de Poderes se afigura eficiente em comparação a um modelo que centralize as esferas de normatização, execução e julgamento e qual sistema de governo – presidencialista ou parlamentarista – propicia a redução dos custos de transação da atuação estatal.

Palavras-Chave: Análise econômica do direito. Direito Constitucional. Separação de Poderes. Federalismo.

INFIDELIDADE PROGRAMÁTICA NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO (RIDE-DF)

Luiz Henrique Borges de Azevedo Silva – UniCEUB, mestrando em Direito
lhbasilva@yahoo.com.br
Antonio Henrique Graciano Suxberger – UniCEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

A presente pesquisa analisa a fidelidade dos prefeitos ao programa de governo apresentado nas eleições de 2012, nos municípios que compõem a RIDE-DF, e a criação de mecanismos legais de controle, visando efetivar o cumprimento do programa registrado perante a justiça eleitoral. Examinaram-se os programas de governo registrados dos candidatos eleitos e o Plano Plurianual aprovado pela Câmara de Vereadores dos municípios da RIDE-DF em 2013, que contém as políticas públicas do gestor, para verificar se se equivalem, já que a representação política se baseia no princípio da confiança. A metodologia será a pesquisa de campo nos municípios da RIDE-DF e a revisão bibliográfica específica, que se utilizou do método indutivo. Em razão da infidelidade programática verificada, conclui-se que controles jurídicos, entre eles o *recall*, são necessários às atividades políticas dos prefeitos para que, em caso de descumprimento, o gestor seja responsabilizado.

Palavras-Chave: Planejamento de governo. Processo eleitoral. Plano Plurianual. Arranjos institucionais. *Recall* eleitoral.

HERMENÊUTICA ECONÔMICA DE ESCOLHAS DAS DIMENSÕES CONTRIBUTIVAS E SOLIDÁRIAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Marcela Carvalho Bocayuva – mestranda em Direito
marcela.bocayuva@hotmail.com
Marcelo Dias Varella – UniCEUB, professor orientador
marcelo.varella@ceub.edu.br

O propósito deste trabalho é discutir a indagação sobre se a falta de informação ou o excesso de informação técnica é um óbice ao acesso aos benefícios assistenciais da previdência social. A atuação do Estado em relação à previdência social pauta-se em um discurso de economia para os cofres públicos, mas deveria pautar-se à luz de uma lógica ampla, de repercussões econômicas para o desenvolvimento do país, à luz do comportamento dos atores envolvidos e da proteção dos direitos fundamentais. Sustenta-se que são necessárias políticas públicas mais eficientes para o encurtamento das diferenças sociais. Diante disso, esta dissertação visa a estabelecer sugestões para o acesso à informação da população em estado de vulnerabilidade e hipossuficiente, mediante a observação da realidade social.

Palavras-Chave: Previdência social. Análise Econômica do Direito. Eficiência.

A INFLUÊNCIA DA SEGURANÇA JURÍDICA NA LITIGIOSIDADE ADMINISTRATIVA TRIBUTÁRIA FEDERAL

Marcelo Oliveira – UniCEUB, mestrando em Direito
srmarcelooliveira@gmail.com
Jefferson Carlos Carús Guedes – UniCEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

Em 2016, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) – órgão federal que representa a segunda e a terceira instâncias administrativas decisórias de litígios tributários – informou que há, em seu estoque, para decisão, em razão de questionamentos de contribuintes pessoas físicas e jurídicas, 118.341 processos, totalizando R$ 590, 42 bilhões. A primeira instância, composta pelas Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ), em 2015, julgou cerca de 46.000 processos, que somaram R$ 117, 3 bilhões. Esses números demonstram, por si sós, a importância do contencioso administrativo tributário federal. Ao analisar os dados sobre os resultados desses julgamentos, verifica-se que, em 2015, as DRJ decidiram 24% das exigências fiscais, o que corresponde a 17% dos valores em discussão, a favor dos contribuintes. No CARF, em 2016, 20,35% dos processos de exigências tributárias foram a favor dos contribuintes. Não há como apoiar conclusões que declarem os contribuintes desrespeitarem, reiteradamente, obrigações legais ou o auditor fiscal, responsável pelo lançamento, agir com desídia. Daí, questiona-se se seria a ausência de segurança jurídica, pela falta de clareza e precisão nas disposições que tratam das exigências tributárias, a responsável pelo elevado grau de litigiosidade na relação entre fisco e contribuinte. A segurança jurídica, pela clareza e pela precisão do que é obrigatório, proibido ou permitido, é essencial para que contribuintes arquem com suas obrigações tributárias e para que o Estado exija o que é determinado pelo legislador, evitando-se arbitrariedades. Portanto, a segurança jurídica é extremamente necessária à relação do Estado com os cidadãos contribuintes. Assim, propõem-se soluções para que a litigiosidade seja diminuída pela melhor qualidade quanto à clareza e à precisão das determinações legais. O tema da dissertação é analisar o impacto que a ausência de clareza e precisão provoca na litigiosidade, propondo medidas legislativas para a redução desses litígios.

Palavra-Chave: Tributário. Administrativo. Litigiosidade. Segurança jurídica.

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E A FIXAÇÃO DA IDADE MÍNIMA PARA APOSENTADORIA NO RGPS: (DES) PROTEÇÃO SOCIAL?

Maria Fernanda Pinheiro Wirth – UniCEUB, mestranda em Direito
mfernandawirth@sempreceub.com
Frederico Augusto Barbosa da Silva – UniCEUB, professor orientador
frederico.silva@ceub.edu.br

A pesquisa tem por objetivo analisar a proposta de fixação de idade mínima como requisito para aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social – RGPS e suas possíveis implicações no sistema de Previdência Social brasileiro. Aponta-se que o envelhecimento demográfico apresenta repercussão social e econômica, influenciando, diretamente, as despesas do Estado e as políticas públicas de Previdência Social, exigindo a mudança das regras de concessão de benefícios. Estudam-se os contornos do sistema previdenciário vigente e a realidade da população idosa no mercado brasileiro atual. Examina-se a fixação de idade mínima em outros regimes de previdência pública, analisando a experiência de outros países com a medida. Investigam-se os possíveis reflexos de tal fixação no sistema previdenciário brasileiro, à luz dos princípios que regem a Seguridade Social, especialmente, no alcance do equilíbrio financeiro-atuarial, objetivado com a Reforma da Previdência. Finalmente, sustentam-se os riscos de aumento de desproteção social e desequilíbrio do orçamento financeiro da Previdência Social com a adoção de tal medida, sugerindo-se que a fixação do critério deve ser acompanhada de parâmetro e condições condizentes com a realidade brasileira, sob pena de desnaturalizar os princípios do sistema de proteção social garantido no texto constitucional. Utilizar-se a técnica da pesquisa bibliográfica mediante a base lógica indutiva, para relatar os resultados do trabalho.

Palavras-Chave: Reforma da Previdência. Idade mínima. Retrocesso.

CONFLITOS DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NA EFETIVA OCUPAÇÃO ORDENADA DO SOLO: DIREITO À MORADIA *VERSUS* DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO – SITUAÇÃO FÁTICA DO DISTRITO FEDERAL

Maria Júlia Monteiro da Silva – UniCEUB, mestranda em Direito
mjuliams42@gmail.com
Paulo Afonso Cavichioli Carmona – UniCEUB, professor orientador
paulo.carmona@ceub.edu.br
Márcia Dieguez Leuzinger – UniCEUB, professora coorientadora
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

Trata-se de estudo e análise da atuação do Poder Público na implementação de políticas públicas, no planejamento urbanístico, para equacionamento do conflito entre os direitos fundamentais, como moradia e meio ambiente. Adota-se como pontos de partida o histórico da transferência da capital do Brasil para o Planalto Central e o processo de ocupação e de regularização das áreas urbanas e rurais do Distrito Federal. O problema de pesquisa consiste em demonstrar que o planejamento urbanístico atua como mecanismo eficiente na harmonização entre os direitos fundamentais à moradia e ao meio ambiente equilibrado. Para tanto, faz-se estudo de caso do Varjão, DF, com a finalidade de demonstrar que a implementação de políticas públicas voltadas para a conscientização da comunidade local nas ocupações do solo possibilita uma harmonização desses direitos fundamentais. Como hipótese levantada, tem-se que a adoção de planejamento urbanístico serve como mecanismo equacionador do conflito do direito à moradia e do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Para comprovação, realizar-se estudo em torno da regularização do Varjão, com destaque para as seguintes ideias: a implementação de políticas públicas para a regularização fundiária de áreas urbanas por via de planejamento urbanístico, atuando como mecanismo eficiente na resolução de conflitos de direitos fundamentais, como moradia e meio ambiente; a participação da comunidade e de órgãos não governamentais em parceria com o Poder Público em prol da regularidade na ocupação do solo; a participação de entes públicos (Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público) em ações convergentes voltadas à consolidação da ocupação regular do solo.

Palavras-Chave: Planejamento urbanístico. Direito à moradia. Meio ambiente.

COLABORAÇÃO PREMIADA: COOPERAÇÃO OU OBSTRUÇÃO DA JUSTIÇA?

Mariana Amorim Murta – UniCEUB, mestranda em Direito
mariana_murta@hotmail.com
Antonio Henrique Graciano Suxberger – UniCEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

A partir da análise das características inerentes à aplicação do instituto da colaboração premiada à luz das disposições constantes na Lei n.º 12.850/2013, constatou-se a ausência de regras suficientes para evitar eventuais questionamentos acerca da efetividade do acordo a ser celebrado, o que será enfrentado nos contornos da pesquisa. Nesse sentido, o problema da pesquisa substantiva-se com base no questionamento sobre se o instituto da colaboração premiada pode prestar-se a instrumento de obstrução da Justiça? Permeando as decisões do Supremo Tribunal Federal, objetiva-se demonstrar que a celebração de acordos de colaboração premiada nas persecuções penais se revela, a longo prazo, como medida de obstrução da Justiça, na medida em que embaraça o combate ao crime organizado. Para isso, examinam-se alternativas capazes de conferir segurança jurídica e eficiência no processo de combate à corrupção e na investigação de crimes organizados.

Palavras-Chave: Colaboração premiada. Obstrução da justiça. Crime organizado.

DA (IN)APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE AOS CASOS DE DOENÇA PREEXISTENTES NOS CONTRATOS DE PLANO DE SAÚDE

Marina Fontes de Resende – UniCEUB, mestranda em Direito
marinafontesderesende@gmail.com
Daniel Amin Ferraz – UniCEUB, professor orientador
daniel.ferraz@ceub.edu.br

Segundo a análise da Lei n. 9.656/98 e das Resoluções Normativas da Agência Nacional de Saúde Suplementar, verifica-se que há enxuto arcabouço normativo acerca da configuração de fraude contratual por doença preexistente nos contratos de plano de saúde. Por meio da análise da jurisprudência atual sobre o tema, é fácil verificar que as decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça são arbitrárias, pois são fundamentadas em julgados desatualizados em relação ao marco regulatório acerca do tema, além de criar analogias com situações nas quais não há similitude fática, como a correspondência a julgados de seguro de vida e de seguro habitacional. Demonstradas as situações em que o Poder Judiciário é capaz de legislar, conclui-se que não se trata de casos de integração, de controle de constitucionalidade ou de interpretação, razão pela qual as decisões não aplicam o princípio da legalidade.

Palavras-Chave: Plano de saúde. STJ. Arbitrariedade. Doença preexistente.

A FORMAÇÃO DO JURISTA BRASILEIRO: ENTRE A LITIGÂNCIA EXCESSIVA E A INSUFICIÊNCIA DE MODELOS COMPOSITIVOS

Maristela Barcelos Castro – UniCEUB, mestranda em Direito e Políticas Públicas
maristela.castro@hotmail.com
Nitish Monebhurrun – UniCEUB, professor orientador
nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

Os cursos jurídicos brasileiros sofrem de fragilidades pedagógicas e anomalias formativas. Além de fragmentar os elementos internos dos projetos pedagógicos, são extremamente centrados em uma educação para o foro. Apesar de, historicamente, a formação jurídica ter sido pautada nesse formato, há, hoje, incentivado pelo Poder Judiciário, outros modelos não forenses de resolução de conflitos. Na experiência de cunho compositivo, por exemplo, não há réus e vítimas, mas conflitos que precisam ser resolvidos. Logicamente, nem todos os conflitos podem ou devem ser dessa forma resolvidos, mas, certamente, nem todos o devem ser pelo processo judicial. No entanto, por falta de incentivo dos cursos jurídicos, as modelagens compositivas sofrem descrédito e depreciação por parte da categoria advocatícia. Para que tais parâmetros sejam alterados, será necessário atualizar a educação jurídica. Observou-se nas matrizes curriculares jurídicas de todas as regiões brasileiras pouco espaço e carga horária para esses referenciais. Para a construção de novo curso superior, deve, antes, entender-se que concepções de ser humano, educação, profissional, projeto de curso, práticas pedagógicas, matriz curricular, bibliografia e docentes serão necessárias para compor nova trajetória. Nesse sentido, cursos alinhados aos novos princípios de composição tendem a ampliar os espaços para a cultura do consenso e diminuir os de processo, que envolvem, basicamente, conhecimentos, técnicas, procedimentos e práticas para o foro. Os exames de Ordem contribuem com a hipertrofia do processo e a hipotrofia de meios compositivos uma vez que pautam a confirmação da excelência na formação na construção da peça processual. Até o momento, há pouco incentivo e pouco peso avaliativo em outros conhecimentos. Assim, a pesquisa leva em consideração os aspectos atuais dos cursos jurídicos, analisando-os à luz do que seria o novo paradigma educacional jurídico, abrindo espaço para o novo campo investigativo do Direito: a educação jurídica.

Palavras-Chave: Cursos jurídicos. Meios compositivos. Foro. Educação jurídica. Concepções de ser humano.

PUNIÇÃO CIVIL NO DIREITO BRASILEIRO

Mayara Raíssa Alves de Oliveira Santiago – UniCEUB, mestranda em Direito
mayarinha_star@hotmail.com
Héctor Valverde Santana – UniCEUB, professor orientador
hector.santana@ceub.edu.br

O trabalho trata das funções da responsabilidade civil contemporânea, das vantagens e dos efeitos indesejáveis da pena civil, a fim de verificar se é pertinente e viável a introdução da punição civil no ordenamento jurídico brasileiro, de forma a estimular a prevenção e a precaução de danos e culminar na punição da conduta reprovável do agente e no desestímulo à prática de outros comportamentos antijurídicos. Na sequência, os benefícios, os malefícios e as considerações apresentadas sobre o caráter punitivo da responsabilidade civil podem ser sopesados e induzir à conclusão de que a punição civil se torna uma necessidade na realidade brasileira, haja vista ser imprescindível observar também o ofensor, ao invés de focalizar, exclusivamente, o prejuízo experimentado pela vítima. Todavia, para que haja condenação a título de punição civil no Brasil, é indispensável a edição de legislação específica que crie esse instituto como categoria autônoma, desvinculada do ilícito reparatório, além de ser recomendável a fixação de parâmetros legais para a sua aplicação, razão pela qual se aprofunda a análise no tocante aos critérios de aplicação, estipulação do montante indenizatório, limites de quantificação, legitimação, destinação do produto da condenação, garantias constitucionais e processuais em favor do réu, recursos cabíveis e efeitos da pena civil. Para tanto, ressalte-se que a metodologia engloba pesquisa em obras doutrinárias nacionais e estrangeiras, além da análise de jurisprudências para melhor compreensão do tema.

Palavras-Chave: Responsabilidade civil. Direito patrimonial. Direito extrapatrominal. Punição civil.

A PERDA DO TEMPO DO CONSUMIDOR

Milla Pereira Primo Reis – UniCEUB, mestranda em Direito
millappreis@gmail.com
Leonardo Roscoe Bessa – UniCEUB, professor orientador
leonardo.bessa@ceub.edu.br

O objetivo deste trabalho é identificar o tempo do consumidor como bem jurídico autônomo e passível de reparação, quando lesionado por culpa exclusiva do fornecedor, e discutir a real natureza do dano por desvio produtivo, se seria nova categoria de dano indenizável – dano temporal – ou extensão dos danos morais. Para isso, apresenta-se o valor social do tempo e sua característica como bem jurídico, e demonstra-se a metodologia para verificar quando a perda do tempo ocorre fora dos limites da razoabilidade, de modo desproporcional, sem que o consumidor tenha dado causa à usurpação do tempo. Em seguida, afirma-se a necessidade de tutela jurídica do tempo no ordenamento jurídico, reconhecendo-o como direito da personalidade implícito no Código Civil, tendo em vista o rol exemplificativo desses direitos, por ser um atributo essencial para o desenvolvimento da personalidade humana. Além disso, expõe-se como o tempo é tutelado na Constituição Federal e nas leis infraconstitucionais. Também, indica-se que a reparação do tempo perdido se dá por meio dos danos morais, por ser um direito da personalidade autônomo, e explicita-se que não há como conceder a reparação por meio de nova categoria de dano indenizável, dano temporal, dissociado dos danos morais, na medida em que não há previsão expressa dessa nova espécie de dano, pois a sua criação não garantirá a efetiva reparação do desvio produtivo. A configuração do tempo como bem jurídico autônomo já assegura essa proteção. Ademais, explanam-se as condições necessárias para que o consumidor ingresse em juízo, de modo a não abarrotar o Poder Judiciário de ações, e as consequências positivas da reparação pela perda do tempo do consumidor em face dos fornecedores. A metodologia utilizada consiste em análise de lei, pesquisa doutrinária e análise da jurisprudência.

Palavras-Chave: Perda do tempo. Desvio produtivo. Reparação. Direito da personalidade. Dano moral.

A RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS OCASIONADOS PELA UTILIZAÇÃO DE *MACHINE LEARNING* NO MERCADO DE CAPITAIS

Mônica de Almeida Baptista – UniCEUB, mestranda em Direito
monica.baptista@live.com
Daniel Amin Ferraz – UniCEUB, professor orientador
daniel.ferraz@ceub.edu.br

O mercado de capitais é um dos responsáveis pelo financiamento das empresas e, consequentemente, da atividade produtiva. Também é essencial para o financiamento do próprio Estado, considerando que, neste mercado, ocorre a negociação dos títulos da dívida pública. De acordo com relatório da empresa B3, que opera os principais sistemas de negociação no Brasil, em 2017, a movimentação média diária de ações, derivativos, opções e renda fixa nos mercados que organiza foi de 8,7 bilhões de reais. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), criada pela lei 6.385/76, é responsável por disciplinar e fiscalizar a emissão, a distribuição, a negociação e a intermediação no mercado de valores mobiliários e de derivativos; a organização, o funcionamento e as operações das Bolsas; a administração de carteiras e a custódia de valores mobiliários; a auditoria das companhias abertas e os serviços de consultor e analista de valores mobiliários. Em 13/03/2018, a CVM condenou, pela primeira vez, um operador pela prática de manipulação de preços no mercado de valores mobiliários, por meio da inserção de ordens artificiais de compra e venda, mediante operadores artificiais (robôs), modalidade denominada *spoofing* (oferta com a intenção de cancelar o lance ou oferta antes da execução). A análise está fundamentada na problemática sobre se os danos ocasionados pela utilização de *machine learning* na operacionalização de transações no mercado de capitais são passíveis de responsabilização civil. Nos danos decorrentes da utilização do *machine learning* de valores elevados e quando houver dificuldade para a responsabilização privada, analisa-se a responsabilidade de indenizar do Estado. Os danos ocasionados pela utilização de *machine learning*, dependendo de sua magnitude, são de difícil mensuração, e a aplicação da responsabilidade objetiva pode não demonstrar eficácia. Assim, verifica-se a normatização dos limites de atuação dos sistemas automatizados no mercado de capitais.

Palavras-Chave: Mercado de capitais. Responsabilidade civil. Regulação.

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS CAUSADOS PELA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE TRÊS MARIAS NO MUNICÍPIO DE MORADA NOVA DE MINAS-MG

Mônica Thaís Souza Ribeiro – UniCEUB, mestranda em Direito
monicatsribeiro@gmail.com
Frederico Augusto Barbosa da Silva – UniCEUB, professor orientador
frederico.silva@ceub.edu.br

A elaboração de sínteses culturais marca, profundamente, as ciências modernas. A ideia de reescrever as culturas e a diversidade humana em única narrativa caracteriza e qualifica os discursos do campo do direito. Sistema jurídico, Estado, nação, soberania, dominação, legitimidade, direitos individuais, direitos sociais são parte do vocabulário que constrói as narrativas da expansão e da consolidação da história moderna e de suas instituições típicas. Esse vocabulário não apenas descreve, mas também tematiza e naturaliza valores, sustentando uma lógica discursiva complexa, porém particular. O efeito simbólico disso é a imposição de uma cultura particular que é assim universalizada, impedindo narrativas alternativas, periféricas e descentralizadas de classes, grupos, povos e gêneros. O trabalho concentra-se na descrição de múltiplas narrativas alternativas de uma situação específica, de pessoas atingidas pela barragem de Três Marias, especificamente de moradores e ex-moradores de Morada Nova de Minas, em Minas Gerais. Entre os sentidos do direito, estão os relacionados à dimensão subjetiva dos atores, ligada à ideia de justiça, moral, ética, valores que não são estranhos aos modos de viver do cotidiano. Por meio de entrevistas, o direito apresenta-se em suas múltiplas facetas, no quadro de histórias e narrativas de vida relacionadas ao impacto de uma política pública executada na década de 60. Na interpretação das ciências sociais, a dimensão subjetiva e a objetiva são complementares. As entrevistas podem ser consideradas parte de dispositivos que mobilizam questões do pesquisador e as narrativas de quem é pesquisado. Envolvem um jogo interativo, estratégias, controle de informações e busca de coerência discursiva para as questões que são objeto de análise. De qualquer forma, para interpretar o tipo de direito que se expressa nas experiências e nas narrativas dos entrevistados, reformula-se a questão tal qual é apresentada habitualmente como parte do monismo jurídico (direitos individuais, sociais e transgeracionais ou direitos humanos positivados), para dimensionar a possibilidade de descrever, mediante as narrativas, a presença do pluralismo jurídico *in natura*. Embora o direito se mantenha como interlocutor oculto na pesquisa, parte-se da ideia de que as narrativas dos entrevistados expressam muitos “sensos de justiça ou de direito” em contraste a construções externas, impostas como violência simbólica de grande e única narrativa.

Palavras-Chave: Direito. Narrativas. Políticas públicas. Pluralismo jurídico.

DOUTORADO EM DIREITO

OS CONSÓRCIOS PÚBLICOS COMO INSTRUMENTO DE EXECUÇÃO DOS OBJETIVOS DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DE CONCRETIZACÃO DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA EFICIÊNCIA

Alexandre Augusto Batista de Lima – UniCEUB, doutorando em Direito
alexandreablima@hotmail.com
Paulo Afonso Cavichioli Carmona – UniCEUB, professor orientador
paccarmona@hotmail.com

Propõe-se examinar se os consórcios públicos administrativos se mostram como instrumento útil e eficaz para garantir a adequação e a eficiência do serviço público de tratamento dos resíduos sólidos, edificados pela Política Nacional de Resíduos. A importância deste estudo tem relevo administrativo-constitucional, visto que a sociedade, a cada dia, está mais diligente no que concerne aos serviços prestados pelo Poder Público. A atuação conjunta de várias pessoas políticas, em comunhão de propósitos, por consórcios públicos, possibilita a concretização do princípio jurídico administrativo-constitucional da eficiência para o serviço público de tratamento dos resíduos sólidos. A tese está em desenvolvimento, com qualificação prevista para fevereiro de 2019 e defesa até dezembro de 2019.

Palavras-Chave: Constitucionalismo. Resíduos sólidos. Poder público.

REDES REGULATÓRIAS TRANSNACIONAIS DO G-20 QUE FUNCIONAM COMO JOGOS DE CAÇA AO CERVO COM REPUTAÇÃO: OS CASOS DO FINANCIAL STABILITY BOARD (FSB) E DO FRAMEWORK FOR A STRONG, BALANCED AND SUSTAINABLE GROWTH (FWG)

Alexandre Ruggieri Kosbiau – UniCEUB, doutorando em Direito
alexandre.kosbiau@fazenda.gov.br
Gustavo Ferreira Ribeiro – UniCEUB, professor orientador
gustavo.riveiro@ceub.edu.br

O uso de instrumentos flexíveis no Direito Internacional, as chamadas *soft law*, está cada vez mais acentuado em detrimento de dispositivos tradicionais, que são os tratados internacionais, denominados de *hard law*. Nesse contexto, as Redes Regulatórias Transnacionais (TRN) são propícias para a análise da regulação internacional, que ocorre em termos de instrumentos de *soft Law,* são marcadas por forte informalidade e pelo reduzido grau de vinculação e coadunam-se com o Direito Administrativo global e a internacionalização do Direito. Além disso, esses arranjos normativos regulatórios são indicados para situações que envolvam problemas de ação coletiva, na qual os entes devem cooperar entre si para provisão de institutos regulatórios que contemplem tanto agentes estatais como privados, pois compartilham entre si um recurso comum que é a Segurança dos Mercados Financeiros Globais. A literatura existente sobre TRN sugere que sejam ferramentas convenientes para a resolução de problemas de ação coletiva do tipo *dilema do prisioneiro*, *tragédia dos comuns*, *jogo da batalha dos sexos* e *jogo de caça ao cervo (Stag Hunt).* A lacuna existente na literatura sobre TRN, que a presente tese de doutorado pretende investigar, é a análise da sua eficácia por meio da Teoria dos Jogos, mais precisamente o *jogo de caça ao cervo*. O marco teórico para TRN é o trabalho desenvolvido por Pierre-Hugues Verdier, e a hipótese é que essas redes funcionam como jogos de caça ao cervo, em que as TRN de apoio e os atores envolvidos são determinantes. Em termos metodológicos, trabalha-se com o G-20 e suas TRN do *Financial Stability Board* (FSB) e do Grupo para um Crescimento Econômico Forte, Sustentável e Equilibrado (FWG) para a regulação em termos de *soft law*, respectivamente, do sistema financeiro internacional e da macroeconomia global. O jogo que melhor se coaduna com essas TRN é o de *caça ao cervo*, na medida em que se apresenta para troca de informações e porque os participantes podem atingir um equilíbrio desejado que envolva o conceito de ponto focal da Teoria dos Jogos. Para as TRN que funcionam como *soft law*, a efetividade do acordado entre os participantes se dá na forma de reputação, em termos de reciprocidade de ações dos integrantes das TRN em questão. Entretanto, em virtude da existência de uma rede de informação e de harmonização de regras, constituída por entidades reguladoras privadas da área financeira internacional, a TRN do FSB tem uma eficácia em termos de regulação que não é obtida pela TRN do FWG. Além disso, essa TRN apresenta efeitos de externalidade de rede.

Palavras-Chave: Redes regulatórias. G-20 científica. Direito internacional.

DOGMÁTICA ULTRACONSTITUCIONALISTA: A FUNDAMENTAÇÃO DA MUTAÇÃO COMO ALTERAÇÃO CONSTITUCIONAL NAS DECISÕES SOBRE A POSSIBILIDADE DE PRISÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA E SOBRE A LIMITAÇÃO DA PRERROGATIVA DE FORO E AS CONSEQUÊNCIAS DE SUA UTILIZAÇÃO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA O PROCESSO PENAL

Aline Seabra Toschi – UniCEUB, doutoranda em Direito
seabrat@gmail.com
Enrique Ricardo Lewandowski – UniCEUB, professor orientador
enrique.lewandowski@ceub.edu.br

O presente projeto de pesquisa visa analisar a fundamentação da mutação como alteração constitucional nas decisões sobre a possibilidade de prisão em segunda instância e sobre a limitação da prerrogativa de foro e as consequências de sua utilização pelo Supremo Tribunal Federal para o processo penal. A base da pesquisa parte do conceito da dogmática ultraconstitucionalista, utilizando-se de um parâmetro lógico do neoconstitucionalismo e do ativismo judicial. Partindo de um neologismo da dogmática neoconstitucionalista, a dogmática ultraconstitucionalista passa a ser o afastamento do texto e do compromisso constitucional instituído pelo constituinte originário, tendo por base preponderante a ponderação de princípios constitucionais com o fim de um progresso histórico e social, que passa a ser considerado como um papel da Corte constitucional. Estabelecida a conceituação e a natureza da dogmática ultraconstitucionalista e a sua relação com a mutação como alteração constitucional, inicia-se a análise das decisões do Supremo Tribunal Federal concernentes à possibilidade de prisão em segunda instância e à limitação de prerrogativa de foro mediante o paradigma da decisão obtida no *Habeas Corpus* de nº 126292/SP e a decisão obtida na Questão de Ordem na Ação Penal de nº 937, a fim de verificar a aplicação da dogmática ultraconstitucionalista na fundamentação destas decisões e as consequências para o processo penal brasileiro, especificamente, na existência de lesões à separação de poderes e aos fundamentos do Estado democrático de Direito.

Palavras-Chave: Ultraconstitucionalismo. Mutação constitucional. Execução provisória da pena. Prerrogativa de foro. Estado democrático de Direito.

DA SUB-REPRESENTATIVIDADE DA MULHER NA POLÍTICA: AS CAUSAS QUE CONTRIBUEM PARA O BAIXO ÍNDICE DE ATUAÇÃO FEMININA NAS VÁRIAS ESFERAS DE GOVERNO E A BUSCA PELO MODELO POLÍTICO IDEAL

Ana Karina Vasconcelos da Nóbrega – UniCEUB, doutoranda em Direito
karinobrega@hotmail.com
Luís Carlos Martins Alves Júnior – UniCEUB, professor orientador
luis.alves@ceub.edu.br

A presente pesquisa tem por fim promover um estudo acerca das possíves causas que levam à baixa representatividade feminina na política. Malgrado o Brasil esteja entre as 10 (dez) maiores economias do mundo, apresenta o pior quadro, na América Latina, de representação feminina na política e ocupa a 154ª posição do *ranking* mundial. Enquanto países, como Argentina, Bolívia, Costa Rica, Equador, México e Paraguai alcançam a paridade de gênero, o Brasil, sequer, consegue cumprir a cota de 30%, existente desde 1997. O sistema eleitoral brasileiro, aliado à acentuada proliferação de siglas partidárias com seu frágil conteúdo ideológico, não favorece a representação feminina. As ações afirmativas do Estado, em busca de assegurar a igualdade de gênero na política, têm-se mostrado insuficientes. A atual legislatura apresenta a margem de 90% aos parlamentares. As "candidaturas laranjas" fazem que as agremiações utilizem mulheres apenas para observar a disposição legal. Nesse contexto, é necessário encontrar meios que promovam o empoderamento feminino mediante a formação profissional, a independência econômica, o fortalecimento da autoestima e a descobeta do próprio talento. Somente assim, o ambiente político será mais equalizado com homens e mulheres ocupando espaço de maneira proporcional.

Palavras-Chave: **Causas. Sub-representatividade feminina. Política.**

A ARGUIÇÃO DE ILEGALIDADE ARTICULADA A PARTIR DO PRINCÍPIO DAS MÃOS LIMPAS NA ARBITRAGEM INVESTIDOR-ESTADO

Ana Rachel Freitas da Silva – UniCEUB, doutoranda em Direito
anarachel.freitas@gmail.com
Gustavo Ferreira Ribeiro – UniCEUB, professor orientador
gustavo.ribeiro@ceub.edu.br

Tradicionalmente, os tratados de investimento não contêm obrigações para investidores estrangeiros. Porém, quando demandados a indenizar investidores em arbitragem investidor-Estado, os Estados têm invocado a necessidade de cumprimento de suas leis na denominada *arguição de ilegalidade*. A argumentação, uma vez acatada, permite que tribunais examinem a conduta do investidor. Além disso, pode ser articulada a um requerimento de legalidade presente no tratado, o que excluiria da competência do tribunal os investimentos realizados em desacordo com as leis do Estado anfitrião. Essa abordagem, contudo, apresenta limitações, entre as quais, identifica-se o tratamento diferenciado entre as ilegalidades cometidas no estabelecimento das cometidas na *performance* do investimento, além das dificuldades na fundamentação da decisão quando o requerimento de legalidade não é explícito. Apresenta-se como alternativa um modelo de análise das ilegalidades baseado na doutrina das mãos limpas, que responde, positivamente, às limitações identificadas. A doutrina das mãos limpas afirma-se como um princípio geral de direito, aplicável à arbitragem investidor-Estado. A arguição de ilegalidade baseada nas mãos limpas independe da existência de requerimento de legalidade e possibilita o exame de ilegalidades cometidas no estabelecimento e na *performance* do investimento, desde que verificada a relação entre as supostas ilegalidades do investidor e as violações ao tratado imputadas ao Estado no processo arbitral. Adotando uma abordagem baseada nas mãos limpas, as condutas do investidor contrárias à ordem pública transnacional são tratadas como questões de admissibilidade enquanto violações meramente locais são apreciadas na análise do mérito. A pesquisa desenvolve-se a partir da leitura de decisões de tribunais de investimentos, seguindo regras, como UNCITRAL, ICSID e Mecanismo Adicional do ICSID. A amostra totaliza 60 casos, dos quais são extraídos e sistematizados conceitos utilizados pelos árbitros na discussão do tema, com vistas à construção de um modelo compreensivo para o exame das ilegalidades, fundado no princípio das mãos limpas.

Palavras-Chave: Arguição de ilegalidade. Mãos limpas. Admissibilidade. Arbitragem. Investimento.

O PARADOXO DE HAMILTON E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:
O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO NA (DES)CONSTRUÇÃO DO FEDERALISMO

Andrea de Quadros Dantas Echeverria – UniCEUB, doutoranda em Direito
andreaqdantas@gmail.com
Marcelo Dias Varella – UniCEUB, professor orientador
marcelo.varella@ceub.edu.br

A presente tese visa investigar qual é o papel do Supremo Tribunal Federal/STF na conformação do federalismo brasileiro, em especial se haveria alguma correlação entre a atuação da Suprema Corte e as recentes crises fiscais dos Estados. A relevância de tal temática no Brasil é inquestionável diante da reconhecida atual crise fiscal dos maiores Estados brasileiros, repetindo o contexto de resgate financeiro por parte da União, observado na anterior crise dos anos de 1990. Após o estudo do histórico da evolução do federalismo brasileiro, identifica-se se a jurisprudência do STF poderia influenciar os movimentos centrípeto e centrífugo de poder e qual é o impacto dessas decisões na construção do federalismo brasileiro. Para tanto, a tese revisará as pesquisas já existentes sobre o tema, as quais se restringem às ações de controle de constitucionalidade, e avançará nesse campo, ao investigar todas as decisões do STF proferidas em sede de ação cível originária, desde a Constituição de 1988 até 31 de dezembro de 2017, momento no qual o STF resolve os conflitos federativos entre União e Estados, nos termos do artigo 102, inciso I, alínea f, da CF/88.

Palavras-Chave: Supremo Tribunal Federal. Federalismo fiscal. Crise fiscal dos Estados. Ação cível originária.

EFEITOS JURÍDICOS DA (DIS)FUNCIONALIZAÇÃO DO CRÉDITO DIGITAL FRENTE AOS FENÔMENOS DA DESBANCARIZAÇÃO E DESINTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

Andréa Luísa de Oliveira – UniCEUB, doutoranda em Direito
andrealui2006@yahoo.com.br
Daniel Amin Ferraz – UniCEUB, professor orientador
daniel.ferraz@ceub.edu.br

A tese em apreço tem por proposta o aprofundamento aos estudos sobre os efeitos jurídicos desencadeados pelo crédito digital, que se mostra em larga escala, tanto nacional quanto mundialmente, e, por tal razão, faz-se objeto de grande preocupação dos órgãos reguladores e fiscalizadores das políticas monetárias e cambiais. Ademais, este sistema de movimentação de crédito digital, de práticas bancárias, financeiras e cambiais, é propício ao uso clandestino e ilícito, porque é paralelo à fiscalização, por isso está à sombra do sistema bancário regular e do arcabouço regulatório a que é submetido. A pesquisa tem por escopo evidenciar que, na atualidade, pelo descontrole do espaço virtual, inúmeras operações centradas no crédito digital veiculam riscos maiores aos da atividade bancária, em face da deficitária supervisão e da regulação para abrandar o risco sistêmico derivado dessas atividades. Isto permite a análise de nuanças do crédito digital, e, a depender dos efeitos jurídicos, conclui-se por sua funcionalidade ou não. Para tanto, os estudos concentram-se na obscuridade dos atores destas atividades, em especial pela falta de transparência e informação temática, no ambiente cibernético, para que assim possa ser desenvolvido o raciocínio da temática central da tese em foco, qual seja a proeminência danosa (ou não) do crédito assim concedido, dos riscos que apresentam, com fins de, ao final, poder ser aferida a (dis)funcionalidade deste crédito no mercado financeiro.

Palavras-Chave: Crédito digital. Efeitos jurídicos. Política monetária. Mercado financeiro.

UMA TEORIA SOBRE O GRAU DE LITIGIOSIDADE DA LEI:
O USO DA LEGÍSTICA PARA O APRIMORAMENTO DA NORMA JURÍDICA

Aparecida de Moura Andrade – UniCEUB, doutoranda em Direito
aparecida.mandrade@gmail.com
Frederico Augusto Barbosa da Silva – UniCEUB, professor orientador
frederico.silva@ceub.edu.br

O trabalho propõe avaliar a qualidade da legislação mediante os critérios oferecidos pela literatura que trata da Legística, mais especificamente a avaliação de impacto legislativo. Um dos critérios para avaliar a qualidade da lei importa verificar o grau de litigância da norma. Com base na teoria das tipologias que emolduram as políticas públicas, busca-se avaliar se há conexão entre as tipologias e o grau de litigiosidade da norma jurídica. A pesquisa avalia quatro modelos de políticas públicas sob os critérios de eficiência, efetividade e eficácia defendidos pela Legística.

Palavras-Chave: Litigiosidade. Norma jurídica. Legística.

ALIENAÇÃO PARENTAL: UMA ANÁLISE CRÍTICO-PROPOSITIVA SOBRE SUA NATUREZA JURÍDICA E A CONSEQUENTE REPERCUSSÃO NA PREVENÇÃO E NO COMBATE PELOS ATORES DA PROTEÇÃO INTEGRAL

Bruna Barbieri Waquim – UniCEUB, doutoranda em Direito
bu_barbieri@yahoo.com.br
Héctor Valverde Santana – UniCEUB, professor orientador
hector.santana@ceub.edu.br

O presente trabalho tem como objeto de pesquisa o fenômeno da alienação parental, manifestado na interferência de um adulto, geralmente um dos genitores, na convivência familiar de uma criança ou um adolescente com seu outro genitor ou outro familiar, causando-lhe os danos descritos no artigo 3º da Lei nº 12.318/2010. Parte-se da premissa de que a alienação parental é trabalhada como problema de ordem privada, cuja judicialização fica ao encargo dos juízos com competência em Direito de Família, e cuja solução jurídica ocorre mediante aplicação das regras do Código Civil sobre guarda. A hipótese levantada é que o atual tratamento jurídico afasta o foco ideal sobre a proteção integral da criança ou do adolescente envolvidos na prática de alienação parental. Por isso, discute-se a construção sociojurídica da proteção integral à infância e à juventude, aproximando o tema da alienação parental à defesa dos direitos humanos desse público. Em seguida, são analisados os liames de definição e prática da alienação parental, atualizando o debate mediante os estudos que ampliam sua conceituação para *alienação familiar induzida*. Apura-se a forma atual de tratamento jurídico-político da alienação parental no Brasil, para, então, discutir-se a natureza de situação de risco, as repercussões da mudança de paradigma sobre a competência jurisdicional da sua apuração e punição e as políticas públicas a ser desenvolvidas, tendo por base o sistema de proteção arquitetado pelo ECA, com os atores da rede de atendimento à infância e à juventude em situação de risco e a priorização da educação conjugal.

Palavras-Chave: Alienação parental. Criança e adolescente. Doutrina da proteção integral. Parentalidade responsável.

ACORDOS DE LENIÊNCIA ANTICORRUPÇÃO: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

Carlos Higino Ribeiro de Alencar – UniCEUB, doutorando em Direito
carlos.higino.alencar@hotmail.com
Marcelo Dias Varella – UniCEUB, professor orientador
marcelo.varella@ceub.edu.br

O tema central da tese envolve dois assuntos que ocupam um papel de destaque no debate jurídico brasileiro recente: a corrupção e a eficácia do processo. O problema a ser tratado nesse estudo é verificar se a introdução da negociação no processo sancionador de pessoas jurídicas, por meio dos acordos de leniência, contribuiu para o alcance dos objetivos inerentes a tal processo, quais sejam, o menor custo econômico-social e a consumação do ideal de efetividade do sistema jurídico no combate à corrupção. A relevância da pesquisa decorre da importância de um ambiente livre de corrupção para o funcionamento das instituições públicas e privadas. A questão que perpassa este estudo é como criar mecanismos que combatam a corrupção de forma mais eficiente – com os menores custos para o funcionamento normal dos serviços públicos e menor impacto na economia – e eficaz – com a aplicação das sanções àqueles que praticam desvios de condutas, não somente por uma questão de imperativo categórico, mas também pela capacidade que a efetiva aplicação da pena tem de dissuasão no comportamento dos demais indivíduos. Ambos os aspectos passam por uma análise de como o processo atua nesse campo. Pretende-se realizar estudo comparado com sistemas jurídicos estrangeiros, visto que países, como Alemanha, Estados Unidos da América, Inglaterra, França e Itália, contêm legislação anticorrupção que abrange acordos de leniência. Reflexões nesse campo podem permitir melhor compreensão do problema e contribuir para o aperfeiçoamento de marcos teóricos no combate à corrupção.

Palavras-Chave: Corrupção. Acordo de leniência. Eficácia do processo.

O ESTADO DE EXCEÇÃO E SUAS VARIÁVEIS NA POLÍTICA, NA ECONOMIA E NA FISCALIDADE: A (RE)CONSTRUÇÃO DAS GARANTIAS FUNDAMENTAIS EM UM AMBIENTE DE CRISE FISCAL

Carlos Yury Araújo de Morais – UniCEUB, doutorando em Direito
consultoria@carlosyury.adv.br
Inocêncio Mártires Coelho – UniCEUB, professor orientador
inocencio.coelho@ceub.edu.br

O estado de exceção existe para criar a situação na qual o direito poderá voltar a valer. A exceção é o caso excluído da norma geral, mas não está fora da relação com a norma. No caso da exceção, o Estado suspende o direito em razão de um direito de autoconservação. O soberano tem o monopólio da decisão última, no que reside a essência da soberania do Estado, que não consiste na coerção ou na dominação, mas na decisão. A exceção deveria ser a regra, porém torna-se paulatinamente permanente. O convívio do decisionismo de emergência com o funcionamento dos poderes constitucionais exige mais flexibilidade para albergar as constantes mudanças de entendimento e situações excepcionais não contempladas no ordenamento. A pesquisa faz a caracterização do estado de exceção sob o ponto de vista tributário, como forma de legitimação de uma política fiscal errática. O quadro de instabilidade fiscal reinante implica caracterizar a existência do estado de exceção tributário permanente, legitimado por decisões do Supremo Tribunal Federal acerca da política fiscal, as quais limitam as garantias dos contribuintes em nome de aumento de arrecadação. O sentido dado à pesquisa é o de buscar a identificação de elementos necessários para caracterizar a existência (ou não) do quadro de exceção fiscal, enumerando tais elementos e, caso existente, como afeta o alcance das garantias fundamentais dos contribuintes. Em outras palavras, analisa-se em que medida as garantias fundamentais dos contribuintes são interpretadas de maneira propositalmente restritiva, com o fim de manter o viés arrecadatório da política fiscal.

Palavras-Chave: Fiscalidade. Estado de exceção. Direitos fundamentais.

TRADUÇÕES, METAMORFOSES E INTERDITOS: ALESSANDRO BARATTA E A TRAJETÓRIA DO CAMPO CRIMINOLÓGICO CRÍTICO NO BRASIL

Carolina Souza Cordeiro – UniCEUB, doutoranda em Direito
carolinascordeiro@yahoo.com.br
Bruno Amaral Machado – UniCEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

A presente pesquisa propõe-se a analisar a conformação do campo criminológico crítico com foco particularmente ajustado à trajetória de Alessandro Baratta e sua recepção acadêmica em território brasileiro. A criminologia brasileira, assim como a latino-americana, é marcada, historicamente, por importações e viagens culturais que evidenciam sua dependência e subordinação ao conhecimento europeu e norte-americano. As traduções e as metamorfoses são elementos determinantes para a definição temática da criminologia local. Inicialmente, os estudos críticos no Brasil surgem em um contexto de autoritarismo e repressão, o que não impede seu fortalecimento em diversas áreas, por meio dos movimentos de direito alternativo. Assim, de acordo com o paradigma das epistemologias do sul, a criminologia crítica brasileira estabelece-se sob a lente italiana do filósofo do Direito Penal Alessandro Baratta. Ele foi o porta-voz da crítica criminológica no Brasil, presença constante e referência central nos principais núcleos de estudos criminológicos brasileiros, a partir dos quais são constituídas as diversas leituras da sua obra.

Palavras-Chave: Alessandro Baratta. Criminologia crítica brasileira. Campo acadêmico. Traduções. Metamorfoses.

A BOA-FÉ NO DIREITO ADMINISTRATIVO: A LEGÍTIMA EXPECTATIVA COMO LIMITE À BUROCRACIA

Catharina Orbage de Britto Taquary – UniCEUB, doutoranda em Direito
catharinaorbage@yahoo.com.br
Leonardo Roscoe Bessa – UniCEUB, professor orientador
leonardo.bessa@ceub.edu.br

No Brasil, diversos procedimentos no ordenamento jurídico são exigidos sem legitimidade, por não terem previsão legislativa. A tese analisa a boa-fé no Poder Público e examina como a legítima expectativa poderá limitar a burocracia. A problemática questiona o porquê de a burocracia ofender as legítimas expectativas e aumentar o nível de corrupção. As hipóteses para o problema estão pautadas no Ministério da Desburocratização, o qual surge para contribuir com a prática menos burocratizada na sociedade, nas políticas públicas que promovem a desburocratização e na sua funcionalidade para o Estado brasileiro. O objetivo é investigar a relação de controle da Administração Pública com a burocracia. Sua justificativa encontra respaldo no Decreto-Lei nº 9.094/2017 e na Lei nº 5.547/2015, que promove a simplificação de procedimentos no Distrito Federal, além de promover uma base jurídica para as expectativas legítimas. A utilidade desta tese é contribuir entender que a infinitude de leis e burocracias somente será útil à sociedade se a expectativa legítima servir como princípio de hermenêutica para ajudar o cidadão naquela espera autêntica. Portarias sem valor jurídico, senso comum na Administração Pública, geram costumes burocráticos vazios. A boa-fé não pode revogar uma lei, contudo pode ser utilizada ao lado de outros instrumentos jurídicos, para afastar burocracias criadas não por lei em sentido formal, mas por portarias e resoluções. A pesquisa enfrenta questionamentos pertinentes e motivados pelos cidadãos brasileiros que, cotidianamente, lutam contra o engessamento da Administração Pública. O estudo das expectativas legítimas abrange a aceitabilidade social das promessas de Estado. A confiança legítima é a ação esperada daquilo que é previsível.

Palavras-Chave: Expectativa legítima. Burocracia. Direito Administrativo. Desburocratização do Estado. Boa-Fé.

A FORÇA LEGIFERANTE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA NA BALANÇA DE PODERES: RELAÇÕES ENTRE EXECUTIVO E LEGISLATIVO EM TORNO DA MEDIDA PROVISÓRIA

Clarice Gomes de Oliveira – UniCEUB, doutoranda em Direito
clarice.oliveira@gmail.com
José Levi Mello do Amaral Júnior – UniCEUB, professor orientador
jose.junior@ceub.edu.br

A separação de poderes é um conceito caduco e ultrapassado. Foi superada pelo protagonismo crescente do governo no exercício da função de legislar, com o paulatino deslocamento do poder legiferante do Parlamento para o governo, com incidência de atuação do Judiciário. Em consequência do aumento de funções do governo, que se substitui ao Executivo clássico, cresce a importância da atuação corretiva dos demais poderes, objetivando a manutenção do equilíbrio entre eles. No contexto de produção legislativa iniciada pelo governo sob a forma de medida provisória, cabe ao Parlamento o papel de controle e de aprimoramento do produto normativo definitivo: a lei de conversão. O Judiciário tem o papel corretivo não somente da legislação, mas, sobretudo, das práticas institucionais para elaboração da legislação de forma a preservar, precisamente, a balança, o equilíbrio e a conjunção de ações em um ambiente democrático. Com a diluição das fronteiras entre governo e Legislativo em torno da produção legislativa, a definição de sistema de governo presidencialista, ápice da separação de poderes em sua versão clássica, também se encontra enfraquecida.

Palavras-Chave: Separação de poderes. Poder legiferante. Poder Executivo. Medida provisória.

A RESPONSABILIDADE SOCIAL COMO INSTRUMENTO EFETIVADOR DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA: O CASO DOS CONSUMIDORES CELÍACOS

Cléa Mara Coutinho Bento – UniCEUB, doutoranda em Direito
cleabento2@gmail.com
Alice Rocha da Silva – UniCEUB, professora orientadora
alice.silva@ceub.edu.br

O presente estudo objetiva uma reflexão acerca dos institutos da função social e da responsabilidade social da empresa diante das relações de consumo, particularmente sobre a relação jurídica de consumo das pessoas celíacas. O problema investigado consiste em verificar se o cumprimento da função social da empresa, no que se refere à vertente da defesa dos consumidores celíacos, é adequado e suficiente para a segurança alimentar desse grupo de consumidores ou, se, para tanto, faz-se necessário que a empresa assuma a responsabilidade social perante esse nicho de consumidores. Valeu-se de revisão bibliográfica e da análise de leis, regulamentações administrativas e jurisprudência do STJ sobre o tema. Constatou-se que, embora a defesa do consumidor represente uma limitação legítima à liberdade da empresa, expressão da sua função social, a tutela normativa existente é insuficiente para a inclusão dos consumidores celíacos no mercado de alimentos naturalmente isentos de glúten. Além disso, não há estratégias de incentivo estatal para a produção segura de alimentos isentos de glúten. Assim, o acesso dos consumidores celíacos aos alimentos isentos de glúten reclama ações de responsabilidade social por parte do segmento alimentício.

Palavras-Chave: Empresa. Função social. Responsabilidade social. Consumidores celíacos.

TENSÕES ENTRE OS PROCESSOS PREVIDENCIÁRIOS DE CUNHO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL: UM OLHAR EMPÍRICO

Dariel Oliveira de Santana Filho – UniCEUB, doutorando em Direito
dariel.oliveira@sempreceub.com
Jefferson Carlos Carús Guedes – UniCEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

O presente estudo lança um olhar sobre os processos administrativos e judiciais previdenciários, envolvendo trabalhadores rurais, segurados especiais, com o objetivo de melhor compreender as possíveis razões pelas quais o INSS é o maior litigante, com mais de 1.000% sobre o segundo colocado, dos Juizados Especiais Federais brasileiros. O direito do trabalhador rural, situado entre a lei e a enxada, e as tensões que envolvem os processos administrativo e judicial previdenciários norteiam este trabalho. Partiu-se para a pesquisa de campo, utilizando-se a entrevista semiestruturada, e fez-se uma análise das tensões que ocorrem na prática entre o processo administrativo e o judicial previdenciários. Buscou-se, com base na pesquisa empírica, examinar a adequada resolução dos conflitos previdenciários. Objetivou-se analisar possíveis soluções para esses conflitos, judiciais ou não, consensuais ou não, que sejam compatíveis com a posição dos direitos fundamentais.

Palavras-Chave: Tensões processuais. Administração *versus* Judiciário. Trabalhador rural.

RESPONSABILIDADE JURÍDICA DA OMISSÃO DO ESTADO NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES:
AUSÊNCIA DE EFETIVIDADE, CONTROLE E PREVENÇÃO

Debora Vasti da Silva do Bomfim Denys – UniCEUB, doutoranda em Direito
deboradenys@gmail.com
Alice Rocha da Silva – UniCEUB, professora orientadora
alice.silva@ceub.edu.br

O objeto da pesquisa trata do mapeamento dos atos de punição advindos de processos administrativos disciplinares no âmbito da PGF/AGU, a partir do ano de 2002, quando, por meio da Lei nº 10.480/2002, foi criada a Procuradoria-Geral Federal. Os problemas identificados no levantamento dos julgamentos de processos disciplinares são: quantas punições foram anuladas judicialmente; quantas punições a Administração ou o Estado conseguiu manter; quantos processos prescreveram sem a devida punição; quantos não foram judicializados; quais os prejuízos efetivos advindos da conduta do servidor punido e quais as medidas adotadas para sua reversão; quais as medidas adotadas pela Administração ou pelo Estado para a não reincidência. A classificação, para esses casos, envolverá a gravidade da conduta e da punição, o objeto, o comportamento do servidor, a justificativa, os casos que não podem ser objeto de processo disciplinar, os casos de reintegração e os que envolvem assédios moral e sexual. Toma-se como marco teórico o princípio da eficiência no serviço público, insculpido em norma constitucional. A partir da hipótese sobre qual seja a responsabilidade jurídica da omissão do Estado, as prováveis respostas surgirão da análise dos casos concretos, levantados por meio de mapeamentos e gráficos, que apontarão para a existência (ou não) de um sistema geral de impunidade e as causas das reincidências, a falta de medidas preventivas do Estado, as justificativas apresentadas para a ausência de punição, entre outros. Medidas preventivas são efetivas para criar um temor social e gerar um comportamento adequado, como ocorreu com a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06). A certeza da punição e a celeridade servem como desestímulo à corrupção, respeitando-se o devido processo legal, ao passo que a demora na aplicação da sanção condena os fatos ao esquecimento e à impunidade. A rapidez na penalização do corrupto desestimula a prática de atos semelhantes e serve como freio à corrupção, assim como a divulgação das ações realizadas pelos órgãos voltados ao combate às fraudes que, servindo como exemplo, tem a ação pedagógica de inibir ações semelhantes. O Estado não pode furtar-se à sua responsabilidade na efetividade das suas medidas disciplinares, na eficiência, no controle e na prevenção de ilícitos que causam danos ao erário.

Palavras-Chave: Responsabilidade. Processo Administrativo Disciplinar. Efetividade. Prevenção.

O DESAFIO DO DIREITO AO ESQUECIMENTO NO UNIVERSO DIGITAL

Diná da Rocha Loures Ferraz – UniCEUB, doutoranda em Direito e Políticas Públicas
dinarlferraz@gmail.com
Alice Rocha da Silva – UniCEUB, professora orientadora
alice.silva@ceub.edu.br

Esta tese pretende contribuir para a melhor compreensão e aplicação do denominado direito ao esquecimento na sociedade digital, sobretudo com o advento da internet, caracterizada pela intensa e ampla circulação de informações, bem como do surgimento de novos desafios na proteção dos direitos da personalidade. O objetivo geral da pesquisa é investigar se há possibilidade jurídica da sustentação do direito ao esquecimento como direito da personalidade ante a circulação de informações relativas aos indivíduos no universo cibernético; compreender o papel da liberdade de expressão nas relações intersubjetivas inseridas na sociedade informatizada; avaliar os critérios existentes para aplicação do direito ao esquecimento mediante a internet, sem descurar-se da perspectiva da preservação da memória na manutenção da identidade individual e nacional; comparar o entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça e pelos tribunais estrangeiros. A justificativa para a pesquisa fundamenta-se no fato de que a inserção de dados pessoais nos novos mecanismos de comunicação pode contribuir para propagá-los de forma incontrolável e indelével, de modo que se inviabilize ao indivíduo interessado ser esquecido pelas possíveis mazelas ocorridas no passado. Assim, o direito ao esquecimento visa garantir que o indivíduo possa requerer a exclusão de resultados das listas de *links* apresentadas após uma pesquisa, em provedores de busca, utilizando-se determinadas palavras ou expressões, sob pena de que tais configurações e disseminações possam causar injustos danos aos direitos da personalidade e da dignidade humana. Nessa perspectiva, a garantia desse direito não visa apagar fatos pretéritos ou reescrevê-los, mas apenas controlar o uso que se faz deles. Contudo, deve-se esclarecer que tais prerrogativas podem gerar limitação informativa e que podem ser consideradas como prática análoga à tão condenável censura. Noutro viés, a implementação desse direito poderia colocar em risco a construção e a manutenção do arquivo histórico da sociedade e ofender a liberdade de expressão enquanto valor constitucional fundamental. Deste modo, resta evidenciado que existe uma colisão de direitos fundamentais, ao cotejar-se a liberdade de expressão com os direitos da personalidade. No desenvolvimento da presente pesquisa foi adotado o método dedutivo com subsídio em investigação bibliográfica, documental, jurisprudencial e análise da legislação europeia.

Palavras-Chave: Direito ao esquecimento. Sociedade da informação. Direitos da personalidade e liberdade de expressão. Colisão de direitos fundamentais. Memória.

A PROPRIEDADE E O INSTITUTO DE SUA INDISPONIBILIZAÇÃO: USO E ABUSO

Eber Zoehler Santa Helena – UniCEUB, doutorando em Direito
zoehler@gmail.com
José Levi Mello do Amaral Júnior – UniCEUB, professor orientador
jose.junior@ceub.edu.br

A propriedade privada, como direito fundamental primevo, partícipe do núcleo primário dos direitos individuais e manifestação da liberdade da personalidade, de prerrogativa intocável nos Estados capitalistas liberais do século XIX, foi gradualmente reconfigurada com o avanço do estado fiscal e social e relativizada por interesses extrapatrimoniais. O instituto da indisponibilidade de bens originou-se no direito privado, gestado no direito de família ou sucessões, em regra por normas dispositivas que facultam ao titular convencionar o levantamento temporário do atributo da transmissibilidade da propriedade, caso do bem de família ou das cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade ou incomunicabilidade, condicionantes das doações intervivos ou transmissões *mortis causa*, instrumentos jurídicos raramente utilizados na sociedade brasileira, refratária a convenções pós-morte. Se restrições convencionais facultativas do foro privado não vicejam em nosso dia a dia, isso não ocorre com restrições *ope legis* no âmbito público, constituindo-se a indisponibilização da propriedade, em escala crescente, mecanismo de constrição cogente do adimplemento de obrigações constituídas sob a tutela de variadas parcelas de nosso ordenamento legal e infralegal, como no cível, penal, administrativo, tributário, trabalhista e outros. A propriedade privada, em especial os bens de raiz, configura-se como um dos esteios da sociedade moderna, refletindo seu modo de produção e de acumulação da riqueza, ainda que subordinada à sua finalidade social. As limitações encontraram terreno fértil no campo das normas de direito público, em uma multiplicidade de dispositivos esparsos, em regra, como instrumento assessório de medidas assecuratórias da efetividade de decisões tanto na esfera administrativa como jurisdicional, determinando a suspensão cautelar da disponibilidade dos bens. O problema analisado diz respeito aos preceitos justificantes da restrição ao exercício do atributo de dispor da propriedade por seu titular em face de outros direitos e interesses conflitantes e quais os instrumentos aptos a efetivar tal constrangimento. Nesse sentido, exsurgem questões sobre o dilema do conflito dos direitos e dos interesses compulsados. Para melhor compreender o problema advindo de conflitos intersubjetivos individuais ou coletivos expressos na indisponibilização da propriedade privada, são apresentados, entre outros questionamentos, aqueles correlacionados ao regime jurídico da indisponibilização em face dos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da responsabilidade e outros, dos direitos e dos interesses conflitantes com a propriedade justificante, seu impacto socioeconômico e processual, sendo permitida mesmo sem o contraditório, justificando a teoria da sanção política pelo Supremo Tribunal Federal.

Palavras-Chave: Propriedade. Indisponibilidade. Sanção política. Eficácia.

A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E A HIPÓTESE DA FRAGILIZAÇÃO DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL DAS UNIDADES FEDERADAS: O CASO DE GOIÁS

Einstein Almeida Ferreira Paniago – UniCEUB, doutorando em Direito
einstein@paniago.adv.br
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – UniCEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

Tendo a responsabilidade fiscal no direito financeiro brasileiro como tema geral de pesquisa e como problemática, a perquirição é se os marcos regulatórios da gestão da responsabilidade fiscal brasileiros – especialmente os adotados pela Lei de Responsabilidade Fiscal - são adequados para prevenir a fragilização da situação patrimonial dos entes federados e conduzir ao seu aprimoramento. Para isso, utilizou-se como laboratório de aferência concreta o caso do Estado de Goiás. A hipótese inicialmente levantada foi que a atual legislação norteadora da gestão da responsabilidade fiscal - cuja aplicabilidade requer uso de conceitos e normas comumente decorrentes e aplicáveis nas ciências contábeis, econômica e da administração - não promove o real aprimoramento da situação patrimonial dos estados federados; pelo contrário, a viabilização da gestão das políticas públicas sob responsabilidade de dado ente federado implica um mascaramento institucional. Na consecução do objetivo geral, buscou-se analisar as normas de responsabilidade fiscal no ordenamento jurídico brasileiro, com o fito evidenciar a modelagem de restrições e sanções dirigidas aos gestores com o visando de evitar a fragilização e, a partir daí, verificar se tal modelagem é adequada para conduzir a uma situação de aprimoramento da situação patrimonial. Utilizou-se como abordagem geral a teoria do Estado republicano e como método central o lógico-dedutivo, lançando-se mão de ferramentais da pesquisa operacional e raciocínios típicos da análise econômica do direito, entre outros. Assim, analisam-se distintas dimensões da eficiência no Estado republicano e suas repercussões na edificação da *compliance* governamental no Brasil; perquirem-se os marcos regulatórios nacionais da responsabilidade fiscal; compila-se a modelagem normativa do controle da gestão da responsabilidade fiscal aplicada nacionalmente aos estados federados; trata-se do exame de aderência dos resultados da gestão da responsabilidade fiscal no caso de Goiás ao esperado pelo modelo idealizado pelo legislador; verifica-se a aplicabilidade da modelagem de sanções e restrições.

Palavras-Chave: Responsabilidade fiscal. Modelagem. Fragilização patrimonial. Goiás.

PRIVACIDADE E TRANSPARÊNCIA NAS DECISÕES DA CGU - QUANDO A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS AUMENTA O ACESSO A INFORMAÇÕES PÚBLICAS

Érica Bezerra Queiroz Ribeiro – UniCEUB, doutoranda em Direito
ericabqr@gmail.com
Bruno Amaral Machado – UniCEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

Com a entrada em vigor da Lei de Acesso a Informações (Lei 12.527/2011), estabeleceram-se prazos e procedimentos para que qualquer indivíduo pudesse solicitar, perante órgãos e entidades dos três poderes e esferas de governo, informações por eles produzidas ou acumuladas. Essa lei também determinou adequada proteção dos dados e das informações pessoais de terceiros, estabelecendo parâmetros para afastar tal proteção em homenagem à transparência e ao controle social. Na medida em que avançam os procedimentos e as técnicas para anonimização de dados e informações, a restrição ao acesso a dados e informações pessoais pode, efetivamente, aumentar o acesso a informações públicas. Do mesmo modo, a existência de circunstâncias ou características relacionadas à extensão da divulgação dos dados e das informações pessoais, como o estabelecimento de limites temporais ou a seleção de determinados suportes informacionais, podem funcionar como mecanismos para garantir a transparência nos contextos mais significativos para o controle e a participação social. Características do titular da informação – servidor público nos diferentes níveis operacional gerencial e estratégico; agente político; *ad hoc* – podem matizar a proteção referente a dados e informações pessoais. A reflexão sobre essas circunstâncias, em casos concretos, pode efetivamente ensejar o aumento da transparência mesmo nos casos em que é necessário proteger parte do objeto do pedido de acesso a informações, o que evidenciaria situações em que a atuação do Estado estendeu os limites de uma dicotomia simplista entre transparência e privacidade. Enquanto agência anticorrupção, especialmente responsável pela promoção da transparência no âmbito do Poder Executivo Federal, o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) também tem a competência de analisar recursos em face de negativa de acesso a informações públicas, quando avalia alegações pela proteção de dados e informações pessoais. O objetivo geral do trabalho é avaliar os mais relevantes precedentes da CGU sobre proteção de dados e informações pessoais, evidenciando sua correlação com o suposto aumento do acesso a informações públicas. São objetivos específicos: avaliar a influência do arranjo institucional da política de acesso a informações públicas e da modelagem institucional da CGU nas decisões dos precedentes selecionados; identificar e discutir os raciocínios adotados pela CGU para ponderação de direitos fundamentais, quando em colisão com a privacidade e o acesso a informações públicas; avaliar a relevância do princípio da máxima divulgação na ponderação entre a privacidade e o acesso a informações públicas; identificar e discutir eventuais gradações de privacidade nos precedentes selecionados, em função do titular da informação. Com base no estudo de amostra desses precedentes, constatou-se que a CGU aumentou o acesso a dados e informações públicas, ao proteger dados e informações pessoais, confirmando-se, temporariamente, a hipótese desta proposta de pesquisa. Uma vez que se tratava de informações de interesse coletivo ou geral, todos resultaram na entrega, mesmo que parcial, de informações negadas nas instâncias anteriores, a maioria ao longo da instrução do recurso, o que indica possível correlação entre o arranjo institucional e a modelagem da CGU, particularmente no que se refere às premissas decisórias e à identidade organizacional conforme a teoria organizacional-sistêmica e os resultados alcançados. A pesquisa deve abranger um volume maior de precedentes, o que permitirá inferências mais robustas.

Palavras-Chave: Dados pessoais. Acesso a informações públicas. Políticas públicas. Transparência. CGU.

O PERCURSO DO FEMINICÍDIO NO CAMPO DA LINGUAGEM JURÍDICA: DESVELANDO O SILÊNCIO MURADO DO ASSASSINATO DE MULHERES NA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro Villa – UniCEUB, doutoranda em Direito e Políticas Públicas
eugenianogueiravilla@yahoo.com.br
Bruno Amaral Machado – UniCEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

O trabalho se insere no campo da política criminal, no âmbito das decisões adotadas pela Polícia Civil, pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública e pelo Poder Judiciário, nos casos de assassinatos de mulheres ocorridos no estado do Piauí, a partir da data de vigência da qualificadora "feminicídio", de 10.03.15 a 10.03.18 (três anos), além de casos ocorridos em períodos anteriores. O estudo analisará três pontos centrais. O primeiro demonstrará a vacuidade dos conceitos jurídicos presentes nas leis e nas jurisprudências pátrias a reclamar a construção de parâmetros e critérios que orientem tomadas de decisão, desde o indiciamento formal do autor, a acusação formal, a pronúncia até o *decisum* nos casos de feminicídio. O segundo ponto explorará categorias teóricas que versem sobre linguagem soberana, gestos simbólicos, vidas precárias, gênero e sistemas organizacionais. O terceiro ponto realizará imersão no campo empírico, a partir da análise das decisões adotadas nos inquéritos, nas denúncias e nos julgamentos dos casos de feminicídio. Após diagramar as rotinas cognitivas que cercam os processos decisórios nos casos de feminicídio e identificar mitos e/ou valores organizacionais e heterogeneidades enunciativas, o estudo propõe a construção de cenários organizacionais harmônicos que auxiliem os processos decisórios na perspectiva de gênero. A conjugação dos campos teórico e empírico possibilitará a construção de parâmetros que auxiliem a propositura de códigos operacionais na perspectiva de gênero como forma de estabelecer diretrizes para auxiliar a compreensão do termo "condição de ser mulher". Serão utilizadas como ferramentas metodológicas: técnica de análise de documento escrito, entrevistas guiadas junto a oito profissionais relacionados à dinâmica de apuração, processamento e julgamento, como delegados, promotores e juízes e grupos focais com os mesmos agentes públicos, mas de forma isolada, ou seja, por cargo. Serão utilizados aportes teóricos de Bruno Amaral Machado, Giorgio Agamben, Judith Butler, Michel Foucault e Rita Laura Segato.

Palavras-Chave: Gênero. Linguagem. Processos decisórios. Códigos operacionais.

DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO COOPERATIVO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO E INCENTIVO AO COOPERATIVISMO

Fabrício José Klein – UniCEUB, doutorando em Direito
fabricio@kleineassociados.adv.br
Ivo Teixeira Gico Júnior – UniCEUB, professor Orientador
gico@ghdadvogados.com.br

A presente tese contempla a análise econômica do Direito cooperativo e a prescrição de políticas públicas de apoio e incentivo com corte epistemológico na determinação de apoio e estímulo ao cooperativismo impressa no artigo 174 § 2º da Constituição Federal e, aditivamente, na determinação de que seja dispensado *adequado* tratamento tributário ao ato cooperativo, impressa no artigo 146, III, "c" do texto normativo constitucional. Considerando que o cooperativismo pode ser um fator auxiliar no desenvolvimento, bem como o papel do Estado na economia e a força normativa de uma Constituição dirigente, extremamente analítica e repleta de normas programáticas, questiona-se como deve dar-se o apoio e o estímulo ao cooperativismo constantes na ordem econômica constitucional brasileira. Pesquisou-se de que forma podem ser estruturadas melhorias no ambiente institucional que permitam otimizar os arranjos institucionais para dar eficácia ao texto normativo constitucional, já que o artigo 174 § 2º é uma norma programática. O objetivo geral é aprofundar o estudo do cooperativismo e confrontá-lo com a análise econômica do Direito para formular propostas de políticas públicas de apoio e incentivo consentâneas com as singularidades deste tipo de empreendimento. A primeira hipótese é se pode o cooperativismo ser considerado um fator auxiliar do desenvolvimento. A segunda hipótese é se a regulação da intervenção por indução é uma alternativa viável para o apoio e o incentivo ao cooperativismo. É apresentado o contexto histórico e legal do cooperativismo, e realizada a análise econômica do Direito cooperativo, pois a contextualização possibilita uma compreensão mais adequada do problema de pesquisa, reforça a argumentação e auxilia a contextualização do debate referente ao tema escolhido. Com relação à análise econômica, o tema cinge-se à apresentação dos pressupostos metodológicos, seguidos da análise propriamente dita, levando em consideração a literatura econômica a respeito do cooperativismo e a correlação de suas contribuições com a Jurisprudência. Os pressupostos metodológicos da análise econômica do Direito são apresentados de forma descritiva, e os demais objetivos específicos terão abordagem analítica. A pesquisa contém revisão da literatura de caráter interdisciplinar e emprega obras tanto sobre o Direito cooperativo e constitucional quanto sobre políticas públicas e análise econômica do Direito. Para efetiva contribuição ao progresso científico, o trabalho ambiciona exceder o âmbito do exame do ordenamento jurídico e da literatura, valendo-se das demais ferramentas que sejam necessárias durante do desenvolvimento para formular prescrições de políticas públicas. A consecução do trabalho abrange a metodologia e a estratégia de ação mediante o trinômio *teoria de base*, *procedimento* e *técnica*, que se interpenetra em uma relação de caráter sistêmico-complexa, configurando um método que permite a abordagem interdisciplinar em diversas áreas do conhecimento. Os referenciais teóricos decorrem da matriz epistemológica pragmático-sistêmica, que comporta o enfoque sistêmico-complexo e interdisciplinar. O procedimento consistiu na coleta de informações e conteúdos que permitam a contextualização e a análise em torno dos objetivos gerais e específicos, delineando as etapas a ser seguidas até o resultado final.

Palavras-Chave: Análise econômica do Direito. Direito cooperativo. Ordem econômica constitucional. Políticas públicas.

O NOVO MARCO LEGAL DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE ESPECÍFICO: ANÁLISE DE CASOS PRÁTICOS PARA A CRIAÇÃO DE UM MODELO GERAL DE INTERPRETAÇÃO

Fernanda Loures de Oliveira – UniCEUB, doutoranda em Direito
floures.direito@gmail.com
Paulo Afonso Cavichioli Carmona – UniCEUB, professor orientador
paulo.carmona@ceub.edu.br

A presente tese destina-se a examinar o novo marco legal da regularização fundiária de interesse específico, introduzido pela Lei 13.465, de 11 de julho de 2017, por meio da análise do papel de cada um dos atores envolvidos no procedimento, buscando a criação de um modelo geral de interpretação do novo diploma legal. A investigação será desenvolvida a partir do estudo de dois casos particulares que apresentem boa representatividade, abrangendo grande número de dificuldades, que se pretende solucionar à luz da nova lei. As hipóteses referem-se a áreas ocupadas por população de classe média, na Região Administrativa de Planaltina, Distrito Federal, cuja informalidade foi determinada pela inércia do Governo e pelo excessivo rigor da legislação pretérita. Além do estudo de caso, será utilizada a metodologia dogmática, pelo exame detido da legislação, e a pesquisa bibliográfica, partindo-se do registro disponível, oriundo de trabalhos anteriores e de dados ou categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores. Parte-se da ideia-base de que o novo marco foi editado em prol da efetiva regularização dos núcleos urbanos consolidados e irreversíveis. É indispensável partir desta premissa, ao interpretar e aplicar a norma, buscando saídas jurídico-teóricas viáveis à solução da situação concreta. De modo a subsidiar a análise legal, pretende-se apresentar, com minúcias históricas e a mais ampla pesquisa de dados, a situação atual do Setor Tradicional e dos Condomínios Residenciais Sarandy I e II. A análise do primeiro caso tem por escopo permitir o estudo integral do procedimento de regularização de interesse específico, além de tecer críticas e comentários sobre as mazelas causadas pelo Poder Público em parcelamento irregular do solo. Por outro lado, o exame do segundo contribuirá para o desenvolvimento de discussões sobre a viabilidade, as vantagens e as desvantagens decorrentes da regularização de “loteamentos fechados”. Com essas considerações, pretende-se pesquisar sobre temática ainda carente de verificação pela doutrina especializada, embora de grande recorrência no Distrito Federal: o procedimento de regularização de áreas ocupadas por população não caracterizada como de baixa renda, incluindo o estudo das novas modalidades condominiais inseridas no ordenamento nacional.

Palavras-Chave: Regularização fundiária. Modelo de interpretação. Interesse específico. Novo marco legal.

O ESTADO ISLÂMICO, A GLOBALIZAÇÃO E A CAPTAÇÃO DE ADEPTOS NA EUROPA

Fernanda Rodrigues Pires de Moraes – UniCEUB, doutoranda em Direito
frpmoraes1@gmail.com
Daniel Amin Ferraz – UniCEUB, professor orientador
daniel.ferraz@ceub.edu.br

A tese chama a atenção para o Estado Islâmico e a utilização dos mecanismos da globalização para captação de adeptos na Europa. Os processos de interdependência, ao admitir a participação de novos atores influentes no âmbito internacional, inserindo-se os terroristas, aliados à revolução tecnológica, permitem que o terror se dissemine mais facilmente, uma vez que a circulação de informações, dificilmente, pode ser controlada, perdendo o Estado a aptidão para gerir todas as ações em seus territórios. Neste contexto, o poder do grupo de angariar novos integrantes tornou-se mais rápido e eficiente, além de haver combatentes em vários países. O localismo globalizado é um aspecto influente da Teoria da Interdependência no caso do terrorismo islâmico. Os Estados Unidos, com fins imperialistas, ao exportar os valores expressos no *American Way of Life*, violaram a cultura, interferiram no modo de vida e na economia dos países do Oriente. Hodiernamente, em reação, facções terroristas islâmicas, como o Estado Islâmico, por meio de recursos criados com o advento da globalização, tipicamente ocidentais, propala o islamismo, o terror e conquista novos membros em todo o globo. Neste último ponto, examina-se esta prática na Europa e as razões para o crescente número de europeus aderentes ao grupo, em geral, adolescentes e jovens adultos, muitos descendentes de estrangeiros.

Palavras-Chave: Globalização. Islamismo. Estado Islâmico. Europa.

BRASÍLIA: CARTOGRAFIA JURÍDICA, DIREITO DO TERRITÓRIO E ARRANJOS INSTITUCIONAIS

Fernando José Longo Filho – UniCEUB, doutorando em Direito
fjlongofh@sempreceub.com
Antônio Henrique Graciano Suxberger – UniCEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

A proposta de investigação tem como objeto de estudo Brasília e como o Direito se relacionou e relaciona-se com o território ocupado pelo Distrito Federal e pela circunvizinhança hoje. O Distrito Federal tem a configuração de cidade-Estado, na medida em que congrega as competências de Estado e município, goza de autonomia administrativa, política e financeira e constitui ente federativo, sendo vetada a criação de municípios em seu território. Entretanto, as relações do Distrito Federal com os municípios vizinhos têm-se tornado mais complexas. Em 1998, foi criada a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE por meio da Lei Complementar n° 94/1998, que abrange municípios pertencentes aos estados de Goiás e de Minas Gerais, além de Brasília. Embora haja a RIDE, afirma-se que a Área Metropolitana de Brasília – AMB é um território menor que se encontra inserido na RIDE e sem marco legal institucional. A relevância da pesquisa justifica-se pela existência de uma lacuna de estudos jurídicos que versem sobre a relação do Distrito Federal entre o território e o Direito. Para isso, é necessário elaborar uma cartografia jurídica do território do Distrito Federal e das adjacências. O que se deseja é compreender como as relações entre território e Direito são permeadas e infiltradas pelo poder, nos termos preconizados por Foucalt, isto é, como um governo territorializa uma população em um território. Em outras palavras, o poder cria o território. A compreensão das relações traçadas pela cartografia jurídica do Distrito Federal deve ser redesenhada, tendo como referência o desenvolvimento de um Direito do Território, cuja finalidade é o estudo das atividades de delimitar fronteiras e limites geográficos que podem ser descritas e identificadas a partir dos seguintes pontos de vista: quem delimita; como a delimitação é feita; que tipo de delimitação é feita; por que a delimitação é feita. O Direito do Território, constitucionalmente adequado a um Estado Democrático de Direito, é parâmetro normativo para a organização de arranjos institucionais. Este estudo, amparado no arcabouço teórico da cartografia jurídica de Brasília e do Direito do Território e debruçado sobre a realidade empírica, tem como objetivo geral o desenho de arranjos institucionais destinados à governança do território do Distrito Federal e de suas adjacências.

Palavras-Chave: RIDE. Ordenamento territorial. Região metropolitana.

RACIONALIDADES PUNITIVAS CONTEMPORÂNEAS SOB A CRÍTICA DE QUEM CUMPRE PENA EM LIBERDADE E DOS PROFISSIONAIS DA EXECUÇÃO PENAL NO DF

Fernando Luiz de Lacerda Messere – UniCEUB, doutorando em Direito
fernandomessere@bol.com.br
Bruno Amaral Machado – UniCEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

A produção acadêmica sobre a pena registra variadas formulações teóricas acerca dos significados e das finalidades das penas, as quais revelam a complexidade da percepção acerca da punição estatal como manifestação de controle social em matéria penal. Em vista do que se tem colhido do cumprimento da pena privativa de liberdade em regime aberto e recolhimento domiciliar no DF, a presente investigação teórica é realizada e complementada pela pesquisa empírica de modo que os significados da pena revelados pelas entrevistas dos condenados que suportam a pena privativa de liberdade e dos profissionais envolvidos no controle penal proporcionem complemento crítico ao oferecido pelos teóricos do direito penal e da teoria social. Dessa combinação deverá resultar a conclusão de que todas as formulações teóricas explicam e falham ao explicar o significado da pena. Além disso, resultarão evidencias de que o Estado brasileiro, autoproclamado democrático de direito, adota, primordialmente, a política criminal excludente de imposição da pena privativa de liberdade e falha no dever de complementar a referida política criminal com adequada política pública de reinclusão. A pesquisa tem por hipótese, além disso, que a combinação da teoria com a evidência empírica indicará que o regime aberto em recolhimento domiciliar, longe de ser uma alternativa excepcional ao cumprimento da pena privativa de liberdade, conforme expresso na legislação brasileira em vigor, deve ser fase necessária de reinclusão no processo de exclusão deflagrado pela ação penal. Ademais, uma vez confirmado o regime aberto com recolhimento domiciliar como uma etapa necessária ao encerramento do estado de exclusão a que foi submetido o condenado, esse processo deverá ser insuscetível de interrupção por desvios de menor relevância, por ser o momento que, mais claramente, favorece o resgate da dignidade humana daquele antes excluído, mediante política pública de reinclusão social insuscetível de retrocesso, que somente poderá ser interrompida em caso de violações graves por fatos outros para as quais a solução apontada pela ordem jurídica seja inequivocamente o encarceramento.

Palavras-Chave: Direito Penal. Significado da pena. Execução Penal. Regimes penais. Prisão domiciliar.

O ROTEIRO DO DELITO NA CRIMINALIDADE COMPLEXA

Flavio Rodrigues Calil Daher – UniCEUB, doutorando em Direito
flavio_daher@hotmail.com
Héctor Valverde Santana – UniCEUB, professor orientador
hector.santana@ceub.edu.br

A tese apresentada analisará todas as teorias da conduta em direito penal que alcançaram relevo pela efetiva positivação e pela contribuição na evolução do estudo da teoria do crime, enfatizando o debate sobre a prevalência de estratos e elementos ontológicos ou deontológicos, realista ou idealista em cada uma delas. Ao final, conclui-se o estudo das teses mistas, e elabora-se novo roteiro, especialmente identificado com o rendimento de acordo com o contexto dos crimes complexos. As teorias até hoje elaboradas, em boa parte, não se desprenderam, totalmente, da sua essência original, vocacionada para solucionar delitos de certeza visual, cuja identificação ressai da mera verificação sensorial, apesar de já existirem vários estudos criminológicos cujo escopo é explicar, justamente, a criminalidade complexa.

Palavras-Chave: Criminalidade. Direito Penal. Estudos criminológicos.

MODULAÇÃO DE EFEITOS TEMPORAIS NA FORMAÇÃO E NA SUPERAÇÃO DOS PRECEDENTES JUDICIAIS OBRIGATÓRIOS NO DIREITO BRASILEIRO

Francisco Provazio Lara de Almeida – UniCEUB, doutorando em Direito
franciscoprovazio@yahoo.com.br
Inocêncio Martires Coelho – UniCEUB, professor orientador
inocencio.coelho@ceub.edu.br

O presente trabalho defende a modulação temporal de efeitos na formação e na superação do precedente judicial obrigatório no Brasil como mecanismo de garantia da segurança jurídica enquanto coerência sistêmica e proteção da confiança do cidadão no Poder Judiciário. Para tanto, com fundamento em respeitada literatura nacional e estrangeira sobre a teoria do precedente, a hermenêutica e a segurança jurídica, entende-se que o julgador reflete sobre o direito no âmbito da sociedade, sendo sua mais genuína missão conciliar o direito com as exigências da vida, de modo que a significativa expansão da atividade judicial, num ativismo inevitável de criação judicial do direito, desempenha importante papel, porquanto pauta a atuação do cidadão e, em razão disso, não pode surpreendê-lo. Constata-se, nesse contexto, que a modulação temporal de efeitos das decisões judiciais prepara o cidadão, sobretudo, para controlar a retroatividade dos efeitos de eventual guinada jurisprudencial.

Palavras-Chave: Modulação temporal de efeitos. Precedente judicial. Segurança jurídica. Criação judicial do direito.

LIMITES JURÍDICOS DA AUTONOMIA DA VONTADE DO MÉDICO E DO PACIENTE TERMINAL

Gillian Santana de Carvalho Mendes – UniCEUB, doutoranda em Direito e Políticas Públicas
gsmendes@uninovafapi.edu.br
Frederico Augusto Barbosa da Silva – UniCEUB, professor orientador
frederico.silva@ceub.edu.br

Para atingir o objetivo do estudo, estabelecer-se-ão os tipos de morte e o que seria considerada morte digna do ponto de vista constitucional, ponderando-se com o direito à vida. Pretende-se refletir acerca do prolongamento da existência e identificar que direitos se efetivam, especialmente, quando se trata de paciente terminal, uma vez que, em certos casos, a família observa a autonomia da sua vontade e, em outros, não, o que possibilita a antecipação da morte ou não e provoca efeitos pessoais e patrimoniais. O tema é atual diante do envelhecimento do país e de um quadro em que, de um lado, há o brasileiro que não possui renda e é atendido pelo SUS e, de outro, o que tem plano de saúde.

Palavras-Chave: Morte digna. Autonomia da vontade. Diretivas antecipadas da vontade.

REGULAÇÃO ELEITORAL DO MERCADO DE IDEIAS POLÍTICAS: UMA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO ELEITORAL

Giovana Ferreira Martins Nunes Santos – UniCEUB, doutoranda em Direito
gfmns@icloud.com
Ivo Teixeira Gico Júnior – UniCEUB, professor orientador
gico@ghdadvogados.com.br

Nas suas diversas áreas de atuação, o Estado tem função regulatória da atividade social. No âmbito privado ou no público, é possível perceber a utilização de instrumentos jurídicos como mecanismos balizadores das relações humanas. No Estado Democrático de Direito brasileiro, a regulação da democracia fica a cargo do Direito Eleitoral, que estabelece o conjunto de leis e normas que vão subsidiar a escolha política dos representantes, sempre buscando justificar a existência da soberania popular. Este estudo utiliza-se da metáfora do mercado da democracia para avaliar em que medida o Direito Eleitoral aumenta ou diminui a concorrência das ideias políticas brasileiras. Como metodologia, vale-se da Análise Econômica do Direito para analisar a competição eleitoral e faz um comparativo entre as estruturas do mercado tradicional e os institutos eleitorais que regulam esse mercado político. Para tanto, apresenta, inicialmente, a conformação do que designa por mercado da democracia. Em seguida, por entender que a maioria das barreiras históricas à participação política é substituída por estratégias sutis de perpetuação de determinadas classes no poder, avalia-se o material regulatório das recentes reformas políticas que se propõem a corrigir esse problema, quais sejam: cláusulas de barreira e desempenho, exigência de filiação partidária, fim coligação partidária, financiamento público de campanhas políticas, regulamento da propaganda política, política de cotas de gênero e limite de gastos em campanha eleitoral. Assim, a partir da descrição das analogias legais sobre a regulação da competição econômica, explica-se como a lei eleitoral molda o ambiente competitivo para as eleições. Ao final, propõe-se que o mercado democrático brasileiro, na forma em que está regulado, responde, de forma assemelhada, a um modelo de oligopólio concentrado, o que indica a ocorrência de pouca competitividade e a tendência à conformação de permanência dos mesmos grupos políticos no poder.

Palavras-Chave: Direito eleitoral. Regulação da concorrência política. Análise econômica.

A PRIVATIZAÇÃO DAS JUNTAS COMERCIAIS COMO FORMA DE INCREMENTO DA ATIVIDADE ECONÔMICO-EMPRESARIAL: PARÂMETROS PARA A CORREÇÃO DA DISPARIDADE ENTRE OS SISTEMAS DE REGISTRO DELEGADO (PESSOAS JURÍDICAS NÃO MERCANTIS) E PÚBLICO (MERCANTIL)

Gladson Rogério de Oliveira Miranda – UniCEUB, doutorando em Direito
gladsonrogerio@uol.com.br
Daniel Amin Ferraz – UniCEUB, professor orientador
daniel.ferraz@ceub.edu.br

O tema desta pesquisa propõe análises qualitativa e estatística da sistemática registral comparativa do registro civil de pessoas jurídicas não mercantis e do sistema registral empresarial com catalogação e identificação dos requisitos legais, prazos, efetividade e eficiência comparativa de ambos os sistemas. Apresenta-se como objetivo identificar as razões da imensa disparidade entre os dois sistemas registrais: o de pessoas jurídicas não mercantis e o de sociedades empresariais. Pretende-se levantar dados por meio de cotejo analítico das sistemáticas registrais, comparando prazos efetivos para implementação de matrículas, alterações e extinção de pessoas jurídicas empresárias ou não empresárias. As dificuldades pátrias em empreender-se, notadamente no que se refere à burocracia, às formas de inscrição, às licenças e à diversidade de formas de atuação dos órgãos aptos ao registro, fazem surgir a necessidade de repensar o sistema registral empresarial. Isto ocorre, porque o número de pequenas e microempresas tem crescido no país, além de existir incremento nas atividades de empresas de grande porte, havendo diversos conglomerados econômicos. O aumento do poder de compra da imensa população e a elevada produção de energia e de alimentos fazem ser de destaque a importância do país no mercado global, tornando imperativa a superação da problemática para efetivar-se o registro de uma empresa no Brasil. O estudo tem relevância nacional, pois a simplificação e a efetividade do sistema registral apresentam benefícios para a economia. Diante desse contexto, é preciso identificar e considerar o quadro de vulnerabilidade do sistema público de registro nas juntas comerciais, fazendo-se um paralelo com o sistema de delegação já aplicável aos cartórios de pessoas jurídicas não mercantis. Acredita-se que a realização de estudo comparativo nos moldes descritos possa contribuir para a reforma e fornecer novas diretrizes para o sistema registral empresarial, buscando aproximação qualitativa em relação ao sistema registral das pessoas jurídicas não empresariais.

Palavras-Chave: Registro. Junta Comercial. Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas. Estudo Comparativo. Economia.

DESAFIOS JURÍDICOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR

Gustavo Carvalho Chehab – UniCEUB, doutorando em Direito
correio.eletronico.do.gustavo@gmail.com
Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto – UniCEUB, professor orientador
carlos.britto@ceub.edu.br

Trata-se de projeto de qualificação em pesquisa no Doutorado em Direito do UniCEUB em que se propõe encontrar soluções jurídicas para a implantação de uma política pública de saúde mental do trabalhador. O afastamento do trabalho por transtornos mentais é a 3ª maior causa de concessão de auxílio doença e de aposentadorias previdenciária e acidentária por invalidez, no Brasil, com mais de 650.000 benefícios e consumiu quase R$ 8 bilhões da Previdência Pública entre 2012 e 2016, o que pode ter gerado um impacto econômico superior a R$ 100 bilhões. Para a Organização Mundial da Saúde, o estresse no trabalho será a maior causa de absenteísmo no mundo. Estudos da Organização Internacional de Trabalho e da União Europeia revelaram a existência de riscos psicossociais à saúde mental no ambiente de trabalho, cuja exposição e prevenção têm-se mostrado complexa e difícil. O objetivo principal é encontrar soluções jurídicas para a implantação de uma política pública de saúde mental do trabalhador. Para isso, examina-se a questão do adoecimento psíquico do trabalhador à luz do novo Direito Ambiental do Trabalho, da compreensão da saúde como um direito fundamental social, na linha defendida por Carlos Ayres Britto no julgamento da ADPF 130/DF, e da aplicação da incidência dos direitos fundamentais nas relações de trabalho, com foco na força normativa da Constituição, seu efeito expansivo e sua eficácia horizontal, inclusive em relações privadas de poder, e de concorrência e colisão dos direitos fundamentais. Nesse sentido, fazem-se pesquisas documentais e bibliográficas, coleta, tratamento e análise de dados estatísticos e análise de discurso. Espera-se descobrir se há como prevenir a doença mental ocupacional, se é possível estabelecer uma política pública de prevenção de adoecimento psíquico, inexistente no Brasil, se os fundamentos constitucionais justificam a intervenção do Estado na organização do trabalho para prevenção dos riscos psicossociais, se há trabalhos acadêmicos e normas na União Europeia sobre a prevenção de adoecimento psíquico no trabalho que podem ser aplicados em uma política pública brasileira e se existem soluções jurídicas para a implantação de uma política pública de saúde mental do trabalhador.

Palavras-Chave: Política pública. Proteção à saúde do trabalhador. Saúde mental. Direito Ambiental do Trabalho. Direitos fundamentais.

A PROPORCIONALIDADE E A EFICIÊNCIA ECONÔMICA: UMA PROPOSTA DE DIÁLOGO NO CONTEXTO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Humberto Fernandes de Moura – UniCEUB, doutorando em Direito
humbertofernandesdemoura@hotmail.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – UniCEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

A proporcionalidade é uma análise de custo-benefício. A partir dessa afirmação, propõe-se verificar as relações existentes entre os conceitos de eficiência e de proporcionalidade. A hipótese é que proporcionalidade e eficiência econômica podem compor único procedimento para a realização da ponderação entre princípios jurídicos em colisão. A pesquisa insere-se no campo da hermenêutica, pois pretende compreender os sentidos possíveis de cada um dos conceitos e a proximidade de suas concepções. Como ponto de partida, será realizado um estudo a partir da abordagem da hermenêutica filosófica realizada por Hans Georg Gadamer, pois o entendimento a respeito do processo de formação da compreensão, em geral, será essencial para compreender a hipótese. Em seguida, será analisada a tradição em que é inserida a hermenêutica jurídica, realizando-se um diálogo de autores a propósito da discussão sobre a discricionariedade judicial no ato de compreensão das normas jurídicas e de sua aplicação. Embora as concepções de proporcionalidade e de eficiência econômica partam de tradições diferentes, ambos os conceitos buscam estabelecer critérios para limitação ou elucidação do arbítrio no exercício da atividade judicante. Se, por um lado, a proporcionalidade apresenta-se como o balizador da ponderação no caso de colisão entre princípios constitucionais, a partir da aplicação das ideias de adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito, a eficiência econômica propõe a solução de problemas jurídicos, escolhendo-se a opção de melhor custo-benefício. A aproximação entre os dois conceitos justifica-se com base na afirmação de Robert Alexy de que a proporcionalidade atua na busca do Ótimo de Pareto. Para verificar o acerto dessa correlação, foi realizado um levantamento doutrinário a respeito dos conceitos de *proporcionalidade* e de *eficiência econômica*. A pesquisa também analisa a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF). Serão examinados os 62 acórdãos que citaram obras de Robert Alexy e Carlos Bernal Pulido e os 217 acórdãos que indicaram a eficiência em sua fundamentação, além de votos que fizeram a correlação entre a análise de custo-benefício e a máxima parcial da proporcionalidade em sentido estrito. Conclui-se que a análise de eficiência compõe dois dos três passos da proporcionalidade, pois a necessidade seria uma análise de custo entre as opções existentes para concretizar determinado princípio, e a proporcionalidade em sentido estrito seria uma análise de custo-benefício, envolvendo os dois princípios em colisão, devendo prevalecer o princípio em que os benefícios esperados superem os custos. Ao final, foram realizadas especulações, com o objetivo de contribuir para a interpretação do artigo 489, §2º, do Código de Processo Civil, pois o dispositivo legal já admitiu a ponderação como forma de resolução de colisão entre normas.

Palavras-Chave: Hermenêutica filosófica. Proporcionalidade. Eficiência econômica. Diálogo. Supremo Tribunal Federal.

BARRAGENS DE REJEITOS DE MINERAÇÃO: ANÁLISE DE RISCO COMO FERRAMENTA PARA PREVENÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS

Jacqueline Maria Cavalcante da Silva – UniCEUB, doutoranda em Direito
jac.maria3@yahoo.com.br
Marcia Dieguez Leuzinger – UniCEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

O presente estudo pretende investigar se é possível o estabelecimento de normativas e práticas de controles pelos órgãos fiscalizatórios de barragens de mineração, de modo a contemplar a análise de risco e o dano potencial associado, consequentemente, com capacidade efetiva de ampliar a prevenção de danos ambientais, mediante o envolvimento direto das empresas que exploram a atividade minerária, como forma de induzi-las a perceber-se principais interessadas na efetiva prevenção de danos ambientais. O objetivo geral da tese é identificar se as empresas de mineração têm efetuado análise de risco prévia e durante o monitoramento da execução das atividades em barragens de rejeitos no Brasil, incluindo risco de falha e potencial custo ambiental, buscando efetiva prevenção de danos ambientais. Entre as hipóteses formuladas, destaca-se a de que as empresas brasileiras que exploram essa atividade não têm adotado a política de análise de risco e o respectivo plano de gestão compatíveis com as exigências desse tipo de atividade e com os registros de falhas ocorridas no passado, em barragens de rejeitos que provocaram danos ambientais de grandes proporções. Assim, verifica-se se as empresas de mineração que atuam no Brasil têm efetuado análise de risco que antecede o início e o monitoramento das atividades de mineração, incluindo uma avaliação completa e precisa do potencial custo ambiental e risco de falha em barragens de rejeitos.

Palavras-Chave: Mineração. Barragens de rejeitos. Análise de risco. Prevenção de danos ambientais.

A FORMAÇÃO DE UM CONJUNTO DE PRINCÍPIOS PARA UM INSTRUMENTO JURÍDICO INTERNACIONAL VINCULANTE ÀS EMPRESAS TRANSNACIONAIS PARA A PROTEÇÃO DE DIREITOS TRABALHISTAS: PASSOS PARA A EFETIVAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR

João Hagenbeck Parizzi – UniCEUB, doutorando em Direito
jhparizzi@gmail.com
Nitish Monebhurrun – UniCEUB, professor orientador
nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

Diante do crescente cuidado das Nações Unidas e da Organização Internacional do Trabalho em proteger os trabalhadores que prestam serviços a empresas transnacionais, percebeu-se que a globalização incentiva não só a circulação de bens, como também a de mão de obra. Tal circunstância gera uma preocupação grande uma vez que os instrumentos internacionais de proteção ao trabalhador não são eficazes para promover o trabalho decente, pois dependem de leis nacionais e de um trabalho integrado, visando proteger a concorrência justa, entre OIT, ONU e OMC. Nesse contexto, a pesquisa investiga como se desenvolve a elaboração de um conjunto de princípios e regras já em discussão em grupo de trabalho do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, para que haja a formação de um instrumento legal internacional vinculante, visando à efetiva proteção, respeito e reparação dos direitos humanos fundamentais ligados ao labor. Assim, a investigação poderá fornecer contribuições para a formação de um instrumento legal eficaz para submeter a atuação das empresas transnacionais aos padrões trabalhistas estabelecidos pela OIT. A pesquisa, de igual sorte, busca a análise empírica de casos mundiais que possam permitir a identificação das ações mais eficazes à efetivação do trabalho decente mediante iniciativas de organizações governamentais e não governamentais, especialmente na integração de trabalho, concorrência e consumo. Dessa forma, busca-se definir conceitos e princípios para a formação de um instrumento jurídico internacional vinculante às empresas transnacionais e examinar a existência e a correção de gargalos nas aplicações de normas internacionais atinentes ao direito do trabalho. A pesquisa, em fase inicial, realiza o levantamento de casos para a obtenção de padrões e refinamento das hipóteses.

Palavras-Chave: Empresas e direitos humanos. Trabalho decente. Responsabilidade social.

A ATUAL CRISE DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA NO BRASIL: PERSPECTIVAS PARA UMA DEMOCRACIA DELIBERATIVA DIGITAL À LUZ DO PENSAMENTO HABERMASIANO

João Marcelo Barbosa Ribeiro Dantas – UniCEUB, doutorando em Direito
joao.marcelo@sempreceub.com
Inocêncio Mártires Coelho – UniCEUB, professor orientador
inocencio.coelho@ceub.edu.br

A tese em elaboração toma por referencial teórico o pensamento habermasiano, que propõe a racionalidade comunicativa em superação à monológica, na busca do consenso racional acerca de proposições sobre o mundo objetivo dos fatos (discurso teórico) ou sobre o mundo social das normas (discurso prático). A verdade e a correção normativa, respectivamente, exsurgem, em meio a razões e contrarrazões, do debate intersubjetivo. Na política, os elementos comunicativos revelam-se, principalmente, no processo parlamentar legislativo, aberto à tematização social, e nas redes periféricas da esfera pública que orbitam em torno do sistema político. No direito, o princípio da democracia procedimental e deliberativa é o que conduz ao procedimento da normatização que o legitima. Em Habermas, numa democracia procedimental, menos representativa e mais deliberativa e participativa, a sociedade pode influir na transformação do sistema político constituído, promovendo uma compatibilização entre esferas pública não institucionalizada e sistema político. Habermas ressalta que, na sociedade contemporânea, a esfera pública, ramifica-se em âmbitos internacionais, nacionais, regionais, locais e comunais, que se sobrepõem uns aos outros e articulam-se ou se contrapõem. A pluralidade da esfera pública já não encontra fiel e convincente representatividade no sistema partidário e no complexo parlamentar, o que demanda, sem prejuízo a ambos, a adoção maior de práticas de democracia deliberativa e participativa, a fim de o sistema político legitimar-se e revigorar-se. A democracia deliberativa poderá ser impulsionada com a amplitude de alcance e com a velocidade da comunicação pela internet, o que a permitiria caracterizar-se também como democracia digital, a qual se pretende explorar como forma de correção de déficits ou de implantação de formas e experiências democráticas em Estados e circunstâncias deficitários, em face da crise da democracia representativa, que aflige a sociedade brasileira. A proposta habermasiana da democracia procedimental, deliberativa e participativa poderá ser potencializada e efetivada em dimensões amplas e profundas na sociedade civil brasileira, cultivando uma cultura democrática mais sólida por instrumentos da democracia digital, que poderá, assim, apresentar-se como possível saída da crise da democracia representativa na sociedade brasileira contemporânea.

Palavras-Chave: Direito. Democracia. Diálogo. Deliberação. Digital.

DEMOCRACIA E MULTICULTURALISMO: A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO A PARTIR DA CIDADANIA

João Paulo de Campos Echeverria – UniCEUB, doutorando em Direito
jp.echeverria@gmail.com
Marcelo Dias Varella – UniCEUB, professor orientador
marcelo.varella@ceub.edu.br

O trabalho busca desenvolver o critério de cidadania ilustrado pelo professor An-Na'Im, segundo o qual o Estado confessional é irrelevante se o instituto da cidadania servir de parâmetro para a relação entre o indivíduo e o Estado. Porém, o critério de cidadania propriamente dito é eleito em cada Estado; se o pressuposto do Estado é religioso, ululante que assim será o critério para configuração da cidadania. Nesse sentido, o objetivo é desenvolver esse raciocínio, para apontar um elemento primário de reconhecimento de direitos fundamentais, que, por sua vez, prestar-se-iam a assegurar o pluralismo de cosmovisões na sociedade. Pretende-se construir um modelo de estado efetivamente laico. De acordo com o professor Marcelo Varella, a uniformidade cultural é uma premissa falsa na construção de identidades nacionais, e a construção do nacionalismo é atrelada a regimes políticos fortes, voltados a suprimir diferenças culturais das distintas regiões do mesmo Estado, a partir da ideia de única nação. As tradições culturais e a herança histórica seriam importantes, mas, para o Estado em si, não seriam um elemento fundamental; seriam um critério sociológico de pertencimento. O movimento migratório da atualidade e o absurdo volume de transações culturais superaram qualquer hipótese de fortalecimento de identidade nacional, ainda que os regimes tentem firmar-se nesses pilares. Assim, a cidadania pode servir como instrumento de garantia de pluralidade e aplicação dos pressupostos da democracia, especialmente no exercício e na formulação de políticas de privilégio aos princípios de igualdade e liberdade. Além disso, independentemente dos modelos filosóficos, do ponto de vista jurídico, a cidadania é o melhor, senão o único, instituto conhecido que pode superar os parâmetros de laicidade do Estado em um modelo pós-secular e criar um critério objetivo de aplicação isonômica dos direitos e das garantias ao exercício da crença religiosa em sede constitucional e de proteção de direitos fundamentais, ainda que no espaço público. Por outras palavras, a cidadania tem os requisitos para abrigar o pluralismo de cosmovisões.

Palavras-Chave: Democracia. Cidadania. Estado. Multiculturalismo.

AS IDENTIDADES, AS COTAS RACIAIS E O RUMO DO NOVO RACISMO NO BRASIL: DIÁLOGO ENTRE A FUNÇÃO POLÍTICA DAS AÇÕES AFIRMATIVAS RACIAIS E AS CONVENIÊNCIAS ESTRATÉGICAS

José Wilson Ferreira Lima – UniCEUB, doutorando em Direito
wferreiraster@gmail.com
Bruno Amaral Machado – UniCEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

O estudo tem o objetivo de investigar e definir o papel que a raça exerce enquanto critério político que divide a sociedade em grupos, para a manutenção e o fortalecimento do racismo no Brasil. O racismo não é aspecto de uma sociedade em particular, mas fenômeno presente em vários países, como Brasil, Estados Unidos, Índia, África do Sul e França, para citar alguns exemplos. Nessas sociedades e em outras, a divisão racial atua como fator delimitador de direitos e redutor de acesso dos grupos raciais discriminados a meios e recursos comuns que favorecem a mobilidade social e o desenvolvimento humano individual. A raça serve como plataforma de discursos políticos e é tema central dos movimentos sociais que reivindicam direitos preponderantemente em favor da raça negra. É nesse espaço discursivo que são articuladas as conveniências estratégicas do Estado, da sociedade e dos indivíduos. A implantação de políticas públicas de ações afirmativas raciais fez surgir conflitos de interesses que polemizaram e amplificaram o tom desses discursos, na medida em que estão presentes na sociedade e no Estado setores simétricos e politizados que defendem e opõem-se à instituição de preferências raciais empregadas como instrumentos que marcam as diferenças dos grupos e promovem a inclusão e a exclusão em ciclo contínuo. Paralelemente, a pobreza e a educação pública precária, fatores historicamente vinculados, são questões que permanecem irresolutas, de modo que, enquanto a pobreza se evidencia de forma marcante como a principal característica da expressiva maioria da população brasileira, atingindo, indistinta e substancialmente, todos os grupos raciais, a educação pública, em todos os níveis, padece com a precariedade de recursos, o reduzido padrão de qualidade e a falsa universalidade, em razão da ausência de programa consistente de estruturação e de investimentos pelo Poder público. Diante desse quadro, a raça é o fator preponderante, inserido nas políticas públicas afirmativas, que respalda a discriminação positiva, especialmente representada na atualidade pela Lei n. 12.711/2012, pela Lei n. 12.990/2014 e pelo Decreto n. 9.427/2018, atuando como o principal elemento que constitui o racismo e alimentando, em ritmo contínuo e persistente, a discriminação racial. Metodologicamente, o estudo destaca e examina os argumentos favoráveis e contrários à instituição de cotas raciais, buscando identificar, nos referenciais teóricos, fundamentos para a reorganização da sociedade de forma livre da divisão racial, entendendo-se que a pobreza deva ser empregada como critério único e abrangente para a definição e o atendimento das demandas sociais das classes economicamente mais carentes, sem qualquer vinculação com o critério discriminatório racial.

Palavras-Chave: Políticas públicas. Ações afirmativas raciais. Novo racismo. Conveniências estratégicas.

A GOVERNANÇA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO À LUZ DO DIREITO TRANSNACIONAL

Karina Martins – UniCEUB, doutoranda em Direito
karina.martins@sempreceub.com
Marcia Dieguez Leuzinger – UniCEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

A tese busca aprofundar o conhecimento das relações entre dois fenômenos, a governança global e o desenvolvimento sustentável, a partir de um estudo à luz direito transnacional para a sustentabilidade global. Debate-se o tema *governança* no que se refere tanto ao seu significado como à amplitude das questões que o envolvem. Por sua vez, o desenvolvimento sustentável representa o ideal de um desenvolvimento harmônico entre economia e ecologia, que deve ser ajustado numa correlação de valores em que o máximo econômico reflita, igualmente, o máximo ecológico. Opta-se pelo estudo da governança global e do desenvolvimento sustentável à luz do direito transnacional para a sustentabilidade global. A modernidade indica nova forma de olhar a questão ambiental, já que o consumo desenfreado dos recursos do meio ambiente, para uso e deleite da sociedade moderna e globalizada, põe em risco a própria existência. O Direito Transnacional seria matizado pela necessidade da emergência de novos espaços públicos que tornariam concretas e efetivas as estratégias transnacionais de governança, regulação e intervenção e que resultariam em proteção a direitos transnacionais, baseados em pauta axiológica comum, em especial os difusos. A pesquisa será desenvolvida sob o enfoque crítico-dialético, pelo método hipotético-dedutivo. Adotar-se-á a pesquisa jurídico-teórica com abordagem qualitativa. Para subsidiar a análise proposta para elaboração da tese, tomar-se-ão como base dados históricos, bibliográficos e estatísticos; informações, pesquisas e material cartográfico; arquivos oficiais e particulares; registros em geral; obras acadêmicas e literárias; coleta de dados secundários, pautada na legislação, na doutrina e na jurisprudência (inter)nacional relativas ao tema.

Palavras-Chave: Governança. Desenvolvimento sustentável. Direito transnacional.

O ATIVISMO JUDICIAL IMPLEMENTADO PELO STF NO PERÍODO DE 2008 A 2018: ANÁLISE DA SUA OCORRÊNCIA, NECESSIDADE E INEVITABILIDADE

Kátia Silene Sarturi – UniCEUB, doutoranda em Direito
katia.sarturi@gmail.com
Inocêncio Mártires Coelho – UniCEUB, professor orientador
inocencio.coelho@ceub.edu.br

O tema *Ativismo judicial no Brasil* começou a ganhar força a partir da Constituição Federal de 1988. Há quem se posicione contrariamente e quem entenda que é um fenômeno natural e necessário de criação judicial de direito. Mas, seja em um ou outro sentido, devem ser listados os critérios objetivos com base nas possibilidades de interpretação, o que se pode entender como uma decisão que cria, judicialmente, o direito ou que não cria na medida em que decisões judiciais sempre ocorreram. Além disso, o termo *ativismo* é recente; mais ainda, o termo *criação judicial de direito*. Após a definição de *ativismo judicial* e dos critérios de sua implementação, a análise das súmulas vinculantes, das súmulas e das ações de inconstitucionalidade do STF editadas de 2008 a 2018 revelarão e a existência ou não de decisões ativistas ou criadoras do direito, permitindo ponderar a necessidade e a inevitabilidade, ou não, do ativismo judicial ou da criação de direito.

Palavras-Chave: Ativismo. Criação judicial. STF. Jurisprudência.

CARTOGRAFIAS DA ABOLIÇÃO: ESTRATÉGIAS PÓS-METAFÍSICAS DE REDESCRIÇÃO DISCURSIVA DO ABOLICIONISMO PENAL

Lucas Nogueira do Rêgo Monteiro Villa Lages – UniCEUB, doutorando em Direito
lucasvilla@globo.com
Bruno Amaral Machado – UniCEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

A presente tese tem por objetivo compreender o que levou o abolicionismo penal a perder espaço no discurso acadêmico e quais as condições e as estratégias para o possível ressurgimento, reempoderamento e atualização de seu discurso, para além das utopias estéreis. O discurso científico do abolicionismo penal mostra-se esgotado e incapaz de superar as barreiras ideológicas que lhe foram impostas. Neste sentido, é preciso promover uma reaproximação da criminologia com a filosofia, abandonada desde o advento do paradigma positivista. A criminologia não teve oportunidade de dialogar, suficientemente, com as filosofias pós-metafísicas. É assim que se propõem quatro ferramentas de filosofia pós-metafísica para promoção de uma releitura do abolicionismo penal: o pensamento fraco, de Gianni Vattimo; a desconstrução, de Jacques Derrida; o pragmatismo, nos moldes propostos por Richard Rorty; o conceito de *hegemonia*, como sustentado por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. O trabalho, então, dedica-se à cartografia dos discursos científicos da criminologia e, mais especificamente, de um mapeamento do discurso abolicionista e de seu esgotamento. Procura-se demonstrar a possibilidade e a necessidade de reaproximação entre criminologia e filosofia, apresentando as quatro ferramentas de filosofia pós-metafísica mencionadas, e como, por meio delas, torna-se possível a redescrição e a atualização do discurso abolicionista, reempoderando-o e recuperando seu potencial transformador. Além disso, trata-se do abolicionismo penal como heterotopia, apresentando microestratégias pontuais de política criminal capazes de, a partir da perspectiva pós-metafísica do abolicionismo, promover verdadeiras transformações sociais para além das fantasias utópicas.

Palavras-Chave: Abolicionismo penal. Filosofia pós-metafísica. Desconstrução. Pragmatismo. Hegemonia.

DIREITOS HUMANOS E DESENRAIZAMENTO DE PESSOAS: OS DESLOCADOS INTERNOS E O DESASTRE DA SAMARCO

Luciana Laura Carvalho Costa Dias – UniCEUB, doutoranda em Direito
lulaura.costa@gmail.com
Daniel Amin Ferraz – UniCEUB, professor orientador
daniel.amin@ceub.edu.br

Sob a metodologia de estudo de caso, a tese enfoca os deslocados internos gerados pela ruptura da barragem de Fundão, localizada no subdistrito de Bento Rodrigues, distante 35 km do centro do município de Mariana, Minas Gerais. As vítimas sobreviventes do desastre perderam suas casas, que tiveram de abandonar e aonde desejam retornar. Depois de analisar o contexto factual em que ocorreu o desastre, enfrentam-se as possíveis causas e as terríveis consequências socioeconômicas. As questões ligadas ao preconceito sofrido pelos atingidos pelo desastre na comunidade urbana de Mariana precedem a categorização das vítimas de acordo com critérios específicos estabelecidos pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos. As soluções jurídicas apresentadas, que buscam dar resposta jurídica aos afetados, são confrontadas neste trabalho, ao analisar-se a situação atual vivenciada pelas vítimas mais de dois anos após a ocorrência do desastre. Fica claro que a regulação interna brasileira é incipiente quando se trata de deslocamentos internos e dos reassentamentos involuntários, uma vez que os atos legislativos são pontuais e casuísticos. Nesse contexto, a abordagem internacional pode servir como ferramenta poderosa para defender e alcançar a proteção das populações civis afetadas. O trabalho tem como objetivo examinar a ruptura da barragem de rejeitos de minério a partir do olhar dos vários desabrigados e deslocados resultantes da tragédia.

Palavras-Chave: Direitos humanos. Deslocados internos. Samarco.

A PERSECUÇÃO PENAL DO TRÁFICO INTERNACIONAL DE SERES HUMANOS: UMA ANÁLISE ORGANIZACIONAL SISTÊMICA

Luciano Ferreira Dornelas – UniCEUB, doutorando em Direito
luciano.dornelas@gmail.com
Bruno Amaral Machado – UniCEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

O tráfico de pessoas despertou a atenção da comunidade internacional a partir do século XXI. Entretanto, foi com a ratificação da Convenção de Palermo e seus três Protocolos Adicionais que vários países, principalmente aqueles de destino das vítimas, conseguiram adeptos para a luta e um tratado como forma de pressionar os países de origem das vítimas à adoção de políticas públicas, visando obstruir o crime. Este trabalho põe em relevo a motivação de fundo dos países receptores dessas vítimas, em geral, Estados movidos por pretensões internas que não a defesa dos direitos humanos das vítimas, relegada a segundo plano. A tese tem como objetivo geral a análise das organizações sociais no processo de persecução criminal encarregado na luta contra o tráfico internacional de pessoas, mediante a análise do fluxo de justiça do sistema criminal, em pesquisa exploratória, descritiva, quantitativa e qualitativa de dados, em que se busca, paralelamente, definir o perfil da vítima do tráfico internacional de pessoas, como um dos objetivos específicos. Analisam-se dados colhidos em pesquisa de campo iniciada no ano de 2016 e finalizada em 2018, abrangendo o histórico e a produção de decisões sobre o tráfico de pessoas no período de 2004 a 2015 e suas respectivas ações que tramitaram na Justiça Federal. Para tanto, a tese analisa as disparidades nas ações penais, se comparadas entre si, além de divergências entre as cinco Cortes federais estudadas, sem perder de vista a teoria sistêmica aplicada. O tratamento desses dados quantitativos forneceu ao pesquisador a escolha das seções judiciárias que se mostravam mais relevantes do ponto de vista de conveniência e interesse para o deslocamento até as Varas, para manuseio do procedimento físico e a colheita de dados, visando à elaboração de nova análise estatística, a fim de responder ao problema da tese sobre como ocorre a persecução penal nos processos por tráfico internacional de pessoas. Para desenvolver as idéias, trabalha-se com a teoria dos sistemas de comunicação dos instrumentos, propostos pelo alemão Niklas Luhmann, jurista e sociólogo do Direito.

Palavras-Chave: Criminologia. Análise organizacional. Tráfico de pessoas.

AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS COMO INDUTORAS DO DESENVOLVIMENTO: A BAIXA EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO AO CRÉDITO DESTINADO ÀS MPE

Luciano Monti Favaro – UniCEUB, doutorando em Direito
lucianofav83@yahoo.com.br
Héctor Valverde Santana – UniCEUB, professor orientador
hector.santana@ceub.edu.br

É inconteste a importância que as micro e pequenas empresas - MPE têm no contexto econômico-social dos países. O grande número dessas empresas faz que tenham participação relevante no Produto Interno Bruto, além de ser responsáveis por gerar número expressivo de empregos. Por essas razões, são reconhecidas como o motor para o crescimento da economia e indutoras do desenvolvimento regional, mormente em épocas de crise. No Brasil, o legislador constituinte de 1988 reconheceu a importância das MPE e estabeleceu, ao tratar da ordem econômica, o princípio do tratamento favorecido às pequenas e microempresas. Esse princípio assegura-lhes discriminação positiva — na visão aristotélica do princípio da isonomia de garantir tratamento igual aos iguais e desigual aos desiguais — não extensível às demais empresas. Nos termos da Constituição Federal, a discriminação positiva pode recair sobre as obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícia. Em razão disso, tem-se verificado a criação de políticas públicas que buscam a simplificação, a redução ou a eliminação dessas obrigações. Ocorre que essas políticas não têm sido suficientes para eliminar os entraves burocráticos enfrentados pelas MPE quando buscam acesso ao crédito. Pesquisa recente elaborada pelo SEBRAE indica que 82% dos pequenos empreendedores que tentaram obter acesso ao crédito junto a uma instituição financeira confrontaram-se com alguma burocracia ou alta taxa de juros, que inviabilizou a obtenção do financiamento. Diante desse fato, decorre o problema a ser enfrentado na presente pesquisa de avaliar quais são as políticas públicas brasileiras de facilitação de acesso ao crédito destinado a esses empreendedores e se essas políticas se mostram efetivas no cumprimento do desiderato constitucional do trato favorecido. A hipótese levantada é que as políticas públicas destinadas à facilitação de acesso ao crédito às MPE não se mostram efetivas em razão dos entraves burocráticos não superados pela legislação atual. Do estudo decorre que a maioria dessas políticas se destinam à tributação, ficando em segundo plano as que tratam de facilitação do acesso ao crédito. Um entrave verificado é a ausência, em alguns casos, de regulamentação de institutos que poderiam contribuir para essa facilitação, como é o caso do Sistema Nacional de Garantias de Crédito, cuja previsão se deu por ocasião da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, mas que, até o momento, não foi regulamentado. A destinação de pouco recurso financeiro ao financiamento dos pequenos empreendimentos, conforme se extrai da análise de dados do Orçamento da União, é outro grande problema enfrentado pelas MPE. Subvenções que, antes, eram mantidas pelo governo federal foram recentemente retiradas do orçamento, sob o argumento de que o novo modelo destinará mais recurso a elas, mas não é o que se verifica. Além disso, a recente possibilidade de aporte de capital nas microempresas e nas empresas de pequeno porte, por meio dos investidores-anjos já demonstra entraves em razão da regulamentação da Receita Federal em tributar o rendimento obtido pelo investidor. De igual modo, a política de microcrédito — que pode ser utilizada como um mecanismo de crédito inicial ao pequeno empreendedor informal — mostra-se não efetiva à medida que a oferta do crédito é restrita e de difícil acesso em regiões mais distantes do país. Diante desses dados, corrobora-se a hipótese de pesquisa, propondo-se a adequação dessas políticas. Recentes propostas da União Europeia para financiamento das MPE, decorrente do Programa para a Competitividade de Pequenas e Médias Empresas Europeias, podem servir de paradigma para superação desses entraves. Concernente à metodologia, utiliza-se a descritiva bibliográfica, ressaltando-se o uso do raciocínio dedutivo. A pesquisa serve-se da literatura direta ou transversal, de dados orçamentários, legislativos e das jurisprudências nacionais e estrangeiras.

Palavras-Chave: Pequenas e microempresas. Políticas públicas. Acesso ao crédito. Baixa efetividade.

DANO MORAL E MERO ABORRECIMENTO: A INSEGURANÇA JURÍDICA EM RAZÃO DA DISCRICIONARIEDADE PARA CONFIGURAÇÃO NAS INDENIZAÇÕES EM RELAÇÕES CONSUMERISTAS

Marcel Carlos Lopes Félix – UniCEUB, doutorando em Direito
marcel-felix@uol.com.br
Héctor Valverde Santana – UniCEUB, professor orientador
hector.santana@ceub.edu.br

O tema que ora se propõe para estudo é o dano moral com ênfase no mero aborrecimento como fundamento para improcedência de ações de indenização por dano moral decorrentes de relação de consumo, haja vista que esse argumento tem sido utilizado, indiscriminadamente, no Brasil, como justificativa para a negativa de ações indenizatórias por danos morais provenientes de relação consumerista. O recorte espacial dá-se, especificamente, com o levantamento de dados (decisões) perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF), por serem os órgãos jurisdicionais superiores que mais têm utilizado tal temática. O recorte temporal estabelecido levará em conta as decisões dos últimos 5 anos, com o objetivo de tentar identificar o posicionamento dos referidos órgãos sobre o tema da forma que fora delimitado. Serão analisadas todas as decisões interlocutórias, sentenças ou acórdãos que contenham o termo “mero aborrecimento”, por meio de pesquisa jurisprudencial, no *site* do STJ e no do STF. Assim, buscar-se-á identificar e estabelecer critérios mínimos para que o Poder Judiciário possa proporcionar maior segurança jurídica tanto para o consumidor quanto para o fornecedor. O problema da pesquisa inicia-se com a necessidade de compreender-se como o Poder Judiciário passou a utilizar o mero aborrecimento como fundamento para julgar improcedentes as ações de danos morais em relação de consumo. Questiona-se, também, quais seriam os requisitos, as características e os pressupostos para utilização do mero aborrecimento como justificativa para negativa de ações de indenização por danos morais, decorrentes de relações consumeristas. Se existente suposta tese do mero aborrecimento, então questiona-se se esta foi adotada pelo Poder Judiciário brasileiro por meio da análise de decisões do STJ e do STF.

Palavras-Chave: Dano moral. Mero aborrecimento. Relações consumeristas.

A COISA JULGADA E A LITISPENDÊNCIA NA ARBITRAGEM DE INVESTIMENTOS

Marcelo Simões dos Reis – UniCEUB, doutorando em Direito
marcelo.reis@sempreceub.com
Gustavo Ribeiro – UniCEUB, professor orientador
gustavo.ribeiro@ceub.edu.br

Entre os princípios essenciais para a garantia da estabilidade dos sistemas processuais, encontram-se a coisa julgada e a litispendência, que merecem preocupação particular no direito internacional. Diversamente do que ocorre nos sistemas nacionais, a proliferação de instrumentos jurídicos relacionados a temas globais tende a causar a sobreposição de jurisdição sem um método preciso para superar potenciais conflitos de competência. Além de tratados internacionais, as relações transnacionais são reguladas por contratos e leis nacionais. Agregue-se a isso o conjunto de entidades arbitrais e tribunais instituídos ou reconhecidos por diferentes acordos, o que faz aumentar a probabilidade de decisões conflitantes. A inexistência de uma estrutura judicial planejada e coordenada em nível multilateral representa um desafio para a segurança jurídica no que tange à consistência das decisões tomadas em cortes cujo substrato material é o direito internacional. O problema agrava-se diante do crescente número de cortes e tribunais internacionais. Em regra, não há relação de hierarquia entre cortes internacionais e entidades centralizadas que resolvam a questão decorrente da autodeclaração simultânea de competência por duas ou mais autoridades colegiadas ou não. No campo do investimento transnacional, o fenômeno de procedimentos paralelos sobressai já que existem milhares de acordos bilaterais e plurilaterais com vistas à proteção de investidores estrangeiros. Além desses instrumentos clássicos, contratos de investimento firmados entre Estado e empresário e leis nacionais que autorizam a arbitragem internacional aumentam, consideravelmente, o risco de procedimentos paralelos em torno da mesma questão. Sob outro aspecto, o mecanismo de solução de disputas do tipo investidor-Estado favorece a prática do *forum shopping*, tendo em vista que o requerente da ação pode assumir diferentes nacionalidades a partir de reestruturação societária. Por esse prisma, o mesmo investidor tem legitimidade aparente para adjudicar a mesma causa, revestido de diferentes identidades corporativas. Em vista dessas características, o campo da arbitragem de investimentos oferece uma quantidade razoável de laudos em que os árbitros deparam com exceções de defesa baseadas em coisa julgada ou litispendência. A pesquisa tenciona avaliar como esses argumentos são considerados pelos julgadores diante dos requisitos de identidade entre as disputas paralelas, quais sejam, mesmas partes, mesma causa de pedir e mesmo objeto. Busca-se determinar se há inclinação para um exame rigorosamente formal em que qualquer diferença entre os requisitos conduz à negação dos efeitos da coisa julgada ou da litispendência. Em levantamento parcial, já foram identificados cerca de vinte casos sobre a questão do paralelismo de procedimentos. No ponto atual da investigação, as soluções apresentadas por laudo arbitral são examinadas, mas casos bastante comentados tendem a indicar propensão a não reconhecer a coisa julgada ou a litispendência com base em uma análise de conteúdo. A princípio, a hipótese lançada é a de que a identidade material entre os elementos característicos de uma ação pouco influencia a decisão dos árbitros, que preferem a forma à substância.

Palavras-Chave: Arbitragem de investimentos. Coisa julgada. Litispendência.

A POLÍTICA PÚBLICA DE REDUÇÃO DE LITIGIOSIDADE E O ESTÍMULO À CONSENSUALIDADE COMO PAUTA DO ESTADO

Marcílio da Silva Ferreira Filho – UniCEUB, doutorando em Direito
marciliosff@gmail.com
Patrícia Perrrone Campos Mello – UniCEUB, professora orientador
patrícia.mello@ceub.edu.br

A presente tese de doutoramento tem como objeto analisar se a criação de estruturas administrativas e normativas voltadas à redução de litigiosidade e consensualidade administrativa *stricto sensu* ensejam o aumento e incentivam a prática consensual no âmbito da Administração Pública ou se as medidas de estímulo devem levar em consideração instrumentos mais efetivos de mudança do comportamento dos agentes públicos. Nesse sentido, a problemática insere-se em um contexto nacional e internacional que tem como pauta a diminuição da litigiosidade e o fomento à consensualidade *stricto sensu* para além das relações privadas, somada à diminuição de litigiosidade. Assim, pretende-se verificar os motivos pelos quais, a despeito das alterações normativas efetivadas nos últimos anos para fomentar as transações administrativas, a realização de acordos pelo Estado continua bastante limitada e os números apresentados na gestão de processos judiciais ainda apontam para alta litigiosidade da Administração Pública. Metodologicamente, será formulada de início uma avaliação bibliográfica dos pressupostos teóricos da consensualidade, partindo, em seguida, para uma análise dos parâmetros utilizados por Estados estrangeiros na limitação à realização de acordos administrativos e os seus respectivos instrumentos de fomento a essa prática. Em seguida, serão avaliados dados obtidos quanto à realização de acordos em estruturas administrativas nacionais em que tal prática é expressamente autorizada, a fim de avaliar o panorama nacional no campo da consensualidade administrativa. Em seguida, apresenta-se um projeto, a ser realizado no ano de 2018 e 2019, por meio do qual serão testadas cinco medidas de estímulo à redução de litigiosidade e incentivo à consensualidade no âmbito da Procuradoria-Geral do estado de Goiás, a fim de verificar, mediante monitoramento e avaliação de resultados, se tais medidas apresentam um aumento na quantidade de acordos realizados e na satisfação dos usuários envolvidos. Com isso, verifica-se a validade da hipótese lançada no início do trabalho e avalia-se se a criação de estruturas administrativas e alterações normativas é suficiente para elaborar uma política pública consensual ou se devem ser agregadas técnicas específicas comportamentais para incentivo da cultura consensual no âmbito do Estado.

Palavras-Chave: Transações administrativas. Litigiosidade. Consensualidade. Interesse público. Indisponibilidade.

A DEMOCRACIA, O ABUSO DE PODER E O PRINCÍPIO DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES NA COMPETIÇÃO ELEITORAL EM FACE DA (IN)EXISTÊNCIA DE PADRÕES DE DECISÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL BRASILEIRA

Margarete de Castro Coelho– UniCEUB, doutoranda em Direito
margaretecoelho@uol.com.br
Carlos BastideHorbach– UniCEUB, professor orientador
carlos.horbach@ceub.edu.br

A presente tese busca analisar a atuação da Justiça Eleitoral brasileira quando interpreta e aplica as normas constitucionais eleitorais, especialmente nas ações que tenham por causa impedir o abuso do poder, nomeadamente, quanto à adoção de um padrão de decisão apto a contribuir com o fortalecimento da democracia ou se, contrariamente, a sua atuação tem ensejado insegurança jurídica e (des)necessários abalos às estruturas que arrimam o Estado Democrático de Direito. A partir da conjugação dos critérios metodológicos de revisão bibliográfica histórico-estrutural e de pesquisa jurisprudencial, este estudo apresenta o abuso de poder como inimigo íntimo da democracia, que se constrói e transmuta-se, em suas inúmeras facetas, ladeado à própria estrutura democrática. Para tanto, examina-se como os meios de controle eleitorais atuam sob a estrutura democrática e qual o seu impacto em elementos essenciais à própria democracia, tais como eleições livres, soberania popular, alternância dos líderes, partidos nos espaços de decisão e liberdade de concorrência. Uma formulação teórica derradeira a respeito da temática em análise exige a compreensão dos modos como o abuso de poder se manifesta, podendo ter cunho político, econômico, religioso, cultural, midiático e religioso, e como ocorre a formação de um grupo de expectadores eleitores em torno de sua existência. Nesse ponto, os partidos políticos como protagonistas da democracia institucional brasileira tornam premente a discussão a respeito da democracia como forma de concretização e maximização do acesso à competição eleitoral. Além disso, exploram-se as formulações jurídicas a respeito dos parâmetros teóricos para decretação de abuso de poder: razoabilidade, proporcionalidade e gravidade da conduta, por exemplo. A análise do abuso de poder enquanto categoria *justeórica* demanda o conhecimento a respeito dos mecanismos para garantia da autenticidade do sufrágio, ao passo em que se busca, nos pleitos eleitorais, a maximização da igualdade de oportunidades para disputa. O arremate do tema prevê uma abordagem acurada a respeito das dimensões da igualdade de oportunidades, seja em relação ao que conduz ao desequilíbrio indevido na disputa, seja em relação às medidas de compensação para equalizar as distintas situações entre candidatos. Esses elementos, unidos em mesmo espectro, confluem para o fechamento da tese, em que serão analisados os argumentos e os critérios de interpretação jurídica realizada pelo Tribunal Superior Eleitoral nos casos de abuso de poder nas eleições de 2006, 2010 e 2014, a fim de que seja identificado um padrão de (in)decisão que possibilite novas e futuras contribuições para a doutrina eleitoralista.

Palavras-Chave: Democracia. Abuso de poder. Eleições no Brasil.

ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Mariana Rezende Maranhão da Costa – UniCEUB, doutoranda em Direito
marianarmaranhao@gmail.com
Ivo Teixeira Gico Júnior – UniCEUB, professor orientador
ivo.junior@ceub.edu.br

Pretende-se realizar uma análise econômica do Direito Previdenciário no Brasil, dando destaque à sistemática adotada para concessão dos benefícios previdenciários previstos na Lei 8.213/91, concedidos pelo Regime Geral de Previdência Social, em comparação ao benefício assistencial, denominado de Benefício de Prestação Continuada – BPC, da Lei 8.742/93, mais conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Assim, analisando a previdência e a assistência, que são dois dos três ramos de atuação da Seguridade Social garantida pela Constituição Federal de 1988, pretende-se demonstrar e comprovar que o modelo assistencial brasileiro, atualmente, apresenta vantagens e incentivos que desestimulam o segurado a contribuir com o Regime Geral de Previdência Social. Entre as vantagens do modelo assistencialista brasileiro, examina-se a influência do Judiciário e sua jurisprudência que flexibilizou os critérios do artigo 20 da LOAS para a concessão do BPC ao longo dos 25 anos e as consequências jurídicas, inclusive, quanto ao orçamento da seguridade social. Há escritos dois artigos para avaliação nas disciplinas ministradas pelo professor orientador. Faz-se a coleta de dados oficiais dos BPC pagos desde 1993, e estrutura-se o sumário da tese. A qualificação deve ocorrer em 2020, e a possível data de defesa será no primeiro semestre de 2021.

Palavras-Chave: Direito Previdenciário. Análise econômica. Benefício assistencial. Flexibilização de critérios. Judiciário.

FORMAS ALTERNATIVAS DE CONTROLE E REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL NO BRASIL: A OBRIGATORIEDADE DO SEGURO AMBIENTAL

Marília Martins Soares de Andrade – UniCEUB, doutoranda em Direito
mariliapiaui@yahoo.com.br
Alice Rocha da Silva – UniCEUB, professora orientadora
alice.silva@ceub.edu.br

O tratamento legal previsto no ordenamento brasileiro para reparação de danos civis ao meio ambiente e a terceiros é ineficaz, impondo a necessidade de um seguro ambiental obrigatório a cargo do empreendedor. Pode-se afirmar que a necessidade desse tipo de intervenção se encontra patente, ao constatar-se a ineficácia das políticas de reparação vigentes, baseadas no binômio *prevenção* e *repressão*. Além disso, a legislação ambiental brasileira prevê esse instrumento econômico, mas não lhe empresta regulamentação nem coercibilidade. O objetivo é verificar a possibilidade de implementação de um seguro ambiental obrigatório mediante a revisão normativa e bibliográfica e de um estudo de caso. Para tanto, faz-se uma incursão no contexto legislativo, acerca da matéria e de seus instrumentos de aplicabilidade. Em seguida, parte-se de um estudo de caso para ilustrar um quadro de impunidade que requer outras formas de controle e reparação. Por último, analisam-se as possibilidades e os entraves da exigência de um seguro ambiental obrigatório. Conclui-se que persiste a necessidade de estudos acerca da obrigatoriedade do seguro ambiental, mecanismo que pode mostrar-se viável se mesclado a novas formas de intervenção, fundadas na economia comportamental e de estímulos.

Palavras-Chave: Danos ambientais. Barragem Algodões. Seguro ambiental obrigatório.

DIREITO ECONÔMICO, TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ARRANJOS INSTITUCIONAIS: O EXITOSO CASO CHINÊS NO CONTEXTO DA PÓS-GLOBALIZAÇÃO

Mauricio Muriack de Fernandes e Peixoto – UniCEUB, doutorando em Direito
mauricio.peixoto@agu.gov.br
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – UniCEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

O objeto do presente trabalho é buscar compreender, a partir da metodologia de pesquisa bibliográfica, as peculiaridades e as razões que garantiram a sustentabilidade e o êxito do modelo chinês de desenvolvimento antes e depois da crise de 2008. Preenche-se a lacuna científica a respeito do impacto e das consequências sistêmicas das recentes alterações na estratégia de desenvolvimento chinês adotadas, em caminho bastante diverso do modelo do Ocidente, para lidar com a nova realidade política, econômica e social após a crise, que trouxe consigo o movimento de desglobalização e a transição rumo ao mundo pós-globalizado, no qual o modelo chinês apresenta a eficácia de novas soluções que quebram paradigmas do pensamento hegemônico, notadamente, no que tange ao uso intensivo de instrumento de intervenção estatal cuja aplicação há logrado melhores resultados do que o modelo ocidental desregulamentado e minimalista de atuação estatal. O híbrido modelo chinês de desenvolvimento propiciou à China transformar-se rapidamente, desde as reformas de Deng Xiaoping, no final dos anos 1970, até a segunda década do século XXI. O país era uma nação fechada em si mesma, essencialmente rural, focalizada em produção de bens primários e transformou-se em uma potência global integrada, a segunda economia do mundo, com as melhores perspectivas possíveis, enquanto as nações ocidentalizadas patinam em uma estagnação econômica e em um retrocesso político-civilizatório que já ultrapassa uma década, desde a crise de 2008. Tal sucesso é especialmente significativo, porque a China soube atravessar o deserto da crise financeira e dos movimentos de desglobalização que a sucederam de forma desconcertante e sábia, alterando sua estratégia de desenvolvimento, que, antes, estava voltada para o comércio exterior e para os investimentos, passando a dar prioridade a políticas públicas voltadas para o seu mercado interno, estimulando o consumo doméstico e o fortalecimento do seu setor de serviços, ampliando gastos sociais e garantias trabalhistas e combatendo as desigualdades de renda e regionais, medidas completamente diferentes das adotadas pela maioria dos países após a crise, que deixou, no seu rastro de destruição, Estados de bem-estar soçobrados e soberanias estatais fragmentadas com populações e sociedades civis à mercê de forças transnacionais poderosas que promovem, apenas, seus próprios interesses. Compreender a China é tentar desatar o enigma da prosperidade no século XXI, é procurar afastar mitos equivocados e visões dogmatizantes, é estar aberto a aceitar a eficácia de instrumentos e políticas inusitadas que elevaram, celeremente, o país a um patamar de desenvolvimento e prosperidade civilizatória, restaurando o *status quo* que vivenciou durante séculos: o de ser um país de abundante riqueza, gigante e pacífico. Assim, examina-se até que ponto a China seguiu na contramão do mundo, por que foi tão vitoriosa em sua trajetória singular e inspiradora e quais foram as suas principais contribuições em busca de obter a concretização do direito ao desenvolvimento.

Palavras-Chave: China. Direito ao desenvolvimento. Pós-Crise de 2008 e pós-globalização. Caminhos da prosperidade.

A ARTICULAÇÃO ENTRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NA PREVENÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

Michelle Lucas Cardoso Balbino – UniCEUB, doutoranda em Direito
michellebalbino@hotmail.com
Nitish Monebhurrun – UniCEUB, professor orientador
nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

Os impactos socioambientais representam grande desafio a empresas, Estados e sociedade, principalmente, após a globalização. A preocupação com o meio ambiente influenciou, ao longo dos anos, a elaboração de normas ambientais, desenvolvidas em nível local, regional, internacional e transnacional, atribuídas não somente aos Estados, mas também às empresas, as quais estão incluídas no rol de atores na prevenção de impactos socioambientais, por estarem diretamente envolvidas com a sua formação. A atuação das empresas está vinculada à preocupação com a sua responsabilidade ética e social, chamada de *Responsabilidade Social Corporativa* (RSC), considerada um processo de autorregulação relacionado às obrigações de informação e transparência empresariais, tendo como requisito garantir a confiança da empresa diante de acionistas e investidores. Porém, a atuação da RSC, no formato e no modo como é aplicada, não tem efetivação, pois as organizações não são obrigadas a obedecer aos códigos de ética. Portanto, a inquietação da presente tese tem origem na capacidade das partes interessadas (ou *stakeholders*), mediante a participação social, de atuar e influenciar as decisões empresariais, implementando a RSC e contribuindo para a prevenção de impactos socioambientais. Diante do exposto, questiona-se se a participação social exerce função na construção jurídica da RSC para a prevenção de impactos socioambientais. Para tanto, utilizou-se como procedimento metodológico a abordagem qualitativa com um de estudo normativo-jurídico, a partir da análise de princípios, normas, temas centrais e diretrizes que se correlacionam ao tema RSC em nível nacional e internacional. A participação social é um mecanismo da construção jurídica da RSC para a efetivação do princípio da prevenção de impactos socioambientais. Essa função permite, mesmo indiretamente, a efetivação do princípio da prevenção de impactos socioambientais pelas empresas, ainda que, no seu exercício, existam limites, o que determina a existência de um método de superação de limites da participação social. A presente tese justifica-se pela necessidade de definição de critérios objetivos com maior impacto na atuação da RSC para a prevenção de impactos socioambientais, além da existência de casos concretos que comprovam a articulação entre a participação social e a RSC, mediante a garantia da voz das partes interessadas nas tomadas de decisões empresariais, para a prevenção de impactos socioambientais. Inclusive, existe o reconhecimento pelos julgados de que as garantias de acesso às informações pelas leis proporcionam maior engajamento e participação mais ativa no processo de consulta pública.

Palavras-Chave: Responsabilidade social corporativa. Participação social. Impactos socioambientais.

OS IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA SUBTRAÇÃO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Natalia Camba Martins – UniCEUB, doutoranda em Direito
natycmartins@hotmail.com
Marcelo Dias Varella – UniCEUB, professor orientador
marcelo.varella@ceub.edu.br

A partir da aplicação da moldura hermenêutica, contida na Convenção de Viena, sobre Direito dos Tratados, pretende-se averiguar se a exceção de grave risco incluída na Convenção da Haia, de 1980, sobre os Aspectos Civis da Subtração Internacional de Crianças e Adolescentes (CH80) mostra-se adequada em contextos familiares que incluem a ocorrência de violência doméstica. Para isso, apresentam-se os principais instrumentos internacionais voltados à proteção da infância e de mulheres, elaborados no âmbito do Direito Internacional Público e Privado, propondo-se classificação de tais documentos sob o viés de sua densidade normativa. Em seguida, debruça-se sobre os temas do equilíbrio necessário entre a proteção à infância, as novas formas de paternidade e a violência contra a mulher fundada no gênero. Por fim, volta-se à aplicação da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados como ferramenta interpretativa da exceção de grave risco da CH80, buscando averiguar o nível de consenso multilateral alcançado, até o momento, por seus Estados-Parte, quanto aos impactos da violência doméstica na prevenção e no combate à subtração internacional de crianças e adolescentes.

Palavras-Chave: Subtração internacional. Direito Internacional Privado. Violência doméstica.

ATUAÇÃO EM REDE DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE COMO FORMA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO: INOPONIBILIDADE DE SIGILO DE DADOS ENTRE AS INSTITUIÇÕES

Octahydes Ballan Junior – UniCEUB, doutorando em Direito
ballanjr@uol.com.br
Antonio Henrique Graciano Suxberger – UniCEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

O crime organizado, a corrupção e a lavagem de dinheiro são problemas que afligem países em todo o mundo e são objetos de convenções internacionais que buscam a sua prevenção e repressão. A cooptação do Estado pela corrupção não é algo restrito ao Brasil e tem alto potencial lesivo. Para enfrentar essa criminalidade, o Estado é obrigado a lançar mão de medidas invasivas, como interceptação telefônica e quebra de sigilos bancário, fiscal, telefônico, telemático e de dados em geral. A ameaça social que esses crimes representam, a exigir rápido acesso a informação e pronta resposta do sistema penal, contrasta com as garantias fundamentais que protegem a intimidade. A questão é complexa, e a Lei Complementar nº 105/2001 contém dispositivos que recomendam um estudo aprofundado do tema. Se a quebra indevida de sigilo é crime, também o é a omissão, o retardamento injustificado ou a prestação falsa das informações requeridas nos termos da mencionada lei. O Código Tributário Nacional, com a redação dada pela Lei Complementar nº 104/2001, prevê, no artigo 198, § 1º, I e II, que a Fazenda Pública e seus servidores não precisam guardar sigilo de informações obtidas em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades, quando houver requisição de autoridade judiciária no interesse da justiça ou se for caso de solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, comprovada a instauração regular de processo administrativo no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa. O Plenário do Supremo Tribunal Federal firmou orientação segundo a qual o Ministério Público tem legitimidade para, diretamente, requisitar informações e documentos bancários, objetivando instruir seus procedimentos quando se tratar de recursos públicos. A Lei Complementar nº 75/936 dispõe que nenhuma autoridade poderá opor ao Ministério Público, sob qualquer pretexto, a exceção de sigilo sem prejuízo da subsistência do caráter sigiloso da informação, do registro, do dado ou do documento que lhe seja fornecido. Ao julgar o RE nº 601.314/SP, em repercussão geral, foi firmada a tese segundo a qual o artigo 6º da Lei Complementar 105/01 não ofende o direito ao sigilo bancário, pois realiza a igualdade em relação aos cidadãos, por meio do princípio da capacidade contributiva e estabelece requisitos objetivos e o translado do dever de sigilo da esfera bancária para a fiscal. A hipótese, então, é que a atuação em rede dos órgãos de controle, como forma de prevenção e repressão ao crime organizado, à corrupção e à lavagem de dinheiro permite a circulação dos dados sem que isso represente violação de garantias fundamentais, propondo-se a inoponibilidade do sigilo a esses órgãos de controle dos elementos probatórios que demonstrem os próprios crimes.

Palavras-Chave: Órgãos de controle. Atuação em rede. Combate ao crime organizado, à corrupção e à lavagem de dinheiro.

AS SANÇÕES POLÍTICAS TRIBUTÁRIAS NO DIREITO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE CONCEITUAL E DE VALIDADE

Paulo Alves da Silva Paiva – UniCEUB, doutorando em Direito e Políticas Públicas
paspaiva@hotmail.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – UniCEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

Trata-se de análise conceitual e de validade das sanções políticas tributárias no direito brasileiro, concebidas como medidas restritivas a direitos ou formas alternativas de cobrança dos créditos públicos, visando induzir ou compelir os devedores ao cumprimento da obrigação tributária. A pesquisa é desenvolvida à luz da teoria geral do direito, abrangendo o direito constitucional, o tributário, o administrativo e o econômico. Parte-se dos fundamentos e dos limites do poder sancionador e da teoria do fato jurídico para identificar os elementos essenciais e os requisitos de validade das sanções políticas. Para a corrente majoritária, estas sanções são incompatíveis com a ordem jurídica brasileira, pois o Poder Público já dispõe da ação de execução fiscal como instrumento jurídico único de cobrança. Todavia, medidas dessa natureza são frequentemente introduzidas no Brasil, sendo muitas delas admitidas pelo Poder Judiciário com o discurso de que, sendo válidas, não configuram sanções políticas. Contrariando esse entendimento, defende-se, no presente trabalho, a tese de que, *a priori*, as sanções políticas não são incompatíveis com a ordem jurídica brasileira, salvo quando violam direitos fundamentais ou princípios constitucionais. Rejeita-se também a construção doutrinária e jurisprudencial que adota a validade como critério de definição das sanções políticas, assim qualificando as medidas que violam a ordem jurídica. Não parece adequado caracterizar uma sanção política pelo fato de ser inválida, pois a sua essência deve ser buscada no plano da existência dos fatos jurídicos e não no plano da validade. Essas medidas alternativas de cobrança não são apenas legítimas, mas também necessárias, em razão da falta de efetividade da execução fiscal como meio tradicional de cobrança. Assim como a sonegação fiscal, a inadimplência elevada é danosa às finanças estatais, pois compromete importantes políticas públicas. No plano empírico, a validade das sanções políticas é demonstrada pelas experiências exitosas, legitimadas pelas cortes judiciais brasileiras, como é o caso do protesto de certidões da dívida ativa.

Palavras-Chave: Poder sancionador. Intervenção estatal. Sanções políticas tributárias.

MESTRADO EM PSICOLOGIA

AS COMPREENSÕES DE PAIS SOBRE A CRISE DOS TRÊS ANOS E SUAS REPERCUSSÕES NA EDUCAÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA – UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Marianna Nascimento Santos – UniCEUB, mestranda em Psicologia
mariannanascto@gmail.com
Elizabeth Tunes – UniCEUB, professora orientadora
elizabeth.tunes@ceub.edu.br

O referido estudo exploratório propõe pesquisar as compreensões dos pais sobre a crise dos três anos vivenciada pelos filhos e as possíveis repercussões na educação e no desenvolvimento da criança. São apresentados princípios sobre o desenvolvimento psíquico da criança, perspectivas sobre a periodização da infância e considerações sobre períodos estáveis e críticos do desenvolvimento, fundamentados na Psicologia histórico-cultural de Vigotski e colaboradores, evidenciando o caráter relacional do desenvolvimento e suas articulações com a educação. Para que os objetivos fossem atingidos, entrevistaram-se duas mães de crianças de três anos. Os resultados e a discussão apresentam a complexidade do tema mediante categorias de análise definidas após as entrevistas. Infere-se que, apesar de descreverem, com clareza, as manifestações dos sintomas da crise, as entrevistadas desconhecem as possíveis causas e origens dessas características sintomáticas. Além disso, entende-se que as repercussões das compreensões dos pais acerca da crise na educação da criança não podem ser interpretadas de forma simplória, mas devem corresponder à complexidade e à singularidade do próprio desenvolvimento, sendo essas repercussões cheias de possibilidades e potencialidades para a educação. O trabalho cumpre o objetivo de explorar o campo e abrir caminhos para futuros estudos acerca do tema.

Palavras-Chave: Desenvolvimento infantil. Crises de desenvolvimento psíquico. Educação de crianças.

EFEITO DO TIPO DE PERGUNTA: ABERTA OU FECHADA NA CORRESPONDÊNCIA VERBAL EM UM JOGO DE CARTAS

Patrícia de Matos Demoly – UniCEUB, mestranda em Psicologia
patriciademoly@hotmail.com
Carlos Augusto de Medeiros – UniCEUB, professor orientador
carlos.medeiros@ceub.edu.br

A presente pesquisa tem o intuito de investigar a influência de perguntas abertas (PA) e fechadas (PF) sobre a correspondência verbal, em um jogo de cartas. Para tanto, participaram deste estudo seis estudantes universitários com idade entre 18 e 27 anos. O jogo foi realizado em seis partidas disputadas em duplas de oponentes, nas condições experimentais de pergunta aberta e fechada: três participantes jogaram, no primeiro dia, uma partida em PF e outra em PA; no segundo dia, uma partida em PA e outra em PF; no terceiro dia, uma partida em PF e outra em PA, nessa respectiva ordem, enquanto outros três participantes jogaram na ordem inversa. A cada rodada, houve uma carta trunfo, que deu a possibilidade de o jogador vencer a rodada, caso relatasse tê-la. Durante o jogo, os participantes deveriam relatar, em seu respectivo quadro branco, a resposta à pergunta feita pela pesquisadora, que diz respeito à carta trunfo. A pergunta fechada foi, por exemplo, “vocês têm a carta trunfo número 2, verde, gato, tapete?”, e a pergunta aberta foi “qual é a carta de vocês?”. Houve a probabilidade de checagem de cartas, de 0,2, ou seja, foram quatro rodadas com checagem das 20 rodadas de cada partida do jogo. Dois participantes não apresentaram distorção de relato, e, de forma geral, os outros quatro participantes apresentaram maior frequência de distorção em condição experimental de PF do que em PA, corroborando os resultados da literatura.

Palavras-Chave: Comportamento verbal. Correspondência verbal. Perguntas abertas. Perguntas fechadas. Jogo de cartas.

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIC 2017/2018

A ARTE RUPESTRE DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO PEDRA ESCRITA E SUA RELAÇÃO COM A PAISAGEM

Samanta de França Serrano – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
samanta.fr.serrano@gmail.com
Deusdedith Alves Rocha Júnior – UniCEUB, professor orientador
deusdedith.junior@ceub.edu.br

Este trabalho apresenta a importância do estudo arqueológico para o resgate da memória de homens e mulheres pré-históricos que passaram pelo Planalto Central, além de contribuir para maior compreensão de como ocorreram asprimeiras ocupações humanas na região. Na análise e no levantamento das pinturas rupestres presentes no sítio arqueológico Pedra Escrita, localizado nos arredores da Chapada dos Veadeiros, próximo ao povoado de São Jorge – GO, percebe-se o homem pré-histórico como parte de um conjunto com a paisagem. Também é possível ter entendimento sobre a forma como esse território influenciou o cotidiano dos grupos pré-históricos presentes naquele local, como eles interpretavam as dinâmicas territoriais e em qual contexto o sítio analisado está inserido. A metodologia consistiu em um levantamento fotográfico, no desenho digital das pinturas rupestres e em observações paisagísticas, segundo o georreferenciamento do sítio Pedra Escrita, a fim de perceber quais condições favoreceram a realização das pinturas. Com o resultado das análises do levantamento fotográfico, fez-se a classificação tipológica das pinturas rupestres para que se chegasse a uma datação aproximada. O sítio arqueológico Pedra Escrita contém 221 pinturas rupestres, que são predominantemente de tradição geométrica. Há também alguns antropomorfos e zoomorfos representados, e os desenhos estão majoritariamente nas cores vermelho, amarelo e preto. A maioria apresenta bom estado de conservação. A comparação das pinturas presentes no referido sítio com outras de outros locais, como os de Serranópolis e Caiapônia, da região do Planalto Central, foi necessária para determinar a datação dos grupos de homens pré-históricos que fizeram seus registros naquele local. Segundo estudos anteriores, usando o método de teste do carbono 14, pela similaridade das pinturas rupestres entre os sítios, conclui-se que, na localidade do sítio arqueológico Pedra Escrita, o homem viveu há 11 mil anos. Diante disso, o trabalho apresenta a importância da análise das pinturas rupestres para ampliar a grelha interpretativa, o que contribui para a realização de outras pesquisas sobre o comportamento e a evolução do homem pré-histórico. Por meio dessas análises, percebe-se que a escolha do paredão não foi ao acaso. Por estar no leito de um córrego intermitente, o Buritirana, trata-se de um lugar que gera segurança e garantia de alimento e água, pois, nos períodos de seca, o local mantém pequenos reservatórios. Destarte, o espaço em que o homem se insere está repleto de construções sociais e simbólicas, o que possibilita mais de uma interpretação das pinturas. Uma delas é a de função mitológica, o que mostra o paredão ser um local propício às manifestações artísticas do mundo religioso e metafísico do homem pré-histórico. Outra interpretação possível é a necessidade instintiva de marcar a territorialidade, o que representa uma forma de unidade cultural entre os grupos.

Palavras-Chave: Arte rupestre. Pedra Escrita. Homem pré-histórico. Paisagem.

A ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NO DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DO *BULLYING* ESCOLAR NA CAPITAL FEDERAL BRASILEIRA

Ana Cláudia Morais Salomão – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna bolsista
anaclaudiasalomao@sempreceub.com
Juliana Alves Xavier – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna voluntária
juliana.xavier@sempreceub.com
Julliane Messias Cordeiro Sampaio – UniCEUB, professora orientadora
julliane.sampaio @ceub.edu.br
Marta Angélica Iossi Silva – EERP/USP, colaborador
maiossi@eerp.usp.br

O *bullying* pode ser considerado um tipo de violência cujas ações podem causar danos graves aos envolvidos, enquanto vítimas ou agressores, ou de maneira indireta, como espectadores ou testemunhas. O objetivo desta investigação é avaliar a dinâmica do *bullying* nas regiões de ensino da capital federal brasileira, por meio de um diagnóstico situacional, mediante um questionário estruturado. Para tanto, foi realizada umaanálise descritivo-exploratória com 512 estudantes na faixa etária dos 10 aos 17 anos de idade, do 6º ao 9º ano do ensino médio de uma escola pública em cada região de ensino (RE) da capital federal brasileira. Das quatorze RE, onze permitiram a coleta de dados no período de fevereiro a abril de 2018. Constatou-se que o *bullying* é realidade em todas as escolas investigadas, eapontou-se um número elevado de vítimas entre os entrevistados (48,63%). Quanto ao sexo, houve prevalência maior tanto de vítimas quanto de agressores femininos (66,6% e 53,09%, respectivamente). “Pôr apelido” e ser “zoado” foram as manifestações mais relatadas tanto por vítimas quanto por agressores, e o local com maior incidência e prevalência dessas perpetrações foi a sala de aula. Os resultados apontaram a categoria de vítimas-agressoras (17,82%) de ambos os sexos (feminino 52,80% e masculino 47,20%), e a maioria está na faixa etária de 12 a 14 anos (73,03%). A partir dos resultados evidenciados no presente estudo, pode-se afirmar que identificar o *bullying* e suas manifestações na escola exige um esforço multidisciplinar e o envolvimento de toda a comunidade escolar. Os resultados da investigação ratificam a existência desse fenômeno em todas as escolas participantes e, ao despontar a categoria de vítimas-agressoras, apresentam, concomitantemente, a perpetuação da violência. Nesse aspecto, a Enfermagem pode e deve, junto com a escola, realizar esse tipo de diagnóstico situacional, o que, posteriormente, poderá subsidiar a implementação de ações que promovam a cultura de paz, minimizando os efeitos deletérios do *bullying* na escola, reduzindo a incidência e a prevalência da agressividade entre pares.

Palavras-Chave: *Bullying*. Diagnóstico situacional. Enfermagem.

A COMUNICAÇÃO NO "MERCADO SUL VIVE!", TAGUATINGA – DF: OBSERVAÇÃO E ANÁLISE DA ESTÉTICA DE COMUNICAÇÃO VISUAL LOCAL E PRODUÇÃO DE DOCUMENTÁRIO SOBRE O MOVIMENTO DE REVITALIZAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIO

Rodrigo de Oliveira Rodrigues – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
ror.1403@gmail.com
Cezar Augusto Camilo Silva – UniCEUB, PIC institucional, aluno voluntário
cezar.a.camilo@gmail.com
Úrsula Betina Diesel – UniCEUB, professora orientadora
ursula.diesel@ceub.edu.br

Esta pesquisa trata da compreensão dos elementos comunicacionais de acordo com a estética visual urbana, no processo de ressignificação da cidade, vivenciando a ação do projeto composto por coletivos populares, conhecido como "Mercado Sul Vive", no Mercado Sul, em Taguatinga-DF. Em 2013, o grupo realizou ocupações estratégicas nas construções do complexo, em estruturas abandonadas, sem nenhuma razão social. Desde então, empenham-se em revigorar o espaço, além de ressignificar a região, no intuito de fortalecer a cultura popular de Taguatinga. Nas vivências com a comunidade do Mercado Sul, foi perceptível o desenvolvimento de técnicas e estratégias comunicacionais no contexto urbano, como rádio livre, feiras de artesanato mensais, composteiras e hortas urbanas, além de intervenções urbanas gráficas ou performáticas que configuram a estruturação de viés comunicacional em função da conectividade entre o espaço vivenciado e a população. É objetivo geral deste trabalho identificar as intervenções artísticas visuais e performáticas, a rádio comunitária e o processo de "revivação" realizado no espaço do Mercado Sul como elementos comunicacionais integrados à espacialidade do cenário urbano. É importante salientar que não é propício o uso da expressão "revitalização", que ignora, por completo, a atuação da comunidade no processo de *revivamento*, expulsando-a aos poucos, com mudanças na lógica de funcionamento do espaço, além do aumento da especulação imobiliária. O que o movimento propõe é a renovação de sentidos do espaço comunitário. Um dos objetivos desta pesquisa é registrar os componentes do diálogo urbano, para retornar o material em forma de documentário à comunidade. O material audiovisual usado para a edição do minidocumentário foi entregue a representantes do grupo, bem como o curta já finalizado. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, uma vez que se procura entender melhor a comunicação do movimento urbano em prol da cidade, analisando elementos comunicacionais distintos como resultado das vivências no espaço, junto à comunidade. Entre outros, foram destacados os elementos visuais, que são de grande importância para entender a quebra de paradigmas que o movimento apresenta: estêncil, lambe-lambes, composteiras e outras formas que os moradores encontraram de tornar o ambiente mais pessoal e sustentável. O grupo focal também foi importantíssimo como método para apreensão do que pensam representantes da comunidade e do movimento de ressignificação desse ambiente. Destaca-se o aprendizado, utilizando a pesquisa-ação, mediante o encontro e a inserção dos pesquisadores na realidade estudada. Assim, conclui-se ser possível produzir uma relação propícia à produção de conhecimento e informação realmente efetivos para a sociedade; mudar a perspectiva de hierarquia do conhecimento, em que a academia é colocada como detentora do saber; deixar que as vozes dos transformadores sociais ecoem para dentro do contexto acadêmico. Observa-se, na produção do documentário, a refutação à semelhante conjuntura hierárquica presente nos elementos comunicacionais do grupo de "revivação" da urbe. Transmissões radiofônicas por *softwares* livres pela internet e intervenções urbanas são componentes de comunicação que alimentam a cultura popular no sentido inverso à especulação e à triagem dos agentes sociais que realmente fazem a diferença.

Palavras-Chave: Mercado Sul Vive. Comunicação. Documentário.

A CONTAMINAÇÃO ACÚSTICA EM ÁGUAS CLARAS EM DECORRÊNCIA DO TRÁFEGO RODOVIÁRIO

Matheus Yusef Ali – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
yusef.matheus@sempreceub.com
William Alves Cardoso – UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
william.alves@sempreceub.com
Sérgio Luiz Garavelli – UniCEUB, professor orientador
sergio.garavelli@ceub.edu.br
Armando de Mendonça Maroja – UnB, colaborador
amaroja@gmail.com

O ruído é um dos grandes problemas ambientais em nosso meio e pode afetar, nocivamente, os seres humanos. Classifica-se como o segundo tipo de contaminação que atinge o maior número de pessoas no mundo, ficando atrás somente da poluição do ar. Águas Claras, Região Administrativa do Distrito Federal, apesar de ser uma cidade planejada e jovem, apresenta uma população de, aproximadamente, 150.000 habitantes e problemas semelhantes aos de grandes centros urbanos já consolidados; entre eles, destaca-se a contaminação acústica, gerada principalmente pelo tráfego rodoviário. O crescimento rápido da cidade, juntamente com alterações significativas no seu projeto original, trouxe consequências negativas, como o grande número de veículos nas vias, o que acarreta, além dos congestionamentos, a contaminação do ar e a poluição sonora. A exposição em níveis de pressão sonora (NPS) elevados é uma ocorrência grave que atinge a população dos grandes centros urbanos e é considerada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como um problema de saúde pública que afeta, negativamente, a qualidade de vida e a saúde de milhões de pessoas. Os mapas de ruído são recursos poderosos de apoio à tomada de decisão relacionada ao planejamento e ao ordenamento territorial, devendo ser adotados na preparação dos instrumentos de ordenamento urbano e na gestão da poluição sonora. Este trabalho tem como objetivo principal apresentar os resultados da avaliação do impacto do tráfego rodoviário na cidade de Águas Claras. Para tanto, foram realizadas medições acústicas nas principais vias, coletados dados referentes ao fluxo de veículos, e elaborados os mapas acústicos para os parâmetros Lden e Ln. Também foram determinados os percentuais de pessoas incomodadas (%I), os de pessoas altamente incomodadas (%AI), os de pessoas com distúrbios no sono (%DS) e os de pessoas com elevados distúrbios no sono (%EDS). A comparação entre os valores dos níveis de pressão medidos *in situ* e os previstos pelos mapas apresentou um desvio menor do que 3 dB (A). Os resultados indicam que a contaminação acústica pelo tráfego rodoviário em Águas Claras é grande e que as áreas vizinhas das duas principais avenidas da cidade estão em desconformidade com a Legislação, para o período diurno e o noturno. O ruído incomoda 38% da população residente na cidade e provoca distúrbios no sono em 25% dos habitantes, o que prejudica a qualidade de vida e a saúde da população. O processo de verticalização, tal como ocorrido na cidade, acarretou um aumento significativo nos NPS, quando comparados com outras cidades também planejadas. A implantação de um plano de redução de ruídos é recomendada para a cidade.

Palavras-Chave: Ruído rodoviário. Mapa acústico. Acústica ambiental.

A MORTE DO RIO DOCE NOS ESTADOS DE MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO COMO ECOCÍDIO BRASILEIRO NA NOVA CONCEPÇÃO DE CRIME INTERNACIONAL CONTRA A HUMANIDADE: UTOPIA OU REALIDADE?

Vanessa Gama Pacheco Batista – UniCEUB, PIC Voluntário, aluna voluntária
vanessa.batista@sempreceub.com
André Pires Gontijo – UniCEUB, professor orientador
andre.gontijo@ceub.edu.br

É desafiador reconhecer os direitos da natureza e do ecossistema, em que o homem deixaria de ser o "dono" da vida sobre a Terra e passaria a ser interdependente de outras espécies e do ecossistema. Isso geraria nova concepção do direito. Destarte, o objetivo da pesquisa – identificar os principais motivos que remetem à impunidade das maiores atrocidades mundiais causadas pelo homem, como o crime de guerra, o genocídio, a agressão entre países e os crimes contra a humanidade, que não acompanham o avanço da ciência e do conhecimento – é crucial para estabelecer a compreensão do desenvolvimento desenfreado em relação à sustentabilidade e à vida futura do planeta. No final de 2016, o Tribunal Penal Internacional – TPI reconheceu a possibilidade da prática de *ecocídio* como novo delito no quinto dispositivo do Estatuto de Roma, ao conferir especial atenção a crimes relacionados à destruição do meio ambiente, à exploração de recursos naturais e à apropriação ilegal de terras. A partir desta realidade, o problema de pesquisa tem o intuito de responder se os crimes ambientais – como os ocorridos no Rio Doce, nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo – podem ser enquadrados na categoria de *ecocídio*, diante do TPI e da nova concepção de crime internacional contra a humanidade, como uma utopia ou uma realidade. A hipótese da pesquisa considera que o ecossistema, ao qual se inclui a espécie humana, carece de vivência jurídica punitiva eficiente que não se limita ao ressarcimento monetário por violação moral ou econômica e à reparação do ambiente afetado pelo dano, mas, sim, envolve a punição direta dos responsáveis com penas de prisão real, independentemente de quem seja, isto é, se empresas ou chefes de Estado e autoridades. Como metodologia, a pesquisa dogmático-instrumental, com alicerce em textos normativos, doutrina e estudo de precedentes, foi utilizada para a confecção da pesquisa. Foi preciso compreender, primeiramente, o conceito de *ecocídio* difundido no mundo e no Brasil, por meio de levantamento bibliográfico, o qual foi realizado na doutrina e na jurisprudência brasileiras e em artigos científicos, nas revistas jurídicas internacionais com conceito "A1". A pesquisa foi dividida em três fases: a primeira é referente à pesquisa bibliográfica sobre *ecocídio* como crime contra a humanidade; a segunda analisa o papel do TPI como guardião universal dos direitos humanos e do meio ambiente no âmbito internacional; a terceira faz o levantamento científico, utilizando como ferramenta a plataforma sucupira, que apresenta todas as revistas internacionais de direito no mundo. Como conclusão, foi possível responder se a "morte" do Rio Doce pode ser considerada um *ecocídio*, ao compreender os reflexos da interpretação do TPI diante do Decreto n. 4.388, de 25/9/2002, que promulgou o Estatuto de Roma do TPI na ordem jurídico-ambiental brasileira.

Palavras-Chave: Direito Ambiental. Direito Internacional. Ecocídio. Rio Doce.

A PRODUÇÃO DO FRACASSO ESCOLAR: A EXPERIÊNCIA SINGULAR NA PRÉ-ADOLESCÊNCIA

Vitor Pedro Moretto Cordeiro – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno bolsista
vitor.pedro@sempreceub.com
Valéria Deusdará Mori – UniCEUB, professora orientadora
valeria.mori@ceub.edu.br

A presente pesquisa tem como tema o fracasso escolar, que, até hoje, é constante nas discussões entre os profissionais da educação. O fenômeno da não aprendizagem é tratado como uma patologia, algo fora do que seria considerado normal no desenvolvimento de uma criança ou de um adolescente. Contudo, a pesquisa busca compreender o fracasso escolar como um fenômeno permeado de significados coletivos e impregnado de sentidos pessoais. Para isso, é essencial compreender os significados que atingem o desenvolvimento dos sujeitos e investigar como ocorrem os processos em cada indivíduo em particular, produzindo formas diferentes de ações, pensamentos e afetos. A pesquisa foi realizada com dois pré-adolescentes com idades entre 9 e 13 anos, estudantes de uma escola da rede pública do Distrito Federal reconhecidos pela equipe de coordenação como pessoas que não têm o desempenho esperado no contexto escolar. Utilizamos a dinâmica conversacional a fim de que o participante se sentisse à vontade para contar a totalidade de sua experiência e livre para demonstrar o modo como produz sentidos subjetivos a partir do vivido. Também foi utilizado o recurso de complemento de frases como mais uma forma de compreender a trama de produção de sentidos subjetivos e o modo como se configuram na vivência escolar de cada um desses pré-adolescentes.

Palavras-Chave: Subjetividade. Educação. Fracasso. Desenvolvimento. Pré-adolescência.

A RELAÇÃO ENTRE O ESPAÇO ARQUITETÔNICO E A EXPERIÊNCIA DO PARTO NATURAL: PROBLEMAS E POTENCIALIDADES

Débora Boaventura Falcão – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
debora.boaventura@sempreceub.com
Paula Gontijo de Oliveira – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
paulagontijooliveira@sempreceub.com
Leonardo Pinto de Oliveira – UniCEUB, professor orientador
leonardo.oliveira@ceub.edu.br

A arquitetura influencia as atividades cotidianas do indivíduo de diferentes maneiras. A sombra de um edifício projetada sobre a calçada que cria um ambiente mais aprazível para caminhadas e o desconforto em relação à luz natural em um local de trabalho são exemplos da importância da arquitetura como elemento de eficiência de atividades e conforto enquanto são realizadas. A boa implantação do conforto térmico, luminoso e sonoro está ligada à boa execução das atividades propostas para cada ambiente. Dessa forma, é preciso que o espaço seja planejado de acordo com sua utilização, para proporcionar e implantar as soluções arquitetônicas adequadas. Assim, os locais destinados ao parto também deveriam ser projetados, levando em consideração as experiências que seus usuários terão naquele ambiente. Esses locais são pensados, em sua maioria, apenas como um espaço hospitalar e, fora desse contexto, não são adequados ao parto. O objetivo principal da pesquisa é analisar e compreender os espaços de nascimento, especificamente do parto humanizado, e estudar como impactam a experiência da parturiente, focalizando os problemas e as soluções arquitetônicas. Também é objetivo analisar as casas de parto do Brasil, que não têm uma arquitetura de referência, observar se atendem as normas do Ministério da Saúde e da ANVISA, demonstrar como essa experiência está ligada à arquitetura e às questões climáticas, propor soluções e, por fim, fornecer contribuição teórica para o desenvolvimento de projetos dessa natureza. Para realizar tais propósitos, realizou-se a revisão bibliográfica e o estudo histórico sobre o tema e a pesquisa sobre diferentes métodos de partos humanizados e suas necessidades. Posteriormente, fez-se um estudo sobre legislações e normas para ambientes de saúde no Brasil, em relação ao espaço físico e às necessidades. Após a coleta de dados, foram analisadas algumas casas de parto, levando em consideração os fluxos entre ambientes, o cumprimento da legislação vigente e as necessidades da parturiente que opta pelo parto humanizado. A metodologia da pesquisa é descritiva, a fim de identificar o papel da arquitetura nas experiências obtidas no espaço. Com os estudos, observou-se que os locais voltados à mulher que deseja realizar um parto natural humanizado não atendem parte das recomendações e das exigências das legislações em vigor, preocupando-se apenas com o conforto físico e com o acolhimento da parturiente e tornando-se um ambiente vulnerável que pode colocar em risco a vida do recém-nascido e da mãe em determinadas situações. De acordo com os resultados da pesquisa, buscou-se apresentar soluções e estratégias para que essas casas possam adaptar-se e transformar-se em um espaço adequado ao parto humanizado, e, dessa maneira, as soluções podem auxiliar a elaboração de novos ambientes voltados a essa prática.

Palavras-Chave: Parto humanizado. Casa de parto. Espaço arquitetônico. Experiência. Soluções.

A RUA FALA – BRASÍLIA, RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO: RELAÇÕES ENTRE EXPRESSÕES POR INTERVENÇÕES VISUAIS URBANAS, PROCESSOS SOCIOCULTURAIS E MORFOLOGIA URBANA

Juliana Leal Alvim – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
alvim.juju@sempreceub.com
Laura Rodrigues Furtado – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
laura.rodrigues@sempreceub.com
Úrsula Betina Diesel – UniCEUB, professora orientadora
ursula.diesel@ceub.edu.br

A arte de rua ou as intervenções visuais urbanas são registros visuais que propiciam reatividade e ocorrem no espaço público. Poderiam, então, determinar um modo de comunicação. Este estudo parte da hipótese de intervenções visuais urbanas serem estruturantes no contexto de cidade e no senso de pertencimento de seus cidadãos, inseridas como vivência urbana, pois permitem a (re)construção, a ocupação e a identificação com o lugar. Para isso, analisaram-se três grandes capitais brasileiras: Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, as maiores metrópoles e as cidades mais populosas do Brasil segundo o IBGE. Consideraram-se suas diferentes funções, população, história, morfologia e intervenções. O estudo bibliográfico, a vivência pelo espaço e o registro fotográfico fizeram-se essenciais para a compreensão do tema e configuraram a metodologia. Além disso, houve a necessidade de entregar um produto final relativo aos objetos de estudo. Assim, produziram-se mais de 100 azulejos de 10x10cm, pintados com diferentes desenhos, mas sempre com a "#aruafala". Junto a alunos de ensino superior, em sua maioria de Comunicação Social, realizaram-se 2 oficinas de confecção de azulejos. Criou-se o Instagram "@a.rua.fala" para divulgação de fotos e vídeos, interação com os alunos e demais cidadãos, além de fomentar o debate sobre questões urbanas. Depois, os azulejos foram colados em espaços públicos das três cidades mencionadas, em mais de 5 bairros, com distintas morfologias em cada uma delas. Observou-se a coexistência de pessoas nas ruas, a forma como se apropriavam do ambiente urbano, os modais existentes, a presença ou a ausência de mobiliário urbano, entre outros parâmetros. Fotografaram-se os espaços e sua utilização pelo pedestre, os azulejos colados e seu contexto. Editaram-se as imagens que se relacionaram à bibliografia analisada. Conclui-se que a arquitetura proporciona interação direta com o usuário (e vice-versa) em um processo de construção mútua, principalmente quando se trata do espaço urbano e coletivo. A arquitetura não é um fim em si mesma, mas presta serviço à sociedade independentemente de estereótipos e de quem seja. Mais ainda, articula a pessoa ao espaço - à estrutura física e à imaterial. É ponte, pois estabelece conexão e age como facilitadora de relações, além de ser uma forma de arte. Assim, a arte de rua e a cidade fundem-se. Enquanto a norma padrão é cada um cuidar do seu espaço, as intervenções apresentam o caráter transgressor, são disruptivas e dão às pessoas espaço de fala. Cria-se, então, a ambientação para o palco da vida urbana acontecer com potencial de transformar e ressignificar a cidade.

Palavras-Chave: Arte urbana. Arquitetura urbana. Espaço público. Identidade. Lugar.

ABUSO SEXUAL INFANTIL INTRAFAMILIAR NO SERTÃO DO CARIRI CEARENSE: UMA REFLEXÃO JURÍDICO-ANTROPOLÓGICA SOBRE A ELABORAÇÃO CULTURAL DA "NATURALIZAÇÃO" DO INCESTO

Amanda Ribeiro Porto – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
amandaribeiroporto@gmail.com
Priscila Aurora Landim de Castro – UniCEUB, professora orientadora
priscila.castro@ceub.edu.br

Este trabalho é fruto de uma pesquisa empírica que foi desenvolvida no sertão do Ceará, especificamente no município de Milagres e seus arredores, cuja problematização foi compreender se há uma elaboração cultural de "naturalização" do incesto. A partir da identificação de alguns casos de abusos sexuais intrafamiliares na região estudada, foi levantada a hipótese de essa prática estar alicerçada em eventual processo simbólico produzido ao longo de anos e cujo pilar seria a cultura patriarcal do incesto. Para analisar o questionamento por meio da hipótese gerada, o objeto da pesquisa desenvolveu-se por meio de uma tentativa compreensiva dos modos de significação do incesto para os homens acusados de abusar, sexualmente, de alguma criança da família. As técnicas de pesquisa utilizadas foram análise de processos e entrevistas abertas. A despeito de ter tido acesso a 6 (seis) processos, a pesquisa concentrou-se na análise pormenorizada de 2 (dois) deles, utilizando como fundamento para tal seleção o acesso aos réus entrevistados. Além disso, para auxiliar a compreensão do objeto, foram realizadas entrevistas com 2 (duas) mulheres que já estiveram em situação de abuso sexual, uma pelo tio e outra pelo avô, moradores da região e representantes das instituições sociais e judiciárias do município. A coleta de dados requereu a permanência na comunidade pelo período de 1 (um) mês, o qual foi crucial para a compreensão do contexto narrado. Apesar de não ter atingido finalidade etnográfica, o processo de imersão no campo investigado tratou de uma etapa fundamental para a discussão proposta.

Palavras-Chave: Incesto. Patriarcalismo. Infância. Violência sexual. Processos de socialização.

ADMIRÁVEIS BRASÍLIAS - PROJETOS PARA A NOVA CAPITAL

Marcos Paulo Amaral Gonçalves – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
marcos.pagoncalves@sempreceub.com
Renata Mello Montenegro de Araújo – UniCEUB, professora orientadora
renata.araujo@ceub.edu.br

O objeto de estudo da pesquisa "Admiráveis Brasília" são os projetos apresentados no Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital realizado em 1957. O principal objetivo da pesquisa é a digitalização e a construção de modelos tridimensionais, ilustrando projetos mais significativos, como forma de dar maior publicidade às propostas e fomentar as discussões sobre o urbanismo modernista no âmbito nacional, nas décadas de 1950 e 1960. Após a seleção dos projetos, iniciou-se a criação de uma base cartográfica digital como programa AutoCAD, contendo a topografia e o Lago Paranoá, com dados similares aos das bases disponíveis no edital do Concurso. Depois, foi iniciada a digitalização, também com o programa AutoCAD, do projeto de nº 17, de autoria do escritório MMM Roberto e arquitetos associados. Após a digitalização da planta geral da cidade, deu-se início aos detalhamentos dos setores e dos módulos do projeto. Utilizando-se dos textos descritivos e dos desenhos disponíveis, esse projeto foi digitalizado com grande nível de detalhamento das formas dos edifícios e da setorização dos espaços públicos. Iniciou-se, em seguida, a digitalização do projeto de nº 08 de acordo com a mesma metodologia. Depois, fez-se a modelagem tridimensional do terreno com o programa SketchUp, para receber as cidades digitalizadas, e, assim, fez-se a tridimensionalização dos edifícios dos viadutos e das calçadas. O projeto de nº 17 foi escolhido para ser modelado em 3D, primeiramente. Como as características do plano urbano se apresentaram detalhadamente no acervo, podem-se deduzir e utilizar os padrões dos edifícios ao sabor estético da época: janelas em fita, pilotis com pilares circulares, volumes sóbrios com formas puras, entre outros elementos modernistas. Levantou-se a discussão sobre esse ser o projeto de urbanismo de mais alto nível executivo apresentado no Concurso, com aprofundamento maior que o projeto classificado em 1º lugar, de autoria do arquiteto e urbanista Lucio Costa. Seguiu-se, então, a modelagem do projeto de nº 08 no mesmo terreno tridimensional já elaborado. Por fim, os resultados da pesquisa foram satisfatórios. Os projetos escolhidos mostraram alto nível de complexidade, por isso a digitalização e a modelagem tridimensional mostraram-se inexequíveis. A equipe desta pesquisa conta, apenas, com um aluno e com os recursos computacionais limitados. Por esse motivo, optou-se por manter maior detalhamento em um projeto e finalizá-lo com maior qualidade. O nível técnico dos projetos apresentados no Concurso, a exemplo do projeto de nº 17, demonstra o empenho dos urbanistas da época em suprir as necessidades do ser humano em uma cidade moderna, adequada à sociedade que nascia. Os resultados finais da pesquisa podem conduzir a um passeio admirável do que poderia ter sido a nova capital.

Palavras-Chave: Urbanismo. Brasília. Plano Piloto. Cidades. Planejamento urbano.

ANÁLISE COMPARATIVA DO TRATAMENTO CIRÚRGICO DA FRATURA DA CLAVÍCULA COM HASTE *VERSUS* PLACA

Rafael Francisco Alves Silva – UniCEUB, PIC HOME, aluno bolsista
rafafalves97@sempreceub.com
Marcio de Paula e Oliveira– UniCEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br

Trabalhos confirmam o benefício do tratamento cirúrgico para fixação de fratura desviada do terço médio da clavícula, porém poucos estudos comparam as opções disponíveis. O tratamento com haste intramedular não bloqueada (haste flexível em titânio) e placa apresenta resultados satisfatórios. Foi realizado estudo retrospectivo por meio da avaliação de pacientes submetidos à fixação com haste intramedular, placa e parafusos para fixação de fraturas desviadas do terço médio da clavícula. Foram coletadas variáveis socioeconômicas, foi aplicado questionário da escala visual da dor, mensurada a função do ombro, e realizada radiografia para verificação da consolidação e da avaliação do encurtamento final da clavícula. Ao final, foram avaliados 65 pacientes; desses, 36 (55,4%) foram submetidos à fixação da clavícula com placa e parafusos, e 29 (44,6%), com haste intramedular. A mediana do encurtamento foi 0,1mm para placa e 5,8mm para haste (p=0,001). A mediana dos escores de Constant foi 96,5 para placa e 95 para haste, enquanto o escore de UCLA teve a mediana de 35 para placa e a de 35 para haste. Ao todo, foram registradas 13 (20%) complicações, 9 do grupo fixado com placa e 4 do grupo fixado com haste. A complicação mais comum foi a erosão da pele com exposição do material de síntese. Foi constatado um caso de pseudoartrose após fixação com haste. Os dois tratamentos apresentaram resultados semelhantes. Apesar de o encurtamento ser maior no grupo tratado com haste, a função do ombro não apresentou alteração significativa. A taxa de complicações foi semelhante a outros estudos, sendo maior no grupo tratado com placa. Dessa maneira, ambas as técnicas estudadas apresentaram resultados satisfatórios para o tratamento das fraturas de clavícula.

Palavras-Chave: Clavícula. Fraturas do ombro. Fixação intramedular de fraturas. Resultado do tratamento.

ANÁLISE COMPARATIVA SOBRE A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE MEDICINA ACERCA DO IMPACTO DAS DISCIPLINAS HÁ E IESC NO CONTEXTO DE ATIVIDADES PRÁTICAS DURANTE A GRADUAÇÃO

Natália Mariana Diógenes Silva de Albuquerque– UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna bolsista
natalia.mariana@sempreceub.com
Juliana Terra Ribeiro– UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna voluntária
juliana.terra@sempreceub.com
Tania Inessa Martins de Resende– UniCEUB, professora orientadora
tania.resende@ceub.edu.br

A metodologia ativa de ensino permite a inserção precoce do estudante de Medicina em unidades básicas de saúde, sendo gradual a sua evolução nas práticas médicas. Para que esse processo seja possível, o estudante necessita de respaldo conteudista e de orientação quanto aos limites do que lhe é permitido realizar de acordo com o semestre em que se encontra. Assim, na graduação de Medicina do UniCEUB, o estudante é submetido a dois eixos educacionais que têm por objetivo prepará-lo para a melhor atuação profissional: Habilidades e Atitudes Profissionais (HA) e Interação Ensino Saúde e Comunidade (IESC). As disciplinas que compõem o eixo de HÁ visam desenvolver a semiotécnica e a semiologia aplicada, incluindo capacidade de raciocínio clínico e técnicas cirúrgicas e aprimorar a qualidade do atendimento dos pacientes. Em contrapartida, no eixo de IESC, o aluno desenvolve habilidades de comunicação e fortalece o vínculo com os usuários dos serviços de saúde, de forma que tende a aperfeiçoar, cada vez mais, a relação entre médico e paciente, por estar envolvido no planejamento de estratégias e na implantação de ações de promoção de saúde. Dessa forma, é esperado um sinergismo entre as disciplinas de HA e IESC, de modo que conhecimentos e técnicas adquiridas no eixo de HA tendem a melhorar o desempenho dos alunos nas atividades práticas desenvolvidas em IESC e vice-versa. É importante salientar que, em ambos os eixos, desde o primeiro semestre, os graduandos da mesma turma são subdivididos em grupos, o que facilita a realização das atividades práticas nos diversos contextos de saúde e melhora a condução dos grupos por parte dos docentes. Para investigar a maneira como tais eixos se desenvolvem no UniCEUB e verificar a relação existente entre eles, foi realizada na Instituição uma pesquisa transversal qualitativa com a técnica de grupos focais, com as turmas do terceiro ao oitavo semestres da graduação de Medicina. O objetivo é extrair, na perspectiva do discente, a importância de tais eixos educacionais para a formação médica. Por ser uma pesquisa em um curso em que se emprega a metodologia ativa, o ponto de vista dos alunos no processo educativo é fundamental. Assim, a metodologia que melhor permite ouvir e produzir informações que possam influenciar o processo educativo e avaliativo é a qualitativa. Foi possível, após análise dos grupos focais, a partir da hermenêutica de profundidade, perceber que existem problemas estruturais relacionados aos dois eixos de ensino, principalmente quanto à maneira como são conduzidos pelo corpo docente. Assim, os discentes consideraram como problemas centrais de ambos os eixos a desorganização e a falta de padronização dos alunos quanto ao conhecimento desenvolvido ao longo dos semestres, o que é evidenciado, em especial, quando se comparam os subgrupos da mesma turma. Além disso, foi possível concluir que os eixos HA e IESC, apesar das limitações que possuem na instituição, são considerados fundamentais para a formação de um médico mais humano que preza pela boa relação com paciente e com o contexto de saúde em que está inserido.

Palavras-Chave: Ensino médico. Escolas médicas. Aprendizagem baseada em problemas. Habilidades.

ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE NÍVEL SÉRICO DE 25(OH) VITAMINA D, RESISTÊNCIA À INSULINA, DISLIPIDEMIA E PORCENTAGEM DE GORDURA CORPORAL EM PACIENTES OBESOS OU COM SOBREPESO

Odil Garrido Campos de Andrade – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
odilgca@sempreceub.com
Lethícia de Castro Pereira – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
lethicia.castro@sempreceub.com
Gabriela Resende Vieira de Sousa – UniCEUB, professora orientadora
gabriela.sousa@ceub.edu.br

O sobrepeso e a obesidade são resultado de uma condição clínica multifatorial que se relaciona com a síndrome metabólica e várias comorbidades, como hipertensão arterial sistêmica (HAS), diabetes *mellitus* (DM) do tipo 2 e dislipidemia, que são importantes fatores de risco cardiovasculares. Associado a isso, o papel da vitamina D no metabolismo ósseo é bem determinado, contudo sua importância na fisiopatologia da obesidade e na síndrome metabólica é pouco conhecida. Nesse contexto, este trabalho objetiva correlacionar os valores de vitamina D com a composição corporal e a resistência à insulina e avaliar a associação da deficiência de vitamina D com o perfil metabólico em indivíduos com sobrepeso ou obesidade, mediante a análise do índice de massa corporal (IMC) e dos parâmetros da bioimpedância. Este estudo é analítico, prospectivo, transversal e tem delineamento observacional de caráter quantitativo e descritivo. Foi realizado entre agosto 2017 e julho de 2018, com coleta de dados mediante avaliação clínica – questionário e medidas antropométricas – e de medidas pela bioimpedância. Os critérios de inclusão foram IMC$\geq$ 25 kg/m^2 e idade entre 18 e 64 anos. Os critérios de exclusão foram suplementação de cálcio ou vitamina D e uso de hipoglicemiantes ou hipolipemiantes no último ano. Os pacientes foram submetidos à avaliação clínica, à análise da composição corporal por bioimpedância e ao perfil metabólico laboratorial; assim, obtiveram-se dados para análise estatística baseados em variáveis contínuas, que, por sua vez, foram comparadas pelo teste T (gausianas) ou Mann Whitney (não gausianas), e em variáveis categóricas, que foram comparadas pelo Qui-quadrado ou exato de Fisher, quando indicado. A correlação linear foi avaliada pelo coeficiente de correlação de Pearson, e, por fim, a análise ajustada foi efetuada com o método de regressão logística. Foram avaliados 136 pacientes, sendo 53 incluídos na pesquisa. A amostra obteve idade média de 37,47 anos, 47,1% do sexo feminino, IMC médio de 29,4Kg/m^2, sendo 66% classificados com sobrepeso, 28,3% em obesidade grau I, 3,8% grau II e 1,9% grau III. Em relação à bioimpedância, identificou-se a média de massa muscular de 29,51% e de gordura corporal de 35,54%, considerada a alta taxa de gordura corporal. Os valores de vitamina D não se correlacionaram com as variáveis de resistência à insulina (p: 0,226 r: - 0,169) e de composição corporal (p: 0,560 r: - 0,082). Em análise univariada, os pacientes com deficiência de vitamina D apresentaram maiores valores de enzimas hepáticas, TGO (p: 0,105 r: 0,007) e TGP (p: 0,216 r: 0,032), podendo estar associados à doença gordurosa não alcoólica, contudo esses achados não se confirmaram em modelo ajustado, apresentando TGO (p: 0,135) e TGP (p: 0,790). Os valores de vitamina D não se correlacionaram com a composição corporal e os índices de resistência à insulina, diferentes dos estudos publicados atualmente, assim como a deficiência de vitamina D não se associou ao perfil metabólico desses indivíduos; logo pode estar vinculada a outro quesito no obeso que não seja essencialmente o excesso de gordura, entretanto não é possível concluir isso neste estudo, em razão limitação da amostra.

Palavras-Chave: Obesidade. Vitamina D. Síndrome metabólica. Resistência à insulina.

ANÁLISE DE ANTÍGENOS DE SUPERFÍCIE DO VÍRUS DA HEPATITE B (HBSAG) COMO ESTRATÉGIA PROMISSORA PARA FINS BIOMÉDICOS

Ana Luiza dos Santos Medeiros – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
ana.medeiros@sempreceub.com
Anabele Azevedo Lima – UniCEUB, professora orientadora
anabele.lima@ceub.edu.br
Bergmann Morais Ribeiro – UnB, professor colaborador
bergmann@unb.br
Leonardo Assis da Silva – UnB, professor colaborador
leocbq@yahoo.com.br

O vírus da hepatite B (HBV) é da família de vírus chamada *Hepadnaviridae*, caracterizado pela presença de DNA envelopado com capacidade de infectar as células hepáticas. Infecta mamíferos e replica-se nos hepatócitos, podendo evoluir em termos patológicos. De acordo com o Ministério da Saúde, no período de 1999 a 2015, foram notificados em todo o Brasil 514.678 casos confirmados de hepatite viral, caracterizando um problema de saúde pública. Pesquisas sobre virologia e produção biotecnológica têm sido muito utilizadas para expressão de genes heterólogos em células de inseto, como, por exemplo, o modelo eucarioto de expressão com baculovírus. Inúmeras proteínas de importância médica e econômica foram expressas em níveis elevados com esse sistema. Sendo assim, o presente trabalho visou analisar a expressão do antígeno de superfície HBsAg fusionado à proteína poliedrina do baculovírus, uma vez que o HBsAg tem papel fundamental no diagnóstico e na prevenção da hepatite B, por ser um antígeno marcador sorológico indicativo de infecção pelo HBV e o único componente da vacina contra o HBV. Assim, analisam-se possíveis reações cruzadas entre os diferentes vírus que causam hepatite. Atualmente, não existem indústrias ou empresas nacionais disponíveis para a produção, em larga escala, do HBsAg, por isso necessita-se importar vacinas e *kit* para diagnóstico. Os resultados foram inconclusivos até o presente momento, demostrados pelo método ELISA a partir do soro de pacientes que já tiveram contato com os vírus da hepatite B, da hepatite C ou o citomegalovírus (CMV), em relação ao antígeno construído pelo sistema do baculovírus. Desse modo, há a necessidade de realizar mais testes sorológicos, para verificar a veracidade do experimento e validá-lo estatisticamente. As hepatites virais são grave problema de saúde pública no Brasil e no mundo e necessitam de mais pesquisas, visando melhorar as formas de prevenção, diagnóstico e tratamento.

Palavras-Chave: Baculovírus. Vacina. Sistema de expressão.

ANÁLISE DE TRAVESSIAS DE PEDESTRES EM VIAS ARTERIAIS POR MEIO DO *SOFTWARE* ANYLOGIC

Lucas Guilherme Badona de Carvalho – UniCEUB, PIC Voluntário em Arquitetura e Urbanismo, aluno voluntário
lucas-badona1@outlook.com
Henrique Torres de Lima – UniCEUB, PIC Voluntário em Arquitetura e Urbanismo, aluno voluntário
henrytl216@gmail.com
Ana Paula Borba Gonçalves Barros – UniCEUB, professora orientadora
ana.barros@ceub.edu.br

É notório que, na grande maioria das cidades brasileiras, há ausência de interesse em relação aos pedestres, por parte do poder público, uma vez que o foco das ações se volta ao tráfego motorizado (principalmente o individual), o que pode desestimular as pessoas a utilizar os espaços públicos como pedestres nos seus deslocamentos. Esta falta de interesse reflete-se nos tempos semafóricos, nos quais, quase sempre, a prioridade para a maior fluidez é destinada ao motor e não às pessoas. Neste contexto, este trabalho visa verificar em que medida a inserção de estratégias de moderação de tráfego – no caso, as faixas de pedestres semaforizadas – pode auxiliar os deslocamentos dos pedestres em vias arteriais, de modo a aumentar a sua segurança. Para tanto, o estudo de caso insere-se no Plano Piloto de Brasília, mais precisamente, no fim da via arterial W3 norte, onde se localizam distintos Polos Geradores de Viagem (PGV), como o Boulevard Shopping, o Hipermercado EXTRA e o Setor Hospitalar Local Norte (SHLN). Como metodologia de estudo, optou-se pela simulação da situação real (simulação descritiva) e da proposta (simulação prescritiva) como *software* AnyLogic, que, além de apresentar uma interface gráfica que permite a modelagem rápida de ambientes complexos, como o comportamento entre elementos motorizados e não motorizados, utiliza a versão de estudante da ferramenta disponível na internet. Para a modelagem, iniciou-se com a realização do mapeamento do trecho estudado, tanto no âmbito da caracterização da rede – número de faixas de rolamento, velocidade máxima permitida –, como no âmbito da caracterização dos agentes – contagem veicular e de pedestres. Para a primeira contagem, foram mobilizados onze alunos voluntários, posicionados estrategicamente em onze pontos ao longo da malha viária, que contabilizaram, durante 30 minutos, a quantidade de automóveis (ônibus e carros) que trafegaram no trecho, nos horários de pico da manhã e da tarde, no mesmo dia da semana. Para a segunda, procedeu-se à contagem com base no Método dos Portais (University College London – UCL), que observou as linhas de desejo dos pedestres tanto nas faixas como fora delas, durante os mesmos horários de pico e em único dia da semana. Como achados, verificou-se que, na simulação descritiva, o maior tempo médio de espera foi dos ônibus (300,35s), em seguida, o dos pedestres (214,13s) e o menor, dos carros (179,35s), o que ratifica o foco dado aos veículos motorizados individuais. De modo a melhorar o tempo de espera dos pedestres, na simulação prescritiva, procede-se à inserção de uma faixa semaforizada, demandando o deslocamento de 30 metros do retorno no sentido leste-oeste (SHLN - Shopping), em direção à Ponte do Bragueto, havendo, assim, a inversão dos tempos entre pedestres (142,81s) e carros (265,99) e ônibus, sendo pouco significativo (292,72s). Com isso, obteve-se a redução do tempo de espera dos pedestres e a travessia mais segura, justamente, no ponto de maior fluxo de pedestre fora da faixa, indo ao encontro do que se espera das cidades destinadas às pessoas.

Palavras-Chave: Polos geradores de viagem. Simulação. Pedestres. Brasília.

ANÁLISE DE VIBRAÇÕES EM UMA TORRE DE ENERGIA EÓLICA

Carlos Eduardo Costa de Faria – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
eduardo.meia4@sempreceub.com
Marcos Rafael Guassi – UniCEUB, professor orientador
marcos.guassi@ceub.edu.br

Um dos grandes problemas da atualidade é a questão energética. A energia eólica tem-se destacado, por ser uma alternativa sustentável a médio e longo prazo e por tratar-se de uma fonte de energia renovável, limpa e inesgotável. As torres que sustentam o aerogerador são flexíveis, esbeltas e expostas a vibrações excessivas, provenientes da interação entre o vento e a estrutura. Essas forças podem induzir vibrações, que, caso se aproximem da frequência natural da estrutura, aumentam a amplitude de oscilação, acarretando danos, diminuindo o tempo de vida útil e colocando-a risco. Visando amenizar as vibrações geradas por forças externas, emprega-se amplamente um dispositivo de controle, o amortecedor de massa sintonizada (AMS), que consiste, essencialmente, de um sistema massa-mola-amortecedor conectado à estrutura da torre e sintonizado na sua frequência natural, com o objetivo de evitar a ressonância. A estrutura da torre proposta neste trabalho foi modelada como um elemento de viga vertical no *software* ANSYS versão R19.0, com a utilização de um elemento de massa concentrada no topo da torre, para representar a nacele do aerogerador. Adotou-se um carregamento harmônico, simulando o efeito do vento, de maneira simplificada, aplicado no topo da estrutura. Junto ao nacele, localiza-se o AMS. Foram realizadas as análises estática, modal e transiente, além de verificar-se a eficiência do AMS. Os resultados obtidos reforçam o âmbito do controle de vibrações mediante o controle passivo das vibrações estruturais.

Palavras-Chave: Dinâmica das estruturas. Vibrações. Torre eólica. Controle estrutural. Amortecedor de massa sintonizada.

ANÁLISE DINAMOMÉTRICA E ELETROMIOGRÁFICA DA MUSCULATURA DO CORE EM ATLETAS DE MMA COM LOMBALGIA

Bruno Rodrigues Vicente – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
bruno.rodrigues@sempreceub.com
Renata Nunes Lima – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
renata.nlima@sempreceub.com
Felipe Alves Machado – UniCEUB, professor orientador
felipe.machado@ceub.edu.br

O MMA é um esporte em ascensão que recruta mais adeptos em nível mundial. Foi observado na literatura que, em lutadores de MMA, as lesões lombares são mais prevalentes na modalidade e geram maior tempo de afastamento dos atletas quando comparadas a lesões em outros segmentos corporais. Assim, o objetivo é avaliar o torque e a atividade eletromiográfica superficial das musculaturas flexora e extensora da coluna lombar em atletas assintomáticos e com dor lombar crônica. Para isso, foram avaliados 11 atletas de combate em um ensaio clínico transversal, divididos em Grupo Dor Lombar Crônica (GDLC) de 6 atletas masculinos (idade média de 41 anos +/- 10,50; peso de 77,33 kg +/- 8,68; altura de 170,33cm +/- 11,72) e Grupo Controle (GC) composto por 5 atletas masculinos (idade média de anos 31,8+/- 6,76; peso de 86 +/- 7,03; altura de 176,8cm +/- 5,31), selecionados de acordo com critérios de inclusão e exclusão pré-determinados. Todos os indivíduos assinaram termo de consentimento livre e esclarecido pré-aprovado pelo Comitê de Ética do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) e, inicialmente, responderam aos questionários funcionais validados de Oswestry de incapacidade e o questionário de FABQ – Versão Brasileira, além de uma ficha com dados pessoais. Posteriormente, realizou-se a avaliação dinamométrica e eletromiográfica para flexores (oblíquos externos e internos; transverso do abdômen; reto abdominais bilaterais) e extensores lombares (multifídeos bilaterais). Depois de coletados os dados, foi feita a análise com o teste estatístico não paramétrico de Mann-Whitney para amostras independentes. Para as variáveis de ativação muscular abdominal, multifídeo esquerdo e o tempo de fadiga de flexão abdominal e extensão lombar, aceita-se a hipótese nula com nível de significância de 5%; sendo assim, os dois grupos não apresentam indícios de distribuições diferentes. Para a variável de ativação muscular de multifídeo direito e de força de flexão abdominal e extensão da coluna, com questionários funcionais Oswestry e FABQ e Escala Analógica Visual de Dor, rejeita-se a hipótese nula, pois os dois grupos apresentam distribuições diferentes com nível de significância de 5%. Conclui-se que a diferença entre os grupos foi presente nos questionários funcionais e na força muscular. Assim, a lombalgia afeta a vida diária dos lutadores e o desempenho na luta pela diminuição de força. É necessária outra pesquisa para avaliar uma amostra maior e identificar se os resultados obtidos podem ser difundidos para a sociedade.

Palavras-Chave: MMA. Lombalgia. Eletromiografia. Dinamometria. CORE.

ANALISE EPIDEMIOLÓGICA E DOS CUSTOS DIRETOS DA MICROCEFALIA RELACIONADA À INFECÇÃO PELO VÍRUS ZIKA NO BRASIL

Clévesson Souza Santos – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
clevesson.souza.santos@gmail.com
Kimberly Guida Carvalho – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
kimberlyguidac@gmail.com
Julliane Messias Cordeiro Sampaio – UniCEUB, professora orientadora
julliane.sampaio@ceub.edu.br
Henry Maia Peixoto– UnB, pesquisador colaborador
henrymaiap9@gmail.com
Luciana Guerra Gallo – UnB, pesquisadora colaboradora
lucianaggallo@gmail.com

A microcefalia é uma doença que gera uma série de alterações no sistema nervoso da criança afetada, é de origem multifatorial e varia desde anomalias congênitas, substâncias teratogênicas, má nutrição grave durante a formação do feto até infecção na gestante ocasionada pelo vírus Zika, descoberta recentemente. Esta última foi detectada após o surto em Pernambuco, no Brasil, no entanto ainda não se tem conhecimento, ao certo, do mecanismo que gera a morbidade no feto, mas sabe-se que a transmissão é vertical e as alterações morfofisiológicas variam de acordo com a idade gestacional em que ocorre o acometimento pelo vírus. A presente pesquisa foi realizada no intuito de conhecer os dados sociodemográficos dos acometidos no ano de 2016 e mensurar os custos diretos relacionados à microcefalia ocasionada pelo vírus Zika. Para isso, foram realizados estudos epidemiológicos descritivos de casos de microcefalia no Brasil, baseados em dados de notificação, e avaliação econômica parcial do custo da doença, para subsidiar o modelo analítico dos custos diretos por paciente, identificados, na literatura científica, no Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e *Out Patient Market* (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS) - (SIGTAP), no Banco de Preços em Saúde (BPS) do Ministério da Saúde (MS), no Sistema de Informação Hospitalar Descentralizado (SIH/SUS), em documentos e bancos de dados fornecidos pelo MS brasileiro. Os valores de custos, identificados em anos diferentes dos avaliados, foram ajustados em 2016, com base na taxa oficial de inflação estimada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado. Foi delimitado o total de 991 casos confirmados e prováveis de microcefalia pelo vírus Zika; destes, apenas 2,93% (N=29) foram detectados durante a gestação, e 97,07%(N= 962), no pós-parto; além disso, 50,96% (N=505) das gestantes apresentaram sintomas da infecção pelo vírus Zika, indicando atraso na detecção, em muitos casos, derivado da incerteza da correlação da infecção pelo vírus Zika com a microcefalia no período analisado. A maior prevalência dos casos, 59,23% (N= 587), ocorreu na região Nordeste, mais especificamente no estado da Bahia, com 17,86% (N= 177). Verificou-se que o custo da internação por microcefalia no Brasil foi de, aproximadamente, R$ 4.278.176,73 com intervalo de confiança (IC) de 20%, variando entre R$ 5.133.812,07 e R$ 3.422.541,38. A microcefalia, por ser uma doença que ocasiona uma série de dependências e alterações psicomotoras, gera muitos custos para o governo e para as famílias dos acometidos, configurando-se como grave problema de saúde pública e atingindo alto percentual populacional diante da incidência das infecções ocasionas pelo vírus Zika.

Palavras-Chave: Microcefalia. Vírus Zika. Epidemiologia. Custos.

ANÁLISE FUNCIONAL COMPARATIVA DA RECONSTRUÇÃO DO LIGAMENTO CRUZADO ANTERIOR, UTILIZANDO O AUTOENXERTO PATELAR IPSILATERAL E CONTRALATERAL

Pedro Nunes Silva–UniCEUB, PIC HOME, aluno bolsista
pedro.nunes@sempreceub.com
Marcio de Paula e Oliveira – UniCEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br

A ruptura do ligamento cruzado anterior (LCA) é objeto de estudo desde o século IX e é uma das mais frequentes e debilitantes lesões do joelho especialmente no âmbito esportivo. O tratamento cirúrgico é indicado na maior parte dos casos, e, apesar de ser um dos procedimentos ortopédicos mais realizados no mundo, a escolha do enxerto envolve grande controvérsia na literatura, pois é influenciada por fatores, como a experiência do cirurgião, as condições da região doadora e as expectativas funcionais do paciente. O objetivo do presente trabalho é comparar os resultados em médio prazo (de 3 a 6 anos) da evolução de pacientes submetidos à reconstrução do LCA, utilizando o autoenxerto patelar ipsilateral e contralateral. Foi realizado um estudo transversal com 20 pacientes de ambos os gêneros, dos quais 11 foram operados com enxerto patelar ipsilateral (9 homens e 2 mulheres) e 9, com enxerto patelar contralateral (8 homens e 1 mulher). Para avaliação dos pacientes, foram aplicadas a Escala Visual e Analógica de Dor, a Escala de Atividades de Vida Diária e o Questionário e Lysholm. Foram realizadas as avaliações sobre amplitude de movimento, estabilidade articular objetiva (KT-1000®), desempenho muscular (dinamometria isocinética) e capacidade sensório-motora (Single Leg Hop Test e Y Balace Test). Por último, foi registrado o tempo de retorno às atividades de vida diária. A média de idade e o tempo de pós-operatório foram, respectivamente, 38,55 (±11,42) e 3,73 (±0,65) no primeiro grupo e 34,00 (±10,95) e 3,78 (±1,30) no segundo. Os resultados não demonstraram diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, nas escalas, no questionário e nos testes aplicados. No entanto, o tempo de retorno às AVD foi menor no grupo contralateral. Conclui-se que, a médio prazo, não há diferenças funcionais significativas entre os pacientes operados pelas duas técnicas, porém o grupo contralateral retornou precocemente às atividades de vida diária.

Palavras-Chave: Ligamento cruzado anterior. Lesões do ligamento cruzado anterior. Ligamento patelar. Autoenxerto osso-tendão patelar-osso.

APROVEITAMENTO DE ÁGUA CINZA PARA USO NÃO POTÁVEL EM RESIDÊNCIAS

Renata da Silva Boitrago – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
renata.boitrago@sempreceub.com
Larissa Silva Rodrigues Neres – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
larissa.neres@sempreceub.com
Rogério Pinheiro Magalhães Carvalho – UniCEUB, professor orientador
rogerio.magalhaes@ceub.edu.br

A água é indispensável para a manutenção da vida no planeta, pois é parte constituinte de todos os seres vivos. No entanto, o volume de água potável disponível para consumo torna-se cada vez mais escasso. A reutilização de águas cinzas, tratadas em residências pode constituir-se em uma alternativa para garantir a sustentabilidade ambiental, de modo a reduzir a demanda por esse bem. Este trabalho tem como objetivo geral estudar um sistema experimental de reúso de águas cinzas, provenientes de uma máquina de lavar roupas e de um tanque, com o intuito de avaliar a qualidade da água submetida a um tratamento cujo leito filtrante foi composto por seixos, areia, carvão ativado e manta sintética, sendo realizada a desinfecção com pastilhas de cloro, aplicando técnicas de coleta e tratamento para o uso não potável e a possibilidade de reúso em tempos de economia ou escassez do insumo. A primeira etapa do projeto destinou-se à implantação do sistema de tratamento. A segunda etapa consistiu nos testes para comprovar a eficiência do filtro com as diferentes camadas filtrantes. Definiram-se como variáveis de controle para avaliar a qualidade da água produzida na residência os seguintes parâmetros: demanda bioquímica de oxigênio – DBO, cor verdadeira, turbidez, pH, cloro residual livre e presença de coliformes totais e termotolerantes. Os dados obtidos na primeira carreira de filtração, composta apenas por seixos de duas granulometrias, apresentaram uma coloração acentuada, contudo o resultado laboratorial não indicou a presença de organismos patogênicos. Na tentativa de melhorar a qualidade visual do efluente, adicionou-se uma camada de areia com 5 cm de espessura, durante a realização da segunda carreira de filtração, e foi constatado que houve melhora não só do aspecto visual da água, mas também do parâmetro de turbidez, reduzido a 17%. O último material filtrante adicionado na terceira carreira de filtração foi o carvão ativado, cuja espessura foi de 4mm. Com isso, foi possível observar que houve redução do odor da água, o que é perfeitamente plausível pelas propriedades do carvão. Em geral, os resultados encontrados demonstraram que os valores de pH, cloro residual livre e coliformes estão de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CONAMAº 357/2005 e pela Agência Americana (EPA) para águas de reúso. Para os demais parâmetros (DBO, cor e turbidez), os resultados indicaram que o tratamento proposto necessita de aperfeiçoamento, pois o efluente produzido foi enquadrado com uso restrito.

Palavras-Chave: Reúso. Água cinza. Sistema de tratamento. Qualidade da água.

ARQUITETURA E CONCURSOS NO BRASIL: DE 1930 A 1970. ANÁLISE DIAGRAMÁTICA DE ESTRATÉGIAS PROJETUAIS

Bárbara Cristina Dias Ledes – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
barbara.ledes@gmail.com
Fabiano José Arcádio Sobreira – UniCEUB, professor orientador
fabiano.sobreira@ceub.edu.br

O objetivo desta pesquisa é estudar, por meio de análise diagramática, estratégias projetuais em situação de concurso no Brasil, a partir de registros em periódicos publicados no período de 1930 a 1970. Pela catalogação preliminar e pela verificação de disponibilidade de informações, foram selecionados dois concursos publicados na revista *Acrópole* (1938-1971), Paço Municipal de Campinas (1957) e Assembleia Legislativa de Minas Gerais (1963), pelo caráter cívico e pela ampla recepção editorial dos eventos. Foram realizadas análises comparativas mediante os conceitos de composição sugeridos por Alfonso Corona Martinez, composição por adição, composição por subtração e composição híbrida, pelo redesenho dos projetos e pela elaboração de modelos tridimensionais. As análises revelam que, apesar da aparente unidade do movimento moderno enquanto linguagem, os projetos resultam de estratégias de composição diversas, em especial, a partir de meados dos anos 1950, quando o repertório arquitetônico é ampliado em função das críticas e da autocrítica da profissão. A pesquisa reforça a importância dos concursos como instrumentos de análise sobre o pensamento arquitetônico em uma época, independentemente de sua materialização, e das revistas como espaços dinâmicos de debates sobre a arquitetura e os meios de afirmação profissional. A pesquisa resultou em artigo publicado nos anais do V Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, em Salvador, em 2018.

Palavras-Chave: Arquitetura. Concursos. Composição. Diagramas. Revistas.

AS EXPERIÊNCIAS DE SER CUIDADOR: UMA ANÁLISE DE PROCESSOS SUBJETIVOS INDIVIDUAIS E SOCIAIS

Gustavo Andrade de Jesus – UniCEUB, PIC Voluntário, aluno voluntário
gustavo.aj@sempreceub.com
Valéria Deusdará Mori – UniCEUB, professora orientadora
valeria.mori@ceub.edu.br

O cuidar constitui um dos exercícios mais antigos e fundamentais para a existência do ser humano. Assim, as práticas de cuidado podem ser compreendidas como necessidade e recurso do ser humano, perpassam as esferas biológicas, psicológicas, espirituais, antropológicas, socioculturais e ecológicas e auxiliam a promoção, a proteção, a recuperação e o desenvolvimento diante da criação de novas configurações de relações nos contextos de agravos à saúde. Sendo um fenômeno complexo e envolvendo produções individuais e coletivas, o cuidado pode ser uma prática de caráter formal e profissional ou informal e popular. Logo, cuidar de outra pessoa é um processo de troca de experiências dolorosas, em que o cuidador entra em contato com o modo de ser, de viver e de estar no mundo do outro, convivendo, quase diariamente, com medos, angústias e sofrimentos físicos e não físicos. Isso implica relacionar-se com quem sofre, identificar-se e sentir-se parte do processo de adoecimento. Destaca-se nesse ponto que é impossível conviver com o sofrimento do outro e sair sem nenhum impacto físico ou subjetivo, visto que a experiência de cuidar envolve a pessoa que é cuidada e quem cuida. Diante dessa problemática, o estudo tem como objetivo compreender os processos subjetivos individuais e sociais na perspectiva de quem cuida. A construção das informações deu-se mediante o método construtivo-interpretativo, assentado na Epistemologia Qualitativa e proposto por González Rey, que considera como elementos centrais o conhecimento como produção humana, a legitimação do singular e o processo de dialogicidade. Participou do estudo uma mulher de 45 anos, casada, com filhos e cuidadora do companheiro diagnosticado com esquizofrenia. O instrumento utilizado foi a dinâmica conversacional, por viabilizar o processo comunicacional. À guisa de conclusão, possibilitou-se a compreensão de que o exercício do cuidado é um processo quase exclusivamente feminino. Doravante, o atual contexto histórico-cultural tem atribuído à mulher novas funções na sociedade, sendo possível pensar o feminino ocupando cargos para além dos domésticos. Assim, o cuidado vem como ponto conflituoso, visto que exige da mulher, em determinadas situações, dedicar-se, exclusivamente, ao ambiente doméstico ou ocupar outras funções e cuidar. Isso pode acarretar sobrecarga e potencializar adoecimentos somáticos e psicológicos em cuidadoras.

Palavras-Chave: Processos subjetivos. Adoecimento. Cuidados em saúde mental.

AUTOMATIZAÇÃO DAS PERDAS IMEDIATAS DE PROTENSÃO UTILIZANDO PROGRAMA MATLAB

Beatriz Araújo de Melo – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
beatriz.am@sempreceub.com
Erick Douglas de Luna Santos – UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
erick.santos@sempreceub.com
Rosanna Duarte Fernandes Dutra – UniCEUB, professora orientadora
rosanna.dutra@ceub.edu.br
Henrique de Paula Faria – UniCEUB, professor colaborador
henrique.faria@ceub.edu.br

Os elementos de concreto protendido são aqueles cujas armaduras são submetidas a prévia tensão de tração, com o intuito de manter a peça sujeita apenas a esforços de compressão mesmo sob ações de diversos carregamentos ou de reduzir os esforços de tração oriundos das solicitações atuantes. Assim, o estudo e a aplicação do concreto protendido têm ganhado maiores proporções no cotidiano da Engenharia Civil, pelas suas múltiplas aplicações estruturais. Redução da abertura de fissuras e melhor aproveitamento do aço e do concreto utilizado são apenas alguns exemplos de suas vantagens. Visando ampliar o conhecimento acerca do assunto e reduzir o esforço dispendido no dimensionamento manual de estruturas protendidas, este trabalho objetiva automatizar o cálculo das perdas imediatas de protensão em vigas biapoiadas, com a utilização do software MATLAB. Para isso, fez-se um levantamento bibliográfico a partir do qual se extraíram problemas para análise, seguido das respectivas automatizações. Vale ressaltar, como resultado mais importante desta pesquisa, que os cálculos efetuados no *software* não só corroboraram os dados numéricos, como também proporcionaram gráficos para complementá-los. Dessa forma, a pesquisa mostrou-se relevante ao meio acadêmico, ao tornar possível a automatização de perdas imediatas da protensão e conduzir ao cálculo do dimensionamento mais exequível.

Palavras-Chave: Protensão. Automatização. MATLAB.

AVALIAÇÃO CLÍNICA DO TRATAMENTO CIRÚRGICO DE INSTABILIDADE ANTERIOR DO OMBRO

Eloíse de Barros e Silva Costa – UniCEUB, PIC HOME, aluna bolsista
eloise.costa@sempreceub.com
Sarah Ferreira Alves – UniCEUB, PIC HOME, aluna voluntária
sarahh.allves@gmail.com
Marcio de Paula e Oliveira – UniCEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br

A instabilidade anterior do ombro é uma patologia que acomete pacientes jovens, afetando, diretamente, suas atividades cotidianas e esportivas. O método de tratamento deve ser escolhido de acordo com as características da lesão e do paciente. O objetivo deste artigo é avaliar os resultados dos pacientes submetidos ao tratamento cirúrgico artroscópico da instabilidade anterior do ombromediante o estudo retrospectivo de 94 pacientes. Com seguimento mínimo de 24 meses, buscou-se correlacionar as características dos pacientes à cirurgia, como idade, gênero, tipo de lesão (traumática ou atraumática) e posição do paciente na cirurgia (decúbito lateral e cadeira de praia) com os resultados obtidos, avaliando o índice de reluxações, a perda de rotação externa, a dor residual e os escores funcionais, Carter-Rowe, UCLA e Constant. Observou-se a taxa de reluxação de 11,7%, a perda de rotação externa em 37,23% dos pacientes e algum grau de dor residual em 51,6%. Obteve-se a pontuação média, pelo escore de Carter Rowe, de 85,37, representando 86% de bons e excelentes resultados. Pelo escore da UCLA, 88% dos resultados foram bons e excelentes, índice semelhante aos encontrados pelo escore Constant (86%).

Palavras-Chave: Artroscopia. Instabilidade articular. Ombro. Estudos retrospectivos.

AVALIAÇÃO CLÍNICA DOS PACIENTES SUBMETIDOS À ARTROPLASTIA REVERSA DE OMBRO

Thiago da Silva Ribeiro – UniCEUB, PIC HOME, aluno bolsista
ribeiro.ts@sempreceub.com
Márcio de Paula e Oliveira – UniCEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br

A prótese reversa de ombro é assim chamada, porque, nela, há uma inversão da anatomia - a cavidade glenoide é substituída por uma superfície convexa, e a cabeça do úmero, por uma superfície côncava. Tais alterações biomecânicas, consolidadas na década de 1990, foram desenvolvidas, porque as próteses anatômicas mostraram-se incapazes de oferecer resultados funcionais satisfatórios aos pacientes com artropatia do manguito rotador (AMR). Após resultados promissores desta técnica, suas indicações foram expandidas. A artroplastia reversa de ombro (ARO) é, portanto, um procedimento muito recente, e a literatura nacional dispõe de poucos trabalhos que avaliam o uso desta técnica. O objetivo deste trabalho é avaliar os resultados clínicos da artroplastia reversa de ombro no tratamento de diversas patologias. Para isso, desenvolveu-se um estudo de coorte que analisou os pacientes submetidos à ARO há, pelo menos, 2 anos. Dos prontuários médicos, foram coletados os dados referentes a idade, período de *follow-up*, sexo, lateralidade do procedimento, diagnóstico e escore UCLA pré-operatório. A análise funcional do ombro foi realizada no seguimento, mediante a aplicação dos escores Constant, UCLA e ASES e a aferição das amplitudes dos movimentos (ADM) de elevação anterior, rotação externa a 0º e a 90º de abdução e rotação interna. Com isso, procedeu-se à análise estatística, comparando-se os resultados funcionais entre subgrupos segundo faixa etária, sexo e lateralidade, além da comparação entre os resultados do escore UCLA pré-operatório e pós-operatório. Foram analisados 28 pacientes com idade média de 75.6 anos, predomínio do sexo feminino (89,3%) e do ombro direito (75%), *follow-up* médio de 45 meses. A patologia mais prevalente foi a AMR (39.3%), seguida pela lesão maciça do manguito rotador (28.6%) e pela revisão de prótese (10.8%); as demais patologias – artrose primária, fratura aguda e sequela de fratura – corresponderam, cada uma, a 7.1%. Quanto à satisfação dos pacientes, apenas um declarou-se insatisfeito com os resultados; os demais alegaram estar satisfeitos (39.3%) ou muito satisfeitos (57.1%). A ADM obteve os resultados médios de 137.6º para elevação, 16.7º para rotação externa a 0º de abdução, 35º para rotação externa a 90º de abdução e entre L1 e L2 para rotação interna. A média dos escores funcionais foi de 69.4 para o ASES, 67.8 para o Constant, 10.2 para o UCLA pré-operatório e 29.6 para o UCLA pós-operatório, o que representa o aumento médio (delta UCLA) de 19.4 pontos, estatisticamente significativo. Aos comparar os subgrupos, contatou-se que os pacientes > 75 anos obtiveram escore UCLA pós-operatório e grau de muita satisfação significativamente menores que a faixa etária ≤ 75anos; os pacientes do sexo masculino apresentaram elevação anterior e escore Constant significativamente maiores que o sexo feminino; o tempo de acompanhamento apresentou correlação direta e significativa com a elevação anterior, escore UCLA pós-operatório e delta UCLA. Portanto, a artroplastia reversa do ombro apresenta, a curto e médio prazo, resultados funcionais satisfatórios, influenciados pelo sexo, pela idade ao procedimento, pelo tempo de seguimento e pela patologia que levou à indicação.

Palavras-Chave: Artroplastia do ombro. Artroplastia reversa. Artropatia de ruptura do manguito rotador. Manguito rotador.

AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE BACTERICIDA DO LEITE MATERNO E OS POSSÍVEIS EFEITOS DA PASTEURIZAÇÃO NA INTEGRIDADE DA LACTOFERRINA

Naomi Sousa Rodrigues – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
naomisrodrigues@sempreceub.com
Breno Pereira Soares – UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
bre.soares@sempreceub.com
Anabele Azevedo Lima – UniCEUB, professora orientadora
anabele.lima@ceub.edu.br

Após o nascimento, o lactente necessita de alimento capaz de atender suas insuficiências imunológicas e microbiológicas. Nesse sentido, o leite materno é ideal, por conter componentes de defesa, em especial, imunoglobulinas e proteínas antimicrobianas (lactoferrina). O colostro é o primeiro leite a ser secretado e tem alta concentração de proteínas quando comparado ao leite maduro, produzido quinze dias após o parto. O processo de pasteurização tem por objetivo eliminar a transferência de patógenos por meio da amamentação, no entanto demonstra ser capaz de desnaturar proteínas essenciais, reduzindo a capacidade de proteção do leite. Desse modo, o objetivo do presente trabalho é avaliar a atividade bactericida do leite materno antes e depois do processo de pasteurização térmico aplicável (63 °C), mediante o contato com bactérias patogênicas. Lactantes voluntárias do Hospital Materno Infantil de Brasília, da rede pública do Distrito Federal, foram convidadas a participar da pesquisa, doando cerca de 5 ml de leite materno (colostro ou maduro), seguindo as normas do Comitê de Ética. Visando avaliar a eficácia antimicrobiana do leite materno, utilizaram-se duas cepas bacterianas, *Escherichia coli* e *Pseudomonas aeruginosa*, cultivadas em ágar BHI (Brain Hearth Infusion) por 24 horas, a 37°C. As cepas foram semeadas em ágar Mueller-Hinton, com adição de discos embebidos em leite materno, maduro ou colostro, antes e após o processo de pasteurização, sobre as placas, e cultivadas por 24 horas, a 37°C. Este processo ocorreu pelo método térmico aplicável, o qual consistiu em submergir os tubos com as amostras de leite na água, à temperatura de 63°C por 30 minutos, e, em seguida, promover o choque térmico por meio da imersão dos frascos em água abaixo de 5° C. Dos resultados analisados nas 18 amostras, 2 de colostro inibiram o crescimento de *Pseudomonas aeruginosa*, formando halos de 1 cm e 1,4 cm; em relação à inibição do crescimento em cultura de *E. coli.*, 3 amostras apresentaram ação antimicrobiana, formando halos de 1,3 cm, 1 cm e 0,5 cm. Com base nesses resultados, é possível concluir que o leite materno tem ação antimicrobiana, no entanto faz-se necessária a realização de mais pesquisas, com o intuito de definir melhor esse processo. Portanto, analisar possíveis alterações no teor proteico do leite humano, em suas diferentes fases decorrentes de tratamentos térmicos é de relevância científica, uma vez que a pasteurização feita nos bancos de leite materno do Brasil objetiva inativar microrganismos patogênicos, podendo acarretar a diminuição da concentração de lactoferrina e, consequentemente, a ação antimicrobiana e, assim, comprometer a qualidade do leite materno estocado.

Palavras-chave: Ação bactericida. Leite materno. Enterobactérias.

AVALIAÇÃO DA REPRODUTIBILIDADE DAS CLASSIFICAÇÕES LAUGE-HANSEN, DANIS-WEBER E AO PARA FRATURAS DO TORNOZELO

Diogo Marcelino Santos Lima – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
diogo.lima@sempreceub.com
Marcio de Paula e Oliveira – UniCEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br

Os sistemas de classificação de fraturas ajudam a criar uma linguagem universalizada e de fácil interpretação, útil na decisão rápida e eficiente da melhor intervenção a ser feita no manejo dos mais diversos tipos e subtipos de fraturas. Os sistemas elaborados para classificação de fraturas do tornozelo são ferramentas vitais no manejo correto deste tipo de lesão. Representando uma das fraturas mais comuns do esqueleto apendicular, as fraturas do tornozelo ocorrem com grande frequência, entre os praticantes de esportes de contato e indivíduos idosos. Sua incidência pode chegar a 187 fraturas por 100.000 habitantes, e, com o envelhecer da população brasileira, elas serão cada vez mais habituais à prática ortopédica no Brasil. Entre os principais instrumentos de classificação de fraturas do tornozelo, destacam-se as classificações de Laugen-hanse (LH), Danis-Weber (DW) e a classificação seguindo princípios para fixação interna do grupo Arbeitsgemeinschaftfür Osteosynthesefrage (AO). O objetivo deste estudo foi avaliar o grau de concordância interobservador e intraobservador destes sistemas de classificação para médicos ortopedistas em diferentes estágios de formação e nível de experiência profissional. O estudo foi feito em duas medições (M1 e M2), com 30 dias de intervalo, e foram selecionadas trinta radiografias de diferentes fraturas de tornozelo. As classificações foram fornecidas junto às radiografias, durante as medições para os onze avaliadores, seis especialistas membros da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia e cinco residentes. A análise inferencial foi composta pelo coeficiente de *Kappa* ponderado para análise de concordância interobservador e intraobservador dos instrumentos de classificação DW, LG e AO para os dois momentos de avaliação. Observou-se que o instrumento DW apresentou, em média, grau de concordância significativamente maior que os instrumentos LG e AO, na amostra total e nas subamostras de profissionais, tanto nos momentos M1 como M2. Não houve diferença significativa no nível de 5%, no grau de concordância entre os instrumentos LG e AO, na amostra total e nas subamostras de profissionais, nos momentos M1 e M2. O instrumento DW é o que apresentou maior reprodutibilidade de grau bom a ótimo, tanto interobservador como interobservador. Por outro lado, os instrumentos LG e AO apresentaram concordâncias semelhantes de grau fraco a moderado.

Palavras-Chave: Tornozelo. Reprodutibilidade. Lauge-Hansen. Dannis-Weber. AO.

AVALIAÇÃO DA SOBREPOSIÇÃO DE PARÂMETROS NOS ÍNDICES DE QUALIDADE DE ÁGUA (IQA) ADOTADOS NO BRASIL

]

Gabriela de Souza Santana – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
gabrielasantana@sempreceub.com
Eduardo Cyrino de Oliveira Filho – UniCEUB, professor orientador
eduardo.cyrino@ceub.edu.br

O IQA foi adotado pela CETESB/SP no Brasil e foi elaborado pela Fundação Sanitária Nacional dos Estados Unidos em 1970. Baseia-se em nove parâmetros que refletem, principalmente, a poluição causada pelo lançamento de esgotos domésticos. Entretanto, alguns desses parâmetros são redundantes, por estar amplamente relacionados. Este trabalho tem por objetivo avaliar a sobreposição de parâmetros no clássico IQA utilizado no Brasil, que inclui oxigênio dissolvido, coliformes termotolerantes, pH, DBO, temperatura, nitrogênio total, fósforo total, turbidez e resíduo total. Para isso, foi realizado monitoramento de qualidade de água em 6 rios do Distrito Federal, sendo 3 inseridos em área rural e 3 no ambiente urbano. A partir de cada amostra coletada, foram realizadas determinações do total de 34 parâmetros físicos, químicos e microbiológicos, incluindo 9 parâmetros do IQA clássico e 25 parâmetros importantes nos estudos de qualidade da água. As análises estatísticas foram realizadas por meio de utilização do programa R. Para investigação da normalidade foi utilizado o teste Kolmogorov-Smirnov, e para estabelecimento de correlações entre os parâmetros foi aplicado o teste de Pearson (para variáveis com distribuição normal) e de Spearman (para variáveis não normais). A partir dos resultados obtidos, evidenciou-se que houve correlação moderada entre os parâmetros resíduo total, turbidez e DBO, coliformes termotolerantes nas coletas do período chuvoso (de novembro de 2017 a fevereiro de 2018). Porém, na estação seca (de abril a junho de 2018), a correlação foi considerada fraca. Os resultados obtidos permitem concluir que há diferença nas correlações entre os períodos chuvoso e seco. Além disso, os dados mostram que a correlação observada no período chuvoso pode permitir a redução nos parâmetros do IQA, como a exclusão de um dos dois ou a substituição de um dos parâmetros por outro que apresente maior relevância em relação aos impactos sobre a qualidade e os usos preponderantes da água.

Palavras-Chave: Índices de qualidade. Ecotoxicologia. Parâmetros de qualidade.

AVALIAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DE DIFERENTES ADITIVOS NO CONCRETO PERMEÁVEL PARA PERMITIR MISTURA E TRANSPORTE EM CAMINHÃO BETONEIRA

Ana Gabriela de Oliveira Barreto – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
gabrielabarreto@sempreceub.com
Luciana Nascimento Lins – UniCEUB, professora orientadora
luciana.lins@ceub.edu.br

A tecnologia para pavimentos permeáveis carece de estudos aprofundados, uma vez que esse tipo de revestimento traz consigo inúmeros benefícios principalmente no quesito de sustentabilidade, como, por exemplo, a capacidade de percolação da água através de seus poros, o que evita o acúmulo de lâmina d'água em sua superfície, a possível recarga de lençóis freáticos, a filtragem prévia de sedimentos indesejáveis no solo, entre outros. O estudo visa ao transporte do concreto permeável em seu estado fresco, por meio de caminhão betoneira, a partir da análise entre diferentes aditivos e suas combinações mediante ensaios sugeridos pela norma NBR 16416:2015 Pavimentos permeáveis de concreto – Requisitos e procedimento. Para a realização deste estudo, foram aproveitados de pesquisas anteriores parâmetros, como traço, faixa granulométrica de agregados e tipo de cimento utilizado por Teixeira (2017). Os resultados obtidos demonstraram que é possível produzir concreto permeável com diferentes usos, por meio da mesma composição, variando somente o tipo de aditivo utilizado, contudo ainda não foi possível determinar se o transporte é viável.

Palavras-Chave: Sustentabilidade. Pavimento permeável. Aditivos.

AVALIAÇÃO DO COMPORTAMENTO MECÂNICO DO SOLO DA CAMADA DE REPARTIÇÃO PARA FUNDAÇÃO COM INCLUSÃO RÍGIDA NO DISTRITO FEDERAL

Fernanda Lopes Oliveira – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
lopesfernanda411@gmail.com
Sonny Albert Amorim da Silva – UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
sonnyalbertamorim@gmail.com
Ivonne Alejandra Gutiérrez Góngora – UniCEUB, professora orientadora
ivonne.gongora@ceub.edu.br
Julián Asdrubal Buriticá Garcia – professor colaborador
julian.buritica@gmail.com

Pelas condições geotécnicas do solo superficial do Distrito Federal, geralmente, são executadas fundações profundas do tipo hélice contínua, cujas vantagens são a grande disponibilidade de equipamentos de perfuração com diferentes diâmetros e profundidades pelas empresas construtoras locais e a produtividade elevada que tornam o método de escavação competitivo no mercado. As fundações de prédios de pequeno porte no Distrito Federal podem chegar a 30 m de profundidade, em razão da baixa resistência e da baixa capacidade de suporte dos solos superficiaisda região. A fundação desses prédios torna-se onerosa quando comparada com fundações típicas superficiais em outras regiões do país. Para economizar em execução de edifícios de pequeno porte de projetos habitacionais de baixo custo, por exemplo, entre 2 e 6 andares, torna-se interessante realizar estudos, com o intuito de encontrar alternativas de fundações que sejam viáveis tecnicamente e economicamente. Existem trabalhos que utilizam inclusões rígidas; trata-se de uma técnica de reforço de solos compressíveis bastante utilizada em outros países, como México e França, que se compõe de inclusões de concreto simples, tipicamente verticais, formando uma espécie de grelha, e uma camada de transferência de carga constituída, geralmente, por um material melhorado compactado em que podem ser utilizados geossintéticos para reforço e um capitel no topo da inclusão para distribuir melhor as tensões. A camada de transferência de carga localiza-se logo acima das inclusões rígidas; nela, são desenvolvidos arcos de transferência de carga de uma inclusão para outra, contribuindo com o aumento da capacidade de carga e a diminuição dos recalques causados pelo colapso ou pelo adensamento do solo. A pesquisa tem como intuito analisar a viabilidade de usar um solo superficial típico do Distrito Federal como camada de transferência de carga na técnica das inclusões rígidas; para isso, foi dividida em duas etapas. A primeira determina as propriedades físicas do solo, tais como caracterização, ensaios de compactação com energia normal, ensaios de resistência ao cisalhamento direto com solo na umidade natural e saturado e ensaios de adensamento unidimensional. A segunda realiza simulações numéricas 2D com diferentes combinações de carga, separação de inclusões e espessura da camada de transferência de carga, para verificar o comportamento mecânico e a eficiência na diminuição de recalques da solução. Dos resultados obtidos, pode-se relatar que as melhores combinações foram para a camada de repartição, utilizando espaçamento entre inclusões de 2m. Portanto, as inclusões rígidas são viáveis para reduzir recalques com carregamentos até 40 kPa, para o solo saturado ou com umidade natural, porém as combinações com o saturado recalcaram mais que o solo em estado natural. Os recalques ficaram nos limites admissíveis de 50 mm, mostrando que a técnica das inclusões rígidas pode ser viável para diminuição de custos.

Palavras-Chave: Inclusões rígidas. Camada de repartição. Arcos de transferência de carga. Solos moles. Plataforma de transferência de carga.

AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO RUÍDO AERONÁUTICO NO ENTORNO DO AEROPORTO DE BRASÍLIA

Patrícia dos Reis de Morais– UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
patricia.reis@sempreceub.com
Raphaella de Souza Serapião Amorim– UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
raphaella.amorim@sempreceub.com
Edson Benício de Carvalho Júnior– UniCEUB, professor orientador
edson.carvalho@ceub.edu.br

O presente estudo avaliou o impacto do ruído aeronáutico no entorno do Aeroporto Internacional de Brasília, após a implementação das operações simultâneas nas suas cabeceiras. Esse aeroporto tornou-se o primeiro da América do Sul a operar com as quatro cabeceiras independentes. O método foi sustentado em simulações de curvas de ruído e elaboração de mapas de ruído. Para a simulação, foi utilizada a metodologia descrita no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil 161, de 2013, com uso da métrica acústica Day-Night Average Sound Level (DNL), que representa o nível de ruído médio no período de 24 horas. O *software* utilizado foi o INM 7.0d, e o *output* gerado foi exportado a um *software* SIG, para elaboração dos mapas de ruído. Os dados necessários para a realização da pesquisa foram fornecidos pela operadora do aeroporto – INFRAMERICA. Foram realizadas simulações para dois contextos. O primeiro foi para o mês de março de 2017, quando ocorreram operações de pouso e decolagem no formato padrão, ou seja, as movimentações de pouso ocorrem, preferencialmente, em uma pista, e as de decolagem, na outra pista. O segundo contexto foi para março de 2018 onde ocorreram somente operações simultâneas nas quatro cabeceiras. As áreas das curvas de ruído geradas foram comparadas, e o total de movimentações ao mês foi de 13.366 (março 2017) e 13.260 (março 2018). A frota de aeronaves utilizada foi a mesma nos dois contextos, variando somente os percentuais de operação das aeronaves. Embora o total de movimentos seja praticamente o mesmo nos dois contextos, o de operações simultâneas apresentou mudanças no percentual de uso, em todas as cabeceiras. Essas alterações podem ser devidas a condições meteorológicas especificas. Em relação às pistas, foi observado um percentual maior de utilização da pista 2 (11R/29L), mais próxima ao Park Way, em relação à pista 1 (11L/29R), próxima ao Lago Sul, nos dois contextos. A concentração na pista 2 pode ocorrer pelo número maior de voos com destino às principais cidades do Sudeste e do Sul do país que decolam, preferencialmente, dessa pista. Analisando os mapas de ruído elaborados, foi observado que o contexto 2 resultou em poucas alterações na comparação entre as áreas das curvas de ruído com o contexto 1. Desse modo, não se observaram mudanças expressivas de aumento da população exposta ao ruído aeronáutico no interior dessas curvas. Assim, a alteração da configuração de operação, baseada no contexto 1 para o 2, não resultou em impactos expressivos de ruído aeronáutico nas áreas circunvizinhas ao Aeroporto de Brasília. Todavia, verificou-se a população exposta ao ruído aeroviário nas DNL 55 e 60, ou seja, essas curvas atingem regiões de Taguatinga, Samambaia, Riacho Fundo, Setor de Mansões Dom Bosco e Lago Sul. As curvas de ruído ainda estão fora das restrições de uso e ocupação do solo indicados no RBAC 161. Apesar de ser compatível com o uso residencial, o ruído aeronáutico nessas regiões é percebido pelos moradores, podendo gerar reações. Portanto, as áreas sob essas curvas devem ser incluídas em estudos de impactos ambientais.

Palavras-Chave: Ruído aeronáutico. Zoneamento Sonoro. Mapas de ruído. Impacto ambiental.

AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DE PROTETORES SOLARES SOBRE ORGANISMOS AQUÁTICOS

Mateus Marcelo Ribeiro Reche Corrêa –UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno bolsista
mmrrc91@gmail.com
Eduardo Cyrino OliveiraFilho – UniCEUB, professor orientador
eduardo.cyrino@ceub.edu.br

Em razão de efeitos adversos e patologias gerados pela exposição solar, o uso de protetores solares, ao longo dos últimos, anos apresentou aumento significativo. Em decorrência disso, a presença dos ingredientes ativos destes produtos também aumentou em ambientes aquáticos. O objetivo deste estudo é avaliar os efeitos adversos de dois protetores solares comerciais na sobrevivência e na reprodução do caramujo aquático *Biomphalariaglabrata,* comumente estudado, por ser um dos hospedeiros intermediários do *Schistosoma mansoni* e por sua ampla distribuição geográfica no Brasil. Os organismos utilizados são cultivados no Laboratório de Ecotoxicologia, da EMBRAPA Cerrados, seguindo modelo de procedimento padronizado. Os protetores solares Marca A e Marca B foram selecionados mediante pesquisas em *sites* de *ranking* de venda que indicaram os dois como mais vendidos nas categorias de FPS entre 30-50. Caramujos adultos, com diâmetro de concha entre 12 ± 15 mm, foram expostos a soluções do material em água mole sintética, com dureza de 40-42 mg/L, em carbonato de cálcio (CaCO3). Os testes de toxicidade aguda foram realizados mediante a exposição semiestática de grupos de até 10 organismos ao material, durante o período de 96 horas, com trocas diárias das diluições. Por conta da carência de dados a respeito da toxicidade aguda com protetores comerciais, houve a necessidade de testes preliminares com concentrações altas, para determinar a concentração capaz de causar a mortalidade nos indivíduos testados, e concentrações menores, para avaliar a quantidade suportada, sem causar a mortalidade. Houve dificuldades no entendimento do comportamento dos compostos imersos na água, uma vez que ocorreu precipitação e baixa solubilidade do material. Após os testes preliminares, foi possível estabelecer a toxicidade aguda dos dois produtos, baseando-se na concentração letal para 50% dos organismos (CL50). Os resultados foram para o produto da Marca A CL50 48h (g/L) = 10,6 (5,2 - 21,7) e CL50 96h (g/L) = 6,8 (5,6 - 8,4), enquanto, para o produto da Marca B, CL50 48 (g/L) = 13,7 (9,4 - 20,0) e CL50 96h (g/L) = 9,8 (8,7 - 11,1). Após análise dos dados, foi constatado que ambos os produtos apresentaram toxicidade ao organismo teste nas concentrações estabelecidas, todavia os valores observados como tóxicos estão bem acima dos encontrados na literatura como disponíveis em resíduos observados na água.

Palavras-Chave: **Protetor solar. Ecotoxicologia. Filtros UV.**

BRASÍLIA: ENTRE DINÂMICAS LOCAIS E GLOBAIS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO URBANA

Maylla Jordana da Costa Sales – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
maylla.jordana@gmail.com
Julyane de Sousa Oliveira – UniCEUB, aluna colaboradora
Julyane.sousa96@hotmail.com
Sávio Tadeu Guimarães – UniCEUB, professor orientador
savio.guimaraes@ceub.edu.br

Esta pesquisa, pautada em alterações na espacialidade urbana da cidade de Brasília, apresenta uma reflexão sobre processos de desterritorialização urbana, como os vinculados à gentrificação, crescentemente constatada nas diversas cidades do mundo e bastante criticada. Outro conceito mais recente, o de *sustentabilidade*, também se tornou ponto-chave do estudo pelo fato de poder ser considerado, em alguns casos, como possível auxílio ao restabelecimento de maiores vínculos com o espaço público, sobretudo. A partir dos estudos e das reflexões desenvolvidos ao longo da pesquisa, ampliou-se o conhecimento teórico com a empiria, alcançando maior aproximação da realidade local, por meio da ênfase qualitativa, atenta ao que os moradores e os frequentadores de espaços urbanos e comerciais da capital federal pensam sobre a cidade em que habitam. Com esta pesquisa, espera-se contribuir para as crescentes reflexões sobre as práticas, os efeitos e as consequências da produção e da apropriação da espacialidade urbana.

Palavras-Chave: Brasília. Desterritorialização urbana. Gentrificação. Segregação urbana. Sustentabilidade.

BRASÍLIA SITUACIONISTA: EXPLORANDO UM REFERENCIAL TEÓRICO PARA O MAPEAMENTO CRÍTICO DO GÊNERO

Ana Laura Botelho Rodrigues– UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
arq.anabotelho@sempreceub.com
Marcella Kehl do Nascimento – UniCEUB, PIC institucional, aluna voluntária
marcellakehl.arq@gmail.com
Maria Emília Bastos Stenzel – UniCEUB, professora orientadora
emília.stenzel@ceub.edu.br

A pesquisa *Brasília situacionista* propõe o mapeamento da apropriação por gênero dos espaços do Plano Piloto com foco na evolução histórica e na análise de suas características. O método é cruzar as estratégias de mapeamento inauguradas por Guy Debord, no quadro da Internacional Situacionista, com as perspectivas teóricas feministas desenvolvidas na Arquitetura, em especial na perspectiva de Diana Agrest, Paola Berenstein, Beatriz Colomina, Joan Scott, Judith Butler e Rebecca Solnit. Desta forma, revelam-se as camadas cartográficas desenvolvidas pelo estudo dos mapas afetivos das pessoas que vivem Brasília no dia a dia. A diagramação urbana é fundamentada na Teoria da Deriva, no feminismo pós-estruturalista e na psicogeografia. A essência do urbanismo modernista de Brasília estimula vivências singulares deste espaço, principalmente quando adentra ao tema de gênero. Percebe-se que, desde o momento do planejamento urbano e da construção da nova capital, o corpo e o símbolo do feminino foram excluídos e, em seguida, reprimidos, refletindo-se nos vazios cheios de monumentalidade. Ao propor a reconstrução da identidade e dos modos de representação da mulher, focos característicos desses estudos, no âmbito do espaço de Brasília, a pesquisa possibilita a ampliação dessa perspectiva no campo dos estudos históricos e teóricos dos espaços públicos da capital. Os resultados apresentados mostram a relação entre as percepções dos entrevistados e os seus trajetos por Brasília. Por último, busca-se contribuir para a formulação de uma compreensão inclusiva e abrangente dos espaços habitacionais de nossa cidade, fornecendo elementos que possam (re)orientar as práticas urbanísticas vigentes.

Palavras-Chave: Brasília. Arquitetura. Urbanismo. Gênero. Situacionismo.

CARACTERIZAÇÃO GEOTÉCNICA PARA IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTO PERMEÁVEL EM ÁREA URBANA

Geovana Milhomem Mosquéra – UniCEUB, PIC Voluntário em Arquitetura e Urbanismo, aluna voluntária
geovana.mosquera@sempreceub.com
Neusa Maria Bezerra Mota – UniCEUB, professora orientadora
neusa.mota@ceub.edu.br

A análise superficial do solo local, por meio de caracterização geotécnica, é a primeira etapa de um projeto de implantação de pavimento permeável, uma vez que o solo superficial absorverá os esforços de tráfego de pessoas e ou veículos, por ser parte do sistema que deve garantir a adequada infiltração de água ao longo do seu perfil estratigráfico. A utilização de solos locais para a pavimentação permeável é uma alternativa que já se provou eficiente em diferentes estudos. O presente trabalho realiza ensaios geotécnicos para a caracterização do solo superficial do estacionamento do bloco 8 do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), localizado na Asa Norte em Brasília/DF, com vista à implementação de pavimentos permeáveis. O solo local apresenta-se coberto por camada de brita de variados tamanhos sob aterro compactado, o que exigiu a separação adequada desse material para alcançar a parcela natural da camada de solo. Foram executados ensaios geotécnicos *in situ* e laboratoriais por meio de coleta de amostras deformadas em 9 (nove) pontos distintos do estacionamento. Os ensaios *in situ* foram: frasco de areia, infiltração duplo anel, permeabilidade (método de Porchet), Dynamic Cone Penetration Test (DCP) e Sondagem de Simples Reconhecimento (SPT); os ensaios laboratoriais foram: granulometria, método Miniatura, Compactado, Tropical – MCT, compactação, massa específica real e limites de liquidez e plasticidade. Em seguida, o solo foi identificado como tropical laterítico, pela metodologia MCT, como solo arenoso laterítico (LA), que é de frequente uso como base de pavimentos. Tais ensaios são essenciais para a obtenção da caracterização e do conhecimento mais detalhado do solo, consistindo em parâmetros importantes para o dimensionamento adequado de um pavimento permeável.

Palavras-Chave: Solo laterítico. Caracterização. Pavimento permeável.

CASUÍSTICA DE ENFERMIDADES EM CÃES E GATOS ATENDIDOS NO HOSPITAL VETERINARI DE BRASÍLIA, BRASIL

Ana Carolina Mota de Faria – UniCEUB, PIC VETERINARI, aluna voluntária
ana.faria@sempreceub.com
Daniela Rodrigues – UniCEUB, PIC VETERINARI, aluna colaboradora
danixrod@gmail.com
Bruno Alvarenga dos Santos – UniCEUB, professor colaborador
bruno.alvarenga@ceub.edu.br
Carlos Alberto da Cruz Júnior – UniCEUB, professor orientador
carlos.junior@uniceub.br

Com o aumento da população mundial de animais domésticos, manifesta-se crescente necessidade de atendimentos veterinários específicos que contribuam para melhor qualidade de vida dos animais. Os estudos de casuísticas em hospitais veterinários, com avaliação das afecções mais frequentes da rotina, tornam-se fundamentais para os processos de planejamento, prevenção e tratamento adequado das espécies. Diante do exposto, realizou-se durante 4 meses consecutivos um estudo de coorte retrospectiva nos prontuários do Hospital Veterinari. A classificação das afecções clínicas foi baseada nas informações contidas nos prontuários e organizadas por sistemas corporais. Os pacientes que apresentaram mais de uma enfermidade foram incluídos em dois ou mais sistemas. Foram avaliados 872 atendimentos que incluíram o total de 354 animais. A frequência de atendimento das espécies foi superior em caninos (86%), em relação aos felinos (14%), corroborando os dados da literatura, na qual a população de cães é mundialmente maior que a de gatos. Durante o levantamento, observou-se maior frequência de animais do sexo masculino entre os caninos (53%) e os felinos (56%). Os principais atendimentos consistiram na imunização dos filhotes (n=265, 28%), enquanto os diagnósticos mais recorrentes foram os do sistema tegumentar (n= 133, 14%), digestório (n=121, 13%), ortopédico (n= 94, 10%), reprodutivo (n=51, 5.3%), oftalmológico (n=47, 5%), oncológico (n=42, 4.4%), neurológico e toxicológico (n= 41, 4.3%), urinário (n= 26, 4.3%), odontológico (n= 25, 2.6%), respiratório (n=24, 2.5%), infectocontagioso (n=19, 2%), endócrino (n=15, 2%), cardíaco (n=5, 0.5%) e outros (n=45, 4.7%). Os resultados evidenciaram maior procura por procedimentos de vacinação dos filhotes, essencial para a prevenção de doenças. Por outro lado, entre os atendimentos mais recorrentes, observou-se elevado número de afecções dermatológicas, que, na maioria dos casos, relacionava-se a reações alérgicas causadas por fungos ou bactérias. Além disso, destacaram-se nos demais atendimentos casos periódicos de gastroenterite no aparelho digestório, fraturas e traumas musculares decorrentes de brigas e atropelamentos nos casos ortopédicos, partos distorcidos e piometra evolvendo o sistema reprodutor, enquanto, nas enfermidades infectocontagiosas, apresentaram-se casos de verminoses, cinomose e parvovirose. Com base no estudo, foi possível traçar o perfil de pacientes que frequentaram o hospital e identificar os casos que mais ocorrem na rotina da clínica. Ressalta-se que a maioria das enfermidades poderiam ser minimizadas ou evitadas por medidas profiláticas na saúde animal.

Palavras-Chave: Doenças. Veterinária. Pacientes.

CIDADE EFICIENTE E SUSTENTÁVEL: TECNOLOGIA DA ARQUITETURA – QUALIDADE AMBIENTAL, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E REÚSO DE ÁGUA – ESTUDOS DE CASO

Victória Webster de Freitas Montenegro – UniCEUB, PIBITI Institucional, aluna bolsista
webster.victoria@outlook.com
Carolina Ros Fernandes Lima – UniCEUB, PIBITI Institucional, aluna voluntária
carolina.rosflima@gmail.com
Eliete de Pinho Araujo – UniCEUB, professora orientadora
eliete.araujo@ceub.edu.br

O trabalho pretende estudar a tecnologia da arquitetura, visando à sustentabilidade. Desafios, como a falta de água no Planeta e o desempenho das edificações e das cidades, comprometem a qualidade de vida. Assim, foi feita a análise ambiental na Alemanha e na Espanha para aplicar-se em Brasília, Brasil, baseada na leitura das referências bibliográficas. Como metodologia, foram feitos levantamentos de procedimentos relacionados ao tema; foram analisados e verificados os resultados obtidos. Foi proposta a disciplina "Terceiro Milênio", a ser incluída na grade curricular, que é uma etapa a ser planejada. Como resultados, com foco na nova aplicação da arquitetura, por meio de um conjunto de práticas, conceitos e técnicas usados naconstrução sustentável, a curto e longo prazos, tratou-se do estudo referente à eficiência energética, ao reúso de água, às paisagens urbanas e aos processos que levaram à sua formação. Assim, entende-se o funcionamento, a aplicação e o uso dos melhores modelos encontrados no mundo para a possível releitura e aplicação no país. Juntamente com a arquitetura verde, surgiu o estudo da biomimética, que pesquisa os meios criativos que a natureza encontra para adaptar-se, crescer e viver. Assim, requalificou-se, de maneira sábia, o uso da arquitetura junto à natureza, em prol dos seres vivos. Cada um desses projetos testemunhou inovações nos processos técnicos e organizacionais, que contribuíram com novo conjunto de práticas profissionais caracterizadas pela ênfase nos aspectos operacionais e orientados para o desempenho dos processos paisagísticos e da urbanização com foco na logística e nos mecanismos. Como resultante, obteve-se um avanço na pesquisa com os estudos de casos já existentes no mundo, como o desenvolvimento de quatro grandes iniciativas de obras públicas que oferecem novos modelos de prática para urbanistas de paisagem do século XXI. Conclui-se que é possível a implantação de novos projetos pelo Estado que incentivem o cidadão a cuidar e conservar o verde e o meio ambiente, utilizando-se os recursos naturais.

Palavras-chave: Tecnologia. Reúso. Arquitetura verde. Cidade. Terceiro milênio.

CONCEITUAÇÃO E APLICAÇÃO DAS CONSEQUÊNCIAS DO CRIME NAS DECISÕES CONDENATÓRIAS POR TRÁFICO DE DROGAS NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ

Victória de Andrade Eufrásio – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna bolsista
victoria@sempreceub.com
Daniel Silva Boson – UniCEUB, professor orientador
daniel.boson@ceub.edu.br

Os efeitos sociais negativos do consumo de drogas são universalmente reconhecidos, de forma que, praticamente, todos os países buscam reduzi-lo por meio de proibição ou de regulação. No Brasil, o mercado de drogas é combatido pelo Estado por meio da cominação de penas criminais aos envolvidos, o que demanda, em caso de condenação, um procedimento de dosimetria da pena. O artigo 59 do Código Penal determina que se considere o elemento *consequências do crime*. O presente trabalho busca verificar se o Superior Tribunal de Justiça (STJ) obtém clareza do conceito *consequências do crime* e se o aplica uniformemente, no cálculo da pena por tráfico de drogas, o que se supõe ser requisito para a atuação eficiente e coerente do tribunal. Com suporte teórico na doutrina jurídica sobre dosimetria da pena e na literatura econômica sobre os impactos negativos do mercado de drogas, analisaram-se 278 decisões do STJ que continham os termos *consequências* e *tráfico de drogas* e que poderiam inclui explicações do STJ sobre o elemento legal *consequências do crime*, nas decisões condenatórias por tráfico de drogas. Verificamos que o Judiciário ainda não tem, sequer, entendimento uniforme sobre quais *consequências do crime* são próprias do tipo penal e quais são os elementos de dosimetria, visto que, para a mesma justificativa, por exemplo, danos à saúde pública, há entendimentos divergentes sobre essa avaliação. Além disso, em geral, esses efeitos negativos são analisados nas decisões do tribunal, de forma abstrata, sem adentrar nos danos específicos de cada conduta. Assim, a jurisprudência do STJ gera um problema tanto jurídico como econômico-social. Juridicamente, não há interpretação e aplicação clara de um dos elementos que o legislador decidiu ser considerado nas decisões condenatórias penais, ao menos, por tráfico de drogas. Do ponto de vista econômico-social, aparentemente, não há uma análise técnica sobre o porquê de punir e como punir, de forma que a atuação do Judiciário no combate ao mercado de drogas, ao menos da leitura das decisões sobre que é pertinente ao elemento *consequências do crime*, aparenta ser amadora, visto que é baseada em análises genéricas.

Palavras-Chave: Tráfico de drogas. Dosimetria das penas. Consequências. STJ.

CONCURSOS EM REVISTA: ANÁLISE DE CONCURSOS SOB A ÓTICA DA REVISTA ARQUITETURA E ENGENHARIA (BELO HORIZONTE, 1949-1965)

Stefanie Martins de Souza – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna bolsista
stefanie.martins@sempreceub.com
Fabiano José Arcádio Sobreira – UniCEUB, professor orientador
fabiano.sobreira@@ceub.edu.br

O objetivo da pesquisa é a análise de concursos de projeto sob a ótica da revista *Arquitetura e Engenharia* (Belo Horizonte, 1949-1965), um dos principais periódicos de difusão da arquitetura moderna no Brasil, no período indicado. A pesquisa partiu de duas premissas complementares: dos concursos como expressões do pensamento arquitetônico em determinado espaço e tempo, independentemente da materialização das obras; das revistas como meios de difusão das ideias de vanguarda e "pré-canônicas". A partir da catalogação do conteúdo publicado na revista no período demarcado, destacam-se os seguintes registros de maior relevância, relacionados ao tema "concursos": Normas Básicas para Concursos de Arquitetura (n.21, mai. 1952); Sede do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais (n.22, jun./ago. 1952), Escola de Guerra Naval (n.23, set./out. 1952), Sede do DER em São Paulo (n.25, mar./abr. 1953), Plano Piloto da Nova Capital (n. 44, abr. 1957) e Assembleia Legislativa de Minas Gerais (n. 67, 1964). Conclui-se que, apesar de pouco frequentes e eventualmente controversos, os concursos foram importantes para os debates sobre a arquitetura e a afirmação profissional no período, sendo a revista *Arquitetura e Engenharia* importante veículo de difusão. Como estudo de caso específico, foi analisado o concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, resultado de longo processo que envolveu dois concursos de arquitetura e importantes debates no meio profissional. O projeto vencedor é de autoria dos então jovens arquitetos Richard Kohn e Pawel Martyn Liberman. O edifício foi inaugurado em 1972 e, em 2009, foi tombado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte. Uma análise mais detalhada do concurso e do projeto resultante foi registrada em artigo publicado nos anais do V ENANPARQ (Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Salvador, 2018).

Palavras-Chave: Concursos. Revistas. Arquitetura. Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

CUIDADOS PALIATIVOS PEDIÁTRICOS: PERCEPÇÕES DE PAIS E/OU CUIDADORES DO CUIDADO NO FINAL DE VIDA

Vitor de Castro Cabral - UniCEUB, PIC Instituicional, aluno bolsista
vitordeccabral@gmail.com
Fernanda de Carvalho Braga - UniCEUB, PIC Instituicional, aluna voluntária
braga.fernanda.carvalho@gmail.com
Neulânio Francisco de Oliveira - UniCEUB, professor orientador
neulanio.oliveira@ceub.edu.br

O cuidado pediátrico deve ser baseado na tríade paciente-família-profissional de saúde, uma vez que, nessa fase do desenvolvimento, a tomada de decisão, muitas vezes, ocorre com a participação da família. Estabelecer uma comunicação efetiva entre pais e profissionais da saúde possibilita aos cuidadores maior conhecimento em relação ao paciente, permitindo, assim, que possam tomar parte nos processos decisórios do tratamento. O objetivo da pesquisa é conhecer a percepção dos pais e/ou cuidadores, no que diz respeito à qualidade dos cuidados oferecidos aos pacientes internados em uma Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica (UTIP) de referência do Distrito Federal. A pesquisa foi realizada na Unidade de Tratamento Intensivo Pediátrico no Hospital Materno Infantil de Brasília. Para coletar informações, foi adaptado o instrumento *Quality of Children's End-of-Life Care* em escala de Likert, adequando-o à realidade do serviço em que a pesquisa foi realizada. Além disso, procedeu-se à entrevista semiestruturada para abranger a percepção dos entrevistados sobre a assistência recebida durante a internação. Participaram da pesquisa 35 cuidadores; 94,3% eram pais, e 5,7%, outros familiares, sendo 80% mulheres e 20% homens; 60% dos internados eram lactentes, 20%, pré-escolares, 5,7%, escolares, e 14,2%, adolescentes. Das patologias que motivaram a internação, 48,6% eram agudos, 28,6%, congênitos, e 22,9%, crônicos. Dos sintomas presentes na internação, analisou-se dor, náuseas, vômitos, dificuldades respiratórias, sangramentos, convulsões, tristeza, ansiedade e medo em variados graus, além da satisfação quanto ao controle desses sintomas. Quanto à satisfação dos entrevistados, 25,7% classificaram a qualidade dos cuidados ao paciente como bom, 34,3%, como muito bom, e 40%, como excelente. Na parte qualitativa, as respostas foram separadas em categorias: atenção da equipe; procedimento; profissional; ambiente da UTIP; más notícias; recuperação; cuidado da equipe; qualidade da unidade de saúde. Essas se referem à percepção dos entrevistados como melhor, pior ou mais importante evento durante a internação. Pode-se concluir que a avaliação de como cuidadores percebem a assistência oferecida ao paciente é valiosa para auxiliar o estabelecimento de terapia ou cuidado. Utilizar um instrumento estruturado para mensurar a qualidade do serviço pode auxiliar profissionais de saúde a verificar pontos a ser aprimorados.

Palavras-Chave: Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica. Pais. Cuidadores. Qualidade do cuidado.

CURATIVO ESPACIAL: ARQUITETURA E CONFECÇÃO DA SALA DE INTEGRAÇÃO SENSORIAL DO ADOLESCENTRO 605 SUL

Amanda Silva Wilson Borges – UniCEUB, PIBITI Institucional, aluna bolsista
amanda.borges@sempreceub.com
Francisco Afonso de Castro Júnior – UniCEUB, professor orientador
ceubchicojr@gmail.com

No Brasil, mais especificamente no Distrito Federal, há enorme lacuna com relação ao atendimento e à assistência à saúde das crianças e dos adolescentes com transtornos mentais. Segundo o Tesouro Nacional, no ano de 2016, os investimentos do GDF reduziram-se em 70%, entre 2014 e 2015. Houve queda no volume de recursos investidos na capital, que passou de R$ 1,79 bilhão para R$ 539 milhões no período. Essa realidade pode ser amenizada e enfrentada pela sociedade civil com o desenvolvimento de ações diretas na área da saúde, no sentido de requalificar e criar espaços destinados a atividades específicas, no caso, uma sala sensorial que atenderá crianças de 10 a 18 anos de idade, portadoras de diversos tipos de transtornos e distúrbios mentais. Com a descentralização e a regionalização da saúde, o Adolescentro, além do atendimento que, regularmente, presta a esses jovens pertencentes à Superintendência da Região de Saúde Centro Sul do DF, deverá oferecer assistência aos adolescentes com Transtorno do Espectro Autista – TEA, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH, retardo mental e transtorno de aprendizagem, sob a ótica da integração sensorial. Porém, atualmente, o Centro de Saúde não tem estrutura adequada para essa nova demanda. Assim, objetiva-se, por meio de projeto arquitetônico e obra, de forma prática e consistente, a requalificação de um espaço físico específico no centro de saúde, com o intuito de qualificar os serviços prestados à população carente do Distrito Federal, além de engajar e conscientizar os discentes do seu papel como agente de transformação social. Para isso, foram adotados os procedimentos metodológicos de planejamento, pesquisa e levantamento quantitativo e qualitativo do espaço físico; concepção, programação e projetação; viabilização de parcerias, recursos, mão de obra e confecção da Sala de Integração Sensorial. A partir da consciência adquirida e do trabalho de transformação individual, em primeiro momento, conclui-se que foi possível identificar mudanças de maior vulto em razão do valor coletivo. Dessa forma, por meio de ações individuais e coletivas orientadas, os discentes tiveram a oportunidade de reforçar valores éticos de cidadania e praticá-los por meio do convívio entre pessoas de diferentes classes e condições sociais. Edificações são construídas para gerar abrigo, ou seja, espaços e lugares internos protegidos pela estrutura e pelas vedações para que, neles, possam ser desempenhadas funções. No caso da Sala de Integração Sensorial, o espaço interno está intrinsecamente vinculado ao sucesso da terapia e aos resultados esperados. Foram analisados e avaliados volume, forma, proporção, distribuição, articulação e conexão de espaços em um contexto tridimensional. Consideraram-se os pesos e as relevâncias de cada uma dessas variáveis no arranjo e na organização do espaço, no sentido de melhor satisfazer as aplicações funcionais. Por conseguinte, os resultados obtidos foram extremamente satisfatórios. A sala encontra-se pronta para receber os equipamentos. Em breve, serão iniciadas as terapias que se transformarão em ganhos em saúde física e mental dos usuários.

Palavras-Chave: Projeto. Adolescentro. Reforma. Arquitetura.

DESEMPENHO TÉRMICO E LUMÍNICO INTERNO E EXTERNO DE VIDRO COM PELÍCULA DE POLIVINIL BUTIRAL EM AMBIENTE DE ESCALA REDUZIDA

Lucas Venzi Gonçalves de Moraes – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
lucas.venzi@sempreceub.com
Marcos Rafael Guassi – UniCEUB, professor orientador
marcos.guassi@ceub.edu.br

A utilização de diferentes películas em diferentes cores de vidro altera não só a arquitetura da fachada dos edifícios mas também o seu desempenho térmico e lumínico e influencia, diretamente, a temperatura do ambiente e a exposição a raios ultravioletas. O objetivo deste trabalho é comparar a diferença de temperatura interna e externa e a luminosidade refletida e transmitida, para inferir a influência das cores dos vidros e dos tipos de películas em um ambiente simulado em escala reduzida. Para isso, utilizaram-se ambientes reduzidos feitos de madeirite e com isolamento de isopor. Na parte frontal foram colocados os vidros com suas respectivas películas, e, com uma câmara térmica, foram medidas temperaturas de cada um. Com um luxímetro, mediram-se as luminosidades internas, refletidas próximas aos vidros e em uma posição deslocada, com intuito de comparar os valores. As medidas foram feitas sistematicamente, ao longo do período da tarde e durante os meses de outono e inverno, quando o Sol apresenta maior declinação ao norte. Foram feitos dois tipos de medidas para tentar eliminar os parâmetros ambientais que poderiam viciá-las. Percebeu-se, como esperado, que o ambiente com vidro transparente é o que contém temperaturas internas mais altas na mesma temperatura do vidro. O vidro transparente com a película com filtro de 75% de luz dissipa a maior parte da energia radiante do Sol por absorção (esquentando o vidro) e reflexão, fazendo que grande parte da luminosidade seja devolvida ao meio externo, com o benefício de baixa temperatura interna. Por fim, percebe-se que cada combinação entre os vidros disponíveis (transparente e verde), juntamente com diferentes películas (de 50% ou 75% de filtro), fornecem valores bastante diferentes, mostrando que é importante uma análise aprofundada do que cada obra pretende priorizar.

Palavras-Chave: Vidro. Película. Temperatura. Luminosidade.

DESENHO RACIONAL DE PEPTÍDEOS INIBIDORES DE *QUORUM SENSING* DE *PSEUDOMONAS AERUGINOSA*

Pietra Orlandi Rigueiras – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna bolsista
pietra.rigueiras@sempreceub.com
Luciana Ramalho de Farias – UniCEUB, professora orientadora
luciana.farias@ceub.edu.br
Octávio Luiz Franco – CAPB/UCDB, professor colaborador
ocfranco@gmail.com
Állan Pires da Silva – CAPB/UCB, colaborador
pires.allansilva@gmail.com

Quorum sensing pode ser definido como um mecanismo de comunicação celular que permite bactérias responderem à densidade celular por meio da detecção de *autoinducers*. O reconhecimento dessas moléculas desencadeia a expressão de genes envolvidos na formação de biofilmes, fatores de virulência e processos metabólicos bacterianos. Por sua importância na patogenicidade, na virulência e na resistência bacterianas, este mecanismo de comunicação passou a ser estudado em patógenos humanos. Entre os que apresentam relevância clínica, é possível destacar a bactéria Gram-negativa *Pseudomonas aeruginosa*, microrganismo frequentemente associado a infecções em pacientes imunocomprometidos em ambientes hospitalares. Este patógeno tem como um de seus *autoinducers* a molécula 3-OC12-HSL, uma acil-homoserina-lactona sintetizada pela enzima LasI, capaz de interagir com a proteína LasR, receptor intracelular com domínio de ligação ao DNA. O reconhecimento da molécula pelo receptor LasR resulta na expressão de proteases, além da regulação de outros sistemas de *quorum sensing* presentes na bactéria e, consequentemente, dos genes que esses sistemas regulam. O sistema LasI/LasR tem, portanto, papel relevante na virulência do patógeno. Nesse sentido, os inibidores de *quorum sensing* agem, a fim de atenuar a virulência bacteriana. Este trabalho tem como objetivo desenvolver peptídeos com a capacidade de promover inibição competitiva do receptor LasR. Assim, foi desenvolvida uma expressão regular para selecionar, entre todas as possibilidades de pentapeptídeos compostos por aminoácidos proteinogênicos, aqueles com características físico-químicas similares às do *autoinducer*. Os peptídeos gerados foram modelados e avaliados quanto à interação com o sítio ativo do receptor, por meio de análises de *docking*. As moléculas foram comparadas com o ligante original, onde foram selecionados apenas peptídeos que apresentassem interações mais favoráveis que o *autoinducer*. Os cinco melhores *dockings* foram submetidos a simulações de dinâmica molecular. A partir da expressão regular foram selecionados 1728 peptídeos. Das sequências testadas, 88 apresentaram maior afinidade pelo receptor LasR do que o *autoinducer* no momento do *docking*. As energias de ligação desses peptídeos foram ranqueadas, e as cinco melhores sequências foram submetidas a outros 100 *dockings.* A moda das energias foi utilizada como critério para selecionar a posição do peptídeo para dinâmica molecular. Os peptídeos selecionados apresentam carga negativa e contêm tanto aminoácidos hidrofóbicos quanto hidrofílicos. Com essas propriedades, mostraram-se mais afins pelo receptor do que o *autoinducer*; são, portanto, potenciais inibidores do sistema LasI/LasR. A metodologia de desenho racional aplicada neste trabalho permitiu desenvolver peptídeos capazes de competir com o *autoinducer* pelo receptor e selecionar, entre eles, as sequências com maior probabilidade de inibir o *quorum sensing*.

Palavras-Chave: Inibição competitiva. *Docking.* Expressão regular. Dinâmica molecular.

DETECÇÃO DE *LEGIONELLA SPP* EM FONTES DE ÁGUA DA COMUNIDADE EM BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL

Luiza Resende Lara Gabriel – UniCEUB, PIC institucional, aluna bolsista
luizarlg@sempreceub.com
Maitê Lôbo Kolarik – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
maite.kolarik@sempreceub.com
Fabíola Fernandes dos Santos Castro – UniCEUB, professora orientadora
fabiola.castro@ceub.edu.br

Legionella é um bacilo gram-negativo não fermentador, fastidioso e responsável por causar males respiratórios graves, como a pneumonia e a doença dos legionários, ou os brandos, como a febre de Pontiac. Trata-se de uma bactéria de fonte ambiental que tem a água como seu principal reservatório, e sua transmissão ocorre por meio da inalação de aerossóis de fontes de água contaminada. Por não existirem pesquisas ambientais prévias em Brasília, a respeito da presença desse micro-organismo em fontes de água da comunidade, este tema foi selecionado para a realização do estudo em locais públicos onde há grande circulação de pessoas. O objetivo deste trabalho é analisar e identificar possíveis fontes de *Legionella spp*. em água de ambientes comunitários de Brasília, DF. Para as atividades propostas, foram coletadas 24 amostras de 1 litro de água em recipiente de polipropileno estéril. Para fontes de água tratadas com cloro, antes de sua análise, foram adicionados 0,5mL de solução a 0,1M de tiossulfato de sódio; para as fontes não potáveis, foi necessário o tratamento com ácido fornecido pelo *kit* Legionelabac (Probac). Após homogeneização dos frascos, as amostras foram filtradas com filtros de celulose de 0,22 µm (Unifil), transferidas para tubos cônicos estéreis com 5 ml de água destilada e agitadas em vórtex por 1 minuto. Em seguida, as amostras foram inoculadas nas 3 faces do lâmino-cultivo com ágar BCYE, seletivo para *Legionella*, e incubadas a 37°C, por 14 dias. A análise do crescimento das colônias, suas características cromogênicas e as tintoriais nas colorações de Gram e Giemsa confirmaram a presença da bactéria em duas amostras (8,33%). Em conclusão, foi possível perceber que o tratamento da água nem sempre é totalmente eficiente. Assim, alerta-se a população para os possíveis riscos oferecidos e a necessidade de um controle microbiológico da água mais eficaz para esse micro-organismo. Também se identifica a oportunidade para novas pesquisas a respeito do tipo de *Legionella* encontrada, o que não foi possível realizar em razão da limitação dos testes utilizados, pouco disponíveis no Brasil.

Palavras-Chave: *Legionella spp.* Água. Comunidade. Doença dos legionários.

DETECTA KIDS: ESTUDO DE IDENTIFICAÇÃO PRECOCE DE DISTÚRBIOS CEREBRAIS RELACIONADOS A DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE EM CRIANÇAS

Rafaela da Silva Castro – UniCEUB, PIC HOME, aluna bolsista
rafaela.castro@sempreceub.com
Manoel Vitor Noleto – UniCEUB, PIC HOME, aluno voluntário
manoel.vitor@sempreceub.com
Marcio de Paula e Oliveira – UniCEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br

O Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) é um distúrbio neurocomportamental comum da infância. A heterogeneidade dos critérios de diagnósticos dificulta sua precisão. Existe uma carência de métodos efetivos, não invasivos e ambulatoriais que detectam alterações da função cerebral. Muitas vezes, a criança é diagnosticada tardiamente, prejudicando o desenvolvimento cognitivo e educacional. O diagnóstico de TDAH é baseado inteiramente em uma investigação clínica de sintomas altamente subjetivos. Por isso, muito interesse tem sido voltado para a criação de métodos objetivos para auxílio ao diagnóstico. A triagem computadorizada pode detectar doenças que afetam capacidades cognitivas precocemente. A tecnologia BNA ("Brain Network Activation") tem-se mostrado útil para auxílio ao diagnóstico. O método usa análise de eletroencefalograma de 64 canais enquanto o paciente responde a testes cognitivos. Mediante sofisticado método computadorizado de análise dos potenciais evocados, chega-se a um escore relativo às conexões cerebrais quanto ao tempo de sua ativação, construção da ativação cerebral e sua quantificação. Este estudo tem como intuito determinar a eficiência do uso, a aceitabilidade e a estabilidade do BNA™ em crianças brasileiras; determinar se déficit cognitivo pode ser detectado em crianças consideradas normais, usando testes cognitivos; desenvolver algoritmos automáticos para detectar déficits cognitivos na coorte; comparar os resultados de crianças com diagnóstico de déficit de atenção com os de indivíduos sem esse diagnóstico. Dessa forma, pretende-se fazer um mapeamento cognitivo em crianças, empregando-se a tecnologia BNA™. Para isso, foi realizada uma avaliação clínica preliminar com testes cognitivos computadorizados, questionários validados e SNAP-IV questionário baseado nos critérios de diagnóstico de TDAH do *Manual de Diagnósticos e Estatística*– DSM-IV e SDQ, utilizado para identificar características comportamentais e emocionais das crianças, aplicados a pais e professores. O presente estudo não propõe essa plataforma como uma máquina que possa determinar diagnósticos, mas como instrumento que fomente o processo de avaliação.

Palavras-Chave: TDAH. Disfunção cognitiva. BNA.

DISPOSITIVO PORTÁTIL PARA DIAGNÓSTICO DE DOENÇAS DO CORAÇÃO

Matheus Soares Nascimento – UniCEUB, PIC Voluntário, aluno voluntário
matheus.msn99@sempreceub.com
Natália Salomão Damião– UniCEUB, PIC Voluntário, aluna voluntária
nathalia.damiao@sempreceub.com
Luciano Henrique Duque – UniCEUB, professor orientador
luciano.duque@ceub.edu.br

Com a oportunidade provida pelo Centro Universitário de Brasília - UniCEUB e o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, foi possível elaborar a pesquisa e o desenvolvimento de um dispositivo que reúne duas grandes áreas da ciência, a medicina e a engenharia, com a necessidade de realizar exames cardiológicos e enviar os resultados a comunidades desprovidas de recursos, como as indígenas, as ribeirinhas e as próximas a grandes centros urbanos. O equipamento desenvolvido é um dispositivo portátil e de baixo custo, capaz de realizar a captação, o tratamento e o envio dos sinais cardíacos para um cardiologista analisar e diagnosticar o paciente, mesmo estando distante do local de atendimento. Utilizam-se eletrodos de superfície posicionados sobre o peito do paciente, distribuídos sobre tronco. O exame realizado pelo dispositivo não é invasivo e pode ser conduzido por especialista ou leigo, que apenas precisa seguir as instruções que acompanham o equipamento; essa é uma das maiores vantagens do dispositivo. O equipamento tem luzes indicadoras de funcionamento, duas baterias, chave interruptora de alimentação, aplicativos para *smartfone* e computador, uma placa de circuito controladora e uma de amplificadores e filtros, que recebe os sinais cardíacos por meio do cabo ligado aos eletrodos, amplifica-os e filtra-os com filtros de primeira ordem passivos e filtros de segunda ordem ativos, sendo todos analógicos. O sinal entra na placa, com a tensão máxima de pico a pico de um milivolt e sai dela, com a tensão entre zero e cinco volts, tornando o sinal aplicável. A placa controladora gerencia as luzes de funcionamento, a comunicação e a amostra em frequências específicas para o sinal cardíaco tratado pela placa dos amplificadores e dos filtros e envia-o ao aplicativo, que o recebe, por *bluetooth* e aplica-o a um filtro digital, feito com a transformada de Wavelet, para aproveitar sua característica de multirresolução, que permite decompor um sinal em diversas faixas de frequência. Em seguida, o sinal é armazenado e impresso na tela do aplicativo, permitindo ao usuário analisar pontos específicos. O envio ocorre no fim da utilização ou durante o processo caso seja solicitado pelo usuário, e o meio de comunicação é o *e-mail*. O equipamento foi submetido a testes que avaliaram seu desempenho de captação e o tratamento dos sinais cardíacos. Para a comparação foi utilizado um eletrocardiógrafo profissional. Para que os sinais fossem iguais em ambos os dispositivos, um equipamento simulador de sinais cardíacos foi utilizado. Nos testes de envio, foi utilizado um *smartfone* e um computador conectados à internet que continham o mesmo aplicativo do projeto. Com os testes concluídos, foi possível concluir que os resultados foram satisfatórios, atingindo a meta inicialmente proposta, ou seja, a realização dos exames nas condições mencionadas.

Palavras-Chave: Aplicativo. Microcontrolador. Transformada Wavelet. Sinais cardíacos.

DOSAGEM SERIADA DE PROTEÍNA C REATIVA, LACTATO E PROCALCITONINA COMO INIDICADORES PRECOCES DE SEPSE EM PACIENTES QUEIMADOS

Elisa Barroso Frattini Ramos – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
elisa.br@sempreceub.com
Letícia Rocha Santos Maciel – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
lele.macielrs@sempreceub.com
Antoinette Oliveira Blackman – UniCEUB, professora orientadora
antoinette.blackman@ceub.edu.br

A queimadura é um trauma decorrente de agentes térmicos, químicos, elétricos ou radioativos e leva à perda da barreira mecânica da pele, responsável pelo alto índice de infecção e óbitos após 48 horas do agravo e por alteração das respostas orgânicas, com elevação de marcadores inflamatórios e de infecção. A lesão tecidual gera uma resposta imunológica com vasodilatação local, recrutamento e ativação de macrófagos, linfócitos, mastócitos e neutrófilos, responsáveis por liberar citocinas inflamatórias, principalmente TNF-alfa, IL-1 e IL-6, que ativam a produção de Proteína C Reativa (PCR). A inflamação leva à hipoperfusão tecidual com formação de lactato. Lipopolissacarídeos secretados por bactérias e citocinas relacionadas à sepse estimulam células do sistema mononuclear do sangue periférico e do fígado a secretar procalcitonina. Após o trauma por queimadura, os níveis plasmáticos de PCR, lactato e procalcitonina, marcadores de processos inflamatórios, aumentam, podendo ser usados na identificação precoce de sepse e suas complicações, visando ao início rápido e adequado de tratamento. Com isso, houve diminuição da morbimortalidade, do tempo de internação e dos custos hospitalares. O objetivo do trabalho é avaliar o comportamento da PCR, do lactato e da procalcitonina em uma curva de avaliação diária para diagnóstico precoce de sepse, em pacientes queimados, na Unidade de Queimados do Hospital Regional da Asa Norte. O delineamento da pesquisa foi uma coorte prospectiva durante o período de março a junho de 2018 e consistiu na coleta de sangue com dosagem seriada de PCR e lactato, durante os primeiros 7 dias de internação e o 15˚, além de procalcitonina no 1˚, no 4˚, no 7˚ e no 15˚ dias. Foram avaliados dois pacientes, que se queimaram no mesmo evento e foram atendidos e admitidos na Unidade de Queimados no dia do agravo, submetidos aos procedimentos: desbridamento, banhos, curativos e hemotransfusão. Na análise dos estudos, observou-se que a dosagem de PCR se alterou com todos os procedimentos realizados, corroborando o diagnóstico precoce de sepse, no entanto as dosagens de lactato e procalcitonina não auxiliaram a identificação. A dosagem da PCR é importante marcador de inflamação. A pesquisa deve continuar, para ter melhor expressão estatística dos dados. Foi evidenciado desvio do padrão no número de internações na Unidade de Queimados, durante o período de março a junho de 2018, em comparação ao mesmo período do ano anterior, de 10 para 2 pacientes.

Palavras-Chave: Queimadura. Sepse. PCR. Lactato. Procalcitonina.

EFEITO DE ÓLEOS ESSENCIAIS SOBRE A GERMINAÇÃO DE CONÍDIOS E O CRESCIMENTO MICELIAL DE FUNGO DA ANTRACNOSE- *COLLETOTRICHUM ACUTATUM*

Gabriela Gonçalves Nunes – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
gabriela.gnunes@sempreceub.com
Guilherme Feitosa do Nascimento – UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
guilherme.feitosa@sempreceub.com
Lélia Cristina Romeiro Tenório Leoi – UniCEUB, professora orientadora
lelia.romeiro@ceub.edu.br

Entre as frutas produzidas no Brasil, encontra-se o morango (*Fragaria sp.*), um pseudofruto com cultivação anual estimada em 105 mil toneladas, principalmente em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo. A produção expandiu-se em diferentes tipos de climas e solos, até sua chegada ao Distrito Federal. Entre as doenças do morangueiro, encontra-se a antracnose causada pelo fungo do gênero *Colletotrichum* spp. Essa doença típica e agressiva manifesta-se principalmente pelo sintoma denominado flor-preta, causando prejuízos às localidades produtoras, pois ataca, diretamente, as flores e os frutos, provocando grande queda no cultivo. Atualmente, a principal estratégia de controle desse fungo é o uso químico de substância sobre a cultura. Em direção oposta, há aumento na procura de produtos naturais e orgânicos pela sociedade brasileira, seguindo a tendência mundial. Diante disso, várias pesquisas têm como foco principal o desenvolvimento de metodologias de controle de doenças que seja menos agressivo ao meio ambiente. Nessa circunstância, o estudo do uso de óleos essenciais tem-se mostrado boa alternativa. O objetivo no presente estudo é extrair e avaliar o efeito de cinco óleos essenciais em diferentes concentrações, com propriedades antimicrobianas sobre o crescimento micelial e germinação de conídios, das plantas capim limão (*Cymbopogon citratus* Staph), citronela (*Cymbopogon nardus* L.), manjericão (*Ocimum basilicum* L.), tomilho (*Thymus vulgaris* L.), sálvia (*Salvia officinalis* L.). A metodologia utilizada para extração dos óleos essenciais foi a hidrodestilação com o aparelho do tipo Clevenger. Para a contagem de conídios foi utilizada a Câmara de Neubauer. Para avaliar o efeito dos óleos essenciais no crescimento micelial, na esporulação e na germinação de esporos do fungo foram utilizadas alíquotas de 5, 10, 15, 20 e 25 µL do óleo essencial, distribuídas na superfície do meio de cultura BDA contido em placas de Petri, antes da repicagem do fungo. Das cinco espécies de plantas utilizadas para a extração do óleo essencial, em apenas duas (capim-limão e citronela), as quantidades de óleo extraídas foram suficientes para a realização dos experimentos delineados. Para fim de comparação de eficiência foi empregada uma testemunha e um fungicida comercial (sulfato de cobre). As alíquotas a partir de 15 µL inibiram, em mais de 60%, a germinação e a produção dos esporos isolados quando comparados com a testemunha, de forma mais eficiente, inclusive, que o fungicida. Nos estudos, o óleo essencial do capim-limão mostrou-se mais efetivo do que o de citronela. Diante disso, os óleos essenciais revelam-se propícia alternativa para o desenvolvimento de tratamentos fitossanitários para o uso de doenças em plantas, entre elas, o morangueiro.

Palavras-Chave: Antracnose. Morango. *Colletotrichum acutatum*. Óleo essencial.

EFEITOS DO REGIME DO FOGO E DA ESTRUTURA DA VEGETAÇÃO SOBRE A ESTRUTURA DA COMUNIDADE DE LEPIDÓPTEROS (*INSECTA, LEPIDOPTERA*) EM ÁREAS SOB MANEJO DE FOGO EXPERIMENTAL NA RESERVA ECOLÓGICA DO RONCADOR - BRASÍLIA, DF

André Elias-Paiva – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno bolsista
andre.elias@sempreceub.com
Fabricio Escarlate-Tavares – UniCEUB, professor orientador
fabricio.tavares@ceub.edu.br

Embora, nas últimas décadas, tenha ocorrido aumento na quantidade de estudos publicados acerca da ecologia do fogo, ainda há lacunas sobre o impacto das queimadas no bioma Cerrado. Sabe-se que as provocadas por ações antrópicas são quase em sua totalidade danosas às dinâmicas ecológicas, entretanto algumas queimadas antrópicas podem gerar um efeito cíclico de matéria orgânica, o que desencadeia efeitos secundários que agem na manutenção do ecossistema. Assim, buscaram-se, durante o final da década de 90 e o início dos anos 2000, as respostas que permitissem a melhor compreensão dessa relação. O extinto *Projeto Fogo* foi o responsável, na Reserva Ecológica do Roncador, por um experimento que envolveu diferentes tratamentos de fogo manejado. Tais queimadas eram prescritas a cada dois ou quatro anos, nos períodos que marcavam o início, o meio e o fim da estação da seca, além da área mantida sem queimas para comparações futuras. Diante desses diferentes tratamentos de fogo, o presente estudo utilizou, como parâmetro para avaliar possíveis discrepâncias entre os tratamentos, animais bioindicadores, em específico, lepidópteros frugívoros. As amostragens foram feitas com armadilhas VSR, com uso de isca específica para a atração desses animais. Ao todo, mais de mil indivíduos foram capturados ao longo da pesquisa. A fim de obter uma resposta mais coercitiva, dados foram extraídos da vegetação de cada ponto de coleta: índice de abertura e cobertura da vegetação, altura média da copa da vegetação e a média do diâmetro de cinco lenhosas num quadrante de 5m x 5m. A curva de acumulação de espécies mostrou uma tendência a ser estabilizada, o que indica o número de coletas ser aceitável para estimativa da riqueza de espécies da localidade. Entre as espécies capturadas, foi efetuado novo registro de espécie do gênero *Hamadryas*, que, até então, era representado na localidade apenas pelas espécies *H. februa*e *H. feronia*. A terceira espécie, *H. amphinome*, obteve dois registros na parcela referente à queimada quadrienal, o que sugere o fogo atuar como agente mantenedor do Cerrado, pois, com a passagem do fogo, novas espécies de plantas podem instalar-se, trazendo consigo a ocorrência de espécies da fauna que se beneficiam com a sua presença. A estrutura da vegetação parece não exercer grande influência sobre a riqueza de espécies, pois as diferenças nas variáveis analisadas em cada tratamento não se mostraram tão significativas, o que pode indicar, após dez anos da última queimada, a vegetação ter alcançado certo grau de restauração. O diâmetro de lenhosas foi a variável que melhor expressou proximidade com a realidade, pois infere-se que o fogo, com maior incidência e menor intervalo de tempo, atua de maneira a beneficiar árvores e plantas de maior porte, expectativa já bem difundida na literatura. Dessa forma, infere-se que as queimadas com menor intervalo de tempo, consequentemente, menor tempo de recuperação são mais incisivas no Cerrado, tanto na parte da fauna como na da flora.

Palavras-Chave: Cerrado. Fogo. *Lepidoptera*.

EFETIVIDADE DE UM PROGRAMA DE EXERCÍCIOS E TREINAMENTO NEUROMUSCULAR PARA PACIENTES COM A SÍNDROME DA DOR PATELOFEMORAL

Marcos Vinicius da Silva Boitrago – UniCEUB, PIC HOME, aluno bolsista
marcos.boitrago@sempreceub.com
Thaiane Araújo Lima – UniCEUB, PIC HOME, aluna voluntária
thaiane.al@sempreceub.com
Marcio de Paula e Oliveira – UniCEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br

A Síndrome da Dor Patelofemoral (SDPF) é uma das lesões mais comuns observadas na prática ortopédica, correspondendo ao nível de 25% a 40% das afecções que acometem a articulação do joelho e afetando cerca de 26% da população em geral. Embora esteja presente em ampla gama de indivíduos, a patologia é prevalente em pessoas mais jovens e ativas, principalmente em mulheres afetadas cerca de duas vezes mais que os homens. A etiologia para desenvolvimento da SDPF é multifatorial e está relacionada a alterações biomecânicas, excesso de atividade física, fraqueza dos músculos do joelho (quadríceps femoral), quadril (glúteo médio e máximo), patela alta e pé pronado. O objetivo do presente trabalho é verificar os resultados da aplicação de um programa de exercícios resistidos e sensório-motores para o tratamento de pacientes com diagnóstico de SDPF. Foi realizado um ensaio clínico com 20 pacientes do gênero feminino, fisicamente ativas, com a média de idade de 25,8 (±7,4) anos, o peso de 61,1(±9,7) kg, a estatura de 163 (±5,5) cm, clinicamente diagnosticadas com SDPF. A pesquisa foi desenvolvida no Hospital Ortopédico de Medicina Especializada –HOME, no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB e no Instituto Trata Joelho e Quadril – DF. As pacientes foram submetidas a 6 semanas de um programa de exercícios resistidos e sensório-motores para músculos do tronco, abdutores e rotadores laterais de quadril e extensores de joelho. As sessões foram realizadas três vezes na semana (n=18) e tinham por objetivo a melhora da força muscular, a resposta neuromotora, a coordenação e o equilíbrio. Anteriormente e após o período de aplicação do programa, todas as participantes foram avaliadas em relação ao membro lesionado para o nível de dor (EVA), à funcionalidade subjetiva de Escalas de Atividade de Vida Diária (EAVD) e Atividade Esportiva (EAE), à força isométrica máxima dos músculos extensores de joelho, dos abdutores e dos rotadores laterais de quadril (dinamometria manual digital) e à análise biomecânica 2D, mensurando o valgo dinâmico e a queda da pelve. Os resultados encontrados foram estatisticamente significativos para todas as variáveis ($p<0,0005$). As queixas iniciais de dor diminuíram de 7 para 1 ($p<0,0001$); a classificação funcional para as atividades de vida diária aumentou de 55 para 90 ($p<0,0001$) e as atividades esportivas, de 50 para 82,5 ($p<0,0001$); a força muscular aumentou de 25,6 para 35,0 ($p<0,0001$) nos extensores de joelho, 19,1 para 24,8 ($p<0,0001$) nos abdutores de quadril e 9,3 para 11,2 e rotadores laterais ($p<0,0001$). A análise biomecânica demonstrou diminuição de 7,5° para 4,0° no valgo dinâmico ($p<0,0001$) e de 4,0° para 2,5°na queda pélvica ($p<0,0001$). Os resultados encontrados permitiram concluir que o programa de tratamento proposto promoveu a melhora da dor e da funcionalidade dos pacientes por meio do aumento da força muscular e da melhora no padrão de movimento da cintura pélvica e dos membros inferiores.

Palavras-Chave: Síndrome da dor patelofemoral. Articulação do joelho. Músculo esquelético.

ELETROESTIMULAÇÃO NEUROMUSCULAR PARA FORTALECIMENTO MUSCULAR DE RETO ABDOMINAL EM MULHERES

Ítalo de Oliveira – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
italooliveirafsa@sempreceub.com
Letícia Martins Paiva – UniCEUB, professora orientadora
leticia.paiva@ceub.edu.br

A estimulação elétrica neuromuscular (EENM), também conhecida como corrente russa, é a aplicação da corrente elétrica para manter ou aumentar a força muscular. Como a fraqueza em reto abdominal é uma queixa frequente do sexo feminino, o objetivo deste estudo é avaliar os efeitos da corrente russa em mulheres com déficit de força em abdômen, analisando se houve aumento da força, redução do percentual de gordura local e intensidade da dor durante a aplicação do procedimento. Foram selecionadas dez mulheres com idade entre 18 e 40 anos, divididas em dois grupos: o grupo A foi composto por cinco mulheres sedentárias com fraqueza muscular em reto abdominal; o grupo B, por cinco mulheres sedentárias com fraqueza em abdômen e, pelo menos, uma gestação. A EENM foi aplicada três vezes por semana, por 30 minutos, durante oito semanas, totalizando 24 sessões. As voluntárias foram avaliadas na 1º, na 12ª e na 24ª sessões. As variáveis foram: idade, tempo sem atividade física, índice de massa corporal (IMC), dobras cutâneas, perimetria, força muscular em abdômen e dor durante a aplicação da EENM. A análise estatística foi realizada pelo teste t-student, com nível de significância p>0,05. A idade média das participantesdo grupo A foi 23,6 anos e 27,6 anos para grupo B. O tempo médio sem praticar atividade física foi 1,8 anos. O valor médio do IMC encontrado entre as três avaliações foi 23,6 para o grupo A e 24,7 para o grupo B. Houve, no decorrer da pesquisa, redução ou aumento de peso de algumas participantes. Quanto à força muscular, não houve diferença significativa entre os grupos (p>0,05): o grupo A apresentou média de 3,5 de força muscular segundo o teste de Kendall, com mínimo de 3 e máximo de 5, e o B, média de 3,6 conforme o mesmo teste, com mínimo de 2 e máximo de 5. A média da circunferência abdominal foi 79 cm para o grupo A e 81,8 cm para o grupo B, e a das dobras cutâneas foi 2,8% para o grupo A e 3,1% para o B, em que nenhum dos resultados comparativos apresentou nível de significância. Com relação à escala visual analógica da dor, a média foi 2,2 de zero a dez. Conclui-se que a utilização da estimulação elétrica neuromuscular mostrou resultados que justificam seu uso para fortalecimento do reto abdominal tanto nas mulheres sedentárias quanto nas em fase pós-gestacional, apesar de não apresentarem diferenças significativas entre os grupos. Quanto ao limiar de desconforto durante a aplicação da corrente, notou-se ser considerado tolerável.

Palavras-Chave: Eletroestimulação. Fisioterapia. Abdômen. Força muscular.

ENSINO DO DESENHO DA HABITAÇÃO POPULAR POR MEIO DE VIDEOAULAS

Bruna Lídice da Silva Dias – UniCEUB, PIC Voluntário em Arquitetura e Urbanismo, aluna voluntária
bruna.lidice@sempreceub.com
Eliete de Pinho Araujo – UniCEUB, professora orientadora
eliete.araujo@ceub.edu.br

O presente estudo mescla Arquitetura, Educação e Cinema. Faz um "sobrevoo" divertido e educativo acerca dos meandros da habitação popular. Destaca valores do planejamento e da construção da casa humilde, seu desenho e sistemas construtivos para sua execução com consideração das especificidades culturais, ambientais, tecnológicas e regionais. Trata-se de uma base para desenvolver metodologias de didática audiovisual direcionada a quem deseja aprender este tema. O objetivo é ensinar desenhos de habitação popular por vdeoaulas. A metodologia emprega a pesquisa literária de casas do século XX em diferentes lugares do mundo e, em seguida, as habitações brasileiras. Dessa forma, foi possível analisar, de modo ampliado, as características das casas pelo mundo e no Brasil que se diferem não apenas pelos períodos históricos, mas também por suas concepções filosóficas. Foram analisados e pesquisados exemplos de moradias em tocas, da caatinga, dos areais, dos coqueirais, dos mangues, dos pântanos, as flutuantes, as dentro da floresta, as dos campos e das favelas urbanas. Como resultado foi possível verificar técnicas vernáculas em diferentes regiões brasileiras, por meio das quais as moradias são construídas com materiais encontrados próximos às construções. A pesquisa possibilitou conhecer a diversidade de habitações existentes no Brasil, como foram influenciadas e como são construídas.

Palavras-Chave: Habitação popular brasileira. Casas do século XX. Moradias.

ESPAÇOS "UNE CEUB" – PROPOSTA DE INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS NOS ESPAÇOS INTERNOS DO UniCEUB

Isabelle Braz Amarilio da Cunha–UniCEUB, PIBITI Institucional, aluna bolsista
isabellebraz17@gmail.com
Ana Cláudia Bazzo Sá–UniCEUB, PIBITI Institucional, aluna voluntária
anaclaudiabazzo@hotmail.com
Ana Paula Borba Gonçalves Barros –UniCEUB, professora orientadora
ana.barros@ceub.edu.br

Sabe-se que as cidades brasileiras apresentam a atenção voltada aos veículos motorizados individuais, fomentada por conta da sua morfologia, cujas características se assemelham às cidades americanas. Brasília, sob esse mesmo viés, apresenta problemas mais preocupantes, por ter sido desenhada com base nos princípios modernistas, em que se segregam suas funções, ampliando as distâncias entre o morar e o trabalhar, estimulando, portanto, o uso exacerbado dos carros. Nesse contexto, cabe apontar que muitas áreas de instituições de ensino superior reproduzem o que ocorre no espaço urbano, haja vista necessitarem abrigar os carros que circulam na cidade e destinam-se às suas dependências. Sob esta perspectiva, esta pesquisa visa apresentar uma análise comparativa entre os espaços internos do UniCEUB (instituição de ensino superior) e o espaço onde está inserido. Para tanto, realizaram-se três etapas de investigação: qualitativa, quantitativa e intervenção. A primeira constituiu três grupos focais, compostos – separadamente e nesta sequência, para alcançar melhores resultados – por estudantes, professores e funcionários da instituição. Em seguida, o estudo obteve um caráter quantitativo, em que foram aplicados trezentos questionários no *campus* da Asa Norte, em diferentes momentos: antes, durante e depois da intervenção. Por fim, após as análises dos dados das duas etapas descritas anteriormente, ocorreu a intervenção, em que uma parte de um dos estacionamentos internos dos professores foi fechada durante um dia da semana. Como achados, os grupos focais tiveram suas especificidades vinculadas às funções inerentes aos três grupos, mas, em geral, verificou-se que os blocos em que os frequentadores realizam suas atividades se tornam as áreas mais utilizadas, ou seja, não há muita interação com pessoas de outros blocos, por não fazerem parte do "pedaço". Nos questionários, observou-se que muitos não percebem o estacionamento como empecilho aos deslocamentos, uma vez que este espaço faz parte do cotidiano, dentro e fora da instituição. Por outro lado, ao retirarem-se os carros para a realização da intervenção, o estacionamento é visto como um incômodo, o que mostra a acupuntura urbana tornar-se boa estratégia de conscientização acerca da problemática. Verificou-se que um dos motivos pelos quais as pessoas escolheram estar na intervenção foi simplesmente passar o tempo. Por isso, a pesquisa acrescentou "passar o tempo", exigindo também certa qualidade ao ambiente físico. Dessa forma, recomenda-se que a instituição repense os pontos supracitados, a fim de solucionar as questões da comunidade acadêmica, além de estimular a mobilidade ativa, com o intuito de melhorar a convivência no *campus* e, assim, impulsionar o desempenho laboral e acadêmico de toda a comunidade da instituição. Por fim, cabe apontar que a instituição reflete o que ocorre na cidade, voltando a sua atenção aos carros e não às pessoas.

Palavras-Chave: Mobilidade ativa. Grupos focais. Estacionamentos. Espaços de convivência. *Campus* universitário.

ESPIRITUALIDADE E SEXUALIDADE: AS INFLUÊNCIAS DA LGBTFOBIA EM CONTEXTOS RELIGIOSOS

Cleno Couto de Mendonça Neto –UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
clenocoutomn@gmail.com
Ana Flávia do Amaral Madureira – UniCEUB, professora orientadora
ana.madureira@ceub.edu.br

A promoção de discussões sobre a LGBTfobia nos contextos de formação e atuação em psicologia é indispensável, especialmente considerando os indicadores estatísticos preocupantes acerca das mortes motivadas no Brasil. Baseando-se na psicologia cultural, em sua vertente semiótica, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar como pessoas com orientações sexuais distintas da heterossexualidade vivenciam, ou vivenciaram, a sua espiritualidade em contextos religiosos, historicamente marcados pela LGBTfobia. Para tanto, utilizou-se uma metodologia qualitativa de investigação mediante a realização de entrevistas individuais semiestruturadas, de forma integrada à apresentação de fotografias previamente selecionadas. Participaram da pesquisa oito pessoas, sendo quatro homens e quatro mulheres, entre 18 e 36 anos de idade, homossexuais, bissexuais e pansexuais, ativistas e não ativistas do movimento LGBT, que tenham tido vivências no âmbito do cristianismo e sofrido ou percebido a presença da LGBTfobia nesse contexto, em algum momento de suas vidas. Após a transcrição das entrevistas, foram construídas quatro categorias analíticas temáticas que nortearam o trabalho interpretativo. Os resultados indicaram que a repressão contra sexualidades não hegemônicas em algumas religiões associou o campo da espiritualidade à sensação de não pertencimento, violência, exclusão sistemática e sentimento de culpa na população LGBT, mesmo entre pessoas que não apresentam a espiritualidade como uma dimensão significativa em suas vidas. Como uma forma de enfrentamento dessas situações, os/as participantes procuram desenvolver diversas estratégias de resiliência. A pesquisa indicou a necessidade da psicologia – como ciência e campo de atuação profissional – de estar cada vez mais comprometida em conhecer de modo mais aprofundado e desenvolver estratégias de intervenção contextualizadas que considerem as especificidades da população em sintonia com o respeito aos direitos humanos, na direção da promoção da saúde e do bem-estar.

Palavras-Chave: Espiritualidade. Sexualidade. LGBTfobia. Contextos religiosos.

ESTIMATIVA REMOTA DA CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DO RESERVATÓRIO DO DESCOBERTO

Tairone Urcino Oliveira – UniCEUB, PIBITI/CNPq, aluno bolsista
taironeurcino@sempreceub.com
Bruno Collischonn – UniCEUB, professor orientador
bruno.collischonn@ceub.edu.br

O reservatório do Descoberto, principal manancial para abastecimento público de água do Distrito Federal, sofreu grandes oscilações de níveis nos últimos dois anos, em razão da crise hídrica. A urbanização, a alteração do uso do solo na bacia hidrográfica e a possível deposição de sedimentos levaram a dúvidas quanto à real capacidade de armazenamento hídrico do reservatório, uma vez que o último levantamento de sua capacidade foi realizado no ano de 2002. Neste estudo, propõe-se uma forma mais rápida e econômica de cubar reservatórios de regularização por meio do sensoriamento remoto. A curva cota-área-volume foi obtida com base na integração da área do reservatório, extraída de uma sequência de imagens de satélite, com os dados de nível de água medidos em campo. Aplicou-se a técnica para o reservatório do Descoberto, e a curva resultante do estudo foi comparada com a obtida no último levantamento batimétrico, de forma a estimar o assoreamento no período. Comparou-se o resultado com uma estimativa teórica do assoreamento, obtida de métodos consagrados, como o uso conjunto do mapa de produção potencial de sedimentos e a curva de Brune. Os resultados mostram que não houve assoreamento expressivo no período, ao contrário do que o senso comum sugeria. Este resultado foi confirmado pelas estimativas teóricas e por análises visuais em campo.

Palavras-Chave: Sensoriamento remoto. Curva cota-volume. Assoreamento.

ESTUDO DA EXPRESSÃO DE GENES E PROTEÍNAS QUE REGULAM A SÍNTESE DE TESTOSTERONA EM CAMUNDONGOS COM OBESIDADE INDUZIDA POR DIETA HIPERLIPÍDICA SUBMETIDOS A DIFERENTES PROTOCOLOS DE EXERCÍCIOS

Rafael Domingos Guimarães Guedes – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno bolsista
rafaeldomingos8c@gmail.com
Fernanda Costa Vinhaes de Lima – UniCEUB, professora orientadora
fernanda.lima@uniceub.br
Olivia Laquis De Moraes – UniCEUB, professora colaboradora
olivia.moraes@uniceub.br
Adriana Lofrano Alves Porto – UnB, professora colaboradora
adlofrano@gmail.com
Kim Sampaio de Lacerda Mileski – UnB, professor colaborador
kim_mileski@hotmail.com

A obesidade é apontada como fator disruptivo da normalidade de níveis hormonais e físicos e está relacionada a enfermidades com elevado grau de morbidade e mortalidade, como hipertensão, diabetes e acidentes vasculares. A velocidade de absorção e armazenamento de gordura no Tecido Adiposo (TA) está associada, diretamente, a questões endócrinas e genéticas, ao sedentarismo, ao gasto energético e ao tipo de dieta do indivíduo. O gene UCP1 é alvo dos estudos cuja temática seja a obesidade e a termogênese, por ter um papel importante no funcionamento do Tecido Adiposo Branco (WAT) e do Tecido Adiposo Marrom (BAT), assim como a enzima AMPK no tecido muscular. O hipogonadismo é um descontrole fisiológico que pode ser decorrente do grau de obesidade, caracterizado pela incapacidade de produzir testosterona, espermatozoides circulantes e tem como consequência a infertilidade, além da dificuldade de manutenção do tecido muscular. O objetivo do presente estudo é avaliar a síntese de testosterona de camundongos (n=25) machos de linhagem C57BL/6, submetidos à Dieta Hiperlipídica (DHL) e a diferentes protocolos de atividade física. Os animais foram divididos em cinco grupos para avaliação física de pré-indução e pós-indução de obesidade por DHL. Os grupos realizaram diferentes protocolos experimentais: (CC) grupo controle, (IF) grupo de inatividade física, (CH) grupo tratado com DHL sem exercício, (MO) grupo tratado com DHL submetido a exercício moderado contínuo, (IN) grupo tratado com DHL submetido a exercício intenso intervalado. Ao término dos experimentos, os animais foram novamente avaliados fisicamente e tiveram seus dados, sangue e tecidos de interesse coletados. O material genético foi submetido à reação em cadeia da polimerase, em tempo real (qRT-PCR), e foi realizada a amplificação do gene UCP1 por pares de oligonucleotídeos iniciadores específicos. A dosagem de testosterona foi realizada por meio de ensaio imunoenzimático competitivo (ELISA *kit*). Os grupos submetidos à DHL obtiveram ganho mais acentuado de peso em relação ao CC, no momento anterior aos protocolos de atividade física. Após os testes, os grupos MO e IN ganharam menos peso que o CC. Os indivíduos do protocolo de atividade moderada melhoraram a distância percorrida no teste de esteira, em relação ao CH e ao CC. Os grupos CH e MO apresentaram massa dos testículos menores que CC, enquanto o grupo de inatividade física foi semelhante ao grupo controle. A massa do BAT do grupo IN foi maior que o CC, apontando maior eficiência da termogênese nesse protocolo. O período de protocolo experimental com camundongos com obesidade induzida por DHL minimizou o ganho de peso nos animais magros e quando comparado com o CC. Tais dados estabelecem uma relação direta de práticas de atividade física com prevenção de obesidade e afecções metabólicas. Outros estudos envolvendo a termogênese e o papel do BAT são importantes para compreender melhor a relação entre tal tecido e a perda da massa de tecido testicular, além do aumento da termogênese em protocolos de atividade de alta intensidade.

Palavras-Chave: Obesidade. Hipogonadismo. Treinamento físico. Testosterona. Sedentarismo.

ESTUDO DE COORTE HISTÓRICA DE PACIENTES COM BIÓPSIAS DE COLO UTERINO ALTERADAS E PROGNÓSTICO EM 5 ANOS NO DISTRITO FEDERAL

Aline Lamounier Gonçalves – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
aline.lamounier@sempreceub.com
Gabriel Xavier Ramalho – UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
gabriel.xavier@sempreceub.com
Flávia Alves Neves Mascarenhas – UniCEUB, professora orientadora
flavia.mascarenhas@ceub.edu.br

O câncer de colo uterino é o terceiro mais comum no mundo, excluindo-se o câncer de pele não melanoma. Estimam-se, para cada ano do biênio 2018-2019, 16.370 novos casos no Brasil, com o risco de 15,43 casos a cada 100 mil mulheres. A relevância deste tema para a saúde pública é alta, por tratar-se de doença de grande impacto psicossocial pelas elevadas taxas de morbimortalidade e pelo método de rastreio comprovadamente eficaz, seguro e barato. O objetivo geral do trabalho é estudar o seguimento de pacientes com resultados alterados em biópsias de colo uterino, da Secretaria de Saúde, visando analisar a condição do rastreamento, a assistência e o acompanhamento desse grupo. Trata-se de estudo de coorte histórica, descritiva, utilizando dados secundários, obtidos em 331 prontuários eletrônicos de mulheres, no Hospital Materno Infantil de Brasília, que tiveram biópsias alteradas, realizadas entre 1º de janeiro de 2012 e 30 de junho de 2013. A idade média das pacientes é 39,2 anos; o número médio de parceiros ao longo da vida é 4,7; o uso de preservativo é de apenas 18,46%. Os laudos citológicos que subsidiaram a indicação da biópsia, em ordenamento decrescente, foram: LIEAG (55,36%); LIEBG (11,42%); ASC-H (11,76%); ASC-US (6,92%); AGC (3,81%); carcinoma epidermoide (3,81%); AGC-H (1,73%); caráter benigno (1,38%); adenocarcinoma *in situ* (1,38%); padrão inflamatório (1,38%); adenocarcinoma invasor (0,54%); AGC-US (0,35%). Observou-se certa discordância entre os laudos histopatológicos e citopatológicos: 44,9% das mulheres com laudo de biópsia normal tiveram LIEAG à citologia, e 24,24% das pacientes com LIEBG apresentaram NICIII à histopatologia. O tempo médio entre o diagnóstico e o início do tratamento foi de, aproximadamente, 9 meses e 15 dias; o de maior demora foi o destinado ao carcinoma epidermoide, de 13 meses e 18 dias. O seguimento completo das pacientes, com a alta do centro de referência e o retorno à unidade básica de saúde, foi realizado em apenas 22,87% dos casos. Em 28,66% das vezes, o seguimento sequer foi iniciado, e, em 48,48%, foi interrompido precocemente. Nesse contexto, o percentual médio de cura, ou seja, os casos em que foi possível assegurar que, até o final do acompanhamento de 5 anos, não apresentaram recidiva, foi de apenas 19,6%, sendo de 0% nas pacientes com adenocarcinoma. Quanto à morbimortalidade, a porcentagem total de óbitos correspondeu a 3,3% das pacientes, e 2,25% evoluíram com metástases. O tempo médio entre o diagnóstico e o óbito dessas pacientes foi de 2,2 anos. Discute-se o uso ínfimo de preservativo, demonstrando a magnitude desse importante fator de risco. Comentam-se as preocupantes taxas de falta de seguimento dessas pacientes, documentadas ao transcorrer dos 5 anos, refletidas na dificuldade do controle e do tratamento da doença. Esse problema evidencia dificuldades institucionais relevantes, como a importante discrepância citopatológica e histopatológica e a inexistência de sistema organizado que unifique o rastreio e a assistência às mulheres.

Palavras-Chave: Câncer de colo de útero. Seguimento. Biópsia. Citologia.

ESTUDO DE DEMANDA PARA O TREM DE PASSAGEIRO SEMIURBANO ENTRE BRASÍLIA E LUZIÂNIA E SEUS IMPACTOS NA MOBILIDADE NA PERIFERIA METROPOLITANA DE BRASÍLIA

Emygail Lorena Silva Azevedo – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna bolsista
emygail.azevedo@sempreceub.com
Mônica Soares Velloso – UniCEUB, professora orientadora
monica.velloso@ceub.edu.br
Matheus de Almeida Oleskovicz – UniCEUB, colaborador
matheus31415@sempreceub.com

Nas cidades localizadas em regiões metropolitanas do Brasil, o uso do transporte individual motorizado tem sido a principal escolha nos deslocamentos diários das pessoas. Com a elevação da taxa de motorização, essas cidades sofrem, cotidianamente, as externalidades negativas do modelo, tais como congestionamentos e consequentes atrasos, aumento do número de acidentes, entre outros. Estudos recentes concluíram ser possível utilizar o trecho ferroviário entre as cidades de Luziânia/GO e Brasília/DF para o transporte de pessoas, com a implantação de cinco estações entre Luziânia e a antiga Rodoferroviária do Distrito Federal. É importante ressaltar que essa linha férrea, no passado, já operou na mobilidade de passageiros. Espera-se que, com a implantação de um trem de passageiro semiurbano entre Luziânia e Brasília, ocorra a migração dos modos rodoviários, individual ou público, gerando significativos impactos positivos na mobilidade urbana da região. O serviço de transporte ferroviário de passageiros potencializa grandes benefícios sociais, econômicos e ambientais, apresenta alto nível de eficiência na utilização de combustíveis, confiabilidade, segurança e qualidade. A despeito das inúmeras vantagens, o Brasil figura, no contexto internacional, com participação tímida no que diz respeito ao transporte de passageiros por trilho. Na periferia metropolitana de Brasília, a implantação do trem de passageiro semiurbano poderia contribuir com a redução dos níveis de utilização da malha rodoviária e seus diários congestionamentos, em especial nas rodovias BR-040 e na rodovia distrital DF-003 (EPIA), além de externalidades negativas do uso do transporte rodoviário, em especial os acidentes e a emissão de gases poluentes. O objetivo deste trabalho é realizar um estudo que avalie a demanda transferida para o trem de passageiros semiurbano entre Brasília e Luziânia. Com os resultados obtidos, foi possível avaliar se existe ou não a demanda transferida do modal rodoviário para o ferroviário.

Palavras-Chave: Transporte ferroviário. Passageiros. Demanda.

ESTUDO DO COMPORTAMENTO FÍSICO E MECÂNICO DO SOLO LATERÍTICO DE BRASÍLIA COM ADIÇÃO DE CINZAS DO BAGAÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR

André Luis Silva Lobato – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
andre.lobato@sempreceub.com
Gustavo Henrique Martins – UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
martinssss1994@sempreceub.com
Ivonne Alejandra M. G. Gôngora – UniCEUB, professora orientadora
ivonne.gongora@uniceub.br

Os solos predominantes em Brasília são os lateríticos. Seus grãos são muito pequenos, constituídos externamente por óxidos e hidróxidos de ferro e alumínio e apresentam grande vulnerabilidade em suas propriedades, quando submetidos a variações climáticas. Na engenharia civil, o solo deve apresentar certa estabilidade, para não comprometer a estrutura da obra. Em alguns casos, são realizados melhoramentos, adicionando algum material que aumente sua resistência, para, assim, atender as especificações do projeto. O método mais usado para o melhoramento dos solos é a adição de aglomerantes, dos quais se destacam o cimento Portland e a cal, ambientalmente nocivos quanto a sua extração e produção. Com o desenvolvimento de pesquisas voltadas ao meio ambiente, surgem materiais alternativos que podem ser utilizados na melhoria dos solos, causando menores impactos ambientais em vista dos métodos tradicionais. A CBC, quando queimada com temperatura apropriada, é capaz de gerar cinzas com características similares às do cimento Portland. A queima do bagaço da cana-de-açúcar libera considerável quantidade de carbono na forma de CO_2 para a atmosfera, porém o balanço das emissões é praticamente nulo, pois a biomassa queimada é reposta no ciclo seguinte da cultura da cana, pelo processo de fotossíntese. Este trabalho busca oferecer uma alternativa economicamente e ambientalmente viável de melhoramento do solo, estudando seu comportamento quando incorporado com cinzas do bagaço da cana-de-açúcar, que é uma matéria-prima abundante no Brasil. Para isso, foram escolhidos os ensaios de compactação, resistência à penetração, ao cisalhamento direto e permeabilidade, além de feitos ensaios de granulometria, massa específica dos grãos, limite de liquidez e plasticidade para caracterizar o solo de referência. Com os resultados obtidos, constatou-se que houve mudança no peso específico do solo, com as adições das cinzas de bagaço da cana-de-açúcar, além de alterações na resistência ao cisalhamento direto e em sua resistência à penetração, mantendo-se praticamente inalterada a umidade ótima das amostras. Além disso, houve aumento de permeabilidade com as adições.

Palavras Chave: Sustentabilidade. Cinza. Solo. Melhoramento. Bagaço da cana-de-açúcar.

ESTUDO DOS CENÁRIOS E DAS CIRCUNSTÂNCIAS ENVOLVIDOS NOS CASOS DE ACIDENTES POR QUEIMADURAS ATENDIDOS NO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE (HRAN)

Filipe Aurélio de Sá Aquino – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
felipe.aquino@sempreceub.com
Victor Guimarães Antônio da Silva – UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
victor.guimaraes@sempreceub.com
Fabiana Xavier Cartaxo Salgado – UniCEUB, professora orientadora
fabiana.salgado@ceub.edu.br

A queimadura representa a segunda maior causa de morte na infância e a quarta por trauma no Brasil. A estatísticas são insuficientes e dificultam a compreensão da magnitude do problema e a identificação das circunstâncias e das populações mais atingidas. Este trabalho visa conhecer os cenários e as circunstâncias envolvidos nos traumas por queimaduras dos pacientes admitidos em uma unidade hospitalar especializada em Brasília. Para isso, foi feita pesquisa transversal com revisão de prontuários na Unidade de Tratamento de Queimados do Hospital Regional da Asa Norte, no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2017. Foram investigados dados, como idade, sexo, diagnóstico etiológico da queimadura, porcentagem de superfície corporal queimada (SCQ), grau de profundidade da queimadura, desfecho clínico, ambiente em que ocorreu o acidente e circunstâncias envolvidas. Para as faixas etárias, foi utilizada a Lei n˚8069/1990: criança de 0 a <12 anos; adolescente entre ≥12 anos < 18 anos; adultos jovens ≥ 18 anos; idosos conforme OMS 1998 (≥60 anos). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética sob nº 61442516.0.0000.5553. Os pacientes vitimados por queimaduras foram 1048, sendo 63,5% masculinos e 36,5% femininos, estratificados em crianças (22,6%) com 4±3,3 anos, média SCQ, com 11,11%, sendo 78% das queimaduras profundas. O ambiente domiciliar correspondeu a 72,6% dos acidentes, sendo as principais circunstâncias “escaldantes na cozinha”, 58,7%, e “choque elétrico”, 11,6%. O tempo médio de internação foi de 10 dias, e houve 0,8% dos óbitos por grupo. Adolescentes (6,1%) com 16±2,08 anos, média SCQ foram 16,93%, sendo 56,2% das queimaduras profundas. O ambiente domiciliar correspondeu a 35,9% com “escaldantes na cozinha”, 30,4%; ambiente externo ou rua, 34,4%, com “acidente automobilístico”, “acidente com moto” e “tentativa de homicídio ou agressão”, 18,2%, cada um. O tempo médio de internação foi de 17 dias, e houve 3,1% dos óbitos por grupo. Adultos (61,4%) com 37±11 anos, média SCQ foram 16,33%, sendo 66,5% das queimaduras profundas. O ambiente domiciliar correspondeu a 41,1% com “produção de fogo para cozimento utilizando líquidos inflamáveis (álcool, querosene, gasolina)”, 17%, “tentativa de homicídio ou agressão (discussão com cônjuge ou parentes)”, 11,4%, “convulsão, desmaio, crise epiléptica caindo sobre fogão”, 9,1%. O tempo médio de internação foi de 16 dias, e houve 5,4% dos óbitos por grupo. Idosos (9,9%) com 70±7,6 anos, média SCQ foram 13,34%, sendo 56,7% das queimaduras profundas. O ambiente domiciliar correspondeu a 83,7% com “escaldantes na cozinha”, 21,8%, “explosão na produção de sabão caseiro”, 14,9%, “convulsão, desmaio, crise epiléptica caindo sobre fogão”, 10,3%. O tempo médio de internação foi de 15 dias, e houve 9,6% dos óbitos por grupo. As queimaduras térmicas prevaleceram nos 4 grupos. O sexo masculino e as queimaduras por agentes térmicos prevaleceram nos quatro grupos etários. O ambiente domiciliar foi o principal cenário dos acidentes por queimaduras em todos os grupos, sobretudo a cozinha, envolvendo escaldaduras. Entre as circunstâncias encontradas, ressaltam-se acidentes entre adultos provocados por utilização inadequada de líquidos inflamáveis na improvisação de fogo para cozimento, tentativas de homicídio e agressões nos grupos de adultos e adolescentes, queimaduras na cozinha resultantes de convulsões, desmaios e crises epilépticas no grupo de idosos e adultos e produção caseira de sabão entre idosos. O óbito proporcional por grupo foi prevalente entre os idosos, evidenciando maior fragilidade desse segmento.

Palavras-Chave: Queimaduras. Cenários. Circunstâncias.

ESTUDO FARMACOECONÔMICO NO TRATAMENTO DE DOENÇA DE CROHN DE MODERADA A SEVERA

Jonas de Souza Finco – UniCEUB, PIC Voluntário, aluno voluntário
jonas.finco@sempreceub.com
Lucas Carneiro Nascimento Pereira – UniCEUB, PIC Voluntário, aluno voluntário
carneiroplucas@sempreceub.com
João Batista Monteiro Tajra – UniCEUB, professor orientador
joao.tajra@ceub.edu.br
Everton Macêdo Silva – Hospital de Base Distrito Federal, pesquisador colaborador
me.everton@gmail.com

As doenças inflamatórias intestinais são crônicas e caracterizadas por distúrbios gastrointestinais e extra-intestinais. A doença de Crohn (DC) e a retocolite ulcerativa (RCUI) são as principais. A maior incidência encontra-se entre vinte e quarenta anos de vida, impactando a capacidade laboral e a qualidade de vida, refletindo em prejuízos psicossociais e socioeconômicos para o paciente e o sistema de saúde. Avanços referentes à etiopatogenia dessas afecções permitiram consequente melhora no tratamento. As terapias biológicas com agentes anti-TNFα isolados ou combinados com imunomoduladores são consideradas as mais efetivas formas de tratamento na indução e na manutenção da remissão clínica em pacientes com DC moderada ou severa, além de diminuir o risco de hospitalização e cirurgia. Portanto, o intuito deste estudo é analisar o custo direto e a efetividade do tratamento de pacientes com DC moderada ou severa que utilizam a terapia anti-TNFα, além de definir perfil epidemiológico. Trata-se de um estudo observacional de coorte aberta, prospectivo com mínimo de duas consultas por paciente incluído no espaço amostral, durante o período de um ano após entrada, por inscrição *online* e voluntária, no ambulatório de coloproctologia do Hospital de Base do Distrito Federal. O diagnóstico de DC realizou-se por critérios clínicos, endoscópicos, radiográficos e histológicos, e cada paciente foi classificado quanto ao Índice de Atividade da Doença de Crohn (CDAI), sendo destinada a terapia biológica (Infliximabe ou Adalimumabe) àqueles com doença moderada ou grave. Analisou-se o custo das drogas biológicas isoladas, não sendo somados os custos indiretos. Os valores das medicações foram obtidos mediante registros de compra de medicamentos pelo *Boletim brasileiro de avaliação de tecnologias em saúde*, pelo Ministério da Saúde, e a efetividade foi definida como redução maior ou igual a 100 pontos do CDAI**.** Acompanharam-se 24 pacientes, entre os quais 41,6% fizeram uso de terapia biológica (30% Infliximabe e 70% Adalimumabe). Dessa forma, o tratamento de manutenção do Adalimumabe representou custo anual de R$ 29.211,12; por sua vez, o Infliximabe, considerando 65kg o peso médio do indivíduo com DC, representou custo anual de R$ 20.460,60. Tal grupo da coorte apresentou média de 7,34 anos de doença, multiplicando-se pela média do gasto do tratamento dos dois imunobiológicos utilizados (R$ 24.835,86), representando o gasto de R$ 182.295,21 ao serviço de saúde pública no período de história natural da doença. O tempo médio de remissão clínica foi 17 semanas para o infliximabe e 20 semanas para o Adalimimabe. O perfil epidemiológico mostrou idade média de 36,1 anos, predomínio de mulheres (73%), IMC médio de 24,4 Kg/m^2, maioria étnica de pardos (50%) e fenótipo de DC predominante íleo-colônico (diferindo da literatura). Cerca de 20,83% necessitaram de cirurgia. À medida que novas drogas biológicas concorrentes chegam ao mercado, faz-se necessário o desenvolvimento de estudos centrados em análises fármacoeconômicas. Neste estudo, o custo direto do Infliximabe foi menor que o Adalimumabe em pacientes com tempo de remissão similares.

Palavras-Chave: Doença de Crohn. Terapias biológicas. Doenças inflamatórias intestinais.

ESTUDO RETROSPECTIVO DA ROTINA CLÍNICA

Ana Carolina Mota de Faria – UniCEUB, PIC VETERINARI, aluna voluntária
ana.faria@sempreceub.com
Daniela Oliveira Rodrigues – UniCEUB, aluna colaboradora
daniela.rodrigues@sempreceub.com
Carlos Alberto da Cruz Júnior – UniCEUB, professor orientador
carlos.junior@uniceub.br
Bruno Alvarenga dos Santos – UniCEUB, professor colaborador
brunoalvarenga@gmail.com

Com o aumento da população mundial de animais domésticos, manifesta-se crescente necessidade de atendimentos veterinários específicos que contribuam para melhor qualidade de vida dos animais. Os estudos de casuísticas em hospitais veterinários, com avaliação das afecções mais frequentes da rotina, tornam-se fundamentais para os processos de planejamento, prevenção e tratamento adequado das espécies. Diante do exposto, realizou-se durante 4 meses consecutivos um estudo de coorte retrospectiva nos prontuários do Hospital Veterinari. A classificação das afecções clínicas foi baseada nas informações contidas nos prontuários e organizadas por sistemas corporais. Os pacientes que apresentaram mais de uma enfermidade foram incluídos em dois ou mais sistemas. Foram avaliados 872 atendimentos que incluíram o total de 354 animais. A frequência de atendimento das espécies foi superior em caninos (86%), em relação aos felinos (14%), corroborando os dados da literatura, na qual a população de cães é mundialmente maior que a de gatos. Durante o levantamento, observou-se maior frequência de animais do sexo masculino entre os caninos (53%) e os felinos (56%). Os principais atendimentos consistiram na imunização dos filhotes (n=265, 28%), enquanto os diagnósticos mais recorrentes foram os do sistema tegumentar (n= 133, 14%), digestório (n=121, 13%), ortopédico (n= 94, 10%), reprodutivo (n=51, 5.3%), oftalmológico (n=47, 5%), oncológico (n=42, 4.4%), neurológico e toxicológico (n= 41, 4.3%), urinário (n= 26, 4.3%), odontológico (n= 25, 2.6%), respiratório (n=24, 2.5%), infectocontagioso (n=19, 2%), endócrino (n=15, 2%), cardíaco (n=5, 0.5%) e outros (n=45, 4.7%). Os resultados evidenciaram maior procura por procedimentos de vacinação dos filhotes, essencial para a prevenção de doenças. Por outro lado, entre os atendimentos mais recorrentes, observou-se elevado número de afecções dermatológicas, que, na maioria dos casos, relacionava-se a reações alérgicas causadas por fungos ou bactérias. Além disso, destacaram-se nos demais atendimentos casos periódicos de gastroenterite no aparelho digestório, fraturas e traumas musculares decorrentes de brigas e atropelamentos nos casos ortopédicos, partos distorcidos e piometra evolvendo o sistema reprodutor, enquanto, nas enfermidades infectocontagiosas, apresentaram-se casos de verminoses, cinomose e parvovirose. Com base no estudo, foi possível traçar o perfil de pacientes que frequentaram o hospital e identificar os casos que mais ocorrem na rotina da clínica. Ressalta-se que a maioria das enfermidades poderiam ser minimizadas ou evitadas por medidas profiláticas na saúde animal.

Palavras-Chave: Doenças. Veterinária. Pacientes.

ESTUDO RETROSPECTIVO DAS AFECÇÕES CIRÚRGICAS EM CÃES E GATOS ATENDIDOS ENTRE O PERÍODO DE 2014 A 2017 NO HOSPITAL VETERINARI DE BRASÍLIA, BRASIL

Daniela Oliveira Rodrigues – UniCEUB, PIC VETERINARI, aluna voluntária
danixrod@gmail.com
Ana Carolina Mota de Faria – UniCEUB, PIC VETERINARI, aluna colaboradora
ana.faria@sempreceub.com
Carlos Alberto da Cruz Júnior – UniCEUB, professor orientador
carlos.junior@uniceub.br
Bruno Alvarenga dos Santos – UniCEUB, professor colaborador
bruno.alvarenga@ceub.edu.br

Para implementar e executar ações específicas nas diversas áreas cirúrgicas de hospitais veterinários, torna-se imprescindível realizar registros fidedignos dos procedimentos nos prontuários dos pacientes. Essa base de informações permite ao gestor hospitalar reportar informações atualizadas para a tomada de decisões gerenciais. Diante dessa necessidade, fez-se a coleta e a análise de informações contidas nos primeiros 135 prontuários cirúrgicos de 115 pacientes do Hospital Veterinário Veterinari de Brasília. As cirurgias foram classificadas por especialidades. Dos procedimentos realizados, 81,7% foram em cães, 15,6%, em gatos, e 2,7%, em jabutis e aves. Observou-se maior incidência de cirurgias do aparelho reprodutor (n= 41, 30%), seguidas por odontológicas (n= 29, 21,4%), ortopédicas (n= 21, 15,6%), oncológicas (n=13, 9,5%), suturas de pele (n=11, 8,1%), gênito-urinárias (n= 11, 8,1%), gastrointestinais (n=3, 2,2%), oftalmológicas (n=3, 0.75%) e outras (n=3, 2,2%). Dos procedimentos relacionados ao aparelho reprodutor, 20% foram em machos, e 80%, em fêmeas, destacando-se a ovário-salpingo-histerectomia (60%) como procedimento mais realizado. Entre as cirurgias odontológicas, verifica-se elevada frequência das periodontais (69%). Nas ortopédicas, 28,5% foram reparos de fraturas, e, nas oncológicas, houve o registro majoritário de mastectomias (53%), sendo 81% realizados em cadelas e 18% em felinas. Verificou-se que as casuísticas do sistema gênito-urinário estão relacionadas apenas à remoção dos cálculos por meio de cistotomia; nos casos gastrointestinais, destaca-se a remoção de corpos estranhos e biópsias. Os procedimentos oftálmicos foram os menos realizados com apenas uma enucleação, uma correção de protrusão de glândula de 3° pálpebra e uma correção da catarata. Os resultados evidenciaram maior incidência de procedimentos cirúrgicos em cães, em que atendimentos preventivos, como as esterilizações e os tratamentos periodontais, demandaram grande parte da rotina cirúrgica no estabelecimento. Dessa forma, sugere-se o fortalecimento contínuo do segmento de prevenção junto aos clientes, por meio das informações dos prontuários que possibilitem melhoria continuada de processos relacionados à gestão da área cirúrgica veterinária.

Palavras-Chave: Casuística. Cirurgia. Pequenos animais. Veterinária.

ESTUDO RETROSPECTIVO DAS AFECÇÕES CIRÚRGICAS EM CÃES E GATOS ATENDIDOS ENTRE O PERÍODO DE 2014 A 2017 NO HOSPITAL VETERINARI DE BRASÍLIA, BRASIL

Ana Carolina Mota de Faria – UniCEUB, PIC VETERINARI, aluna voluntária
ana.faria@sempreceub.com
Daniela Oliveira Rodrigues – UniCEUB, PIC VETERINARI, aluna voluntária
danixrod@gmail.com
Carlos Alberto da Cruz Júnior – UniCEUB, professor orientador
carlos.junior@uniceub.br
Bruno Alvarenga dos Santos – UniCEUB, professor colaborador
brunoalvarenga@gmail.com

Para implementar e executar ações específicas nas diversas áreas cirúrgicas de hospitais veterinários, torna-se imprescindível realizar registros fidedignos dos procedimentos realizados nos prontuários dos pacientes. Essa base de informações permite ao gestor hospitalar reportar informações atualizadas para a tomada de decisões gerenciais. Diante dessa necessidade, realizou-se a coleta e a análise de informações contidas nos primeiros 135 prontuários cirúrgicos de 115 pacientes do Hospital Veterinário Veterinari de Brasília. As cirurgias foram classificadas por especialidades. Dos procedimentos realizados, 81,7% foram em cães, 15,6%, em gatos, e 2,7%, em jabutis e aves. Observou-se maior incidência de cirurgias do aparelho reprodutor (n= 41, 30%), seguidas pelas odontológicas (n= 29, 21,4%), ortopédicas (n= 21, 15,6%), oncológicas (n=13, 9,5%), suturas de pele (n=11, 8,1%), gênito-urinárias (n= 11, 8,1%), gastrointestinais (n=3, 2,2%), oftalmológicas (n=3, 0.75%) e outras (n=3, 2,2%). Dos procedimentos relacionados ao aparelho reprodutor, 20% foram em machos, e 80%, em fêmeas, destacando-se a ovário-salpingo-histerectomia (60%) como o mais realizado. Entre as cirurgias odontológicas, verifica-se elevada frequência das periodontais (69%). Nas ortopédicas, 28,5% foram reparos de fraturas, e, nas oncológicas, houve o registro majoritário de mastectomias (53%), sendo 81% realizados em cadelas e 18% entre as felinas. Verificou-se que as casuísticas do sistema gênito-urinário estão relacionadas apenas à remoção dos cálculos por meio de cistotomia; nos casos gastrointestinais, destaca-se a remoção de corpos estranhos e biópsias. Os procedimentos oftálmicos foram os menos realizados com apenas uma enucleação, uma correção de protrusão de glândula de 3° pálpebra e uma para correção da catarata. Os resultados evidenciaram maior incidência de procedimentos cirúrgicos em cães, no qual os atendimentos preventivos, como as esterilizações e os tratamentos periodontais, demandaram grande parte da rotina cirúrgica do estabelecimento estudado. Dessa forma, sugere-se o fortalecimento contínuo do segmento de prevenção junto aos clientes, por meio das informações dos prontuários que possibilitem a melhoria de processos relacionados à gestão da área cirúrgica veterinária.

Palavras-Chave: Casuística. Cirurgia. Pequenos animais. Veterinária.

EU, SUJEITO, MULHER: UM DIÁLOGO ENTRE A PSICANÁLISE E A TEORIA DA SUBJETIVIDADE

Marivan Barros Gonçalves Pereira – UniCEUB, PIC Psicologia Voluntário, aluna voluntária
marivan.barros@sempreceub.com
João Gabriel Bernardes Medeiros – Colégio Leonardo da Vinci, PIC Júnior, aluno bolsista
biellvernardes@gmail.com
Valéria Mori Deusdará – UniCEUB, professora orientadora
valeria.mori@ceub.edu.br

Este estudo propõe discutir a gama de sentidos subjetivos produzidos por uma mulher durante o processo de psicoterapia de base psicanalítica, tendo como base de observação e discussão o impacto da análise em sua vida e como a relação psicoterápica se configura e amplia-se para suas vivências. O objetivo é a ênfase na compreensão sobre como os processos psíquicos são configurados por sentidos subjetivos que produzem efeitos em todos os espaços da vida individual e social da paciente. Trata-se de um estudo baseado na Epistemologia Qualitativa, proposta por Fernando González Rey, na perspectiva histórico-cultural, utilizando-se o método construtivo-interpretativo. Foi empregada a dinâmica conversacional e, para a discussão, indicadores de momentos significativos na vivência psicoterapêutica, mediante o referencial teórico de Sigmund Freud, Donald Winnicott e Fernando González Rey. Pretendeu-se colaborar com a discussão acerca dos quereres e dos desejos femininos, dando espaço para o olhar de uma mulher que faz análise, no intuito de reafirmar o quanto cada mulher é única.

Palavras-Chave: Psicanálise. Teoria da Subjetividade. Psicoterapia.

EXPRESSÃO DA GLICOPROTEÍNA DO VÍRUS CHIKUNGUNYA EM CÉLULAS DE INSETOS VISANDO AO DESENVOLVIMENTO DE INSUMO PARA DIAGNÓSTICO E/OU VACINA

Dyéferson Kened da Silva Coelho Guimarães – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
dyeferson.guimaraes@sempreceub.com
Anabele Azevedo Lima – UniCEUB, professora orientadora
anabele.lima@ceub.edu.br
Daniel Mendes Pereira Ardisson de Araújo – UFSM, professor colaborador
daniel_ardisson@yahoo.com.br
Leonardo Assis da Silva – UnB, professor colaborador
leocbq@yahoo.com.br
Bergmann Morais Ribeiro – UnB, professor colaborador
bergmann@unb.br

De acordo com o Ministério da Saúde, a saúde pública no Brasil tem retratado a alta incidência de doenças infecciosas emergentes e reemergentes, causadas por arbovírus, como, por exemplo, o vírus Chikungunya (CHIKV). Dados epidemiológicos associados ao CHIKV mostram grandes preocupações tanto para a população como para órgãos governamentais, por não apresentarem tratamento específico e vacina para a imunização da população. O CHIKV caracteriza-se por ser um vírus de RNA de sentido positivo, cadeia simples, e sua transmissão ocorre pela picada do mosquito das espécies *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus.* Sendo assim, o objetivo do presente trabalho é expressar epítopos de proteínas específicas do vírus CHIKV fusionado à proteína poliedrina do baculovírus AcMNPV, cujo modelo para expressão já é bem estabelecido, por tratar-se de um sistema eucarioto. Para isso, técnicas de DNA recombinante foram utilizadas, visando à construção de um baculovírus recombinante, portador dos genes de interesse E2 e NSP3 e confirmado por sequenciamento. Além disso, a expressão da proteína do baculovírus recombinante R1 (genes E2 e NSP3) em células de inseto Tn5B foi bem-sucedida com a estratégia *bac-to-bac*. A mesma proteína foi analisada por SDS-PAGE e detectada por *westernblot*, apresentando proteína de tamanho esperado 37 kDa. É sabido que as regiões gênicas dos epítopos E2 e NSP3 do CHIKV já foram expressas em trabalhos anteriores, entretanto nenhum deles utilizou repetições das regiões antigênicas como as que foram descritas neste trabalho, o que apresentou elevada expressão de proteínas com propriedades imunogênicas. Com bases nos resultados, foi possível construir uma estratégia promissora por meio de regiões imunogênicas do vírus CHIKV que visa ao desenvolvimento de *kit* diagnóstico e serve como base para futuros estudos com a perspectiva de outras aplicações biotecnológicas, podendo favorecer a saúde pública do Brasil e do mundo.

Palavras-Chave: Doenças infecciosas emergentes. Arbovírus. Baculovírus. CHIKV.

EXTRATOS VEGETAIS COM CAPACIDADE DE INIBIÇÃO DE BIOFILME MICROBIANO

Nathalia Lauria do Nascimento – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
nathalia.ln@sempreceub.com
Paula Silva Lopes – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
paula.lopes@sempreceub.com
Paulo Roberto Martins Queiroz – UniCEUB, professor orientador
paulo.silva @ceub.edu.br

Os biofilmes bacterianos são comunidades estruturadas de células microbianas aderidas umas às outras ou a superfícies imóveis ou móveis. Estima-se que 65% das infecções bacterianas estão associados a microrganismos formadores de biofilme. Com o aumento do número de microrganismos resistentes a antimicrobianos, novas alternativas de tratamento são estudadas. A inibição do *Quorum sensing*é uma estratégia promissora. O objetivo do trabalho é identificar a atividade antimicrobiana de extratos vegetais capazes de inibir a comunicação e a formação de biofilmes microbianos. Foram utilizados óleos essenciais à base de cravo-da-índia (*Eugenia caryophyllus*), lavanda (*Lavandula angustifolia*), hortelã-pimenta (*Mentha piperita*), citronela (*Cymbopogon nardus*), laranja doce (*Citrus aurantium dulcis*), limão (*Citrus limonum*), eucalipto (*Eucalyptus globulus*), canela (*Cinnamomum cassia)*, pimenta-rosa (*Schinusterbinthi folius)* e gengibre (*Zingiber officinale*). Os microrganismos testados foram *Escherichia coli, Klebsiella pneumoniae, Pseudomonas aeruginosa, Staphylococcus aureus e Bacillus thuringiensis.* Os experimentos foram feitos em placas de ELISA e por Well Difusion, utilizando os extratos nas concentrações de 5%, 10%, 20% e 40%. Os ensaios foram mantidos a 37 °C, por 24 horas e analisados por espectrofotometria e medição de halo, respectivamente. Os resultados indicaram que baixas concentrações de alguns extratos foram efetivas em inibir bactérias gram positivas e negativas. Além disso, algumas bactérias foram mais inibidas (*E. coli* e *S. aureus*) do que outras, indicando que os extratos exercem efeitos diferentes entre as testadas. Os resultados sugerem que os componentes presentes nos extratos vegetais podem exercer um efeito importante na formação dos biofilmes, indicando uma possibilidade de uso alternativo e complementar desses compostos no controle microbiano.

Palavras-Chave: Atividade antimicrobiana. Inibição. *Quorum sensing*. Óleos essenciais.

GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA COM A UTILIZAÇÃO DE BIODIGESTORES DE ESGOTO SANITÁRIO E SEU IMPACTO NA ECONOMIA E NO MEIO AMBIENTE NO CONTEXTO DE UMA CIDADE SUSTENTÁVEL

Camila Saiki – UniCEUB, PIBITI-CNPq, aluna bolsista
mia.saiki@sempreceub.com
Álvaro Bittencourt Henrique Silva – UniCEUB, professor orientador
alvaro.silva@uniceub.br

Esse projeto visa desenvolver a estação de tratamento biológico sanitário de dejetos domésticos para reaproveitamento energético de resíduos de esgoto, com o objetivo de diminuir o impacto ambiental e gerar biogás e energia elétrica que supram as necessidades de uma cidade sustentável, observando sua demanda, comparando custos de energia elétrica com a implantação do biodigestor e usando, apenas, a companhia de energia elétrica em Brasília. Em primeiro momento, foi feito um estudo teórico acerca dos biodigestores existentes e sua eficiência; em seguida, foi feito o estudo sobre esgoto e seu impacto nas cidades. A técnica e a viabilidade de produção foram sintetizadas mediante resíduos sólidos, provenientes das habitações. Foi feito um biodigestor teste com os recursos materiais disponíveis; muitos materiais foram cedidos pelo professor orientador para o estudo dos modelos e da viabilidade econômica. Por fim, mostra-se que o uso de biodigestores é uma solução possível para o problema da destinação dos resíduos sólidos; ao mesmo tempo, produz-se biogás e energia elétrica; além disso, a aplicação do modelo, teoricamente, melhora a economia e a qualidade de vida da população.

Palavras-Chave: Biodigestor. Biogás. Cidade. Esgoto.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES ASSOCIADOS À MORBIMORTALIDADE DE IDOSOS COM FRATURAS DE QUADRIL POR FRAGILIDADE ÓSSEA EM INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Júlia Milhomem Mosquéra – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
j.milhomemmosquera@gmail.com
Amanda Ribeiro Alves – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
amandazzz@gmail.com
Viviane Cristina Uliana Peterle – UniCEUB, professora orientadora
viviane.peterle@ceub.edu.br

A osteoporose constitui importante problema de saúde pública por sua associação a fraturas relacionadas à idade, principalmente as do fêmur proximal. As causas para a elevada mortalidade em pacientes idosos com esse tipo de fratura foram bem investigadas nos países desenvolvidos, no entanto pouco se sabe sobre este assunto nos países em desenvolvimento. O objetivo do trabalho é identificar fatores de morbidade e mortalidade intra-hospitalar de pacientes idosos com fratura de quadril e os fatores clínicos associados. O estudo de coorte histórica foi realizado pela coleta de dados de prontuários de pacientes internados em serviço público de ortopedia do Distrito Federal. Consideraram-se os pacientes admitidos entre janeiro de 2010 e janeiro de 2017. A análise bivariada para testar a associação com o desfecho (mortalidade) foi feita por meio do teste qui-quadrado, e a comparação entre grupos (óbito *versus* sobrevivência), do teste de Mann-Whitney. Valores de p<0,05 foram considerados estatisticamente significativos. A fim de avaliar quais variáveis impactaram o desfecho de óbito e qual a razão de chance dos preditores selecionados, foi construído um modelo de regressão logística pelo método Stepwis. As análises de sobrevivência foram elaboradas pela regressão logística de COX e pelas curvas de Kaplan-Meier. Foram identificados 349 pacientes que atenderam aos critérios de inclusão e exclusão com predomínio de mulheres (n=229) e média de idade de 79,7± 0,5 anos. Observou-se que 76 pacientes (21,8%) tiveram a mortalidade como desfecho, e, na análise de regressão logística ajustada para idade e sexo [IC95%], as variáveis que explicaram a mortalidade pelo modelo (p<0,005) foram presença de infecção [OR=5,7 (p0,026)], infecção respiratória [OR=7,38 (p0,006)], tempo em UTI [OR=1,10 (p0,004)] e hipertensão arterial [OR=4,05 (p0,003)]. A avaliação perioperatória realizada também demonstra associação a maior mortalidade entre os pacientes classificados como III (RR 10,6) [n=51; 68% 0,000). O tempo de pós-operatório médio foi de 19,6 dias. Desde a internação do paciente, o tempo médio de sobrevida foi de 62,7 dias [IC95% 47,8–77,6]. Considerando apenas os pacientes que realizaram cirurgia e o tempo pós-operatório, verificou-se que o tempo em média de sobrevida foi de 39,2 dias [IC95% 26,34-53,33;]. O tratamento de escolha para a maioria dos pacientes com fratura de fêmur é o cirúrgico. Sabe-se que, quanto maior o número de comorbidades no paciente idoso fraturado, maior é a chance de evolução para óbito. Esses dados impactam, diretamente, a decisão cirúrgica, o tempo de intervenção e o prognóstico, como exemplo, a alta precoce, que pode reduzir o tempo de exposição a agentes infecciosos intra-hospitalares.

Palavras-Chave: Idoso. Mortalidade. Fratura de quadril. Osteoporose.

INFLUÊNCIA DE POLIMORFISMOS GENÉTICOS NA EXPRESSÃO DE ENOS, APOE E ECA EM RESPOSTA AO TREINAMENTO DE FORÇA EXCÊNTRICO EM IDOSAS OBESAS

Mateus Medeiros Leite – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
mateus.leite@sempreceub.com
Alessandro de Oliveira Silva – UniCEUB, professor orientador
alessandro.silva@ceub.edu.br
Silvana Schwerz Funghetto – UnB, professora colaboradora
silvana.funghetto@gmail.com

O aumento da expectativa de vida nos últimos anos associa-se à prevalência da obesidade e a outras doenças crônicas não transmissíveis, decorrentes de processos multifatoriais com influência da genética e do estilo de vida adotado. O objetivo do presente estudo é investigar como os genótipos identificados nos polimorfismos de ENOS, APOE e ECA podem influenciar a resposta de CK após TFE. Participaram 86 mulheres idosas obesas (69,24 ± 4,94 anos). Para caracterização foi avaliada a composição corporal com DEXA, colesterol total, HDL, LDL, VLDL e triglicérides. As idosas completaram o protocolo de TFE com 110 % de 10 RM apenas na fase excêntrica. Foi avaliada a resposta de CK nos momentos pré-exercício, pós 0, pós 3h e pós 24h. As voluntárias foram divididas conforme o polimorfismo genético de ENOS, APOE e ECA. Para comparação das características dos grupos por genótipos foi utilizado teste t para amostras independentes quando verificada normalidade e teste U de Mann-Whitney quando em anormalidade. A NOVA fatorial de delineamento misto 2x4 (genótipo x momento) foi empregada para avaliar a resposta de CK nos genótipos de cada polimorfismo, nos quatro momentos, mediante o programa SPSS 25.0, adotando como significancia $p \leq 0,05$. Para os genótipos GG e TG/TT de ENOS, e3/e3 e e3/e4-e2/e3 de APOE, não foram observadas diferenças significativas nas variáveis de caracterização ($p > 0,05$). As voluntárias com genótipo DI/II da ECA apresentaram maior idade em relação ao genótipo DD ($p = 0,034$). O TFE utilizado induziu ao aumento de CK para o genótipo TG/TT de ENOS, no momento após 24 horas, em relação a pós 0 e pós 3h ($p = 0,006$), de 90,85 ± 36,65 U/l e 91,75 ± 35,58 U/l, respectivamente, para 107,74 ± 42,35 U/l pós 24h. O genótipo e3/e3 de APOE demonstrou aumento significativo de 90,81 ± 35,08 U/l pós 0, 89,58 ± 35,00 U/l pós 3h para 105,22 ± 43,70 U/l, no momento pós 24h ($p = 0,013$; $p = 0,002$), respectivamente; CK para o genótipo DI/II de ECA aumentou, significativamente, de 87,88 ± 33,01 U/l pré, 88,26 ±3 8,18Ul pós 0 e 88,64 ± 35,99 pós 3h em relação ao momento pós 24h 104,76 ± 46,27 U/l ($p = 0,042$; $p = 0,011$; $p = 0,008$), respectivamente. O protocolo de TFE parece induzir o aumento de CK a partir de 24 horas após o exercício para os genótipos TG/TT de ENOS, e3/e3 de APOE e DI/II de ECA, sem diferença significativa entre os genótipos dos respectivos polimorfismos.

Palavras-Chave: Envelhecimento. Obesidade. Treinamento de força. Polimorfismos genéticos.

INTERFACES ENTRE PSICOLOGIA E DIREITOS HUMANOS: A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NO ENFRENTAMENTO A VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO DF

Daniel Moisés Martins – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
daniel.martins@sempreceub.com
Laís Brito Moraes da Silva – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
lais.brito@sempreeub.com
Lucas Alves Amaral – UniCEUB, professor orientador
lucas.amaral@ceub.edu.br

A pesquisa busca desvelar e possibilitar a compreensão crítica das percepções que as psicólogas da Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF) e do Consultório de Rua do Distrito Federal têm sobre direitos humanos e suas violações, nos contextos em que atuam. Dessa forma, configura-se em um estudo de caso, com a realização e a análise de entrevistas semiestruturadas e o desenvolvimento do método etnográfico. Ambos os instrumentos de coleta de informação foram examinados mediante a perspectiva cartográfica, inspirada em Rolnik e Guattari. Como resultado, definem-se quatro tópicos baseados nas falas das entrevistadas: os dilemas da atuação profissional cotidiana; as escolhas e as oportunidades na formação, com vistas à realização da psicologia com compromisso social; as estratégias práticas, envolvendo enfrentamento às violações de direitos humanos; as conexões presentes entre a rua e o presídio. O maior achado da pesquisa deve-se à percepção de que, a atuação da psicologia no contexto da rua e do presídio, a prática profissional é suscitada por escolhas individuais, engajadas socialmente mais do que pelo incentivo externo da formação universitária. Além disso, durante a atuação, os profissionais veem-se diante da possibilidade de intervir de modo inovador, visando à emancipação do público assistido, e, paradoxalmente, diante de limitações e desengajamento em suas práticas, o que se configura como certo tipo de endurecimento das subjetividades dos profissionais psicólogos em atuação nas fronteiras das interfaces com os direitos humanos.

Palavras-Chave: Psicologia. Direitos humanos. Mulheres encarceradas. Pessoas em situação de rua. Atuação profissional.

ÍONS MARCADORES DE RÁPIDA IDENTIFICAÇÃO PARA DIAGNÓSTICO MOLECULAR EM PLASMA DE PACIENTES COM ZIKA E CHIKUNGUNYA VÍRUS

Thiago Tavares Borba de Souza – UniCEUB, PIBITI Institucional, aluno bolsista
thiagotavaresborba@sempreceub.com
Felipe Azeredo de Castro – UniCEUB, PIBITI Institucional, aluno voluntário
felipeazeredodecastro@sempreceub.com
Aline Maria Araújo Martins – UniCEUB, professora orientadora
aline.martins@ceub.edu.br
Fábio Neves dos Santos – UNICAMP, pesquisador colaborador
fabioneves@gmail.com
Marcos Nogueira Eberlin – UNICAMP, pesquisador colaborador
mneberlin@gmail.com
Kelly Magalhães – UnB, pesquisador colaboradora
kellymagalhaes@unb.br

As doenças infecciosas são grande problema de saúde pública no mundo, em especial as transmitidas por meio de vetores. O *Aedes aegypti* é um mosquito capaz de transmitir doenças virais, entre elas, a zika e a chikungunya, que se tornam mais prevalentes e são importante alvo de políticas públicas. A confirmação diagnóstica clínica dessas duas doenças é insidiosa, entretanto ambas necessitam de tratamento precoce para redução de danos subsequentes, principalmente na fase aguda. A espectrometria de massas é uma técnica analítica capaz de fornecer diagnóstico seguro e rápido, ao identificar características moleculares semelhantes em pacientes infectados, que podem ser relacionadas a caracteres específicos da interação com o hospedeiro. Há moléculas presentes nos vírus e outras produzidas no momento da invasão ao organismo que podem ser utilizadas para identificar padrões específicos de cada uma das infecções e confirmar o diagnóstico no momento da atividade viral da doença. Devem-se, para isso, identificar moléculas diferenciais em cada uma das doenças virais e utilizá-las para a resposta diagnóstica precoce. O presente trabalho demonstra que, nas infecções pelos vírus zika e chikungunya, existem íons marcadores específicos que apresentam diferentes espectros e podem ser utilizados para definição de rápido diagnóstico. Foram usadas quinze amostras de pacientes infectados com zika, outros quinze com chikungunya e quinze pacientes hígidos como grupo controle. Para melhor eficácia da análise estatística, foram realizados testes, a fim de determinar melhores condições para execução dos experimentos da pesquisa, avaliando métodos de extração, matriz, concentração de amostra e potência do feixe de *laser* utilizado. O trabalho pode determinar que, na amostra de sangue de pacientes distintos infectados por zika vírus, houve reprodutibilidade no método para o íon marcador 650 m/z do espectro, além de importantes relações de proporcionalidade entre outros íons. Da mesma forma, pacientes infectados com chikungunya vírus apresentaram reprodutibilidade do íon marcador 633 m/z da mesma relação. Além disso, foram observadas as porções polares e os peptídeos com bons resultados de íons marcadores nas bandas 567 e 672 o m/z para a chikungunya. Foram analisados pacientes coinfectados para observação de reprodutibilidade de *fingerprint* por esta técnica. Conclui-se, portanto, que há uma especificidade apresentada por esses íons referentes a diferentes moléculas que possibilitam identificar, de maneira rápida, o *fingerprint* metabólico dessas doenças. A utilização de biomarcadores para rápido diagnóstico molecular de arboviroses representa uma das melhores alternativas para o seu diagnóstico.

Palavras-Chave: Zika. Chikungunya. Espectrometria de massas. Íon marcador. Diagnóstico molecular.

LEVANTAMENTO DAS POPULAÇÕES DE CAPIVARA NA ORLA DO LAGO PARANOÁ

Loyane Ricardo Cornelio – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna bolsista
loyane.ricardo@sempreceub.com
Eliza Enoia de Rezende Teixeira – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna voluntária
eliza.teixeira@sempreceub.com
Pedro Sisnando Araújo dos Santos – Colégio Leonardo da Vinci, PIC Júnior, aluno bolsista
pedrosisnando16@gmail.com
Carlos Alberto da Cruz Junior – UniCEUB, professor orientador
carlos.junior@uniceub.br
Bernardo Ramos Simões Corrêa – pesquisador colaborador
bernersc@hotmail.com
Thiago Bernardes Bastos – pesquisador colaborador
thiago.bernardes.bastos@gmail.com

A extensa distribuição das capivaras (*Hydrochoerus hydrochaeris*) é relatada em diversas localidades do país, e sua população é associada a problemas de saúde pública. Isso decorre de sua alta adaptabilidade, pois esses animais ocupam ambientes antropizados ou próximos às áreas urbanas, onde se beneficiam dos espaços destinados a agricultura e pastos, que oferecem alimentação abundante. Existem relatos da existência desses animais às margens do Lago Paranoá; além disso, nos órgãos ambientais, há reclamações de moradores. Diante desse contexto, o presente estudo foi realizado com o objetivo de identificar os locais utilizados pelas populações de capivara na orla do Lago Paranoá – Brasília, DF, usando o método de avistamento com binóculo e contagem direta dos animais. As aproximações foram realizadas por meio de embarcação do tipo lancha, à distância de 15 metros da orla do Lago Paranoá, que foi percorrida em 5 saídas de campo, partindo da região sul e concluindo pela norte, realizadas a partir das 16 horas, entre os meses de março e julho de 2018. Cada ponto foi visitado apenas uma vez. Nos braços que compõem a margem sul do Lago Paranoá, foram mapeados 14 pontos e 298 indivíduos. Nos braços da margem norte, foram mapeados 8 pontos e 97 indivíduos. Nos 22 pontos com presença de animais, foram avistados 395 indivíduos, sendo 238 adultos e 157 filhotes. Os resultados obtidos permitiram entender a distribuição espacial e quantitativa das populações de capivara presentes na orla, respondendo à demanda recorrente da população do Distrito Federal. Novas pesquisas devem ser desenvolvidas com enfoque nos aspectos sanitários e epidemiológicos das populações.

Palavras-Chave: *Hydrochoerus hydrochaeris.* Saúde pública. Ambientes antropizados. Distribuição. Famílias.

LEVANTAMENTO DE MÉDIOS E GRANDES MAMÍFEROS COM ARMADILHA FOTOGRÁFICA NA ESTAÇÃO ECOLÓGICA ÁGUAS EMENDADAS

Ana Mikaely Peixôto – UniCEUB, PIC IBRAM, aluna voluntária
ana.peixoto@sempreceub.com
Natália Cavalcante de Farias – UniCEUB, PIC IBRAM, aluna voluntária
natalia.cavalcantef@sempreceub.com
Carlos Alberto da Cruz Júnior – UniCEUB, professor orientador
carlos.junior@uniceub.br
Marina Motta De Carvalho – IBRAM, pesquisador colaborador
mmaribio@gmail.com
Rodrigo Augusto Lima Santos – IBRAM, pesquisador colaborador
rodrigosaantos@gmail.com

O Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul e apresenta 5% da biodiversidade mundial, sendo assim considerado um *hotspots*. É o segundo bioma brasileiro que mais sofreu intervenções antrópicas, e, embora tenha a sua importância biológica reconhecida, apenas 8,21% do seu território são protegidos pelas unidades de conservação (UC). As UC do Cerrado são de extrema importância para a preservação da biodiversidade desse bioma, em especial da mastofauna de médio e grande porte, visto que os mamíferos são bastante afetados pela degradação e pela fragmentação dos habitats naturais. Realizou-se o monitoramento de médios e grandes mamíferos na Estação Ecológica Águas Emendada (ESEC-AE), reserva natural localizada em Planaltina, no Distrito Federal. Mediante os registros obtidos, foi elaborado o relatório qualitativo. O monitoramento foi realizado da segunda quinzena de setembro de 2017 à segunda quinzena de janeiro de 2018, com o auxílio de armadilhas fotográficas. Nesse período, foram identificadas nove espécies de mamíferos distribuídas em quatro ordens: *Artiodactyla*, *Carnivora*, *Perissodactyla* e *Rodentia*. Das espécies de mamíferos detectadas, 44,44% são frugívoros, e quatro encontram-se na Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção, segundo a Portaria MMA 444/2014 – *Chrysocyonbrachyurus*, *Puma concolor*, *Puma yagouroundi* e *Tapirusterrestris*. Os resultados obtidos reforçam a importância das UC para a preservação da fauna do Cerrado, uma vez que, nesses sítios, são encontrados exemplares ameaçados da mastofauna desse bioma, como demonstrou a eficiência do uso de armadilhas fotográficas para o monitoramento de mamíferos.

Palavras-Chave: Cerrado. Biodiversidade. Mastofauna.

LEVANTAMENTO E CADASTRAMENTO DE PATOLOGIAS ESTRUTURAIS UTILIZANDO FOTOGRAFIAS TERMOGRÁFICAS E *DRONES* NA COMPOSIÇÃO DE BANCO GEOGRÁFICOS

Marcos Elia de Alves Gomes – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
marcos.eliade@sempreceub.br
Thássio Josué Barros Xavier – UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
thassio.xavier@sempreceub.br
Renato Apolinário Francisco – UniCEUB, professor orientador
renato.francisco@ceub.edu.br

Os materiais que compõem toda estrutura sofrem processos de deterioração e alterações em suas propriedades e no seu comportamento, podendo ocasionar a perda do desempenho estrutural em face dos estados limites últimos e de serviço. Caso não seja seguido um plano de manutenção e a estrutura necessite de intervenções ou que haja restrições em seu uso, essas medidas acarretarão prejuízos. Busca-se com esta pesquisa avaliar Obras de Artes Especiais (OAE), levantando suas manifestações patológicas com auxílio de câmeras termográficas, a fim de avaliar a implementação de um plano de manutenção. Utilizou-se a metodologia GDE/UnB, cujo objetivo é quantificar o grau de degradação de uma estrutura para a realização das inspeções e a estruturação do banco de dados geográfico. Mediante o desenvolvimento das inspeções, a estruturação dos dados coletados em campo e o grau de deterioração da estrutura, com base na metodologia GDE/UnB, verificou-se que os viadutos inspecionados necessitam de intervenções imediatas, a fim de restaurar suas propriedades e características estruturais iniciais, devolvendo-as ao desempenho estabelecido em projeto. Em comparação com os resultados encontrados por Verly (2015), pesquisador que, outrora, realizou inspeções nas mesmas OAE, verificou-se, de maneira geral, o aumento na degradação das estruturas. Esse indicador revela a evolução das anomalias já presentes em 2015 e o surgimento de novas. Por fim, espera-se que este trabalho colabore para evidenciar a importância da utilização de mecanismos tecnológicos no auxílio a inspeções e a relevância da inspeção como forma de mitigação de manifestações patológicas. Além disso, busca-se que as análises desenvolvidas sirvam para a tomada de medidas, visando à recuperação das estruturas analisadas.

Palavras-Chave: Estruturas. Obras de arte especiais. Patologia.

MANUAL PARA PROJETOS EM CROSS LAMINATED TIMBER – CLT

Gabriela Ferreira Morais de Oliveira Alves – UniCEUB, PIBITI Institucional, aluna bolsista
gabrielaferreira@sempreceub.com
Ailton Cabral Moraes – UniCEUB, professor orientador
ailton.moraes@ceub.edu.br

A proposta deste trabalho consiste em apresentar um manual para projeto de arquitetura em madeira laminada cruzada, conhecida como CLT. Partiu-se da necessidade de dispersão do conhecimento da madeira como material sustentável e vantajoso na construção civil. Em seguida, foi-se em busca de manuais nacionais completos e de fácil entendimento para elaboração de projetos em CLT. Por não terem sido encontrados textos que atingissem essas expectativas, constatou-se a necessidade do presente trabalho. Primeiramente, foi realizada pesquisa sobre a madeira, mostrando as vantagens ambientais do material e a necessidade de disseminação de seu uso. Logo, buscou-se compreender o CLT como produto, suas vantagens, fabricação, usos e estudos de casos. Posteriormente, foram estudados e analisados diversos manuais de CLT, de empresas nacionais e internacionais, por meio de tabelas comparativas que listam a relevância de cada tópico. Por fim, foi criado o novo manual, com as informações julgadas fundamentais para projetar-se com CLT. Para a confecção desse manual, foram escolhidos os tópicos mais expressivos. Assim, o presente manual deve conter os seguintes tópicos: explicações do produto, tabelas de pré-dimensionamento, detalhes construtivos e tabelas comparativas de desempenho térmico segundo as zonas bioclimáticas brasileiras. Os objetivos iniciais da pesquisa foram atingidos com a elaboração do manual proposto, de forma sucinta e objetiva. Espera-se que o presente trabalho possa despertar curiosidade e interesse na elaboração de novos manuais para produtos pouco conhecidos e não convencionais, como o CLT.

Palavras-Chave: Estruturas de madeira. Madeira laminada cruzada. Manual de projeto.

METABOLÔMICA EM PLASMA DE PACIENTES COM CARCINOMA HEPATOCELULAR (CHC): AVALIAÇÃO DE BIOMARCADORES PELA ESPECTROMETRIA DE MASSAS

Thamires Braga – UniCEUB, PIC Voluntário, aluna voluntária
thamires.silva@sempreceub.com
Rafael Ramos Amaral – UniCEUB, PIC Voluntário, aluno voluntário
rafael.ramos@sempreceub.com
Aline Maria Araújo Martins – UniCEUB, professora orientadora
aline.martins@ceub.edu.br
Raphaela Menezes de Oliveira – UnB, pesquisadora colaboradora
raphamenoli@gmail.com

O carcinoma hepatocelular (CHC) é a malignidade hepática primária mais comum, constitui um problema de saúde pública em nível mundial e é uma causa notável de morbidade e mortalidade. Entre os fatores de risco que predispõem o desenvolvimento dessa doença, a infecção prévia pelos vírus de hepatite B e hepatite C desempenha importante papel, sendo este último mais propenso a evoluir a uma forma primária neoplásica (CHC). A cirrose e o uso abusivo de álcool também são prevalentes entre os que desenvolvem essa neoplasia. Atualmente, o diagnóstico do CHC é geralmente tardio, realizado pela biópsia e por exames de imagem, de acordo com os Critérios de Barcelona, de forma que os métodos de imagem e os marcadores séricos não têm sensibilidade suficiente para a detecção do CHC em estágios iniciais. Neste trabalho, buscou-se caracterizar o perfil de lipídeos em plasma de pacientes com CHC, por espectrometria de massas, correlacionando-os com dados clínicos dos pacientes para o estabelecimento de potenciais biomarcadores moleculares. Como resultado, demonstra-se que pacientes com CHC apresentam perfil lipídico em plasma diferente do expresso em indivíduos não patológicos, sendo reflexo das alterações metabólicas tumorais típicas. A identificação de íons lipídicos de maior relevância revelou alteração principalmente da classe dos glicerofosfolipídios, sendo a fosfatidilcolina (PC) o lipídio mais abundante no grupo controle e a fosfatidiletanolamina (PE) caracteristicamente equilibrada com a PC nos grupo com CHC. Verificou-se, assim, importante mudança da razão entre PC/PE entre os grupos patológico e não patológico. Este estudo apresenta resultados que possibilitam a descoberta de possíveis biomarcadores séricos para o CHC, sugerindo a possibilidade de exames menos invasivos e de valor diagnóstico mais sensível e específico para essa neoplasia.

Palavras-Chave: Carcinoma hepatocelular. Espectrometria de massas. Metabolômica. Medicina translacional. Biomarcador.

MOBSBJR: UM JOGO INFANTO-JUVENIL PARA EXPLICAR A MOBILIDADE URBANA EM BRASÍLIA

João Alexandre Ottoni de Carvalho – UniCEUB, PICJúnior, aluno voluntário
joao.alexandre@sempreceub.com
Gabriel Lima Jacinto – Colégio Serios, PIC Júnior, aluno bolsista
gabriel.jacinto@colegioserios.com.br
Ana Paula Borba Gonçalves Barros – UniCEUB, professora orientadora
ana.barros@ceub.edu.br

Com os problemas de trânsito enfrentados diariamente em cidades brasileiras, inclusive em Brasília, verifica-se a necessidade urgente de uma mudança de paradigma, que apresenta maior probabilidade de eficácia quando iniciada antes da fase adulta. Assim, surgiu a ideia da criação de um jogo de tabuleiro para explicar a mobilidade da cidade ao público infanto-juvenil, de modo a torná-lo crítico no que tange a relação entre os meios de transporte e os aspectos socioeconômicos dos cidadãos. Sob este viés, a pesquisa visa verificar de que modo os jovens assimilam as informações lúdicas, contidas nos jogos e reproduzem-nas. Para tanto, escolheu-se uma instituição de ensino médio parceira (Colégio Serios) da instituição de ensino superior (UniCEUB), à qual a pesquisa está vinculada. As etapas metodológicas que ampararam o estudo qualitativo foram: na primeira (grupo focal), o moderador guiou um grupo de 6 alunos da instituição parceira a organizar um debate coletivo por cerca de 1 hora, com o objetivo de estudar e entender as visões dos participantes; na segunda, escolheram-se os elementos significativos na cidade de Brasília para os participantes; na terceira (criação das regras do jogo) e na quarta etapas (preparação do tabuleiro e das peças), verificou-se que os jovens foram bastante cooperativos e flexíveis na elaboração das regras e na exposição de suas ideias; na quinta, ocorreu a primeira partida do jogo entre os seus criadores, e observou-se a necessidade de ajustes em relação às regras. Portanto, ao longo das etapas, verificou-se alto nível de visão crítica no que se refere às questões de mobilidade urbana por parte dos participantes, tornando mais simples a comunicação e o entendimento dos assuntos abordados. Houve certa insatisfação com a forma com que ocorre o trânsito, pois, segundo os participantes, em muitos casos, não há consciência na escolha do meio de transporte pelos usuários, o que fomentou o enfoque em estratégias de transmitir uma visão crítica por meio do jogo. Conclui-se que as estratégias lúdicas contidas em jogos contribuem para maior interação do jovem com o conteúdo expresso, e é possível estimular, por esse artefato, uma visão mais consciente da utilização dos meios de transporte e sua relação com os aspectos socioeconômicos e com os efeitos no ecossistema da cidade. No entanto, cabe ressaltar que a aplicação desta pesquisa deve ser realizada em escolas com níveis de renda mais baixos, pois acredita-se que o objetivo será melhor alcançado. Por fim, salienta-se que este tipo de estratégia leva em consideração a evolução do ensino, a rapidez de aprendizagem e estimula o foco da atenção dos jovens para o conteúdo ministrado, evitando dispersões.

Palavras-Chave: Mobilidade urbana. Estratégias lúdicas. Jogos de tabuleiro. Público infanto-juvenil.

MONITORAMENTO DE PEQUENOS MAMÍFEROS NÃO VOADORES EM UMA ÁREA DE CERRADO NO CÓRREGO DO URUBU, BRASÍLIA-DF

Flávia Luanne Monteiro Barrêto – UnB, PIC IBRAM, aluna voluntária
flaviamzbarreto@gmail.com
Letícia Mendes Batista – UniCEUB, PIC IBRAM, aluna voluntária
leticiamendesbatista@sempreceub.com
Carlos Alberto da Cruz Júnior– UniCEUB, professor orientador
carlos.junior@uniceub.br
Marina Motta de Carvalho – colaborador IBRAM
mmaribio@gmail.com
Rodrigo Augusto Lima Santos – colaborador IBRAM
rodrigosaantos@gmail.com

O Núcleo Rural Córrego do Urubu está situado a 14 quilômetros da rodoviária do Plano Piloto, na unidade hidrográfica Santa Maria/Torto (bacia hidrográfica do lago Paranoá), inserida em duas importantes Áreas de Proteção Ambiental, a do Planalto Central e a do Lago Paranoá. Essa região sofre forte pressão antrópica pela especulação imobiliária, o que, certamente, influenciará a dinâmica populacional de pequenos mamíferos, por isso a pesquisa mostra-se urgente e pode fornecer informações relevantes de comparação pós-distúrbio sobre a população de pequenos mamíferos do local. Com o objetivo de entender os padrões de dispersão e o fluxo de populações e estimar a riqueza e a biodiversidade, realizou-se o monitoramento de pequenos mamíferos não voadores na Estação Experimental de agroecologia Chácara Delfim T61, localizada no Núcleo Rural Córrego do Urubu. As campanhas ocorreram de janeiro de 2018 a agosto de 2018, no início de cada mês, por cinco dias consecutivos, em duas fitofisionomias: cerrado típico e campo sujo. Na área de cerrado típico, que apresentou maior riqueza e abundância, foi disposta uma grade formada por 7 transectos lineares, com 12 pontos cada um, distantes 10m um do outro, totalizando 84 pontos de captura. Na área de campo sujo, foi disposta uma grade formada por 6 transectos lineares, com 11 pontos cada um, distantes 10m um do outro, o que equivale ao total de 66 pontos de captura. Para captura e contenção dos animais, foram utilizadas armadilhas do tipo Sherman e Tomahawk (124 e 26, respectivamente), com iscas compostas por fubá, sardinha, banana e pasta de amendoim. Para todos os espécimes capturados, foram realizadas medições biométricas com fita métrica e pesola; os indivíduos foram identificados quanto ao sexo e ao estágio de desenvolvimento. Por fim, os animais foram marcados com brincos numerados para identificação em caso de recaptura. Foi registrado o total de 46 indivíduos capturados com 36 recapturas entre três espécies de roedores (*Necromys lasiurus*, *Oligory zomys* e *Cerrado mysscotti)* e duas de marsupiais (*Didelphisal biventris* e *Gracilinanus agilis*). *Necromys lasiurus* e *Didelphisal biventris* foram as espécies que apresentaram maior estimativa com 69,41% e 20% do total de indivíduos, respectivamente, e, juntas, equivalem a 82,6% dos indivíduos capturados e 97,43% dos recapturados. Estes resultados poderão ser utilizados como referência para estudos após a implementação de novas áreas residenciais que influenciarão a dinâmica populacional de pequenos mamíferos da região.

Palavras-Chave: Núcleo rural. Armadilhas. Abundância. *Necromys lasiurus*. *Didelphisal biventris*.

MONITORAMENTO DE POPULAÇÕES DE TIZIU (*VOLATINIA JACARINA*) NA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE ÁGUAS EMENDADAS: ENTENDENDO O EFEITO DO ATROPELAMENTO DE FAUNA

Vinicius Rozendo Vianna – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno bolsista
vinicius.vianna@sempreceub.com
Raphael Igor Dias – UniCEUB, professor orientador
raphael.dias@ceub.edu.br

Apesar do forte efeito econômico e social, a extensa malha rodoviária brasileira também produz impactos negativos, especialmente no meio ambiente. A construção de rodovias promove a remoção de áreas nativas e a fragmentação do habitat. Essas alterações colocam populações em risco de declínio e extinção local, modificando a sua dinâmica. Atualmente, uma das principais causas da mortalidade de vertebrados está relacionada às colisões com veículos. O tiziu (*Volatinia jacarina*) é uma espécie granívora, migratória, socialmente monogâmica, que se reproduz em regiões do Brasil central. Durante o período reprodutivo, os machos executam um *display* multimodal, defendem pequenos territórios agrupados (de 13 a 72,5 m²) e auxiliam as fêmeas no cuidado com os filhotes. Dados anteriores demonstram que a espécie apresenta considerável mortalidade relacionada a colisões com veículos na malha rodoviária que contorna diferentes unidades de conservação do Distrito Federal. Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é avaliar os efeitos da BR-020, que contorna a Estação Ecológica de Águas Emendadas, nas populações de tiziu. O trecho de 10 km da BR-020 foi divido em 10 trechos consecutivos de 1 km cada um, monitorados para estimar o tamanho populacional, quantificar o número de territórios e o número de indivíduos atropelados. O monitoramento foi realizado a pé, uma vez por semana, entre os meses de setembro de 2017 e julho de 2018. Durante o monitoramento de atropelamento, para cada carcaça encontrada, foram registrados: o menor nível taxonômico do espécime, latitude e longitude e a data de registro. Além disso, foram utilizadas três redes de neblina (12 x 2,6 m), duas dispostas paralelamente e uma perpendicularmente à rodovia. Indivíduos foram capturados e marcados com uma combinação única de anilhas. Foi utilizado o teste z de Rayleigh para avaliar a direção temporal dos atropelamentos ao longo dos meses (*hot-moment*). Adicionalmente, foi realizada uma análise espacial para investigar possíveis agrupamentos dos registros ao longo da rodovia (*hotspots*). Foram capturados e anilhados 164 indivíduos, sendo 51 machos, 53 fêmeas e 60 juvenis. Foi encontrado e identificado o total de 122 carcaças ao longo da rodovia. O tiziu foi a espécie mais registrada em números de atropelamento (27%, $N = 33$). Foi possível perceber o aumento no número de indivíduos durante o período reprodutivo da espécie na região, porém não foi possível observar maior número de atropelamentos para os trechos com maior densidade populacional. O *hot-moment* identificado para o tiziu sobrepõe o período reprodutivo da espécie na região. A análise espacial identificou duas áreas de alto risco de atropelamento e quatro áreas de risco moderado. Estratégias para a redução do número de atropelamentos devem focalizar a redução do estrato vegetal que é selecionado pela espécie, composto predominantemente por gramíneas, ou deve buscar criar condições favoráveis para a espécie em áreas mais afastadas da rodovia.

Palavras-Chave: Atropelamento de fauna. Ecologia de estradas. *Hot-moment*. *Hotspot*. *Roadkill*.

O CUSTO DA FRATURA DE QUADRIL EM IDOSOS: ANÁLISE TEMPORAL DO IMPACTO ECONÔMICO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO DISTRITO FEDERAL

Wesley Henrique Seixas Martins – UniCEUB, PIC Voluntário, aluno voluntário
henrique.martins@sempreceub.com
Viviane Cristina Uliana Peterle – UniCEUB, professora orientadora
viviane.peterle@ceub.edu.br

Apesar das variações regionais, o Distrito Federal segue o rápido padrão de envelhecimento brasileiro com predomínio de comorbidades, polifarmácia e fragilidades, predispondo as quedas. Em decorrência desse processo, as fraturas de quadril em idosos requerem cuidados hospitalares e estão associadas a riscos elevados de morbidade, mortalidade e re-hospitalização que demandam custos econômicos ao Sistema de Saúde. Assim, o objetivo deste trabalho é delinear o perfil de custos relacionados à fratura de quadril no Distrito Federal, mostrando a importância da prevenção. O estudo descritivo fez-se mediante dados obtidos no Sistema de Informação Hospitalar do Sistema Único de Saúde (SIH-SUS). O SHI-SUS faz parte de um conjunto de sistemas do Departamento de Informática do SUS, o DATASUS, cujo objetivo é disponibilizar informações para analisar a situação sanitária da população. Fez-se a coleta de dados de morbidade hospitalar em decorrência da fratura de fêmur (CID 10 - S72), nas internações de pacientes maiores de 60 anos, no período de 2008 a 2016. A população idosa do Distrito Federal soma pouco mais de 448 mil pessoas, o equivalente a 15,42% da população total (PDAD/2015-16). Foram registradas 3.721 internações por fratura de quadril em idosos, no período de 2008 a 2016. Trata-se da média de 466 internações ao ano, o que representa 1% das internações nessa faixa etária. No entanto, as internações totalizaram o custo de R$ 8.180.600,70 em 8 anos, com média anual de R$ 908.955,63. Cada internação teve o valor médio de R$ 2.198,50. Foi constatado o aumento de 42% em relação ao gasto do Sistema Único de Saúde com essa fratura, entre 2008 e 2016. Cerca de 65% dos pacientes eram do sexo feminino. A faixa etária acima dos 80 anos foi a mais acometida, com 41% das internações. O aumento dos custos por fratura de quadril no Distrito Federal associa-se aos dados do processo de envelhecimento da população. Essas fraturas são mais comuns na população feminina; a maior propensão é de mulheres com osteoporose, principalmente após a menopausa. O estudo mostra um impacto econômico significativo, referente aos custos de internação por fratura de quadril, que requer cuidados hospitalares de média e longa duração e propicia o valor elevado para o Sistema Único de Saúde. Além disso, há expectativa de que os custos com esse tipo de fratura aumentem, tendo em vista o crescimento do número de idosos, principal grupo social acometido por essa fratura. Diante do exposto, observa-se a importância de delinear o perfil e as estatísticas de hospitalizações de idosos e, assim, realizar a promoção de saúde e a prevenção de agravos direcionadas a diminuir a ocorrência de fraturas de quadril, o que culminaria na redução dos custos diretos e indiretos.

Palavras-Chave: Fratura de quadril. Morbidade. Custos econômicos. Idoso.

O EFEITO DA DENSIDADE DE NINHOS, COR DOS OVOS E ESTRUTURA DA VEGETAÇÃO NA PREDAÇÃO DE NINHOS NO CERRADO

Ivan Rodrigues de Aguiar – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno bolsista
ivan.aguiar@sempreceub.com
Raphael Igor Dias– UniCEUB, professor orientador
raphael.dias@ceub.edu.br

A predação de ninhos é um evento ecológico que afeta, diretamente, o sucesso reprodutivo das aves. Dessa forma, durante a época reprodutiva, os progenitores investem em estratégias para maximizar o sucesso. Fatores, como estrutura da vegetação, disponibilidade de recursos, tipo de substrato e abundância de predadores são avaliados na escolha do sítio de nidificação, aumentando, assim, a chance de sobrevivência do ninho. O objetivo do presente trabalho é avaliar se a densidade de ninhos (maior ou menor), a coloração dos ovos (críptica ou conspícua) e a estrutura da vegetação (áreas campestres ou florestais) influenciam a taxa de predação de ninhos. Espera-se que os ninhos agregados em menor densidade, compostos por ovos de coloração críptica e localizados em áreas florestais apresentem taxas menores de predação. Ninhos artificiais foram posicionados em 64 transectos de 50 m de comprimento e dispostos no início (0 m), no meio (25 m) e no final (50 m). Para simular o efeito de baixa densidade, foi alocado apenas um ninho por posição. Para o efeito de alta densidade, foi utilizado um conjunto de três ninhos por posição no transecto, dispostos a uma distância de 5 m entre si. Cada ninho continha dois ovos, sendo um de codorna e outro de plasticina. Para investigar o efeito da coloração, os ovos foram pintados com tinta atóxica da cor marrom (críptica) e branca (conspícua). A altura dos ninhos foi padronizada em, aproximadamente, 1,5 m. Todos os ninhos tiveram o mesmo tempo de exposição (7 dias). Nas análises, foi utilizado um modelo linear, generalizado, misto, da família binomial; a situação final do ninho (predado ou não predado) foi a variável resposta; a densidade de ninhos, a coloração dos ovos e a estrutura da vegetação foram usadas como variáveis explicativas; a identificação do transecto foi usada como variável aleatória. Foram realizados testes de razão de verossimilhança para avaliar a influência de cada variável explicativa na probabilidade de predação de ninhos. Os ninhos distribuídos em áreas campestres, com coloração conspícua e em maior densidade demonstraram taxa superior de predação. A maior predação em áreas campestres pode ser explicada pelo dossel reduzido e, consequentemente, pela menor cobertura vegetal, que atua como obstáculo à detecção dos ninhos por predadores aéreos, visualmente orientados, como as aves, que são os principais predadores de ninhos no Cerrado. O agrupamento de ninhos no habitat pode facilitar a sua localização por predadores, pois eles podem investir em buscas adicionais em áreas próximas a ninhos encontrados. Esse comportamento adaptativo de forrageio pode aumentar os riscos de predação nas áreas de agregação. Por fim, a maior predação de ovos conspícuos pode estar associada à maior detecção por predadores, principalmente os que têm hábitos diurnos.

Palavras-Chave: Coloração críptica. Conspicuidade. Predador. Reprodução. Seleção de habitat.

O GUIA ALIMENTAR PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA NO DISCURSO DE UMA TRANSNACIONAL DE BEBIDAS AÇUCARADAS NA INTERNET

Jussara Aparecida Alves de Jesus – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
Jussara.aalves@sempreceub.com
Maína Ribeiro Pereira Castro – UniCEUB, professora orientadora
maina.pereira@ceub.edu.br

O contexto da alimentação é representado pelo consumo inadequado e pelo crescimento da incidência de doenças crônicas não transmissíveis, como obesidade, hipertensão e diabetes. Com o intuito de transformar essa realidade, ações governamentais de promoção de alimentação adequada e saudável tornam-se necessárias, sendo o *Guia alimentar para a população brasileira* uma delas. Uma das principais recomendações do documento oficial é o estímulo à redução do consumo de produtos ultraprocessados, que são alimentos industrializados com alto teor calórico e baixo valor nutricional, como, por exemplo, as bebidas açucaradas. Tais produtos são comercializados com estratégias de *marketing* alimentar e nutricional veiculadas em diferentes mídias, inclusive na Internet. Desta forma, o objetivo do trabalho é analisar as estratégias de *marketing* alimentar e nutricional utilizadas por uma transnacional de bebidas açucaradas na *web,* com informações relacionadas ao *Guia*. Foi realizado um estudo descritivo de base qualitativa que avaliou se houve a utilização das recomendações do *Guia* nas peças publicitárias veiculadas no Facebook e em *websites* da corporação analisada. Entre as marcas avaliadas, identificaram-se 9 *websites* disponíveis. Para a coleta de dados no Facebook, foi definido que seriam avaliadas as mesmas marcas vistas anteriormente, mas somente as que estão nessa rede social. Foi delimitado o tempo das postagens de novembro de 2014 (data do lançamento do *Guia*) até novembro de 2017. As publicações foram exploradas e descritas em detalhes, e foram descartadas as que não englobavam conteúdos relacionados a este estudo. Dos nove *sites* analisados, oito dirigiam suas mensagens ao público jovem. Houve três que apresentaram conteúdos com incentivo à refeição em companhia, e, em sete sítios, foram enfatizados os nutrientes presentes no produto. No Facebook, foram avaliadas 08 marcas, e foi computada a análise de 573 postagens que obtiveram conteúdos importantes e enquadravam-se nas características propostas pela pesquisa. Em 299 (52%) postagens, utilizaram-se alimentos *in natura*, e o comensalismo esteve presente em escala pertinente, no total de 183 (31%) publicações, juntamente com a valorização do tempo para a alimentação, com 190 (33%) *posts*. Considerando que, no Brasil, gastam-se em média 9 horas por dia na Internet, torna-se estratégico desenvolver ações publicitárias pelas empresas nesse espaço. Assim, os resultados demonstraram que a transnacional utilizou estratégias de *marketing* alimentar e nutricional tanto nos *sites* das marcas de seus produtos quanto nas páginas do Facebook, além de ter-se apropriado de recomendações do *Guia*, como o comensalismo e a referência a alimentos *in natura*. Embora a frequência encontrada nos resultados aparente não seja relevante, a identificação da presença, mesmo mínima, da apropriação do discurso do *Guia* pela transnacional colabora com a transmissão errônea de uma imagem saudável de seus produtos, principalmente das bebidas açucaradas. Com isso, tais resultados podem ser um alerta para a necessidade de ações governamentais que estimulem o senso crítico da população diante das estratégias de *marketing*.

Palavras-Chave: Guia alimentar. *Marketing* nutricional. Bebidas açucaradas. Ultraprocessados. Internet.

O IMPACTO DAS ILHAS DE CALOR NA ESCALA GREGÁRIA DE BRASÍLIA COM ÊNFASE NAS FACHADAS ESPELHADAS

Islane Barbosa da Luz – UniCEUB, PIC Voluntário, aluna voluntária
islanebarbosa@live.com
Gustavo Alexandre Cardoso Cantuária – UniCEUB, professor orientador
gustavo.cantuaria@ceub.edu.br

Brasília completa 30 anos como cidade patrimônio da humanidade, preocupando-se com a sustentabilidade e o conforto ambiental no Plano Piloto e focalizando a qualidade do espaço e o discurso sustentável. Esta pesquisa busca analisar espaços públicos na escala gregária, com o objetivo de sugerir diretrizes no âmbito do urbanismo sustentável, para a requalificação do espaço em áreas degradadas e as transformações arquitetônicas com tipologias insustentáveis. Além disso, examina-se o desempenho das estruturas espaciais urbanas, relacionando suas características físicas, como superfícies verticais e horizontais, morfologia dos cânions urbanos e seus reflexos na formação de ilhas de calor. O adensamento construtivo nos setores comerciais e hoteleiros, com o uso intensivo e exagerado de vidros espelhados e reflexivos nas fachadas, tem causado impacto negativo no espaço urbano, pois esquece-se a arquitetura vanguardista modernista brasileira, projetada em Brasília, de forma competente, desde o seu nascimento. Atraída pelas caixas de vidro exageradamente espalhadas e repetidas no hemisfério norte, a capital tem-se inspirado em formas arquitetônicas que se chocam com o clima predominantemente seco da cidade. Elementos comumente encontrados na arquitetura moderna, como plantas livres, ventilação cruzada, varandas, beirais, cobogós, brises e outros elementos sombreadores, são ignorados em troca da atração pelo uso de vidros como revestimento externo, tornando-se um cenário propício para incentivar o surgimento das ilhas de calor e contribuindo, negativamente, para os microclimas próximos a essas morfologias urbanas e arquitetônicas. O fenômeno da ilha de calor torna-se um vilão na busca pelo conforto ambiental. Este projeto, com foco na escala gregária, tem como objetivo principal analisar o impacto das ilhas de calor no contexto urbano atual. A área dos setores hoteleiro e comercial, na Asa Sul e na Asa Norte, tem apresentado uma arquitetura que utiliza, excessivamente, os vidros e os espelhos em suas fachadas, levando a uma configuração arquitetônica que aumenta o poder reflexivo das superfícies das edificações em comparação a sua capacidade de absorver, modificar ou diminuir a radiação solar. A pesquisa questiona e analisa as consequências da nova linguagem arquitetônica, do surgimento de diferentes características de ilhas de calor e de cânions urbanos, o reflexo nos microclimas, a salubridade dos espaços e a qualidade do conforto ambiental dos usuários, observando como os trechos dos setores gregários com os novos cânions urbanos formados por edificações com envelopes envidraçados são afetados pelo efeito das ilhas de calor e interferem no microclima e no conforto ambiental local. A pesquisa inclui fotos tiradas com câmera termográfica que ilustram os pontos críticos dos efeitos do aquecimento, resultados dos estilos arquitetônicos adotados pela falta de vegetação nos setores e fatores que ajudam a diminuir a umidade local, mostrando que, por conta desses fatores, podem ser notadas diferenças relevantes na temperatura das superfícies, podendo chegar a 5ºC, 8ºC ou mais, variando de acordo com o urbanismo e a arquitetura local, influenciando o microclima e podendo causar desconforto aos usuários.

Palavras-Chave: Ilhas de calor. Arquitetura. Fachadas envidraçadas. Radiação solar.

O IMPACTO DAS ILHAS DE CALOR NA ESCALA GREGÁRIA DE BRASÍLIA COM ÊNFASE NA VEGETAÇÃO URBANA

Débora Crystine Bardales da Cruz – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
debora.bardales@sempreceub.com
Ingrid de Araújo Freitas– UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
ingrid.freitas@sempreceub.com
Gustavo Alexandre Cardoso Cantuária – UniCEUB, professor orientador
gustavo.cantuaria@ceub.edu.br

As árvores são essenciais para a qualidade de vida, contribuem para o conforto visual e ambiental, ajudam a reduzir a poluição sonora e a do ar, criam ambientes mais agradáveis, produzem sombra, bloqueiam ventos e reduzem as temperaturas pela evaporação da água das folhas. Sua importância ganha mais espaço na pauta das cidades, além da influência na sustentabilidade econômica, social e ambiental. É notável que, durante o verão, é reduzida a necessidade de condicionamento de ar, e, durante o inverno, a sombra deixa o ambiente mais álgido. Seu papel é fundamental na redução do efeito das ilhas de calor em centros urbanos. A pesquisa em questão apresenta os dados de como é considerada a arborização urbana na cidade de Brasília e de como as árvores compõem o cenário urbano. A vegetação pode estar em calçadas, praças, parques, canteiros e demais logradouros públicos, além dos jardins privados. Brasília apresenta clima tropical de altitude, portanto o verão é úmido e chuvoso, e o inverno é seco e relativamente frio. A temperatura média anual é cerca de 21°C, podendo chegar a 30°C, no mês de setembro, e aos 12°C, nas madrugadas de inverno de julho, com épocas de seca característica do Cerrado brasileiro. Apontar espécies arbóreas capazes de qualificar a paisagem e amenizar o microclima urbano torna-se importante. Neste trabalho, avalia-se encontrar possível melhoria em relação à sensação de conforto térmico alcançada com a amenização da radiação solar, caracterizada pelas diferenças apresentadas nas temperaturas superficiais de ruas e calçadas, sob influência de árvores adultas das espécies mais utilizadas na área central da cidade. Para tanto, foram feitas medições com um termômetro e um medidor de CO^2, sobre a sombra e o entorno das calçadas. Os resultados indicaram a dimensão, em relação ao conforto térmico, que uma espécie apresenta perante outras e possibilitou uma projeção da amenização do calor no recinto urbano, o que pode contribuir para a tomada de decisões de planejamento e desenho paisagístico da cidade. Além disso, as medições feitas no Setor Comercial Sul, no Setor Hoteleiro Sul e no Eixo Monumental apontam a falta de vegetação e a baixa eficácia das existentes em áreas isoladas, pois não oferecem sombreamento aos pedestres, não dissipam o calor, ocasionam temperaturas elevadas nas áreas, durante o dia e não são suficientes para criar um microclima fresco e úmido, ou seja, quanto menor a quantidade de vegetação nas áreas urbanas pesquisadas, menor o índice de supressão dos raios solares, maior a retenção de calor pelos prédios e pelo asfalto e maior a temperatura média nessas regiões, criando, assim, as ilhas de calor.

Palavras-Chave: Ilhas de calor. Vegetação urbana. Conforto ambiental. Sustentabilidade.

O USO DOS SISTEMAS BIM NA COMUNICAÇÃO ENTRE O CLIENTE E O ARQUITETO

Roberta Ortega de Baére Z. Gomes – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
robertabaere@sempreceub.com
Leonardo Pinto de Oliveira – UniCEUB, professor orientador
leonardo.oliveira@ceub.edu.br
Maria Fernanda de Siqueira Del'Isola – UniCEUB, pesquisadora colaboradora
mfdelisola@gmail.com

Observam-se problemas recorrentes durante as fases do processo de projetação e, posteriormente, da execução de obra, no que tange às distorções de percepção entre o objeto projetado e o construído. Assim, acredita-se que a questão está fundamentada na ausência ou na deficiência de meios e ferramentas de entendimento amigável aos agentes desses processos. Este trabalho apresenta um recorte histórico de como é realizado o processo de comunicação entre arquiteto e cliente. Além disso, o estudo preocupa-se com quais ferramentas e técnicas são utilizadas nas representações do projeto arquitetônico residencial unifamiliar, gerando melhor recorte de pesquisa e, sobretudo, acomodando o objeto estudado em que se observa o problema de percepção do projeto proposto. O estudo de ferramentas e técnicas perseguiu experiências baseadas na inteligência visual de identificar falhas, dificuldades, métodos exitosos, boas *performances*, potencialidades, processos integrados de projetos BIM, além de outras formas de contribuir para a melhoria da percepção do projeto arquitetônico residencial.

Palavras-Chave: Projeto arquitetônico. BIM. Representação de projeto.

OS LÍDERES DE OPINIÃO E OS NOVOS FLUXOS DE INFORMAÇÃO NAS REDES SOCIAIS: UMA ANÁLISE SOBRE AS *FAKE NEWS* NO FACEBOOK NO CONTEXTO DA PÓS-VERDADE

Yoneila dos Santos Pereira – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
yoneila97@sempreceub.com
KatrineTokarski Boaventura – UniCEUB, professora orientadora
katrine.boaventura@ceub.edu.br

Este trabalho tem como objetivo compreender a ação do líder de opinião na nova ambiência mediática e caracterizar o seu papel nas redes sociais, mais especificamente no Facebook, enquanto parte dos processos que envolvem, diretamente, a disseminação de notícias falsas ou *fakenews* e o reforço daquilo que se convencionou chamar de *pós-verdade*. Uma revisão bibliográfica foi feita acerca dos temas, partindo da primeira noção de *liderança de opinião* descrita por Lazarsfeld-Berelson-Gaudet, ainda nos estudos originais de 1944, e chegando à atualização desse conceito ajustado aos novos fluxos comunicacionais do *ciberespaço*. Também foram levantados textos que se dedicam a tentar definir *fake news* e pós-verdade e suas existências enquanto fenômenos do meio virtual (não excluindo a possibilidade de sua ocorrência fora desse contexto). Por fim, buscou-se formular uma noção do que seriam pós-verdade e *fake news*; quais características específicas teriam os líderes de opinião da rede social Facebook; como estariam ligados à propagação de notícias falsas na internet.

Palavras-Chave: *Fake news*. Pós-Verdade. Líderes de opinião. Facebook.

OS MUSEUS E OS MEMORIAIS DE BRASÍLIA: A ARTE, A CULTURA E A ARQUITETURA EM EXPOSIÇÃO NA CAPITAL FEDERAL

Mari Carmen Estefanni Solis Huamán – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna bolsista
mari.ch@sempreceub.com
Filipe Augusto Peres Oliveira – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno voluntário
filipe.augusto@sempreceub.com
Savio Tadeu Guimarães – UniCEUB, professor orientador
savio.guimaraes@ceub.edu.br

Este projeto de iniciação científica discorre sobre museus e memoriais localizados na cidade de Brasília. Os temas *arte*, *cultura* e *arquitetura*, vinculados à temática dos museus, foram complementares ao enfoque deste estudo. Espaços e objetos neles expostos na capital federal foram abordados no contexto do surgimento dessas instituições e de outras consideradas significativas, para sua maior compreensão no contexto histórico, desde suas origens como criações da humanidade, retratando a longa transformação pela qual passaram ao longo da História. Foi realizada uma pesquisa minuciosa sobre os museus considerados os mais relevantes da capital federal – Museu da República, Museu Vivo da Memória Candanga, Panteão da Pátria, Memorial JK, Memorial dos Povos Indígenas e Centro Cultural Banco do Brasil de Brasília – evidenciando, brevemente, a história e as atividades que cada um deles representa no contexto brasileiro e da cidade. De acordo com os parâmetros metodológicos utilizados, após a investigação sobre o tema e as instituições por meio de pesquisa bibliográfica, foi considerada pertinente a participação do público da cidade, de modo a confrontar os dados bibliográficos, confirmando-os ou ampliando as considerações sobre o tema. Espera-se que a pesquisa possa auxiliar outras reflexões, estimulando o necessário debate sobre arte e cultura na contemporaneidade.

Palavras-Chave: Brasília. Museu. História. Arte. Cultura.

OS MUSEUS E OS MEMORIAIS DE BRASÍLIA: ENTRE ESTRATÉGIAS DE ATRAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE PÚBLICO

Yohanna Palma Monteiro Carvalho de Sousa – UniCEUB, PIC Voluntário em Arquitetura e Urbanismo, aluna voluntária
yohanna.monteiiro@gmail.com
Larissa Barbosa de Araújo – UniCEUB, PIC Voluntário em Arquitetura e Urbanismo, aluna voluntária
larissabarbosacontato@gmail.com
Sávio Tadeu Guimarães – UniCEUB, professor orientador
savio.guimaraes@ceub.edu.br

A presente pesquisa consiste em um estudo sobre o efeito de estratégias de atração e consolidação de público dos museus e dos memoriais de Brasília. O objetivo geral é identificar se, diante do aumento de atratividades culturais na espacialidade urbana e virtual, museus e memoriais de Brasília têm alcançado êxito nos últimos anos, na busca por manutenção de sua atratividade. Para o alcance do objetivo proposto, fez-se a pesquisa bibliográfica apoiada em questões obtidas com a participação local – o que a aproxima dos pressupostos de uma metodologia de base qualitativa, adotada no intuito de, além da reunião de informações de origem bibliográfica, confrontar conclusões obtidas na fundamentação teórica, com dados locais, confirmando-os ou constituindo novos pontos de vista mediante a participação do público entrevistado. Desse modo, foi possível evidenciar a evolução das instituições museológicas e memoriais desde suas primeiras experiências até o que conhecemos como museu ou memorial hoje: primeiramente, espaços onde, além do tema referenciado, do objeto exposto, do artista a que eventualmente se faz referência, após a importância do profissional museólogo, emerge a figura do curador, profissional que trabalhará tais temáticas e exposições; em seguida, espaços onde outras tantas funções têm sido agregadas, como cafés, lojas, livrarias; por fim, espaços onde novas ferramentas, como a tecnologia, crescentemente são integradas. Dessa maneira, a pesquisa constatou que, apesar das mudanças que os museus já enfrentaram ao longo da história, a chegada da tecnologia tem alterado o contexto cultural de modo mais relevante, ao permitir a adoção de medidas que ampliam as possibilidades de interação dos frequentadores com os objetos e com a instituição, além de poder auxiliar a sua divulgação. Ademais, a pesquisa permitiu a verifcação de que a utilização das ferramentas tecnológicas atuais consiste em apenas mais um instrumento de apoio a tais instituições, já que outras questões foram elencadas pelo público participante como motivações para maior interesse na visita ou no retorno a tais instituições.

Palavras-Chave: Museus. Memoriais. Brasília. Estratégias de atração. Tecnologia.

PACIENTES SÉPTICOS: ESTUDO DOS CRITÉRIOS DE IDENTIFICAÇÃO, PRINCIPAIS FATORES DE GRAVIDADE ASSOCIADOS A MORBIMORTALIDADE E CONDUTA CLÍNICA NA EMERGÊNCIA DE UM HOSPITAL PÚBLICO DE BRASÍLIA

Taylla Rodrigues Chaves – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
tayllamed@sempreceub.com
Felipe Nogueira Affiune Silva – UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
felipe.nogueiras@sempreceub.com
Fabiana Xavier Cartaxo Salgado – UniCEUB, professora orientadora
fabiana.salgado@ceub.edu.br

A sepse é considerada uma das maiores causas de mortalidade mundial. No Brasil, a letalidade por sepse chega a 67,4%, índice bem acima de outros países. A adoção dos critérios diagnósticos recomendados e da correta condução clínica de portadores de sepse converte-se em melhores prognósticos clínicos e redução da mortalidade deste agravo. Esta pesquisa é retrospectiva, transversal e visa conhecer os critérios de identificação de pacientes sépticos, principais fatores de gravidade associados a morbimortalidade e conduta clínica na emergência de um hospital público de Brasília, no ano de 2016. Fez-se revisão de prontuários na Unidade do Pronto Socorro do Hospital Regional da Asa Norte, no período de janeiro a dezembro de 2016. Foram incluídos pacientes com diagnóstico de sepse e ouras infecções, a fim de investigar possível diagnóstico de sepse subnotificado, como: pneumonias, infecções do trato urinário, infecções de pele e infecções abdominais. Os critérios diagnósticos investigados foram: Síndrome da Resposta Inflamatória Sistêmica (SIRS), Sequential Organ Failure Assessment (SOFA) e Quick Sequential Organ Failure Assessment (QSOFA). As variáveis investigadas nos pacientes com sepse foram: idade, sexo, diagnóstico de internação, comorbidades, procedimentos invasivos, etiologia da sepse, tempo de internação, desfecho clínico, condutas clínicas, tais como: hidratação venosa, exames laboratoriais hemodinâmicos e microbiológicos, antimicrobiano prescrito e solicitação de transferências a unidades com suportes de vida mais adequados. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética sob nº 76126117.8.0000.0023. Foram encontrados 389 pacientes com diagnósticos de infecções, sendo 101 com sepse, resultando em 25,96% do universo amostral. Destes, 62,37% são do sexo masculino, e 37,62%, do feminino, com idade média de 58 anos, tempo médio de internação de 19±23, 6 dias e desfecho de óbito 53,46%. As principais comorbidades foram: HAS (50,49%), etilismo (28,71%), *diabetes melittus* (27,72%) e tabagismo (26,73%). A topografia das infecções que resultaram em sepse foi: pulmonar n=62, abdominal n= 21, urinária n= 15, cutânea n= 13, não esclarecida n=8 e neurológica =1. Os procedimentos invasivos encontrados foram: cateter vesical de demora (75,24%), tubo orotraqueal (62,37%), cateter venoso central (63,36%) e drenos (16,83%). Os critérios diagnósticos de sepse encontrados pela equipe de pesquisa foram estratificados em: SIRS 75,24%, SOFA 13,86% e QSOFA 10,89%. Entre as condutas clínicas encontradas, ressalta-se a solicitação de suportes de vida mais adequados para 65,34% dos pacientes na média de 4 dias após o diagnóstico de sepse; somente 36,36% conseguiram vaga na UTI, na média de 8 dias após a solicitação; destes, 75% evoluíram ao óbito, na média de 11 dias após internação na UTI. Todos os pacientes com sepse receberam tratamento com antimicrobianos, sendo 69% de amplo espectro. O principal critério utilizado para diagnóstico da sepse na unidade investigada foi a SIRS. Os pacientes com sepse encontrados têm idade próxima à velhice, apresentam muitas comorbidades, múltiplos procedimentos invasivos, tempo de internação prolongado e desfecho de óbito elevado. O longo período de espera por vaga em UTI e a ausência de vagas para a maioria dos pacientes que dela necessitaram podem ter contribuído para os desfechos clínicos de óbito.

Palavras-Chave: Sepse. Critério diagnóstico. Conduta clínica.

PADRÃO DE CICLICIDADE OVARIANA DE OVELHAS SANTA INÊS E BERGAMÁCIAS CRIADAS NO DISTRITO FEDERAL

Gabriel Rodrigues da Costa – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
gabriel.rodriguesc@sempreceub.com
Andre Antonioni Guedes Fidelis – UniCEUB, professor orientador
andrei.fidelis@ceub.edu.br

Faz-se necessário o conhecimento da ciclicidade das ovelhas para que se possa implementar um manejo reprodutivo adequado e impulsionar a cadeia de produção. Em geral, os ovinos apresentam atividade reprodutiva nas estações do ano em que o fotoperíodo seja negativo. Tendo em vista que são poucos os estudos relacionados às tendências sazonais de ovelhas criadas no planalto central, este trabalho objetiva caracterizar a ciclicidade reprodutiva de ovelhas Santa Inês e Bergamácia criadas nessa região. Dez ovelhas de cada raça foram submetidas à ultrassonografia transretal, para detectar a presença de corpo lúteo (CL) a cada 12 dias, entre os meses de setembro de 2017 e maio de 2018. Quando confirmada a presença no ovário, o diâmetro do CL foi mensurado, e o volume, obtido pela fórmula de volume de esfera. Foram consideradas com ciclo estral regular as ovelhas que não apresentaram ausência de CL em duas avaliações consecutivas, e consideradas com ciclo estral irregular as ovelhas que apresentaram ausência de CL em duas ou mais avaliações, de forma intermitente. Durante todo o período experimental, não foi observado anestro, e 50% das ovelhas Santa Inês e 30% das ovelhas Bergamácia manifestaram estro de forma regular. Todas as ovelhas Santa Inês (100%) expressaram um ciclo estral regular na primavera. Entretanto, apenas 50% das ovelhas da raça Bergamácia demonstraram esse padrão. Na estação do verão, ambas as raças expressaram um ciclo estral regular em 50% dos animais, e os outros 50% expressaram ciclo estral irregular. No outono, 100% das ovelhas Santa Inês e Bergamácia demonstraram estro de forma regular. O volume do maior corpo lúteo foi semelhante entre as raças e as estações do ano (Anova; Duncan; P>0,05). A raça Santa Inês teve a média de 441,40±121,11 mm^3 na primavera, 439,67±85,34mm^3 no verão e 506,6±101,20 mm^3 no outono, enquanto, nas ovelhas da raça Bergamácia, o volume foi de 424,73±102,31 mm^3, 49,68± 137,4mm^3 e 465,58±141,12 mm^3 nas três estações, respectivamente. Diante disso, as ovelhas de ambas as raças apresentam atividade reprodutiva durante as épocas de estação e contraestação reprodutiva, porém uma parcela desses animais apresentou ciclo estral irregular nas épocas consideradas como contraestação (primavera e verão). Além disso, ovelhas Bergamácia parecem sofrer os efeitos do fotoperíodo de forma antecipada (primavera e verão) quando comparadas às ovelhas Santa Inês (somente verão). O fotoperíodo no planalto central não afetou o desenvolvimento do CL.

Palavras-Chave: Corpo lúteo. Ciclo estral. Sazonalidade.

PARKLETS: INTERVENÇÃO URBANA E TRANSFORMAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS EM ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA

Lara Alves da Silva – UniCEUB, PIBITI-CNPQ, aluna bolsista
lara_alves_silva@hotmail.com
Ana Paula Borba Gonçalves Barros – UniCEUB, professora orientadora
ana.barros@ceub.edu.br

O presente trabalho tem por objetivo analisar a forma de utilização dos espaços urbanos nos arredores do Centro Universitário de Brasília e realizar uma intervenção sociocultural e urbana por meio da implementação de um Parklet "Espaço UniCEUB", a fim de promover a interação e o conforto à comunidade local e aos frequentadores da Instituição. Para tanto, realizou-se um estudo no qual se fez uso de métodos qualitativos e quantitativos, divididos em três etapas: o levantamento de dados, a aplicação dos questionários e a criação do projeto de um *parklet*. Na primeira etapa, realizou-se o levantamento do quantitativo de vagas nos bolsões de estacionamento existentes nos arredores da instituição, em frente à via W4 Norte, cujo objetivo foi avaliar a viabilidade de implantação da intervenção no local. Na segunda etapa, realizou-se a aplicação do questionário junto à comunidade acadêmica, pela plataforma Google Forms, a fim de verificar a aceitação do projeto de implantação do espaço de convivência "Parklet" na Instituição. A partir disto, percebeu-se a insatisfação dos alunos em relação à quantidade de espaços de convívio, fomentando a grande aceitação pela implantação do Parklet. É interessante notar que os itens mais relevantes para a atração de pessoas foram, respectivamente, segurança, qualidade dos espaços, iluminação, mobiliário, arborização, equipamentos, boa localização, presença de pessoas no espaço e presença de carros no espaço. Na terceira, procedeu-se à criação do projeto do Parklet, que, por questões burocráticas, foi transferido para a calçada frontal do estabelecimento Café Antonieta, situado no SCRN 708/709, loja 20, às proximidades do UniCEUB. Para a execução dos projetos, foram seguidas as normativas de cartilhas e manuais disponíveis. A escolha dos materiais buscou a adequação à sustentabilidade e a facilidade na montagem, na manutenção e na desmontagem do Parklet, além da redução do custo de implantação do projeto. Assim, infere-se que existe a necessidade de transformar os espaços urbanos nos arredores da instituição, a fim de torná-los mais convidativos à comunidade acadêmica e local, para que as pessoas não somente utilizem os espaços, mas também neles permaneçam.

Palavras-Chave: Mobilidade urbana. Intervenção urbana. Espaços de convivência. Parklets.

PERFIL DOS PACIENTES COINFECTADOS COM LV E HIV E USO DA PROFILAXIA SECUNDÁRIA, BRASIL, DE 2014 A 2016

Thales Fernandes Bezerra – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
thales_fb@hotmail.com
Paulo Henrique da Silva Frasão – UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
paulohf91@gmail.com
Rafaella Albuquerque e Silva– UniCEUB, professora orientadora
rafaella.silva@ceub.edu.br

A leishmaniose visceral (LV) é um problema grave de saúde pública e apresenta ampla distribuição e alta taxa de letalidade, especialmente em indivíduos coinfectados com HIV (LV/HIV). Para evitar as evoluções desfavoráveis, o Ministério da Saúde preconiza a realização da profilaxia secundária (PS) com anfotericina B lipossomal. Os objetivos do trabalho são descrever o perfil dos casos e os óbitos de leishmaniose visceral no Brasil, entre 2014 e 2016 e avaliar o perfil dos pacientes coinfectados LV/HIV no tocante à utilização da profilaxia secundária. Para o primeiro objetivo, foi realizado estudo observacional, descritivo, do tipo série de casos; para o segundo, foi feito um estudo descritivo de corte transversal. Os dados epidemiológicos foram obtidos no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), considerando o período de 2014 a 2016, e as informações sobre as solicitações de anfotericina B lipossomal foram requeridas ao GT-Leishmanioses do Ministério da Saúde. Em relação à LV, observou-se maior número de casos na região Nordeste, nos 3 anos analisados, onde ocorreu decréscimo de 24,53% dos casos de 2014 para 2016. A maior incidência dos casos brasileiros ocorreu em homens (65,43%). Considerando o sexo e a faixa etária, observa-se que, nos menores de 10 anos, não houve diferença significativa no número de casos entre os sexos. No período, foram registrados 797 óbitos por LV. A média de óbitos, por ano, foi 265,6 com desvio-padrão de 7,37, o que pode sugerir dificuldade na assistência prestada ao paciente com LV. A região Nordeste concentrou 58,3% dos óbitos no período, seguida pelas regiões Sudeste (24%), Norte (9,5%), Centro-Oeste (7%) e Sul (1%). Com relação à coinfecção LV/HIV, no período analisado, foram confirmados 968 casos novos, sendo 78% em homens. Houve crescimento no número de casos de 20,1% entre 2014 e 2016. A região Nordeste teve o maior número de casos com 574 (56,4%) acumulados no período, seguida da região Sudeste (22,6%). No período, houve 2.677 solicitações para realização da PS, contemplando 948 pacientes. A maioria desses realizou mais de um esquema profilático em 2014, 2015 e 2016 (55,83%; 56,83%; 49,27%, respectivamente). Em 2014, 2,12% dos pacientes precisaram de mais de 14 ciclos de PS. Além disso, em 2014 e em 2015, 27% e 35,8% dos pacientes virgens de tratamento (VT) realizaram PS no mesmo ano em que iniciaram o tratamento, respectivamente. Em 2016, 259 pacientes VT iniciaram a terapia para LV. Desses, 21 (8%) realizaram PS naquele mesmo ano, e, entre esses, 95% (20) realizaram mais de uma solicitação de anfotericina B lipossomal durante 2016. Entre os pacientes coinfectados em uso de PS, 168 faleceram no período analisado (2014-2016); destes, 33 haviam realizado profilaxia secundária. Desse modo, a realização da profilaxia secundária é fundamental para garantir a redução do óbito em pacientes coinfectados LV/HIV, sendo necessários mais estudos para definição do melhor protocolo a ser utilizado.

Palavras-Chave: Anfotericina B lipossomal. Coinfecção. Leishmaniose visceral. HIV. Tratamento.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS INFECÇÕES DO TRATO RESPIRATÓRIO POR ACOMETIMENTO DO VÍRUS SINCICIAL RESPIRATÓRIO, BRASIL, DE 2015 A 2017

Felipe Cotrim de Carvalho – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno bolsista
felipe.cotrim@sempreceub.com
Bruno Silva Milagres – UniCEUB, professor orientador
bruno.milagres@ceub.edu.br

O Vírus Sincicial Respiratório (VSR), assim como outros, é grande contribuinte para a morbidade e a mortalidade das infecções respiratórias em todo o mundo. Um estudo descritivo foi empregado para análise do perfil epidemiológico das infecções do trato respiratório acometidas pelo VSR no Brasil, durante os anos de 2015 a 2017, identificando os casos e os óbitos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG). O VSR foi o agente etiológico dentre os outros vírus respiratório em que mais ocasionou casos e óbitos de SRAG, entre os anos analisados 2017 foi o maior notificador de casos por VSR. A região Sul seguido da região Sudeste foram as regiões onde notificaram o maior número de casos e também de óbitos de SRAG por VSR. Entre os casos, os menores de dois anos de idade foram os mais acometidos pelo VSR, em especial as crianças de 10 a 12 meses de idade. Entre os óbitos, os menores de dois anos continuam sendo a população mais acometida pelo vírus, em especial as crianças entre 2 e 6 meses. Porém, é evidente o acometimento do vírus também em idosos acima de 50 anos e em adultos entre 20 e 49 anos de idade. O VSR é um patógeno cada vez mais reconhecido em adultos, idosos, imunocomprometidos e mesmo em adultos previamente hígidos. Isso ocorre pelo comprometimento das vias respiratórias e, principalmente, pela diminuição congênita ou adquirida da imunidade do indivíduo, fazendo que a resposta imune do organismo contra o VSR seja ineficaz, causando a progressão da síndrome. A taxa de morbidade aumentou de 6,5/1.000.000 habitantes em 2015 para 11,9/1.000.000 habitantes em 2017, assim como a mortalidade que, em 2015, apresentava 2,3/10.000.000 habitantes, em 2017, apresentou cerca de 6,9/10.000.000 habitantes. O aumento também foi constatado referente à letalidade, que passou de 3,6/100 habitantes em 2015 para 5,8/100 habitantes em 2017. Ressalta-se que as mortes por VSR, nos países em desenvolvimento, que é o caso do Brasil, são mais frequentes (2,1% de todos os casos de infecção aguda do trato respiratório inferior grave). É incontestável o aumento da morbidade, da mortalidade e da letalidade nos casos de SRAG por VSR, no decorrer dos anos, tornando necessário um olhar mais cauteloso quanto à circulação do vírus. Ressalta-se a importância de estudos epidemiológicos constantes para o conhecimento mais preciso deste agente etiológico, sua circulação e sua sazonalidade, fortalecendo os dados do vírus no Brasil.

Palavras-Chave: Estudo descritivo. Trato respiratório. Epidemiologia. Vírus respiratórios. Sazonalidade.

PERFIL LIPIDÔMICO COMO MARCADOR DE RISCO DE PLACA CORONARIANA EM PACIENTES ASSINTOMÁTICOS DE RISCO INTERMEDIÁRIO PARA EVENTOS CARDIOVASCULARES

Leonardo Jadyr Silva Rodrigues Alves – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno bolsista
leonardo.jadyr@sempreceub.com
Henrique Louzan Machado – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno voluntário
henriquelouzan@sempreceub.com
Aline Maria Araújo Martins – UniCEUB, professora orientadora
aline.martins@ceub.edu.br
Mariana Barbosa Ubaldo Paiva – UnB, colaboradora
mubp2505@gmail.com
Mickaella Michelson Martins – UnB, colaboradora
mickaellammartinsbio@gmail.com
Diego Viana Paiva – UnB, colaborador
paiva2731@gmail.com
Raphaela Menezes de Oliveira – UnB, colaboradora
raphaela.menoli@gmail.com
Helmgton José Brito de Souza – UniCEUB, colaborador
hjbsouza@gmail.com
Guilherme Urpia Montes – ICDF, colaborador
gumonte@cardio.br
Fernando AntibasAtik – ICDF, colaborador
atikf@me.com
Fábio Neves dos Santos – UniCAMP, colaborador
fabioneves_6@hotmail.com
Marcos Nogueira Eberlin – UniCAMP, colaborador
mneberlin@gmail.com

A despeito dos avanços na prevenção, no diagnóstico e no tratamento, nos dias atuais, a doença cardiovascular (DCV) permanece como grande causa de morbimortalidade em todo o mundo. A prevenção primária tem contribuído, de forma substancial, para a redução nas taxas de mortalidade por doença arterial coronariana, no entanto ainda existem desafios a ser vencidos. A prospecção de marcadores lipidômicos pode ser utilizada como técnica complementar para a reestratificação de risco cardiovascular em pacientes assintomáticos de risco intermediário de Framingham, cujo manejo clínico adequado é incerto. Neste trabalho, inicialmente, submeteram-se os pacientes à Ecocardiografia transtorácica (Eco-TT) e à Cintilografia Miocárdica (CM). Os com Fração de Ejeção do Ventrículo Esquerdo (FEVE) preservada e com a CM negativa foram incluídos no projeto. Em seguida, comparou-se o perfil global de lipídeos entre pacientes com placas coronarianas na angiotomografia (Angio-TC) e sem placa aterosclerótica, classificando-os pelo Escore de Leaman Adaptado (CT-LeSc), utilizando-o como possível discriminante para reestratificação de risco cardiovascular. Pacientes Framingham intermediário com angiotomografia de artérias coronárias foram separados em 3 grupos: ausência de placas (CTRL), placa calcificada (CCP) e placa não calcificada (NCP), com aplicação posterior do CT-LeSC. Este escore caracteriza, de forma objetiva, a placa em tercis, T1 (CT-LeSc: 0,3 – 3-7), T2 (CT-LeSc: 3,8 – 8,2) e T3 (CT-LeSc: 8,3 – 24,1), com base na localização, no grau de estenose e na composição da placa aterosclerótica. O número total de pacientes igual a 12 foi dividido em 4 grupos (CTRL: 4; T1: 4; T2: 4; T3: 4). Cada grupo teve sua lipidômica analisada por espectrometria de massa do tipo MALDI-MS, com análise estatística não paramétrica feita pelo *software* MetaboAnalyst, com análises de Partial Least Squares Important Features (PLS-IP), que leva em conta os perfis diferenciais, e Sparse Partial Least Squares (SPLS), que evidencia melhor a diferença entre de biomarcadores. A lipidômica foi comparada com o escore de cálcio, a espessura médio-intimal das carótidas, a proteína C reativa US e a história familiar de doença

aterosclerótica. A análise de SPLS da lipidômica dos grupos NCP, CCP e CTRL mostrou grupos bem estratificados, validando a CT-LeSc e seus tercis como uma ferramenta de avaliação das placas e seu risco cardiovascular. Mediante o PLS, foram encontrados lipídios de alta intensidade em T2 e T3 e de baixa intensidade em T1 e CTRL, demonstrando possível marcador de mau prognóstico para eventos cardiovasculares. A técnica de espectrometria de massas mostrou-se aplicável ao contexto clínico da aterosclerose, e sua correlação com o CT-LeSc agregou mais acurácia à discriminação dos fenótipos estudados.

Palavras-Chave: Lipidômica. Escore de Leaman Adaptado. Escore de Framingham. Aterosclerose. Eventos cardiovasculares.

PESQUISA AVALIATIVA DAS AÇÕES DO PROJETO DE EXTENSÃO INTERDISCIPLINAR EM SAÚDE MENTAL NA ONG INVERSO

Julia Cobucci do Espírito Santo – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
julia.cobucci@sempreceub.com
Carla Silva Moura – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
cirilo.oliveira@gmail.com
Tania Inessa Martins de Resende – UniCEUB, professora orientadora
tania.resende@ceub.edu.br

A pesquisa visa avaliar a parceria entre o Projeto de Extensão Interdisciplinar em Saúde Mental e a Inverso, que é o único Centro de Convivência do Distrito Federal voltado à saúde mental em um trabalho inteiramente voluntário. O espaço funciona de portas abertas para pessoas em sofrimento psíquico intenso e aposta na convivência como estratégia de cuidado e promotora de reinserção social, além de contribuir com a formação acadêmica de alunos universitários. A Inverso e o Projeto de Extensão Interdisciplinar em Saúde Mental iniciaram a parceria há quinze anos, no início, contando, unicamente, com o curso de Psicologia. A partir das demandas que emergiram em campo, o projeto agregou outras áreas de saber para formar uma equipe em prol do cuidado, adquirindo caráter verdadeiramente interdisciplinar. Participam, atualmente, do projeto de extensão alunos e professores dos cursos de Direito, Educação Física, Medicina, Enfermagem e Psicologia. As particularidades tanto do projeto de extensão quanto da Inverso motivaram a realização desta pesquisa, visando ao aprimoramento da parceria entre ambos. A pesquisa orientou-se por dois principais eixos: o primeiro visou compreender a percepção dos frequentadores e dos profissionais da Inverso acerca da parceria com o projeto de extensão; o segundo teve como objetivo analisar a visão das professoras supervisoras e dos alunos extensionistas sobre a repercussão do projeto de extensão na formação acadêmica dos discentes. Diante da complexidade dos eixos, fez-se necessário o embasamento na metodologia qualitativa. Com os frequentadores da Inverso, entendeu-se relevante fazer uso das entrevistas narrativas, por terem o atributo de quebrar a rigidez de perguntas previamente elaboradas e permitir a construção de narrativas que visam ao empoderamento do sujeito. Com os demais participantes, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, dezenove individuais, com os diferentes atores sociais implicados na construção da parceria. Outro recurso foi a técnica de grupo focal como meio facilitador de estimular a expressão dos participantes diante da temática da pesquisa, em especial, visando a sugestões para o aprimoramento das atividades de extensão realizadas na Inverso. O material foi analisado de acordo com a hermenêutica da profundidade, passando por três fases complementares e não necessariamente lineares: contextualização histórico-social, análise formal e reinterpretação. Foi observado que o projeto de extensão e a Inverso estão em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Saúde Mental, desenvolvendo um trabalho que visa ao empoderamento dos frequentadores. Pôde-se perceber que a presença dos alunos na Inverso tem como um dos objetivos dar suporte aos profissionais e oferecer acolhimento e escuta aos frequentadores. Foi possível verificar que o vínculo estabelecido entre frequentadores e alunos possibilitou a desconstrução de preconceitos relacionados ao campo da saúde mental. Apesar das potencialidades da parceria, evidenciou-se uma demanda acerca da maior permanência dos alunos extensionistas. Além disso, verificou-se a necessidade de desenvolver melhor comunicação entre o projeto e o coletivo da Inverso. Identificou-se que promover assembleias ao longo do semestre, incluindo todos os atores sociais, pode contribuir para fortalecer o diálogo da parceria e aprimorar a oferta do cuidado.

Palavras-Chave: Saúde mental. Projeto de extensão. Centro de convivência. Interdisciplinaridade.

PORNOGRAFIA E QUESTÕES DE GÊNERO: UM OLHAR CRÍTICO DO PODER PEDAGÓGICO DAS IMAGENS NA CONSTRUÇÃO DAS SUBJETIVIDADES

Amanda Duarte Vaz Pinto – UniCEUB, PIC Voluntário, aluna voluntária
amandad.vazp@sempreceub.com
Ana Flávia do Amaral Madureira – UniCEUB, professora orientadora
ana.madureira@ceub.edu.br

Nesta pesquisa são abordadas questões relativas ao impacto pedagógico que a exposição de conteúdos pornográficos *mainstream* podem ter no processo de construção da subjetividade de seus espectadores, sobretudo no campo da sexualidade. O objetivo geral é explorar de que maneira os filmes e os vídeos pornográficos, como veículos midiáticos, podem reproduzir práticas machistas, ancoradas nas noções do patriarcado heteronormativo, a partir da perspectiva dos/as participantes. Procura-se compreender de que maneira a pornografia pode servir como fonte de informação para os/as participantes sobre quais papéis homens e mulheres podem desempenhar durante o ato sexual e de como as práticas sexuais encenadas nos vídeos e/ou filmes podem, ou não, influenciar as relações interpessoais dos/das participantes. Com a revolução digital e a popularização da internet, o acesso a conteúdos pornográficos tornou-se mais ordinário e está presente no cotidiano de muitas pessoas. A importância de se pensar sobre a relação entre pornografia, questões de gênero e violência dá-se na medida em que a sexualidade e suas manifestações são assuntos delicados e, frequentemente, ficam fora do escopo de discussões acadêmicas. Para a realização da pesquisa, foi utilizada a metodologia qualitativa de investigação que envolveu a realização de entrevistas individuais semiestruturadas de forma integrada à apresentação de imagens previamente selecionadas. Participaram da pesquisa quatro pessoas, dois homens e duas mulheres, na faixa etária entre 18 e 40 anos, que já tiveram, ao menos uma vez, contato com material pornográfico. Além disso, foi empregada a análise de conteúdo temática. Após a transcrição das entrevistas, foram construídas quatro categorias analíticas temáticas para nortear o trabalho interpretativo. A pesquisa indicou que a pornografia *mainstream* tem poder de influência significativo no processo de construção da subjetividade de seus espectadores, especialmente nas questões de gênero e nas *performances* sexuais. Ademais, o impacto negativo que tal mídia tem para o gênero feminino foi bastante ressaltado pelos/as participantes. Portanto, o aprofundamento teórico e empírico sobre a temática em foco pode contribuir para que o combate às práticas misóginas e heteronormativas, tão presentes no cotidiano, converta-se em ações no dia a dia, atuando como ferramenta na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-Chave: Pornografia. Questões de gênero. Imagens. Cultura. Subjetividade.

PRÁTICA, EXPERIMENTAÇÃO E INOVAÇÃO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO DO "LABORATÓRIO DE ANÁLISE DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS (LARI)"

Bruna Fernandes Olivieri – UniCEUB, PIBITI Institucional, aluna voluntária
bruna.olivieri@sempreceub.com
Raphael Spode – UniCEUB, professor orientador
raphael.spode@ceub.edu.br

O anseio de implementação de atividades práticas e profissionalizantes nos cursos de Relações Internacionais é uma questão histórica. Se, por um lado, muito pouco se tem descoberto sobre o seu aspecto prático e técnico, o que tem feito das Relações Internacionais uma área muito mais reflexiva e filosófica do que, propriamente, um campo profissionalizante, por outro lado, algumas iniciativas podem ser encontradas, no Brasil e no mundo, capazes de oferecer aos alunos uma vivência profissional na graduação. A consagrada simulação das organizações internacionais tem servido como o cerne da prática nas Relações Internacionais, concorrendo para o aprimoramento das habilidades de oratória e negociação dos alunos. Junto a ela, há uma dinâmica relativamente desconhecida, de importância fundamental, denominada de "Laboratório de Análise das Relações Internacionais (LARI), que compreende um conjunto de processos e dinâmicas extraclasses, além de métodos de inovação capazes de oferecer aos alunos de graduação a experimentação das teorias estudadas em sala de aula. O LARI é um espaço dedicado à instrumentalização do saber teórico estudado em sala de aula. A ideia é que, ao final do processo, os alunos possam ter aprendido a cultivar métodos e técnicas profissionalizantes, capazes de gerar produtos e inovação em análise de política externa e internacional. Se existe um destino profissional reservado aos alunos de Relações Internacionais, uma parte dele é constituída por uma exigência técnica de produção e sistematização de análises de conjuntura. Nesse sentido, o LARI, enquanto uma dinâmica extraclasse, auxilia o processo de transposição da teoria apreendida em sala de aula, sobre o mundo fático e real, habilitando o aluno a cumprir um aspecto primordial de sua missão profissional: oferecer visões causais, circunstanciais e fenomenológicas capazes de prever guerras e compreender os movimentos de transformação da ordem internacional para, em seguida, propor soluções aos problemas de caráter regional e internacional.

Palavras-Chave: Teoria das Relações Internacionais. *Active Learning*. Laboratório de Análise das Relações Internacionais.

PREVALÊNCIA DE PARASITOSES NO DISTRITO FEDERAL BASEADA EM DADOS COLETADOS PELO LABORATÓRIO-ESCOLA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA

Jéssica Givoni Felício Papantony – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna bolsista
jessicapapantony@sempreceub.com
José Francinaldo Coelho Bezerra – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno voluntário
jose.coelho@uniceub.br
Maria Creuza do Espírito Santo Barros – UniCEUB, professora orientadora
maria.barros@ceub.edu.br
Luis Eduardo Santos Barros – UniCEUB, pesquisador colaborador
luis.barros@uniceub.br

Realizou-se um estudo observacional descritivo, baseado na análise de laudos de pacientes atendidos pelo Laboratório-Escola do Centro de Atendimento Comunitário do UniCEUB (Brasília, DF), durante o período de julho de 2016 a dezembro de 2017. Amostras de fezes foram coletadas e analisadas pelos procedimentos de Hoffman e Paratest, com coloração em lugol. Dos 3833 pacientes analisados, 666 (14,8%) estavam infectados com, pelo menos, um parasita. Todas as infecções no estudo foram causadas por protozoários, e não houve evidência de infecção por helmintos. Os protozoários encontrados foram: *Endolimax nana* (10,4%), *Entamoeba coli* (5,6%), *Entamoeba histolytica* (1,9%), *Giardia lamblia* (1,1%) e *Iodamoeba butschlii* (0,6%). Observou-se que 95 dos pacientes infectados se apresentavam multiparasitados (14,2%). Uma relação positiva entre sexo (masculino) e presença de parasitas intestinais também foi observada. Comparou-se a incidência das parasitoses com a porcentagem de domicílios com saneamento básico nas regiões administrativas do Distrito Federal, e todas as regiões apresentaram porcentagem de pacientes infectados em um desvio padrão independentemente da porcentagem de saneamento básico da região.

Palavras-Chave: Parasitoses intestinais. Distrito Federal. *Endolimax nana. Entamoeba coli.*

PROCESSO PENAL E LEI MARIA DA PENHA: POSSIBILIDADES DE INVESTIGAÇÃO DE VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA NO DISTRITO FEDERAL

Micaella Neiva Rêgo Siqueira – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
micaella.neiva@sempreceub.com
Carolina Costa Ferreira – UniCEUB, professora orientadora
carolina.ferreira@ceub.edu.br

O presente estudo discute o problema da violência psicológica contra a mulher e suas variadas formas de manifestação. A violência de gênero constitui grave problema social. Embora haja o desenvolvimento de políticas públicas de proteção à integridade física e mental da mulher mediante a lei Maria da Penha, existem obstáculos à sua implementação para a efetiva proteção ao combate à violência de gênero. Assim, considerados os limites das atuais políticas públicas, os casos de violência de gênero que tomam o espaço jurídico são os que se referem à violência física. A violência psicológica perde espaço na investigação criminal, que a limita a ameaças ou importunações ofensivas, porém suas consequências podem ser mais danosas do que simples contravenções penais. Neste sentido, faz-se necessário compreender como os órgãos do sistema de justiça criminal, como o TJDFT, traduzem tais conceitos mediante suas decisões e verificar a atuação do sistema de justiça criminal no tratamento da violência psicológica, observando-se as formas de investigação pela polícia, as dificuldades, os requisitos empregados pelo Ministério Público para o oferecimento da denúncia e os critérios utilizados em decisões judiciais para o enquadramento do caso da violência psicológica à Lei Maria da Penha e ao Código Penal.

Palavras-Chave: Processo Penal. Lei Maria da Penha. Violência psicológica. Gênero.

PROJETO DE PESQUISAS CLÍNICAS PARA O PAN-AMERICANO DE 2007: PATOLOGIA DO MANGUITO ROTADOR EM ATLETAS DE ELITE E SUAS ASSOCIAÇÕES COM AMPLITUDE DE MOVIMENTO, FORÇA, DOR E FUNÇÃO DO OMBRO

Larissa Soares dos Santos – UniCEUB, PIC HOME, aluna bolsista
larissa.soares@sempreceub.com
Carolina Freitas Carvalho Guimarães Monteiro – UniCEUB, PIC HOME, aluna voluntária
carolina.monteiro30@sempreceub.com
Márcio de Paula e Oliveira – UniCEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br

A prevalência da lesão do manguito rotador (MR) é alta na população, particularmente em atletas. O objetivo do estudo é determinar a relação entre a patologia do manguito rotador e as variáveis funcionais, como amplitude de movimento (ADM), força, dor, função do ombro, medidas antropométricas, incluindo peso, estatura e comprimento do braço de atletas de elite em diferentes esportes. Trata-se de um estudo transversal que investigou 132 atletas de 21 modalidades, participantes dos Jogos Pan-Americanos realizados no Rio de Janeiro, em 2007. Todos assinaram o termo de consentimento livre esclarecido, e o estudo foi aprovado pelo comitê de ética da Universidade de Pittsburgh. Os participantes responderam a um questionário geral de saúde que incluía os dados demográficos, o questionário *Incapacidades do Braço, Ombro e Mão* (DASH) e a Escala Visual Analógica (EVA) para dor nos ombros esquerdo e direito. Além disso, foi realizada uma avaliação ultrassonográfica do ombro dominante. A força dos ombros foi medida com um dinamômetro manual para abdução, rotação interna (RI) e rotação externa (ER) em 0 e 90 graus, enquanto a ADM foi determinada por goniometria. A análise estatística foi realizada com o SPSS v.15. A amostra foi dividida em 3 grupos de acordo com os achados da ultrassonografia: grupo 1 (sem achados ultrassonográficos); grupo 2 (tendinose e (ou) bursite subacromial); grupo 3 (rupturas parciais do MR). Atletas com achados ultrassonográficos apresentaram maior prevalência de dor no ombro dominante (DOD) do que os sem qualquer achado (p = 0,04). No entanto, 19% dos atletas com achados ultrassonográficos não relataram DOD. Não houve diferença significativa na prevalência de achados ultrassonográficos entre homens e mulheres (p = 0.7). Apesar de o grupo 3 reportar dor maior na escala visual analógica, 31 % dos atletas com ruptura parcial não reportaram nenhuma dor. Comprimento total do ombro, estatura e idade foram maiores nos grupos com lesão. A pontuação no DASH foi maior no grupo 2, quando comparado ao 1; não houve diferença no DASH no grupo 1, em relação ao 3. Houve maior déficit de força de rotação externa no lado dominante no grupo 3, comparado ao 1 e ao 2. Conclui-se que a prevalência de lesões do MR em atletas é elevada; muitos deles já apresentam lesões avançadas, mas não relatam queixa de dor. Existe, também, correlação entre déficit de força de rotação externa e rupturas tendíneas, além de lesões com as medidas antropométricas, como, estatura, peso e comprimento dos membros superiores.

Palavras-Chave: Lesões em atletas. Lesões de manguito rotador. Dor. Ultrassonografia.

PROPOSTA DE REVITALIZAÇÃO DO ESPAÇO CULTURAL "MERCADO SUL VIVE!" EM TAGUATINGA: COMO A ECONOMIA CRIATIVA E A COLABORATIVA PODEM CONTRIBUIR

Ednaldo Barreto Ribeiro Filho – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno bolsista
ednaldo.ribeiro@sempreceub.com
Flor Marlene Enríquez Lopes – UniCEUB, professora orientadora
flor.marlene@ceub.edu.br

O "Mercado Sul Vive!", em Taguatinga – DF, é um espaço cultural de atividades destinado aos cidadãos da comunidade local. A convivência entre diferentes atividades e saberes configura um contexto propício à construção e ao aperfeiçoamento do conhecimento, em que o acervo popular da cultura empodera e estrutura a comunidade. O projeto de pesquisa busca entender as formas de comunicação utilizadas no espaço, além de compreender como recursos da comunicação participativa, colaborativa e solidária podem atuar junto ao processo cultural de revitalização do local. Ademais, pretende-se avaliar como o movimento cria suas redes comunicativas. Mediante os dados coletados, foi elaborada uma proposta de melhoria para os meios de comunicação do espaço.

Palavras-Chave: Espaço cultural. Comunidade. Formas de comunicação. Recursos da comunicação participativa, colaborativa e solidária. Proposta de melhoria.

PROPOSTA DE NOVO TESTE CLÍNICO PARA DIAGNÓSTICO DA TENDINOPATIA GLÚTEA

Tatiane Morelati Rosa – UniCEUB, PIC HOME, aluna bolsista
tatianemorelatil@sempreceub.com
Fernanda Ripoll Cassol – UniCEUB, PIC HOME, aluna voluntária
fernandacassol96@sempreceub.com
Márcio de Paula e Oliveira – UniCEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br

As tendinopatias glúteas são patologias muito frequentes nos consultórios ortopédicos, na maioria das vezes diagnosticadas clinicamente, de forma subjetiva, pela palpação na região lateral do quadril. A síndrome dolorosa do grande trocânter é relativamente comum e acomete de 10% a 25% da população, e sua maioria apresenta acometimentos nos glúteos médio e mínimo. O objetivo deste estudo é descrever um teste clínico de irritabilidade dos glúteos médio e mínimo, para apresentar novos meios semiológicos de diagnóstico e avaliação para resultados terapêuticos desta patologia. A manobra foi aplicada em 29 pacientes, sendo 25 do gênero feminino e 4 do gênero masculino, que apresentavam quadro clínico compatível com a síndrome dolorosa do grande trocânter há mais de 3 meses. Junto a isso, foi aplicado o teste de Lequesne a todos os pacientes, e, posteriormente, foram analisadas as imagens de ressonância magnética dos participantes. O teste de Lequesne e o proposto foram avaliados pelo coeficiente de Kappa, e verificou-se que existe concordância significativa de grau moderado entre a fase 3 da manobra proposta e o teste clínico de Lequesne, na amostra do estudo. Verificou-se que o teste clínico proposto apresenta boa sensibilidade (97,3%) e especificidade (50%) em sua fase 3, com o percentual de concordância de 79,3%, assumindo como padrão ouro o teste de Lequesne. Conclui-se com base nos resultados que este estudo é o primeiro passo para validação do teste clínico proposto e que parece ser um método razoável para identificar pacientes que necessitem de avaliação adicional para tendinopatia com o uso de ressonância magnética. Entretanto, há a necessidade de mais estudos para a avaliação de sua validade e reprodutibilidade.

Palavras-Chave: Quadril. Tendinopatia. Glúteos.

PRÓTESE MIOELÉTRICA APLICADA EM MEMBROS SUPERIORES

Matheus Carpes Proença – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
matheus.carpes@sempreceub.com
Luciano Henrique Duque – UniCEUB, professor orientador
luciano.duque@ceub.edu.br

As próteses mioelétricas utilizam eletrodos de superfície para interpretar sinais mioelétricos, comandos que percorrem o sistema nervoso capazes de realizar funções motoras, como contração muscular. Mediante leitura e processamento digital desse sinal, é possível controlar um sistema servo-motor e reproduzir a intenção do usuário. Para otimizar o procedimento, faz-se necessário amplificar o sinal e filtrar possíveis ruídos na leitura provenientes da rede elétrica e outros equipamentos nas proximidades. Um modelo matemático eficiente é importante para realizar o tratamento do sinal, sacrificando o mínimo de processamento possível. Com o auxílio de uma impressora 3D, buscou-se realizar testes de montagem de próteses já desenvolvidas e compreender melhor como operar o equipamento. Para trabalhos futuros, espera-se desenvolver um modelo próprio de prótese, adquirir um *scanner* capaz de captar as dimensões de uma mão humana e miniaturizar o circuito, possibilitando melhor acomodá-lo em um protótipo.

Palavras-Chave: Prótese. Sinais mioelétricos. Servo-motor.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E FEMINISMO: A ATUAÇÃO DE BERTHA LUTZ E AS REDES TRANSNACIONAIS DE PROMOÇÃO À IGUALDADE DE GÊNERO

Izabel Cristina de Sena Sales Afonso – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
izabel.ca@sempreceub.com
Aline Josiane Sapiezinskas Kras Borges Canani – UniCEUB, professora orientadora
aline.canani@ceub.edu.br

O presente trabalho trata da importância do movimento sufragista feminino no mundo e da forma como se desenvolveu na sociedade brasileira, com enfoque especial para Bertha Lutz, uma das pioneiras nas lutas feministas, e sua influência durante sua atuação como deputada federal, na defesa de questões relacionadas às mulheres, no que se refere ao trabalho, à educação e à maternidade. Destaca-se a participação de Bertha Lutz na criação da Carta da ONU, em eventos e atividades internacionais de grande importância, entre os quais: o Conselho Feminino Internacional (1919), órgão da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ressalta-se a sua relação com as redes transnacionais, ligadas às questões de gênero e que, além do continente americano, Lutz mantinha contato com movimentos e organizações da Europa e da Ásia, permitindo-lhe vasto conhecimento da situação das mulheres em vários lugares do mundo.

Palavras-Chave: Bertha Lutz. Redes transnacionais. Feminismo. Questões de gênero. Relações internacionais.

RESPOSTAS AGUDAS E CRÔNICAS DO TREINAMENTO COM OCLUSÃO VASCULAR PARCIAL SOBRE A PERIMETRIA, COMPOSIÇÃO CORPORAL, FORÇA MÁXIMA E ESPESSURA DO MUSCULO BÍCEPS BRAQUIAL E RETO FEMORAL

Avelino Campos Pinto Neto – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
avelinocpn@gmail.com
Yuri Valente do Nascimento – UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
yurivn10@gmail.com
Renata Aparecida Elias Dantas – UniCEUB, professora orientadora
renata.dantas@ceub.edu.br

O treinamento de oclusão vascular faz uso de cargas menores (de 20 a 50% de 1RM) em relação ao de força convencional e é determinado por uma restrição do fluxo sanguíneo. O objetivo do presente estudo é verificar possíveis efeitos desta metodologia de treinamento sobre a perimetria, a espessura da musculatura, e comparar os ganhos de força de membros inferiores e superiores em detrimento de provável hipertrofia miofibrilar, sem a mobilização de cargas elevadas. A amostra foi composta por 16 voluntários fisicamente ativos nos últimos 90 dias, com idade de 18 a 40 anos, que atenderam os critérios de inclusão estabelecidos pelo estudo. Inicialmente foi analisada a espessura muscular por meio de ultrassonografia; em seguida, foi feita a avaliação física antropométrica e o teste de força máxima antes e após o período de intervenção. Os voluntários foram divididos em dois grupos, o controle (GP), que realizou o protocolo de treinamento sem a oclusão a 80% de 1RM, e o experimental (GE), que fez o treino com a oclusão vascular a 40% de 1RM. A conclusão, após as 4 semanas de treinamento, foi que o treinamento com oclusão vascular e tradicional teve impacto direto na composição corporal e na força de preensão manual no GC, porém não foram encontradas diferenças significativas na espessura muscular do momento pré para o pós, em ambos os grupos. Com relação à força, o exercício realizado com alta intensidade não resultou em ganhos significativos no agachamento quando comparado ao exercício realizado com baixa intensidade e com oclusão vascular. Entretanto, o resultado de força no exercício de rosca direta para o músculo bíceps não apresentou ganhos em ambos os grupos. Em relação à magnitude de variação das variáveis de força muscular o 1-RM de rosca, não houve variação diferente entre os grupos ($p > 0,05$).

Palavras-Chave: Oclusão vascular. Hipertrofia. Treinamento de força.

RETIRADA DO ENXERTO OSSO-TENDÃO PATELAR-OSSO COM A TÉCNICA DO CORTE BASAL COM USO DE SERRA OSCILATÓRIA: PROCEDIMENTO SEGURO?

Lucas Roos Vale – UniCEUB, PIC HOME, aluno bolsista
lucasroosvale@gmail.com
Marcio de Paula e Oliveira – UniCEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br

O ligamento cruzado anterior é um dos importantes estabilizadores da articulação do joelho, e sua lesão é comum no meio esportivo. Sua reconstrução cirúrgica no Brasil é realizada com o uso de autoenxertos, como o do ligamento patelar. A técnica de retirada é descrita com o uso de martelo e osteótomos, e isso pode gerar lesão cartilaginosa. Assim, este trabalho busca padronizar uma técnica de retirada que utilize apenas serra oscilatória, avaliando complicações a curto ou médio prazo. Foi realizado um estudo retrospectivo de análise de prontuários de pacientes submetidos à reconstrução de ligamento cruzado anterior, utilizando autoenxerto de ligamento patelar com serra oscilatória para sua retirada. Dos 80 pacientes inclusos no estudo, a média etária foi de 34,5 anos, a maior parte era composta de homens, 22 desenvolveram complicações e 19 necessitaram de reinternação hospitalar, principalmente para operação de ciclope em razão da artrofibrose. Pode-se concluir que a técnica de retirada do enxerto com corte basal utilizando serra oscilatória é um procedimento com menor risco de fraturas intra-operatórias.

Palavras-Chave: Joelho. Ligamento cruzado anterior. Retirada de enxerto. Técnica.

SELEÇÃO DE ATIVOS BIOLÓGICOS DE *BACILLUS THURINGIENSIS* COM POTENCIAL DE INIBIÇÃO DE MICRO-ORGANISMOS

Kamilla Angel da Silva – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
kamilla.angel@sempreceub.com
Talita Lacerda de Oliveira – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
talita2896@sempreceub.com
Paulo Roberto Martins Queiroz – UniCEUB, professor orientador
paulo.silva@edu.ceub.br

Bacillus thuringiensis (Bt) é um bacilo gram positivo produtor de bacteriocinas com ação bacteriolítica ou bacteriostática sobre microrganismos patogênicos. As bacteriocinas são peptídeos antimicrobianos que atuam contra bactérias gram positivas e negativas e diferem entre si quanto a composição de aminoácidos, biossíntese, transporte e modo de ação. Nos alimentos, as bacteriocinas podem ser encontradas naturalmente, como produtos da microbiota normal ou introduzida. O objetivo deste projeto é isolar estirpes de *Bacillus thuringiensis* mediante amostras de solos do Distrito Federal e verificar a produção de bacteriocinas com potencial de inibição de micro-organismos. Foram isoladas e caracterizadas nove estirpes de *Bacillus thuringiensis* (Bac, P4, B01, B02, B03, B04, B05, B06 e B07). Cada uma foi testada quanto ao potencial de inibição, por meio de bioensaios de confronto por estrias e por Well Difusion contra bactérias patogênicas (*Serratia marcescens*, *Escherichia coli* e *Proteus* sp.) e contra as estirpes de Bt isoladas. Os bioensaios por estrias foram realizados como triagem para a seleção das estirpes de Bt produtoras de bacteriocinas. Os ensaios foram mantidos a 28 °C, por 24 h a 72 h. Após a seleção das estirpes de Bt com potencial de inibição, realizou-se o bioensaio por Well Difusion para a confirmação da melhor estirpe de Bt produtora de bacteriocinas. Os bioensaios foram mantidos a 28 °C, por 24 h, seguindo-se à medição dos halos. A confirmação da produção de bacteriocina foi realizada por uma cinética de crescimento durante 48 horas, com coletas realizadas em intervalos de tempo determinados. A estirpe de Bt denominada Bac apresentou o melhor potencial de inibição sobre as demais, e a cinética de produção de bacteriocinas mostrou que esse peptídio é produzido e secretado em momentos específicos do crescimento da estirpe de Bt. Vale ressaltar que essa bacteriocina não inibiu as bactérias patogênicas testadas, indicando a necessidade de ampliar os testes contra outras espécies. Sendo assim, bacteriocinas produzidas por estirpes de *B. thuringiensis* podem ser utilizadas na inibição do crescimento de micro-organismos, indicando um potencial de uso biotecnológico dessa proteína, visando ao desenvolvimento de produtos de interesse biomédico.

Palavras-Chave: Bacteriocinas. Biocontrole. Well Diffusion. Bioensaios.

SEPSE EM QUEIMADOS: ANÁLISE DE INCIDÊNCIA E MORTALIDADE DA SEPSE EM PACIENTES INTERNADOS NA UNIDADE DE TRATAMENTO DE QUEIMADOS DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE

Brenda Macedo de Almeida e Castro – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
brenda.hmun@gmail.com
Renata Bonfim de Lima e Silva – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
renatabonfimls@gmail.com
Joana D'Arc Gonçalves da Silva – UniCEUB, professora orientadora
joana.silva@ceub.edu.br

As lesões por queimaduras são frequentes no Brasil, muitas vezes levando à hospitalização. O indivíduo queimado sofre alterações orgânicas, causadas pela injúria térmica que altera a integridade da pele e favorece a colonização microbiana e a disfunção imunológica, tornando-o mais suscetível a infecções e à sepse, causa principal de mortalidade nessa população. Assim, o presente trabalho tem como objetivo verificar os fatores associados à sepse em queimados, à sua mortalidade e à utilização de protocolos institucionais associados ao tema. Realizou-se a revisão de prontuários em um hospital público de médio porte, na Unidade de Tratamento de Queimados (UTQ) do Hospital Regional da Asa Norte (HRAN) Brasília - Brasil, referência para tratamento de vítimas de queimaduras, no período de janeiro a dezembro de 2017. Mediante estudo transversal, observacional, retrospectivo, com amostra composta por 199 pacientes, procedeu-se à análise quantitativa e à tabulação dos dados com auxílio do programa Microsoft Excel e RStudio. No período, 14% dos pacientes queimados internados na UTQ do HRAN desenvolveram sepse. Os resultados encontrados apontam a chama direta como principal agente causador de queimadura nos pacientes com e sem sepse (55,27%) e os homens como principais vítimas em ambas as populações (62,31%). A idade média dos pacientes diagnosticados com sepse foi 37 anos, maior do que dos sem sepse – 31 anos –, assim como o percentual médio de superfície corporal queimada, de 27% entre os sépticos e de 11% entre os que não desenvolveram sepse. Quanto aos agentes etiológicos, não foi possível chegar a uma conclusão sobre os mais prevalentes, pois, no período, o hospital sofria com escassez de material, mas os identificados nos pacientes que evoluíram com sepse foram *Pseudomonas aeruginosa, Klebisiella* sp. e *Acinetobacter baumanii*. Dos pacientes com sepse, 96% foram submetidos a desbridamentos, e, destes, 46% apresentaram infecção hospitalar; no grupo dos que não desenvolveram sepse, 54% passaram por desbridamentos, e 19% receberam diagnóstico de infecção hospitalar. Todos os pacientes hospitalizados na unidade são tratados conforme o protocolo institucional de antimicrobianos. A partir da análise, foi possível concluir que o protocolo de antibioticoterapia e o atendimento multidisciplinar dos pacientes internados na unidade contribuem para a menor incidência de sepse nos pacientes queimados e para a menor mortalidade dos que desenvolvem a síndrome, de 7% na UTQ do HRAN, em comparação com outros centros do Brasil. As principais variáveis associadas ao risco de sepse foram: extensão da superfície corporal queimada, profundidade, número de desbridamentos, infecção hospitalar associada e sexo masculino.

Palavras-Chave: Sepse. Queimados. Queimaduras.

SEPSE EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA EM UM HOSPITAL PÚBLICO: ESTUDO DA PREVALÊNCIA, CRITÉRIOS DE DIAGNÓSTICO, FATORES DE RISCO E MORTALIDADE

Matheus da Silva Ribeiro – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
msribbeiro@sempreceub.com
Henrique Fernandes de Moura Pires – UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
Henrique.fernandes@sempreceub.com
Joana D'Arc Gonçalves da Silva – UniCEUB, professora orientadora
joana.silva@ceub.edu.br

A sepse é uma condição clínica resultante de uma desregulada resposta inflamatória a uma infecção e é considerada importante causa de hospitalização e principal causa de morte em UTI, com mortalidade de 67,4% no Brasil. Os critérios e as definições para sepse sofreram revisões, e a última foi em 2016, com a publicação do *Sepsis 3*. Segundo o Instituto Latino-Americano da Sepse, os novos conceitos não se aplicam à realidade brasileira, que apresenta baixa sensibilidade diagnóstica. A partir disso, o trabalho tem como objetivo investigar as características clínicas e diagnósticas, microbiológicas e epidemiológicas de pacientes com o diagnóstico de sepse internados na UTI do Hospital Regional da Asa Norte (HRAN). Os critérios de inclusão foram: pacientes admitidos na UTI do HRAN, internados por 24 horas ou mais, com diagnóstico de sepse em 2017. Os dados foram tabulados no programa Excel e analisados no Statistical Package of Social Science, versão 20.0. Os resultados foram apresentados de forma descritiva, adotando-se números absolutos e porcentagens. No estudo, 81 pacientes preencheram os critérios de inclusão, sendo excluídos da amostra 38; 49 eram do sexo masculino (60,49%), e 32, do sexo feminino (39,50%). A média de idade foi 56 anos. A média de dias de internação dos pacientes foi 23,76 dias. A mortalidade foi 58,02% (47 óbitos); 65,95% eram do sexo masculino, e 34,04% do sexo feminino. Em relação ao foco infeccioso, os 3 sítios mais incidentes foram: respiratório (45,67%), abdominal (24,69%) e urinário (8,64%). Em relação à identificação do patógeno, 75,3% tiveram diagnóstico etiológico indeterminado, e, entre as bactérias identificadas, *Pseudomonas spp.* (6,17%), *Klebsiella spp.* (3,70%) e *Staphylococcus aureus* (2,47%) foram as mais incidentes. Em relação a comorbidades, as mais prevalentes foram hipertensão arterial sistêmica (43,20%), diabetes *mellitus* (33,33%) e doença renal crônica (6,172%). Este estudo apresenta grande coerência com a literatura científica nos dados sobre os principais patógenos e os focos de infecção, além das principais comorbidades e do sexo de maior prevalência. No entanto, o presente estudo foi prejudicado nos seguintes pontos: ausência de registros claros sobre os critérios utilizados pelos médicos para o diagnóstico de sepse, tornando subjetiva sua identificação; dificuldade da realização de hemocultura e cultura de microrganismos. Assim, observa-se que a sepse apresenta alta mortalidade em UTI, o que corrobora outros estudos acerca do tema, além da identificação de fatores de risco (como idade e comorbidades) associados a mau prognóstico. O estudo evidencia os principais patógenos e os focos infecciosos e demonstra, com a análise de prontuários, a ausência de padronização de critérios diagnósticos para sepse, assim como sua especificação, o que prejudica a análise dos benefícios e dos malefícios de cada método diagnóstico.

Palavras-Chave: Sepse. UTI. Critérios de diagnóstico. Mortalidade.

SISTEMA COGNITIVO ARTIFICIAL DE ANÁLISE E ORIENTAÇÃO DE PORTADORES COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Rubens Piovesan Guimarães Pimenta – UniCEUB, PIC Voluntário, aluno voluntário
rubenspimenta@sempreceub.com
Nádila Osana Nereu Gomes – UniCEUB, PIC Voluntário, aluna voluntária
nadila@sempreceub.com
Luciano Henrique Duque – UniCEUB, professor orientador
luciano.duque@ceub.edu.br

O projeto visa desenvolver um sistema, a custos acessíveis, capaz de melhorar a qualidade de vida das pessoas portadoras de deficiência visual, atendendo a todas as classes sociais, auxiliando o deslocamento, detectando ao usuário a presença dos obstáculos ao seu redor e informando sua distância exata. Um dos problemas enfrentados por pessoas com problemas na visão, principalmente quando andam por ruas e avenidas, é a colisão contra placas de sinalização, telefones públicos ou qualquer objeto que esteja à altura de suas cabeças. Com o uso de sensores de ultrassom e infravermelho, postos em uma base de óculos e monitorados por um microcontrolador, é possível detectar a presença de obstáculos de forma precisa, alertando a pessoa por fones de ouvido, com informação da distância exata do obstáculo. O sistema não tem a pretensão de substituir a bengala ou o cão-guia. Trata-se de um dispositivo auxiliar, capaz de avisar sobre objetos não percebidos.

Palavras-Chave: Sistema cognitivo. Sensor ultrassonoro. Microcontrolador.

SISTEMA DE BAIXO CUSTO PARA TRATAMENTO FÍSICO-BIOLÓGICO DO EFLUENTE PISCICOLA NA AQUAPONIA COMERCIAL

Ana Luiza Alves Panta Vasconcelos – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
ana.vasconcelos@sempreceub.com
Carlos Alberto da Cruz Junior – UniCEUB, professor orientador
carlos.junior@uniceub.br
Vitor Ramos Simões Correa – engenheiro agrônomo, colaborador
quintadelfim@gmail.com

A técnica de aquaponia, cujo objetivo é aumentar a produtividade de proteína animal e vegetal com menor mão de obra, utilizando menos solo e pouca água, está em franco desenvolvimento no Brasil, em especial os sistemas de subsistência. Uma das etapas mais importantes para o sucesso da aquaponia e a de tratamento biológico do efluente dos peixes uma vez que a amônia tóxica deve ser transformada em nitrato para uso na produção vegetal. O presente estudo foi realizado na Estação Experimental de Agroecologia – UniCEUB, Chácara Delfim T61, situada no Córrego do Urubu, Lago Norte, Distrito Federal, entre os meses de março e agosto de 2018, com o intuito de avaliar a eficiência do sistema de tratamento de efluente de baixo custo para aquaponia comercial em remover a amônia e disponibilizar nitrato para a produção vegetal. Para isso, foram utilizados seis tanques cilíndricos construídos em ferro-cimento, povoados com tilápias de 250 g. A alimentação foi ofertada 4 vezes ao dia, representando a porta de entrada de nutrientes para o sistema. Foi realizado o tratamento dos efluentes provenientes dos tanques mediante o sistema de decanto digestão e filtragem mecânico-biológica, aeróbia e anaeróbia, para favorecer o processo de nitrificação da amônia. Após essas etapas, o efluente tratado seguiu para um tanque de armazenamento para que fosse conduzido até as piscinas de aquaponia. A qualidade do efluente foi monitorada na entrada e na saída do sistema, três vezes na semana, analisando parâmetros de temperatura, pH, oxigênio dissolvido, amônia e nitrito. Na entrada do efluente, verificou-se a menor temperatura (19,8^{o}C) e a máxima de 24,3^{o}C, o pH máximo de 7,12 e o mínimo de 5,9, o oxigênio dissolvido máximo de 7,7 e o mínimo de 3,05, a amônia total máxima de 3,5 e a mínima de 0,25, o nitrito máximo de 0,5 e o mínimo de 0. Na saída do tratamento, verificou-se a menor temperatura (20,6 ^{o}C) e a máxima de 23,4^{o}C, o pH máximo de 7,9 e o mínimo de 6,4, o oxigênio dissolvido máximo de 7,67 e o mínimo de 5,5, a amônia total máxima de 1 e a mínima de 0, o nitrito máximo de 0,25 e o mínimo de 0. O sistema demonstrou eficiência satisfatória. Durante o período estudado, ainda que as variáveis tenham apresentado alterações, os valores apresentaram-se satisfatórios para uso na produção vegetal.

Palavras-Chave: Agricultura. Aquicultura. Aquaponia. Produção vegetal.

SISTEMA DIGITAL PARA MONITORAMENTO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E SUAS CARACTERÍSTICAS

Wesley Ramos da Silva – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
wesley.silva@sempreceub.com
Gabriel Soares Lacerda – UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
gabriel.lacerda@sempreceub.com
Luciano Henrique Duque – UniCEUB, professor orientador
luciano.duque@ceub.edu.br

O projeto tem como finalidade realizar a automação na maneira de medir a energia elétrica e como ela é consumida. Para a elaboração, alguns recursos foram utilizados, entre eles, o arduino, a protoboard e um sensor. O procedimento para realizar e coletar as informações foi submeter um circuito a teste. O sensor estava conectado ao circuito, aferindo a corrente que passava por ele e retornando ao arduino um resultado. O valor recebido era armazenado para comparação posterior. Contudo, um erro começou a ser observado no decorrer das análises. Com a adição de cargas ao circuito, o resultado da corrente não teve alteração. O primeiro dado recebido pelo sensor apresentava o valor de 120 mA com todas as cargas ativa e com a corrente nula quando todas as fontes de energia estavam desligadas. Para conseguir confirmar os resultados obtidos, o alicate amperímetro foi usado, e o número encontrado foi 150 mA para o mesmo circuito com todas as cargas ligadas. Com essa taxa de erro apresentada pelo sensor, uma parte dos componentes que estavam conectados na *protoboard* foram substituídos por outros, para diminuir a taxa, e o segundo sensor de corrente não invasivo foi instalado ao circuito, para trabalhar com a tensão. Com os dados obtidos, produziu-se um cálculo que permite confirmar o valor da corrente. Com esse procedimento, os resultados do sensor obtiveram um aumento considerável na precisão.

Palavras-Chave: Cargas. Corrente. Circuito. Sensor.

SISTEMA PARA PROGNÓSTICO E ANÁLISE DE EPISÓDIOS HIPOGLICÊMICOS EM DIABÉTICOS TIPO 1 BASEADO EM SENSOR DE VARIABILIDADE DA FREQUÊNCIA CARDÍACA CONTROLADO POR ARDUINO

Rebeca Hannah de Melo Oliveira – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
rebeca.oliveira@sempreceub.com
Francisco Javier de Obaldia Diaz – UniCEUB, professor orientador
francisco.javier@ceub.edu.br

Um dos maiores riscos à vida de um portador de diabetes do tipo 1 é a hipoglicemia noturna, que pode causar desde fome e fraqueza até convulsões e morte quando não tratada. A possibilidade de prever episódios hipoglicêmicos durante a noite existe por meio de equipamentos, como monitores contínuos de glicemia, que, contudo, são de custo alto, tornando-se inacessíveis à boa parte da população diabética, e são considerados desconfortáveis, por ser inseridos na pele, provocando reações alérgicas. Neste projeto, propôs-se o desenvolvimento de um equipamento capaz de prever hipoglicemias noturnas por meio de um sensor de batimento cardíaco e alertar o usuário para evitar crises hipoglicêmicas. Desenvolveu-se um protótipo funcional, utilizando-se um sensor de pulso, *pulse sensor*, e um microcontrolador Arduino Uno. Os testes foram realizados na autora deste trabalho, que é portadora de diabetes do tipo 1, tem 23 anos de idade e não apresenta histórico de disfunções cardíacas. A relação entre hipoglicemia noturna e taquicardia foi testada e constatada, podendo-se desenvolver, a partir daí, o *software* de alerta hipoglicêmico para controle do sistema do protótipo. O equipamento mostrou-se eficaz na detecção de hipoglicemias, com acerto em 90% dos testes efetuados, e seu custo de produção, se comparado ao gasto anual com um sensor CGM (Enlite Sensor, produzido pela Medtronic), equivaleu a, aproximadamente, 10% do valor despendido com o sensor profissional disponível no mercado. O protótipo, além de ter custo reduzido e maior durabilidade do que o sensor utilizado, a fins de comparação, mostrou-se mais confortável e acessível à população.

Palavras-Chave: Diabetes. Pulse Sensor. Hipoglicemia. Arduino.

TRANSMISSÃO E REFLEXÃO LUMINOSA ATRAVÉS DE VIDROS COM E SEM PELÍCULA EM AMBIENTE DE ESCALA REDUZIDA

João Victor Vieira Faria – Colégio Leonardo da Vinci, PIC Júnior, aluno bolsista
wwwjoaovieira101www@gmail.com
Marcos Rafael Guassi – UniCEUB, professor orientador
marcos.guassi@ceub.edu.br

A utilização de vidros nas fachadas dos edifícios é uma tendência moderna na arquitetura e afeta a luminosidade interna dos ambientes. Dependendo da cor do vidro utilizado e da película aplicada, tanto a luminosidade transmitida quanto a luminosidade refletida pelos vidros podem variar. Levando em conta esses fatores, na presente pesquisa, compara-se a diferença da luminosidade interna entre diferentes combinações de vidros e películas e a luminosidade refletida de cada um e essa luminosidade com a de uma parede branca. Utilizou-se um ambiente simulado em escala reduzida, em que os vidros contêm o tamanho de 1m x 1m. Todas as medidas foram feitas dez vezes, com um luxímetro, com intuito de calcular a média do valor e determinar os erros associados às medidas. Assim como esperado, cada vidro tem uma transmissão e uma reflexão bastante diferentes, sendo maior nos vidros transparentes do que nos verdes. Além disso, a parede branca tem uma reflexão superior à do vidro, o que não era inicialmente esperado, mas está de acordo com o resultado da literatura. Por fim, percebe-se importante a escolha adequada de vidros e películas em cada aplicação, de acordo com o resultado que se espera atingir.

Palavras-Chave: Desempenho lumínico. Vidro. Luminosidade.

TRATAMENTO COM METFORMINA EM CÉLULAS DE CÂNCER DE MAMA E SUA INFLUÊNCIA NA VIA GLICOLÍTICA

Jennifer Yumie Sonobe Hable – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
yumiejennifer@gmail.com
Júlia Mourão Fernandes – Colégio Leonardo da Vinci, PIC Júnior, aluna bolsista
juliamfernandes.15@gmail.com
Luciana Ramalho de Farias – UniCEUB, professora orientadora
luciana.farias@ceub.edu.br

O câncer é considerado o mal do século, segundo a OMS, sendo o de mama o mais letal entre as mulheres. Baixos níveis de oxigênio e nutrientes são fatores limitantes ao microambiente tumoral. Porém, a proliferação celular maligna é garantida pela sobrevivência e pela adaptação de células tumorais que apresentam perfil metabólico glicolítico anaeróbio e aeróbio. Nesse contexto, alterações metabólicas influenciam a biologia dessas células. Assim, a metformina é considerada possível droga adjuvante no tratamento de câncer, pois, apesar da incerteza sobre o principal fator antitumoral, a droga é capaz de promover a diminuição da concentração de insulina circulante e a ativação da AMPK. Dessa forma, compreender melhor o comportamento desse fenômeno em células cancerígenas sob tratamento pode contribuir para o desenvolvimento de novas terapias combinadas, o que possibilita melhorar o tratamento e o prognóstico dos pacientes. Para realização do projeto, as células da linhagem MDA-MB-231 (adenocarcinoma mamário humano) foram cultivadas em meio L-15 (Leibovitz Medium), suplementado com solução antibiótica e soro fetal bovino. No teste de viabilidade, foram semeadas cerca de 7x 10^3 células em triplicata, para o tratamento de 5 concentrações com metformina e para o controle do experimento. A placa com as células foi incubada a 37°C, *overnight*. Após a adesão celular, foram adicionados ao meio metformina (100 mM, em água). A citotoxidade da droga nas células MDA_MB-231 foi determinada pelo ensaio padrão por brometo de 3-(4,5-dimetiltiazol-2-il)-2,5-difeniltetrazolium (MTT), cuja concentração seguiu as recomendações do fabricante. As placas foram lidas a 595 nm no espectofotômetro Spectramax M5 (Molecular Devices – USA). A porcentagem de inibição do crescimento celular foi determinada pela comparação da densidade das células tratadas com as células controle. Cerca de 750x10^3 células foram plaqueadas por poço para análise da expressão gênica. Após 24 horas de incubação, entre 4 poços, três receberam tratamento com metiformina, e um formou o grupo controle. Em seguida, as células foram submetidas à extração de RNA, utilizando o *kit Power* SYBR® Green Cells-to-C_T™ (Thermo Fisher Scientific), seguindo as recomendações do fabricante. A fim de analisar a expressão de três genes da via glicolítica, serão desenhados iniciadores para os genes que codificam as enzimas hexocinase, fosfofrutocinase e piruvato cinase e para os genes do controle endógeno (tubulina e miosina), para utilização na técnica de qPCR em tempo real. O teste de viabilidade, no qual foram testadas 5 concentrações de metformina, indicou a sobrevida de, aproximadamente, 91,5% das células MDA-MB-231 tratadas com 1,25mM, cerca de 88,6% com 2,5mM de metformina; 88,1% sobreviveram na concentração de 5mM; 64,1%, na presença de 10mM; 8,2%, com a utilização de 20mM. Os experimentos de qPCR em tempo real estão em processo de finalização. Dessa forma, a conclusão do projeto será melhor elucidada após o término do experimento de qPCR em tempo real.

Palavras-Chave: Câncer de mama. Metformina. MDA-MB-231.

UMA ANÁLISE DO IMPACTO DAS EMPRESAS QUE ATUAM EM ECOSSISTEMAS DE *SOFTWARE*

Giugliano Santos Severo – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
giusevero@hotmail.com
Rodolfo Vasconcelos Correia Lima de Andrade – UniCEUB, professor orientador
rodolfo.andrade@ceub.edu.br

O *Ecossistema de* Software (ECOS) é um conceito que representa a integração de *softwares*, funcionando de forma conjunta, além das ações integradas dos envolvidos no processo, como empresas parceiras ou desenvolvedores independentes. As aplicações para o usuário final normalmente são desenvolvidas com *softwares* específicos, conhecidos como Ambientes de Desenvolvimento Integrado, no inglês Integrated Development Environment (IDE), que são *softwares* que constroem outros *softwares*. Para desenvolvedores de aplicações para dispositivos móveis, uma IDE é utilizada na construção como ferramenta principal, unificando *design* e código de funcionamento de uma plataforma em um *software*. Este trabalho analisa como as IDE e seus novos recursos influenciam o ciclo de vida do ecossistema durante o tempo em que se mantém no mercado até sua renovação, considerando a qualidade dos recursos que o desenvolvedor possa utilizar de maneira que aumente a quantidade de parceiros do ecossistema e impactem-se todas as fases do ciclo de vida. Foram selecionados os ecossistemas do iPhone, como o sistema operacional iOS, e os do Windows Phone, pois são conhecidos, e suas IDE estão no mercado há bastante tempo como ferramentas de desenvolvimento para suas plataformas base, o MacOS e o Windows.

Palavras-Chave: Ecossistema de *software*. iOS. Windows Phone. IDE.

USOS DOS ESPAÇOS E MANUTENÇÃO DOS PARQUES DE MADRID

Raquel Oliveira de Albuquerque – UniCEUB, PIC Voluntário em Arquitetura e Urbanismo, aluna voluntária
raquel.albuquerque@sempreceub.com
Eliete de Pinho Araujo – UniCEUB, professora orientadora
eliete.araujo@ceub.edu.br

Madrid é uma cidade conhecida pelos seus diversos parques, grandes ou pequenos, criados em diferentes contextos e utilizados de acordo com a necessidade da população. Cada um é singular e busca resolver a problemática de construir um espaço verde com diferentes tratamentos paisagísticos e de usos diversos. Por isso, resolveu-se estudar como sucede o seu funcionamento. O objetivo da pesquisa é mostrar como é feita a manutenção de parques em diversas extensões, além de incentivar a prática de técnicas sustentáveis. Visa-se catalogar os usos e analisar a influência da tipologia de usos pelo público frequentador. A metodologia foi fazer a revisão bibliográfica e a seleção de três parques. O Parque El Retiro é o maior de Madrid e é utilizado para lazer, entretenimento, atividades físicas e eventos culturais; é conhecido por todos os habitantes locais, além de atrair turistas do mundo inteiro. O Parque del Oeste também é grande, conhecido pela diversidade de rosas e pelas premiações em concursos internacionais. O Parque Dalieda San Francisco é bem menor, tem o uso contemplativo e é frequentado por moradores locais. A manutenção dos parques é feita pela prefeitura de Madrid, por empresas terceirizadas, e, nos parques menores, esse cuidado é feito por moradores locais voluntariamente. Cada parque é único em sua história que se encontra marcada em monumentos e estátuas dispostos ao longo deles. Apesar das diferenças, o que torna esses parques semelhantes é o conceito de que ambos são introduzidos no ambiente urbano, conectando diversos pontos da cidade.

Palavras-Chave: Parques. Infraestrutura. Uso. Manutenção.

UTILIZAÇÃO DE RESÍDUO DE BLOCO DE CONCRETO COMO AGREGADO NA PRODUÇÃO DE ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO

Joseano José de Andrade Vieira – UniCEUB, PIC Voluntário, aluno voluntário
joseano.vieira@sempreceub.com
Maria de Fátima Formiga Pedrosa – UniCEUB, PIC Voluntário, aluna voluntária
maria.pedrosa@sempreceub.com
Luciana Nascimento Lins – UniCEUB, professora orientadora
luciana.lins@ceub.edu.br

A utilização de agregado reciclado em qualquer área de uma obra ou construção é beneficente para o meio ambiente, a economia e a sociedade. A reciclagem, além de contribuir com a limpeza da cidade, poupa rios, represas, terrenos baldios, esgotos sanitários, alivia o impacto em aterros sanitários e lixões, ameniza alagamentos e enchentes, pelo fato de evitar que os resíduos se acumulem em bueiros, e torna o sistema de drenagem local mais eficaz e o solo mais permeável. O objetivo desta pesquisa é analisar se é possível utilizar os resíduos de bloco de concreto como agregado miúdo para a produção de argamassas de assentamento. Para isso, foi necessário seguir a norma de requisitos da ABNT e realizar ensaios laboratoriais, com o intuito de verificar se a argamassa passa em todos os requisitos que a norma descreve e exige. Além disso, foram feitos ensaios com uma argamassa industrializada, para fazer um comparativo entre a supracitada e a de resíduo. Para obter os resultados de cada argamassa, foram executados ensaios laboratoriais de acordo com as normas da ABNT. Os principais fatores analisados foram: resistência à compressão, densidade aparente no estado endurecido e no estado fresco, resistência à tração na flexão, coeficiente de capilaridade, massa específica no estado fresco, retenção de água e resistência potencial de aderência à tração. O estudo constatou que a argamassa industrializada foi classificada como U1 D1 R6 P6 M3 C5 e a argamassa de resíduo, U5 D4 R4 P3 M3 C5. Diante disso, conclui-se que é possível a utilização dos blocos de concreto como agregado miúdo na produção de argamassas de assentamento, pois, apesar de mostrar-se inferior à argamassa industrializada em alguns aspectos, a argamassa de resíduo ficou de acordo com os parâmetros exigidos pela ABNT NBR 13281:2005, mostrando-se viável economicamente e ambientalmente na reutilização dos resíduos de bloco de concreto.

Palavras-Chave: Argamassa industrializada. Argamassa de resíduo. Sustentabilidade. Ensaios laboratoriais.

VALIDAÇÃO DO PROTOCOLO DE MANEJO AMBIENTAL PARA CONTROLE DE *LUTZOMYIA LONGIPALPIS* EM ÁREAS ENDÊMICAS PARA LEISHMANIOSE VISCERAL

Maria Gabrielly Macêdo Costa – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
gabrielly.costa@sempreceub.com
Rafaella Albuquerque e Silva– UniCEUB, professora orientadora
rafaella.silva@ceub.edu.br

A leishmaniose visceral (LV) é uma antropozoonose causada pelo protozoário *Leishmaniose infantum* e transmitida pelo flebotomíneos *Lutzomyia longipalpis*. Essa doença modifica seus padrões de transmissão e adquire um caráter urbano, periurbano e reemergente nos últimos anos. Os novos padrões epidemiológicos de transmissão conjugam inúmeros fatores relacionados à população humana, à população de vetores, de reservatórios e às condições ambientais. Partindo desse pressuposto, torna-se importante elaborar medidas que acompanhem os novos padrões da doença pela intervenção epidemiológica e por meio de ações de educação em saúde, visando oferecer à população informações acerca da transmissão, da prevenção e do controle da LV. Dessa forma, este estudo objetiva validar o protocolo de manejo ambiental para controle da população de flebotomíneos de Brasília, Distrito Federal. Para isso, foi selecionado para o estudo o Condomínio Rancho Karina (RK), localizado em Sobradinho, pela ocorrência de casos humanos de LV, em 2014 e pela prevalência de LV canina de 9,75%, em 2016. Foi realizada uma amostragem probabilística, em que foram selecionados 322 domicílios do condomínio. A primeira etapa do projeto consiste na visita aos domicílios, para a realização da classificação dos imóveis quanto ao risco de ocorrência de LV; na aplicação dos questionários quanto à percepção da população a respeito das medidas de prevenção e controle preconizadas para os vetores da LV; na coleta de sangue para realização do protocolo de diagnóstico de LV canina; na realização da investigação entomológica; na aplicação do protocolo de manejo ambiental que deve ser seguido pelos moradores. A segunda etapa do projeto consistirá no retorno a todos os domicílios amostrados anteriormente, para reavaliação das condições ambientais, da prevalência de LV canina, da presença de vetores e do conhecimento da população sobre a doença. Até o momento, foram amostradas 40 residências, entretanto somente 37 foram classificadas: 4 (11%) como de alto risco, 22 (59%) de médio risco, 10 (27%) de baixo risco e 1 (3%) sem risco. Foram testados 63 animais, sendo 11 (17,5%) positivos na triagem, a partir do TR-DPP, entretanto estão esperando o resultado do Elisa, teste confirmatório. No tocante à mensuração do conhecimento da população, 68% das pessoas sabiam o que era LV e qual o seu agente etiológico, 90% sabiam que é uma doença transmitida por vetores, entretanto somente 26% sabiam qual é o principal vetor transmissor. O condomínio RK, pontuando, principalmente, as características ambientais, é considerado uma área de risco para a transmissão de leishmaniose visceral, com 97% das casas visitadas consideradas receptivas ao vetor e com 17% de prevalência da doença em cães. Mesmo vivenciando este contexto, a população não está sensibilizada para a ocorrência da doença. Mediante estes resultados, é importante a manutenção das atividades no condomínio RK, para que seja finalizada a primeira etapa do projeto, e, assim, obtidos os dados necessários para a comparação na segunda etapa. Isto permitirá ter uma avaliação do protocolo de manejo ambiental para controle de *Lutzomyia longipalpis*.

Palavras-Chave: Leishmaniose visceral. Manejo ambiental. *Lutzomyia longipalpis*. Cães.

VOZES ANTIFEMINISTAS NAS REDES SOCIAIS: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO

Matheus Costa França – UniCEUB, PIC Voluntário, aluno voluntário
matheuscfs97@sempreceub.com
Márcia Guedes Vieira – UniCEUB, professora orientadora
marcia.guedes.vieira@gmail.com
Ana Lúcia Figueiró – UniCEUB, professora colaboradora
ana.figueiro@ceub.edu.br

Esta pesquisa busca mapear conteúdos antifeministas elaborados por mulheres e disponíveis em redes sociais, *blogs*, *sites* e estabelecer uma comparação com os conteúdos e os fundamentos teóricos feministas, a fim de compreender quais são os principais pontos de oposição ao feminismo, seus argumentos e se o conteúdo antifeminista demonstra compreensão dos conceitos os quais combate. O papel da mulher na sociedade sofre profundas mudanças em diversas culturas. O movimento feminista desempenha um papel fundamental em tais mudanças. No Brasil, o movimento ganha força nos últimos anos, e a internet é um instrumento importante para a divulgação e o compartilhamento de opiniões e ideias. Em oposição ao feminista, o movimento antifeminista também ganhou voz e utiliza o espaço cibernético, com páginas, *blogs* e canais virtuais, para disseminar seu discurso. As refutações ao feminismo encontram fundamento nas relações sociais, materiais e de produção ancoradas no pensamento patriarcal e senhorial que definiu as relações sociais e de poder no Brasil. Adotou-se a perspectiva de pesquisa qualitativa, do tipo exploratória. O método utilizado foi o de análise de conteúdo, abordando a técnica temática-categorial. O objeto de estudo foi constituído por três fontes escolhidas para análise. A primeira foi composta pela fundamentação teórica do feminismo na bibliografia adotada. A segunda foi formada pelos grupos posicionados a favor do movimento feminista nas redes sociais. A terceira incluiu os grupos posicionados contra o movimento feminista nas redes sociais. A utilização do método de análise de conteúdo possibilitou perceber a discrepância de opiniões das duas agendas e a disseminação de ódio e de informações sem fundamentação teórica do discurso antifeminista. Foi possível observar que as páginas antifeministas no Facebook têm menos seguidores comparadas aos *blogs* e às páginas relacionados aos movimentos feministas; além disso, as páginas antifeministas não conseguem manter-se no ar por muito tempo e sofrem críticas sistemáticas de feministas e de páginas feministas conscientizadoras.

Palavras-Chave: Feminista. Virtual. Antifeminista. Análise do discurso.

WEBJORNALISMO NO YOUTUBE E CULTURA DA CONVERGÊNCIA: TRANSFORMAÇÕES NO CONTEÚDO E NA PRÁTICA PROFISSIONAL

Gabriel Augusto Goulart Lima – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
gabriel.goulart@sempreceub.com
Isabela Mori Costa – Colégio Serios, PIC Júnior, aluna bolsista
isabela.costa@colegioserios.com.be
Carolina Assunção e Alves – UniCEUB, professora orientadora
carolina.alves@ceub.edu.br

Este trabalho realiza uma análise sobre o jornalismo feito no YouTube. A proposta é estudar como essa plataforma se tornou atrativa aos jornalistas que buscavam novos ares ou que, por iniciativa própria, propuseram-se a explorar essa mídia que surgiu no início do século. Para isso, foi escolhida uma bibliografia que tinha esse tema como foco, a fim de estudar como as tecnologias interferiram em nossa cultura, moldaram um padrão de sociedade e modificaram o jornalismo, que passou do jornal impresso para o rádio, posteriormente para a televisão, até chegar à nova era em que vivemos, dominada pela internet. Foi necessário navegar pelas características do *webjornalismo*, organizadas e disseminadas por João Canavilhas no ano de 2014, além dos aspectos do telejornalismo, propostos por Vera Íris Paternostro no ano de 1999. Aliada à leitura desses e de outros autores, fez-se a análise do conteúdo compartilhado pela jornalista Maíra Lemos, que, até o final do ano de 2017, trabalhava na cobertura jornalística esportiva da Rede Globo e migrou para o YouTube, a fim de iniciar nova carreira. Foram analisados o *modus operandi*do canal, assim como o estilo adotado para a plataforma. Busca-se, assim, entender como é a interação e a propagação dos conteúdos jornalísticos no YouTube. A pesquisa permite concluir que a plataforma ainda não apresenta formatos jornalísticos consolidados, os profissionais estudados experimentam conteúdos híbridos e são influenciados pelo telejornalismo e pela cultura participativa da sociedade em rede.

Palavras-Chave: *Webjornalismo*. YouTube. Telejornal. Jornalismo.


CNPq
fapdf
UniCEUB
50
ANOS
CEUB